



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Jamylle de Almeida Ferreira

O fortalecimento da figura de Dona Yayá e a (re)produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: uma disputa de narrativas travada entre o Exército e a comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ

Rio de Janeiro
2018

Jamylle de Almeida Ferreira

O fortalecimento da figura de Dona Yayá e a (re)produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: uma disputa de narrativas travada entre o Exército e a comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programade Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva

Rio de Janeiro
2020

Jamylle de Almeida Ferreira

O fortalecimento da figura de Dona Yayá e a (re)produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: uma disputa de narrativas travada entre o Exército e a comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2021.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora: Prof.^a Dra. Marcia Maria Menendes Motta
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula
Universidade Federal do Rio Grande- FURG

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof. Dr. Gustavo Villela Lima da Costa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as comunidades pesqueiras, Brasil a fora, em situação de expropriação. Em cada uma delas há histórias de vida que merecem ser contadas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por colocar em meu caminho as provações necessárias para me permitir conhecer a mim mesma e aos outros, por alimentar a minha fé, por cumprir suas promessas em minha vida e me consentir lutar para realizar todos os meus sonhos.

Obrigada por tamanha recompensa Senhor;

À minha mãe, Ieda, mulher guerreira de pouco estudo formal, mas muita experiência de vida e sabedoria, por me encorajar a seguir em frente em cada etapa, apesar das dificuldades. Por me transmitir tão valiosos costumes tradicionais e ensinamentos espirituais à medida que eu insaciavelmente os absorvia, demandando novos conhecimentos. Obrigada por ter escolhido não me deixar para trás e por ter me ensinado a ser mulher, filha, amiga, mãe, esposa e pai, se preciso for;

À minha irmã Monyk, com quem foram compartilhadas as primeiras dificuldades de uma vida – filhas de pais separados e remanescentes de uma comunidade pesqueira estigmatizada como favela –, mas também as primeiras vitórias, pois foi com muita luta que passamos de uma situação totalmente à margem da sociedade a professoras. Por toda sua manifestação de orgulho que tem me impulsionado, especialmente nesses últimos anos, obrigada;

Ao pai cujo sangue não corre nas minhas veias, que não me deu um nome, mas que me gestou no coração, **Marcos Zerbini**, o homem que, mesmo em meio a tanta dificuldade, nunca permitiu que o pão faltasse, fez mais por mim do que quem deveria ter feito e se legitimou como chefe da minha família e meu pai. E ai de quem disser que não!

Aos pais dele, **vovó Nice e vovô Alberto** (*in memorian*), os mais amorosos avós que alguém poderia ter. Pessoas de tamanha simplicidade que estiveram ao meu lado durante importantes momentos de formação e acreditaram em todas as sementes que ajudaram a semear, mas infelizmente partiram antes de colhermos mais esse fruto;

Ao meu irmão, Dyeego, que me ajudou a conferir a pesquisa de notícias de jornais;

À minha cunhada Caroline, por se mostrar sempre disponível para esclarecer minhas dúvidas jurídicas;

Ao meu marido Vitor, por ser meu porto seguro e me empurrar para a frente, sempre. Meu presente de Deus!

À minha continuação, Maythê, ainda tão pequena para entender o significado de todo esse esforço, feito em honra ao meu passado e brindando ao futuro. O que tenho produzido é a parte mais significativa da sua herança, minha filha.

À Antônio Carlos Raposo Vasconcellos, por ter me escolhido, por razões que só os céus saberão explicar, para rememorar as histórias de sua família e por ter aberto uma porta tão significativa para o meu trânsito neste túnel do tempo.

À Lucy Vasconcellos Chaves e Iza de Azevedo Rowlands, por terem compartilhado doces memórias familiares comigo: as da casa da vovó Yayá.

À Ailton Nunes Navega e Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, moradores e líderes comunitários da Aldeia Imbuhy, pela confiança em mim depositada.

Aos Professores do PGHS da UERJ-FFP que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, especialmente à minha orientadora, **Catia Antonia da Silva**, que nos últimos anos tem me ajudado a ressignificar a minha própria origem.

Aos que por algum impedimento, não puderam ser citados e a todos que acompanharam minhas batalhas, sonharam o meu sonho e torceram pela minha vitória, obrigada!

“Dai-me, Senhor, a perseverança das ondas do mar, que fazem
de cada recuo um ponto de partida para um novo avanço.”
Cecília Meireles

RESUMO

FERREIRA, Jamylle de Almeida. *O fortalecimento da figura de Dona Yayá e a (re)produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: uma disputa de narrativas travada entre o Exército e a comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ*. 449 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

As narrativas que expressam a consolidação da Dona Yayá como representante do modo de vida da extinta Aldeia Imbuhy, localizada na barra da Baía de Guanabara, no bairro pesqueiro de Jurujuba, Niterói- RJ e ocupada desde pelo menos 1863, constituem o objeto desta pesquisa. O fortalecimento da identidade local teria sido subsidiado por uma disputa territorial a partir da década de 1990, quando devido às restrições impostas, 19 das 32 famílias que habitavam a área formalizaram uma ação judicial coletiva contra o Exército. Desde então, a insegurança relacionada à moradia passou a fortalecer o sistema composto por memória, discurso e identidade, vinculando a história local à nacional, com o propósito de garantir a legitimidade necessária para reivindicar o direito à terra, à habitação e ao trabalho, potencializando a capacidade de [re] definição do território a partir da antiga moradora, apontada como familiar de militares e esposa do líder dos pescadores local, a quem é atribuído o disputado título de bordadeira da primeira Bandeira republicana, numa interface entre o modo de vida existente na comunidade e o Estado. Toda essa mobilização não impediu que entre 2015 e 2020, por determinação judicial, os últimos remanescentes dos pescadores fossem removidos.

PALAVRAS-CHAVE: Aldeia Imbuhy, Comunidade Pesqueira, Memória, Identidade, Território.

ABSTRACT

FERREIRA, Jamylle de Almeida. *The strengthening of the figure of Dona Yayá and the (re) production of national identity as elements of resistance in the struggle for territory: a dispute of narratives between the Army and the fishing community Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ*. Thesis (Doctorate in Social History) - Faculty of Teacher Training of São Gonçalo, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The narratives that express the consolidation of Dona Yayá as a representative of the way of life of the extinct Imbuhy Village, located in the bay of Guanabara Bay, in the fishing district of Jurujuba, Niterói- RJ and occupied since at least 1863, constitute the object of this research. The strengthening of the local identity would have been subsidized by a territorial dispute since the 1990s, when due to the restrictions imposed, 19 of the 32 families that inhabited the area formalized a collective legal action against the Army. Since then, insecurity related to housing has strengthened the system composed of memory, speech and identity, linking local history to national history, with the purpose of guaranteeing the legitimacy necessary to claim the right to land, housing and work, enhancing the ability to [re] define the territory from the former resident, appointed as a family member of the military and wife of the local fisherman's leader, who is awarded the disputed title of embroiderer of the first Republican flag, in an interface between the existing way of life in the community and the state. All this mobilization did not prevent the last remnants of fishermen from being removed between 2015 and 2020, by judicial determination.

KEYWORDS: Imbuhy Village, Fishing community, Memory, Identity, Territory.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
 1. TERRITÓRIO NA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE, TEMPO E ESPAÇO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS	32
1.1. Geografia e História: por uma leitura social do território.....	33
1.2. Precedentes: a experiência que ajudou a definir o tema atual	34
1.3. Revisando o conceito de território, uma das categorias Geográficas	38
 2. OCUPAÇÃO E PROPRIEDADE NA ÁREA DO IMBUHY	48
2.1. Localização	48
2.2. A complexidade da Aldeia Imbuhy: uma colcha de retalhos	48
2.2.1 Os registros Paroquiais	57
2.2.2 A Freguesia de São Sebastião de Itaipu	70
2.2.3 A figura do Inspetor de Quarteirão na Aldeia Imbuhy.....	73
 3. TERRITORIALIDADE: A FACE VIVIDA DO PODER SOBRE UMA PORÇÃO PRECISA DO ESPAÇO	86
3.1. As restrições Impostas.....	86
3.1.1 As Casas	87
3.1.2 A Praia e os Pescadores.....	92
3.1.3 A Escola Myriam de Andrade Mello	97
3.1.4 O Clube	100
3.1.5 Manifestações Religiosas: A Festa de São Pedro	101
3.1.6 O Futebol.....	102
3.2. Duas práticas essencialmente territorialistas: a militar e a pesca.....	104
3.2.1 O Forte Imbuhy no contexto das fortificações que exerceram domínio no entorno da Baía de Guanabara: a vocação defensiva e os indícios de uma territorialidade militar.....	105
3.2.2 Evidências de uma territorialidade pesqueira na área do Imbuhy	134
 4. A METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL, OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ASSOCIADOS E O CAMINHO EFETIVAMENTE PERCORRIDO.	172

4.1. História Oral.	173
4.2 Memória como elemento constituinte e fundador da identidade: da representação à resistência.....	185
4.3 Os colaboradores entrevistados	198
4.3.1. Lucy Vasconcellos Chaves	198
4.3.2. Iza de Azevedo Rowlands	199
4.3.3. Ailton Nunes Navega	203
4.3.4. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama	214
 5. NARRATIVAS ORAIS E ESCRITAS QUE EVIDENCIAM UMA DISPUTA POR MEMÓRIAS: PRESENTE E PASSADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.	229
5.1. Campo, encontros e descobertas: os bastidores da experiência da pesquisa no relato da autora.	229
5.1.1. O encontro de almas mais improvável: a pesquisadora e o narrador.	230
5.1.2. A construção da árvore genealógica.	240
5.1.3. Reparando um constrangimento sofrido na escola.....	249
5.1.4. Pelos Museus.....	270
5.2. Algumas famílias que fizeram história no Imbuhy	280
5.2.1 Sr. Candora: um representante da influente família Brum.....	281
5.2.2 Bonifácio Gomes da Costa e o espólio de Adelaide Viçoso Ramos.....	291
5.2.3 Otto Gutierrez de Simas	295
 6. DONA YAYÁ, A MORADORA QUE BORDOU A PRIMEIRA BANDEIRA DO BRASIL: UM TÍTULO EM DISPUTA.....	297
6.1 Quem foi a Dona Yayá?	298
6.2 “Bordadeira da primeira bandeira do Brasil Republicano”, o título que refletiria a importância nacional da Aldeia Imbuhy	327
6.3 De esposa do líder dos pescadores local a matriarca do Imbuhy: a condição de comunidade tradicional pesqueira	342
6.4 A associação entre o Quadro a Pátria e a primeira Bandeira do Brasil	347
6.4.1 O significado da polêmica cena do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno .	347
6.4.2 Duas matriarcas em disputa pelo protagonismo da cena representada no quadro A Pátria.....	350

Conclusão	364
Referências Bibliográficas	371
Fontes.....	378
Periódicos:	379
Documentos:.....	381
Sítios Digitais:	382
Legislação:	384
APÊNDICE I: Termos de consentimento para gravação das entrevistas	387
ANEXO 1: Certidão de Casamento 1865	390
ANEXO 2: Certidão de Batismo 1881	391
ANEXO 3: Certidão de Batismo 1883.....	392
ANEXO 4: Certidão de Batismo 1885.....	393
ANEXO 5: Certidão de Batismo 1882.....	394
ANEXO 6: Certidão de Casamento 1940	395
ANEXO 7: Escritura de Venda de Escravo 1874.....	396
ANEXO 8: Escritura de Venda de Casa 1870	397
ANEXO 9: Solicitação do Exército para passar Cabo Telegráfico pelo Terreno de Morador 1915.....	399
ANEXO 10: Anúncio feito pelo TENENTE CORONEL Francisco Antonio Tourinho no Jornal do Commercio de 12/12/1849.	400
ANEXO 11: Anúncio feito pelo TENENTE Felipe Barbosa da Fonseca no Jornal do Commercio de 02/12/1849.....	401
ANEXO 12: Alcides Bezerra pede informações aos genealogistas brasileiros sobre os descendentes dos "Gagos da Camara".	402
ANEXO 13: Família Carvalho no Almanak Laemmert - Séc. XIX.....	404
ANEXO 14: Francisco Jorge de Carvalho Bessa	418
ANEXO 15: Registro da embarcação de Francisco Bessa de Carvalho – 1918.	419
ANEXO 16: Recibo de compra de casa pelo Sr. Candora - 1940.....	421
ANEXO 17: Registro de casamento dos pais da Dona Yayá - 1833.	422
ANEXO 18: Registro Civil de Casamento Sylvio Braga e Costa e Edina Medina	

Jansen Tavares.....	423
ANEXO 19: Ofício 463 - Solicitação de transferência da Escola que funcionava na Aldeia Imbuhy 1986.....	424
ANEXO 20: Árvore Genealógica completa.....	425

Lista de Figuras

Figura 1: Aviso sobre venda ilegal de casas dos herdeiros de Maria Joaquina em 1846.....	60
Figura 2: Avós paternos de Sotero Viçoso e Maria Francisca Viçoso. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.....	61
Figura 3: Árvore Genealógica dos primos Manoel Ferreira Monteiro e Maria Francisca Viçoso, unidos por matrimônio. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.....	63
Figura 4: Prole de Sotero José Viçoso. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.....	65
Figura 5: Família de Adelaide Viçoso. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch. FONTE: Adelaide Viçoso Ramos, Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil (Óbito), 1829- 2012. Imagem 82-101, 25 jan. 1927.....	66
Figura 6: Família de Claudina Maria do Espírito Santo Chaves. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch	68
Figura 7: Igreja São Sebastião de Itaipu. Fonte: A Preservação do Patrimônio Cultural em Niterói.....	71
Figura 8: Corpo principal da construção do Recolhimento de Santa Thereza, Fonte: A Preservação do Patrimônio Cultural em Niterói.	73
Figura 9: Casa do Moacir Carvalho (falecido) que estava sendo habitada por seu filho Carlos Augusto e família. S/d. Foto: Cedida por Marcelo de Carvalho.....	92
Figura 10: Pescadores da Aldeia Imbuhy em atividade. S/d. Foto: Cedida por Marcelo de Carvalho.	97
Figura 11: O Sr. Ico, pescador do Imbuhy, que aprendeu a ler e escrever na comunidade.	98
Figura 12: Time dos moradores no Campo do Imbuhy. S/d. Foto cedida pelo morador Marcelo Carvalho.....	103
Figura 13: Posições previstas em 1863 no Plano de Defesa da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, incluindo fortes da Marinha. (Castro, 2009, p.391). Reprodução.	107
Figura 14: Reduto de São Teodósio da Fortaleza de São João, de onde se a vista a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte Laje. Fonte: JR: www.riodejaneiroaqui.com	117
Figura 15: Bateria 70 da Fortaleza no período da Revolta da Armada (1893-1895).	

Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil): Iconografia. Coleção: Thereza Christina Maria.	119
Figura 16: Vista aérea da Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: Fundação Cultural do Exército Brasileiro.	120
Figura 17: Vista aérea da Fortaleza de São João. 2010. Fonte: www.riodejaneiroaqui.com	121
Figura 18: Fortaleza de São João, Rio de Janeiro. 1893. Fonte: Coleção Instituto Moreira Salles. Autor: Juan Gutierrez.	122
Figura 19: Fortaleza da Laje/ Forte Tamandaré, Rio de Janeiro. 1897. Fonte: Acervo FBN. Autor: Juan Gutierrez.	123
Figura 20: Fortaleza da Laje/ Forte Tamandaré, Rio de Janeiro. 1999. Fonte: Acervo da Diretoria de Assuntos Culturais do Exército Brasileiro. Autor: Jayme Moreira Crespo Filho.	124
Figura 21: Forte São José. 2010. Autor: Andre Sampaio.....	125
Figura 22: Forte Barão do Rio Branco. Fonte: Geoview.info	126
Figura 23: Forte Imbuhy. Fonte: Exército Brasileiro.	128
Figura 24: Placa de inauguração do Forte Imbuhy.	131
Figura 25: Boletim do Estado Maior do Exército. 1901. Fonte: Arquivo Histórico do Exército	132
Figura 26: Construção do Forte. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.....	134
Figura 27: Canoa de Jequitibá do século XIX. Fonte: Museu de Arqueologia de Itaipu. Sem data.	137
Figura 28: Árvore Genealógica- Descendentes do Major Sotero Caio Monteiro diretamente envolvidos na questão. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados e fontes extraídos do familysearch e do WikiTree.....	144
Figura 29: Árvore Genealógica- Ligação entre Delphina Rosa da Silveira e Úrsula da Silveira. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do WikiTree, familysearch e Jornal do Brasil (25/02/1933).	147
Figura 30: Relação de presos na Casa de Correção de Escravos (Calabouço). Fonte: Periódico "O Despertador", nº. 282, de 11/03/1839.....	148
Figura 31: Jornal do Commercio (RJ). 1856, p.1.....	150
Figura 32: Proprietários de outras fábricas na Barra de Piratininga. Fonte: Almanake	

Laemmert (RJ). 1868, p. 59; 1869, p. 61; 1870, p.63; 1872, p.63	150
Figura 33: Proprietários de outras fábricas na Barra de Piratininga. Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1873, p. 94; 1874, p. 73; 1875, p. 62	150
Figura 34: Proprietários de outras fábricas na Barra de Piratininga. Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1878, p. 45.....	151
Figura 35: Proprietários de canoas de rede alta. Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1879, p. 49.....	151
Figura 36: Negociantes. Almanake Laemmert (RJ). 1865, p.81.....	152
Figura 37: Negociantes. Almanake Laemmert (RJ). 1866, p.82.....	153
Figura 38: Negociantes. Almanake Laemmert (RJ). 1867	153
Figura 39: Negociantes. Sra.e Laemmert (RJ). 1872.	154
Figura 40: Nota a respeito do inventário do Sr. Francisco Jorge de Carvalho. Jornal A Pátria, 1875, p.3.....	157
Figura 41: Negerhütte bei Fort Imbuy (Cabana de Negros junto ao Forte Imbuhy). Autor desconhecido. 1885. (circa).....	160
Figura 42 Propriedade de Escravo. Fonte: Jornal O Fluminense. 1886.....	161
Figura 43: Propriedade de Escravo. Fonte: Jornal Diario de Noticias. 1886	161
Figura 44: Pescadores na Aldeia Imbuhy. S/d. Fonte: Cedida por Marcelo de Carvalho.	170
Figura 45: Pescadores na Aldeia Imbuhy. S/d. Fonte: Cedida por Marcelo de Carvalho.	171
Figura 46: Árvore genealógica da Lucy Carvalho Vasconcelos. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.	199
Figura 47: Árvore Genealógica da Iza. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.....	201
Figura 48: Entrevista a Ailton Nunes Navega, 68 anos. 30 de novembro de 2017.....	204
Figura 49: Antônio Nunes Navega (o terceiro perto da trazeira do caminhão) quando prestou serviço militar obrigatório e serviu no Imbuhy. Acervo familiar. 1939 (circa).	205
Figura 50: Casal Sr. Antônio e Sra. Alayde, pais do Ailton Nunes Navega ainda jovens. Acervo familiar. 1940 (circa)	207
Figura 51: Ailton e seu irmão mais velho no Imbuhy. Acervo Pessoal. 1957.	208

Figura 52: Árvore Genealógica de Ailton Nunes Navega. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de informações obtidas com o entrevistado.	209
Figura 53: Casa de Antônio Nunes Navega Junior e Alayde dos Santos Navega. Acervo familiar. 1963.	210
Figura 54: Já mais maduro, o casal Antônio e Alayde, no quintal de casa. Acervo familiar. 1970 (circa).	211
Figura 55: Estado geral da casa antes da reforma do telhado. Acervo familiar. 2000 (circa).	211
Figura 56: Casa 09 antes (déc.1970) e depois (déc. 2000) da reforma do telhado.	212
Figura 57: Telhado da casa 09 após reforma. Acervo familiar. 2000 (circa).	213
Figura 58: Prole de Bonifácio Gomes da Costa. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de informações obtidas com a entrevistada e dados extraídos do familysearch e do Geni.	216
Figura 59: Jornal do Brasil. 7 de abril de 1901, p.5.	217
Figura 60: Nota anunciando a promoção de militares. Diário de Pernambuco (PE) de 13 de maio de 1906, p.2.	219
Figura 61: Casa original da propriedade, datada do século XIX. Acervo familiar. Cedita por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. 2017.	220
Figura 62: Investigação a respeito do espólio de Machado de Assis. Correio da manhã de 5 de dezembro de 1908, p.2.	221
Figura 63: Árvore Genealógica de Lucia Helena Costa Nogueira da Gama. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de informações obtidas com a entrevistada e dados extraídos do familysearch e do Geni.	223
Figura 64: Casa da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedita por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.	224
Figura 65: Casa da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedita por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.	224
Figura 66: Vista da sala da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedita por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.	225
Figura 67: Vista da varanda da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedita por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.	225
Figura 68: Borboletas e flores: a natureza no quintal de casa. Acervo pessoal. Cedita	

por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.....	226
Figura 69: Um jardim florido na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.	226
Figura 70: Visita do Tiê Sangue. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. 2017.....	227
Figura 71: O portão de entrada da propriedade. Acervo Pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. 2017	227
Figura 72: Árvore genealógica de Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos, bisneto da Dona Yayá. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.	232
Figura 73: Convite do aniversário da dona Lucy, neta da Dona Yayá.....	237
Figura 74: Festa de aniversário da dona Lucy (centro), entre Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos (direita) e Jamylle de Almeida Ferreira (esquerda). 14.09.19. Foto: Vitor Pacheco.....	238
Figura 75: Iza de Azevedo Rowlands em sua casa no dia da entrevista. 88 anos. 17.05.2018. Foto: Jamylle de Almeida Ferreira.....	239
Figura 76: Aniversário da Dona Lucy. Da esquerda para a direita: Carlos Antônio Raposo Vasconcellos, as irmãs Ione e Iza (nascidas Carvalho de Azevedo) e a autora. 14.09.19. Foto: Vitor Pacheco.....	239
Figura 77: Correspondência enviada pela Sônia para o meu endereço.....	241
Figura 78: Sítio dado em pagamento de dívida na venda local em 1902, numa transação testemunhada pelos líderes dos pescadores locais. Acervo pessoal da família da Sônia.....	242
Figura 79: Conta de energia elétrica de residência na Aldeia Imbuhy de 1929 em nome de Otto Gutierrez de Simas. Acervo pessoal da família da Sônia.....	243
Figura 80: Comprovante de Pagamento de Imposto, em nome de Helena Gutierrez de Simas, referente a Imóvel localizado a Aldeia Imbuhy realizado em 1918, referente ao ano anterior. Acervo pessoal da família da Sônia.	244
Figura 81: Registro da Capitania dos Portos documentando embarcação de pesca em nome de Francisco Bessa de Carvalho em 1918. Acervo pessoal da família da Sônia.....	245
Figura 82: Recorte de Jornal enviada por Sônia sobre o falecimento da Dona Yayá.	246

Figura 83: Recorte de Jornal enviado por Sônia destacando a indignação de uma idosa frente à possível remoção dos moradores da Aldeia Imbuhy.....	247
Figura 84: Recorte de Jornal enviado por Sônia a respeito da desocupação da Aldeia Imbuhy.	247
Figura 85: Recorte de Jornal enviado por Sônia sobre protesto contra despejo dos moradores da Aldeia Imbuhy.	248
Figura 86: Nelson de Carvalho Paiva, filho de Celina Carvalho de Paiva, neto da Dona Yayá. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.	249
Figura 87: “A Pátria”. Pedro Bruno (1919). Óleo sobre tela. Museu da República. Rio de Janeiro.....	252
Figura 88: Livro didático do ensino fundamental da Coleção Teláris - Editora Ática em versão impressa	254
Figura 89: Livro didático do ensino fundamental da Coleção Teláris - Editora Ática em versão digital.	254
Figura 90: Ilustrações explicativas sobre o Quadro A Pátria - Livro didático do ensino fundamental da Coleção Teláris - Editora Ática.	255
Figura 91: Livro didático do ensino médio do Colégio e Curso PH.	256
Figura 92: Representação do Quadro A Pátria - Livro didático do ensino médio do Colégio e Curso PH.....	257
Figura 93: Livro didático do ensino médio da Coleção Conect - Editora Saraiva.....	258
Figura 94: Símbolos da República no Livro didático do ensino médio da Coleção Conecte - Editora Saraiva.....	259
Figura 95: Obra original e terceira edição do livro A Bandeira do Brasil: Raízes Histórico-Culturais, de Raimundo Olavo Coimbra – Editora IBGE.....	260
Figura 96: Detalhe da publicação de Coimbra (1972, p.317), que atribui à Dona Yayá e à família de Benjamin Constant a confecção da primeira e de duas outras bandeiras respectivamente.	261
Figura 97: Livro Armas, Brasões e Símbolos Nacionais: 90º Aniversário da Bandeira Nacional, de Sebastião Ferrarini, editada pelo Instituto de Ensino Camões.....	263
Figura 98: Detalhe da publicação de Ferrarini (1979, p.67), que atribui a Dona Yayá a confecção da primeira bandeira do Brasil.	265

Figura 99: Livro Presidentes da República: Símbolos, Hinos e Canções, de Américo J. Lacombe e Pedro Calmon, editada em parceria entre CEDIL/ALHAMBRA/MEC/FAE.	266
Figura 100: Detalhe da publicação de Lacombe e Calmon (1989), que atribuem à Dona Yayá a confecção da primeira bandeira do Brasil.....	267
Figura 101: Bandeira Republicana do Brasil, criada com 21 estrelas (1889- atual)...	268
Figura 102: Árvore Genealógica demonstrando a ligação entre a Karen e a Dona Yayá. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Janylle Ferreira a partir de informações familiares.....	269
Figura 103: Mediador ao centro explicando ao grupo sobre o Museu da República. Foto: Luiza Gomes. 8/06/2016.	270
Figura 104: Salão Ministerial do Palácio do Catete. Ao fundo obra "A Pátria".	272
Figura 105: Exemplar da bandeira nacional republicana confeccionada pela família de Benjamin Constant e oferecida à Escola Superior de Guerra, em 1890. Acervo do Museu da República.	273
Figura 106: Grupo no Salão Ministerial ouvindo as explicações do mediador, de frente para o Quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno e de costas para a obra “Compromisso Constitucional”, de Aurélio de Figueiredo, 1896. Foto: Luiza Gomes. 8/06/2016.....	276
Figura 107: Quadro “A Pátria” exposto junto com a bandeira nacional bordada pelas filhas de Benjamin Constant. Jornal Última Hora (RJ) de 26/11/1964. Hemeroteca Digital da BN. Foto de Luís Santos.....	279
Figura 108: Pais do Sr. Candora. Produzido por Janylle Ferreira a partir de dados extraídos de informações familiares.....	281
Figura 109: Almanake Laemmert, 1885, p. 983.	283
Figura 110: Vera Lúcia segurando livro de notas da antiga Freguesia de São Sebastião de Itaipu. O Globo. 06 de abr. de 2019. Foto Fábio Guimarães.	290
Figura 111: Prole de Bonifácio Gomes da Costa. Produzido por Janylle de Almeida Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.	293
Figura 112: Árvore Genealógica de Bonifácio Gomes da Costa. Produzido por Janylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch e do Geni.	294
Figura 113: Acervo Familiar. Fotografia de Dona Yayá na juventude e anotações pessoais no verso. Fornecida pela neta Iza em 2018. Rio de Janeiro. Data não informada.	

.....	300
Figura 114: Árvore Genealógica da Dona Yayá. Detalhe: Pais. Geni family tree. Jamylle de Almeida Ferreira.....	300
Figura 115: Jornal do Brasil. 27/11/63, p.13.....	304
Figura 116: Jornal Diário Carioca. 27/11/63, p.09.....	305
Figura 117: Correio Mercantil. 7 de abril de 1860	305
Figura 118: The Anglo- Brazilian Times (RJ). 07 de abril de 1866, p.2	306
Figura 119: Diário de São Paulo. 11 de abril de 1866, p.3.	307
Figura 120: Jornal de Recife. 13 de abril de 1866, p.2	308
Figura 121: Diário de Pernambuco. 14 de abril de 1866, p. 2	309
Figura 122: Folhinha de modinhas. 1867. p.186.....	309
Figura 123: Diário de Pernambuco (PE) 1870-1879.....	310
Figura 124: Diário de Pernambuco. 17/02/1872, p.1	311
Figura 125: Acervo Pessoal. Mãe da Dona Yayá com ela no colo e anotações pessoais no verso, onde consta a informação “1864 mãe de vovó Flora”. Fornecida pela neta Iza em 2018. Data e local não informados.....	312
Figura 126: Acervo Pessoal. Pai da Dona Yayá e anotações pessoais no verso, onde consta a informação “Bizavovô Simas 1881”. Fornecida pela neta Iza em 2018. Pernambuco.....	313
Figura 127: Família da Dona Yayá. Disponível em: <familysearch.org/tree/pedigree/landscape/G9ps-G82>. Acesso em 30.08.2020	314
Figura 128: Árvore Genealógica da Dona Yayá. Detalhe: Irmãos. Geni family tree. Elaborada por Jamylle de Almeida Ferreira.....	316
Figura 129: Província do Paraná. 1876.	317
Figura 130: Acervo Pessoal. Dona Yayá e anotações pessoais no verso, onde consta a informação “Vovó Flora Simas de Carvalho”. Fornecida pela neta Iza em 2018. Data e local não informados.	322
Figura 131: Bandeiras do Nacionais anteriores à atual.	329
Figura 132: Bandeira Nacional Republicana	330
Figura 133: Bandeira Provisória da República. (15 a 19 de novembro de 1889).	334
Figura 134: Bandeira do Clube Lopes Trovão.	335
Figura 135: Bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão. Museu Histórico da Cidade	

do Rio de Janeiro.....	336
Figura 136: Bandeira içada no navio Alagoas. Museu da República.....	338
Figura 137: Carlos Rodolfo Fischer. Imbuhy 15.12.1912. Fonte: Instituto Butantan: Centro de Desenvolvimento Cultural, 2017.....	341
Figura 138: Carlos Rodolfo Fischer. Vila de Pescadores em Imbuhy ao luar 04.08.1912. Fonte: Instituto Butantan: Centro de Desenvolvimento Cultural, 2017.....	341
Figura 139: Dona Yayá entre a filha Alice de Carvalho Azevedo, o filho pescador Hugo Simas de Carvalho e o neto militar Francisco Simas de Carvalho (soldado do Forte). Jornal O Globo, 17 abr. 1958.	346
Figura 140: Comparação entre as obras "A Liberdade Guiando o Povo". Eugène Delacroix (1830). Óleo sobre tela. Museu do Louvre, Paris e "A Pátria". Pedro Bruno (1919). Óleo sobre tela. Museu da República. Rio de Janeiro.	349
Figura 141: Quadro "A Pátria". Pedro Bruno (1919). Óleo sobre tela. Museu da República. Rio de Janeiro.....	350
Figura 142: Mulher mais madura bordando. Detalhe do quadro "A Pátria", de Pedro Bruno (1919).	353
Figura 143: Mulher sentada amamentando um bebê. Detalhe do quadro "A Pátria", de Pedro Bruno (1919).	355
Figura 144: Bebê deitado brincando com um adorno da bandeira. Detalhe do quadro "A Pátria", de Pedro Bruno (1919).	356
Figura 145: Mulher de pé com uma criança nos braços, aparentemente beijando-a. Detalhe do quadro "A Pátria", de Pedro Bruno (1919).	357
Figura 146: Mulheres que não estão associadas a crianças na cena. Detalhes do quadro "A Pátria", de Pedro Bruno (1919).	358
Figura 147: Maior criança da cena, de pé abraçada à bandeira. Detalhe do quadro "A Pátria", de Pedro Bruno (1919).	359
Figura 148: PACHECO, J. Insley. Benjamin Constant Botelho de Magalhães em família. 1882. Carté-cabinet, albumina, fotopintura, 10,5×16,5cm, Rio de Janeiro. FBC. F.014. Museu Casa Benjamin Constant.	360
Figura 149: PACHECO E FILHO. Família Benjamin Constant. 1892. Carté-cabinet, albumina, 10,6×16,4cm, Rio de Janeiro. FBC. F.046. Museu Casa Benjamin Constant.....	361

Figura 150: Família de Benjamin Constant. Museu Casa Benjamin Constant.	
01.05.2020.....	362

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tabelas contidas no Laudo do Engenheiro Mario Pinheiro Motta. Sem data	286
Tabela 2: Netos por parte da filha Adozinda. Elaborado a partir dos dados disponíveis em <www.geni.com>. Acesso em 01.01.2019.....	355
Tabela 3: Netos por parte da filha Alcida. Elaborado a partir dos dados disponíveis em <www.geni.com>. Acesso em 01.01.2019.	358
Tabela 4: Netos por parte da filha Bernardina. Elaborado a partir dos dados disponíveis em <www.geni.com>. Acesso em 01.01.2019.....	359

Lista de Abreviaturas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto as narrativas que expressam o fortalecimento da figura de Dona Yayá a partir da década de 1990, quando se acirra a disputa pela enseada do Imbuhy, ocupada há mais de um século por uma comunidade majoritariamente pesqueira. Trata-se da chamada Aldeia Imbuhy, cujas terras foram recentemente reintegradas¹ ao patrimônio da União (entre 2015 e 2020) sob a justificativa de estarem situadas em terrenos de marinha², em zona de servidão militar³ e, principalmente de que se tratava de posseiros em área de segurança nacional⁴.

A Aldeia Imbuhy situava-se nas proximidades do Forte Imbuhy – ou o contrário, já que os moradores afirmam que seus antepassados habitavam a área antes da fortificação se instalar.

O Forte foi construído na chamada ponta do Imbuhy, sobre a rocha e a Aldeia ocupava parte da enseada.

¹ No dia 23 de junho de 2015, em cumprimento à uma ordem judicial de reintegração de posse, foram demolidas as três primeiras casas dos moradores do Imbuhy; pouco tempo depois, nos dias 7, 8 e 9 de dezembro de 2015, ocorreria o cumprimento da segunda e maior ordem judicial de reintegração de posse, quando foram demolidas dezenove casas; no ano seguinte, no dia 13 março de 2016, ocorreu a terceira reintegração e foi derrubada uma casa; ainda no mesmo ano, a quarta reintegração foi concretizada e foram removidas mais duas casas; em 18 de dezembro de 2016 a quinta ordem judicial de reintegração foi cumprida, quando foram removidas outras duas casas; no ano seguinte, em 01 de dezembro de 2017 ocorreu a sexta reintegração, ocasião em que foi demolida mais uma casa; em maio de 2019, a sétima ordem judicial de reintegração de posse foi cumprida e houve a remoção de mais uma casa; a oitava reintegração ocorreu em agosto do mesmo ano e atingiu mais uma casa; ainda em setembro naquele ano a nona reintegração foi cumprida e foi removida mais uma família; somente no ano seguinte, em fevereiro de 2020, a décima e última ordem judicial de reintegração de posse foi cumprida, quando foi removida a 32ª casa.

² Pertencem à União Federal e ocupam, na costa marítima, a área compreendida a partir da linha de preamar, ou seja, a média das marés altas, até 33 metros em direção à terra. A média das marés altas considerada, de acordo com o Decreto-Lei 9760/46, é a do ano de 1831.

³ Compreende a demarcação de 600 braças (1.320m) em redor da esplanada das praças de guerra, fortalezas e pontos fortificados, como se determina no artigo 22, Título 2 do Regulamento Provisional do Real Corpo de Engenheiros, baixado por Portaria de 12 de Fevereiro de 1812.

⁴ Está relacionada à Lei de Segurança Nacional (LSN). A Lei 38, de 4 de abril de 1935, deu origem a diversas LSN posteriores com a finalidade de definir crimes contra a ordem política e social, transferindo para uma legislação especial (de regime mais rigoroso) os crimes contra a segurança do Estado. Atualmente vigora a Lei 7.170, promulgada em 14 de dezembro de 1983.

São consideradas áreas de segurança nacional todas aquelas que possuem caráter sensível frente à possibilidade de ser alvo de sabotagens e atos terroristas contra a ordem vigente, podendo desestabilizar a segurança do Brasil, tais como as de bases militares, barragens de usinas hidroelétricas, geradoras de energia (termoelétricas e nucleares), fábricas de armas, explosivos e munições, regiões de fronteiras internacionais, etc..

Localizada no bairro de Jurujuba, Niterói, no litoral do Rio de Janeiro, ao norte da barra da Baía de Guanabara, a Aldeia fazia, portanto, parte do Leste Metropolitano. Como estava entre dois fortes, seu acesso era feito preferencialmente pela Guarda do Forte Rio Branco (Jurujuba) – que corresponde à menor distância até a concentração dos serviços urbanos – ou pela Guarda da Lagoa (Piratininga) – pertencente à região oceânica, onde se concentram as melhores praias da cidade –, mas há registros de divergências desde 1887 a respeito do caminho cotidianamente utilizado como passagem pelos pescadores.

Apesar da delimitação temporal e espacial, que situa a controvérsia entre o Exército e a comunidade em questão, a área como um todo, já foi objeto de grilagem e algumas disputas territoriais anteriores foram parar na justiça. Sua complexidade é incontestável.

De acordo com a União, algumas transações apontam para elaboradas tramas envolvendo fraude e a sobreposição de registros, o que pode configurar má fé dos envolvidos e negligência dos cartórios da região.

Os moradores afirmam que essas transações não envolveram a Aldeia. Apesar disso não negam a existência de posseiros, mas boa parte deles seriam descendentes da comunidade tradicional de pescadores que já existia antes da chegada do Exército. Entretanto, afirmam que também havia propriedades ali e apesar de toda a comunidade ter sido removida, ainda há processos discutindo essa questão.

Na história local algumas personalidades marcantes permaneceram vivas, dentre tantas que sucumbiram ao apagamento: Bonifácio Gomes da Costa, José Brum de Mattos (o Sr. Candora), Otto Gutierrez Simas e Flora Simas de Carvalho (a Dona Yayá) são os mais marcantes exemplos.

Não por acaso o fortalecimento da identidade da mais representativa delas tem papel fundamental neste estudo, que tem como objetivo geral demonstrar que a disputa fundiária e subjetiva travada entre moradores e militares (União Federal) pela Aldeia Imbuhy impulsionou a produção de um sistema simbólico formado pelas memórias, a identidade e o discurso produzido pela comunidade, o que potencializou a capacidade de [re] definição do território em disputa, a partir da figura da Dona Yayá, personalidade representativa de uma interface entre a história “oficial” e o modo de vida existente na comunidade, motivo pelo qual se creditou a

ela, entre outras personalidades possíveis, a legitimidade da representação comunitária, já que era capaz de associar elementos comuns a ambos os lados da disputa, possibilitando, de certa forma, apontar um caminho para o entendimento esperado pelos moradores

A problemática levantada neste estudo está no centro de uma disputa territorial, de uso, de poder e em última análise, de sentidos, pois a Aldeia Imbuhy, apesar de definida pelos líderes dos moradores como uma comunidade de tradição pesqueira com uma dinâmica própria de construção da vida social, pelo estreito relacionamento com os militares – utilizando-se da mesma passagem, compondo sua paisagem, submetendo-se às suas regras e participando de sua rotina – acabou, ao longo dos anos, por se confundir com a própria área militar.

Trata-se de uma comunidade centenária, formada até 2015 por 32 famílias que afirmam terem sido seus antepassados os pioneiros na ocupação da área. De acordo com o projeto de resolução n.º 81/2015 do gabinete do deputado Waldeck Carneiro - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, desde o fim do século XVIII há registros de nascimentos na localidade, mas diferentes tipos de narrativas relacionam a origem da Aldeia ao estabelecimento da família da Dona Yayá, em 1886, vinda do Recife.

Hoje se sabe que a comunidade já existia desde pelo menos 1863, de acordo com pesquisa realizada pelos moradores, certificada pela Historiadora da Universidade Federal Fluminense, a Professora Dra. Márcia Maria Menendes Motta.

Mais conhecida como Dona Yayá, a moradora Flora Simas de Carvalho (1861-1963) foi a escolhida para representar o povoamento na área tanto como forma de reivindicação de visibilidade associada ao modo de vida tradicional decorrente da pesca artesanal, principal atividade exercida por uma comunidade esquecida dentro de um Forte Militar – ainda que a ocupação local tenha sido anterior ao seu estabelecimento –, quanto pela associação da sua imagem à história “oficial”, o que conferiria de certa forma, importância à comunidade, bem como credibilidade para falar de si.

Esse recurso ao fortalecimento da identidade foi o último suspiro de resistência desta comunidade que, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecida pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), pode ser reconhecida como tradicional e extrativista marinha já que sustentou sua origem na pesca artesanal da Baía de Guanabara, um território disputado por múltiplos agentes que tem como provável consequência futura o risco dessa atividade não resistir.

Dáí a necessidade de provar que, numa outra escala, valorizando mais o cotidiano e menos o conflito, havia uma identidade própria a ser preservada naquele espaço e essa poderia ser a única chance que os moradores teriam de não ficarem desabrigados.

A localidade reinventou sua própria história e escolheu uma figura representativa para a história “oficial” que a identificasse. Ainda que de fato Dona Yayá não tenha sido pioneira na ocupação da área, ela atingia o objetivo que girava em torno do fortalecimento da identidade local, numa conjuntura em que a coesão poderia fazer toda a diferença.

Essa estratégia comunitária no âmbito local não é inédita, para além de muitas comunidades lançarem mão desse recurso, numa outra escala e período temporal completamente diferentes, nossa mente remete a um exemplo clássico: a própria construção da identidade brasileira, um processo histórico, cultural e político iniciado com a independência, em 1822 – ligado à necessidade de coesão social tanto para justificar a existência de um Estado quanto para sustentá-lo – no qual foram criados os símbolos culturais nacionais e forjados os nossos heróis, para dar origem a uma cultura brasileira comum, a uma identidade que se sobrepusesse às manifestações culturais regionais e promovesse o sentimento de pertencimento, de nacionalidade, de unidade.

Era exatamente esse o papel que se esperava da figura da Dona Yayá, enquanto portadora de significados compartilhados: os líderes locais acreditaram que a suposta “matriarca da comunidade” seria capaz tanto de promover a coesão dos moradores quanto de sustentar a permanência da Aldeia Imbuhy.

Dona Yayá emerge como figura representativa da cultura local escolhida/aceita pela comunidade. Segundo relatos orais e publicações diversas, ela teve sua história pessoal atravessada pela história “oficial” do Brasil, quando aos 16 anos de idade recebeu do Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo

Provisório, por intermédio de seu pai, o Sr. Manoel Inácio de Simas, o pedido para bordar o primeiro pavilhão nacional.

Dona Yayá teria confeccionado duas bandeiras, a primeira em tecido de algodão e a segunda, em seda. De acordo com Ferrarini (1979, p.67-69) o resultado do seu trabalho foi hasteado às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro e foi estabelecido como símbolo do Brasil pelo Decreto n.º 04, de 19 de novembro do mesmo ano, porém o dia da Bandeira passou a ser oficialmente comemorado somente a partir de 19 de novembro de 1908.

Na Aldeia Imbuhy, comunidade formada majoritariamente por pescadores artesanais⁵, Dona Yayá conheceu e casou com o Líder dos Pescadores local, conhecido como “Chico Bessa”, e com ele teve sete filhos (Francisca, Hugo, Roberto, Álvaro, Alice, Celina e Dila) e aproximadamente quarenta netos.

De acordo com moradores, e confirmado por seu bisneto Carlos Antonio Raposo Vasconcellos, pelo menos 40% da população⁶, recentemente dispersada pelas remoções, era descendente desta mulher⁷, à qual foi conferido o papel central de fortalecimento da identidade na comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy.

Conforme mencionado, a precedência da ocupação da área é disputada entre o Exército e os moradores da comunidade.

De acordo com a narrativa histórica local que foi sendo tecida ao longo dos anos, composta por relatos orais e registros escritos que foram sendo recuperados, teria a comunidade nascido antes da chegada dos militares e do Forte do Imbuhy ser erguido.

Já na versão do Exército a área teria um uso anterior à ocupação, voltado para a Defesa Nacional, e devido às dificuldades de acesso teriam sido concedidas autorizações para o estabelecimento de civis que mantinham alguma relação com os militares, o que teria originado a comunidade, como seria o caso da Dona Yayá, de acordo com a narrativa “oficial”, expressa no processo judicial.

A Aldeia Imbuhy ficava entre duas fortificações: o Forte Rio Branco e o

⁵Atividade tradicional praticada na área antes mesmo dos tempos de Dona Yayá.

⁶Conforme levantamento em diversos periódicos consultados.

⁷ É da mulher, da mãe, o papel de instrução em comunidades tradicionais, via oralidade, uma vez que especificamente no caso dessa atividade, é ela quem fica “em terra” e cuida da família enquanto o marido pesca.

Forte Imbuhy. De fato essas construções fortificadas tiveram importantes e estratégicos papéis na defesa da entrada da Baía de Guanabara.

O Forte Rio Branco tem origem num Reduto subordinado à Fortaleza de Santa Cruz, a primeira e principal fortificação da Baía de Guanabara, mas em 1730 já havia sido armado. Já a construção do Forte Imbuhy teria iniciado em 1863 e, interrompida, somente foi concluída em 1901. Esta fortificação abriga atualmente, no âmbito militar, o 21.º Grupo de Artilharia de Campanha e o Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército, que construiu um hotel de trânsito⁸ para militares e um centro de convenções, alvos de muitas críticas⁹ (por parte dos moradores) que não serão aprofundadas nesta abordagem por não se tratar do nosso objetivo.

Contraditoriamente a ação que ameaça de extinção a Aldeia Imbuhy foi movida pelos próprios moradores, em razão de restrições a eles impostas¹⁰. Eles perderam na primeira e na segunda instância.

Em decisão de 27 de abril de 2015, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a determinação do Tribunal Regional Federal (TRF) que obrigava os moradores a desocuparem a área, conforme voto e relatório do Ministro Humberto Martins ao recurso especial nº 1.165.680-RJ (2009/0214772-9)¹¹. Firmada a decisão, a remoção¹² dos primeiros moradores ocorreu no dia 23 de junho de 2015.

Apresentamos como hipótese o fortalecimento da identidade da comunidade Aldeia Imbuhy, apoiado na figura de Dona Yayá, a partir da década de 1990, visando

⁸ Os Hotéis de Trânsito têm como finalidade proporcionar hospedagem para os militares em trânsito ou a passeio. Normalmente são obedecidas algumas precedências na reserva: pessoal militar (e família) designado para servir na área de abrangência do hotel, militares a serviço e militares da reserva.

⁹ Para ter acesso a uma abordagem nesse sentido, consultar Nunes, 2017.

¹⁰ A Moradora entrevistada Lucia Helena Costa Nogueira da Gama chegou a falar em ação mal conduzida, revertida pelo Exército em reintegração de posse.

¹¹ (...) foi proferida sentença, na qual se consignou comprovado, por fatos trazidos aos autos, que a União seria proprietária da área e que os autores seriam ocupantes que ali estavam devido à anuência histórica dos comandos militares. Porém, foi firmado que não seriam possuidores, com base no farto acervo probatório dos autos. (Consulta ao Processo nº 95.00504537. Documento: 46084445. Relatório, Ementa e Voto, p.6. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=46084445&num_registro=200902147729&data=20150420&tipo=91&formato=PDF>. Acessado em 20/09/2015).

¹² Em nota o Exército afirmou que “*cumpra o que é determinado em sentença judicial*”, “após os moradores não respeitarem, de forma voluntária, o prazo de saída estipulado pela Justiça”. Sobre a situação das famílias despejadas, alegou que “*estudos e tratativas para uma possível realocação desses moradores não foram levadas a diante, já que parte significativa não concordou nem com os termos apresentados nem em receber terrenos em outro local*” (WERNECK, Felipe. 2015).

assegurar o direito ao território, conjugado à apropriação simbólica e material que o constitui.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) definir o conceito de território, pressuposto teórico espacial que sustenta o estudo na sua relação social entre a geografia e a história;
- b) definir e delimitar a área e o período de estudo a partir de um histórico mais abrangente da localidade, levando em conta o estabelecimento dos moradores;
- c) considerando que o litoral é marcado por disputas territoriais que envolvem diferentes usos que vão sendo ressignificados ao longo do tempo e que, associado ao poder, eles definem territorialidades. Indicar as duas principais territorialidades que se processavam na área estudada, relacionadas simultaneamente à defesa e à pesca.
- d) discutir a metodologia de História Oral, o caminho de pesquisa planejado para alcançar o objetivo geral, e os conceitos de memória e identidade associados;
- e) tornar transparente, a partir do relato da autora sobre a experiência acadêmica proporcionada pela pesquisa, a trajetória trilhada para alcançar o resultado – entre oportunidades e dificuldades que se colocaram –, dando visibilidade àquelas notas do caderno de campo que contribuíram para tornar única a aplicação de cada conceito associado. Apesar da sua importância na estruturação do pensamento, de outro modo elas estariam fadadas a desaparecer;
- f) resgatar, através dos diferentes tipos de narrativas que constituem a história do tempo presente, tais como depoimentos e publicações diversas (Jornais, revistas, livros, leis, decretos, ações judiciais, etc.), as versões sobre o processo de ocupação da área;
- g) dar visibilidade aos personagens que se destacaram nas falas dos moradores, com a finalidade de evitar que, na ansia de demonstrar o protagonismo da Dona Yayá, seja produzido um apagamento da riqueza da história local, que ainda tem muito a explorar e está disponível para outras pesquisas; e
- h) apresentar a Dona Yayá, antiga moradora, falecida há mais de 50 anos, que,

por ser capaz de vincular a história local à nacional, foi recuperada pelos líderes comunitários para promover um eficaz fortalecimento da identidade que ao mesmo tempo produzisse sentido para seu antagonista. Ela foi eleita pelos moradores para representá-los em suas especificidades, já que pertencia à uma família de militares, foi a bordadeira da primeira bandeira do Brasil e esposa do líder dos pescadores local, além de guardar vínculo familiar com grande parte da população que até recentemente habitou a área (parentesco direto ou indireto);

- i) discutir a polêmica envolvendo o pioneirismo da Dona Yayá na confecção da bandeira do Brasil republicano, um feito que é disputado entre ela e a esposa e filhas de Benjamin Constant, um dos fundadores da República. Comprometer a autoria desse feito colocaria em risco o significado da representação local da Dona Yayá, pois não se trata só de uma disputa por território, mas de memórias que produzem um sentido.

Inicialmente a história oral foi a Metodologia escolhida para dar corpo a essa pesquisa, uma opção que se justificava pela possibilidade de dar voz¹³ àqueles que mantêm vivos os seus conhecimentos através da oralidade, que é o meio utilizado pelos pescadores artesanais e populações tradicionais de modo geral para transmitir os ensinamentos de geração em geração dentro da comunidade.

O método de história oral na perspectiva recomendada por Alberti (2005) sugere conhecimento prévio sobre a vida do entrevistado, e é composto por muitas etapas (preparação de roteiro prévio para orientar a entrevista, elaboração de termo de cessão de direitos de entrevista, entrevistas gravadas, transcrição e interpretação).

Trabalhamos anteriormente (FERREIRA, 2013) com a produção de fonte primária, a partir da metodologia de história oral, para discutir a busca dos moradores da Comunidade do Jequiá, localizada na Ilha do Governador, cidade do Rio de Janeiro-RJ em comprovar a legitimidade da ocupação da área territorial disputada com a Marinha do Brasil. Naquela situação o risco de remoção despertou-lhes para o fortalecimento da identidade local, ancorado na história “oficial” da própria Força Armada com a qual disputavam a área, através de uma publicação

¹³ Vilanova (In. Ferreira 1994, p. 51) acredita que todos têm voz, só que não ouvimos. Ela afirma que temos o direito de dizer que alguém não tem voz, quando nós é que somos surdos.

chancelada pela Marinha do Brasil¹⁴ que documentava a institucionalização de Colônias de Pescadores Artesanais de norte a sul do país entre 1919 e 1923.

Os moradores em questão construíram uma versão para a ocupação na qual afirmavam terem sido a primeira colônia do Brasil a ser criada. Desconstruímos esse frágil argumento e comprovamos a importância política da comunidade à época, demonstrando que dentre tantas outras no Brasil ela foi a única a possuir um morador que representasse, em nível nacional, os interesses dos pescadores artesanais na primeira diretoria da Confederação Nacional da Pesca, hierarquicamente acima das Federações, que o fazem em nível estadual, e das Colônias, que possuem abrangência municipal. Tratava-se do pescador artesanal Henrique Pereira Fernandes, nomeado como tesoureiro, ao lado dele também compunham a diretoria os jornalistas Francisco de Paula Machado, nomeado secretário e Carlos Maul, nomeado presidente.

Apostar nessa metodologia foi um grande desafio que na época nos foi muito caro pela falta de experiência em sua utilização, mas rendeu grande aprendizado. Entre eles que uma entrevista admite ser conduzida levando em consideração um tema específico ou a história de vida do entrevistado e que é preciso negociar constantemente com o depoente, podendo inclusive haver desdobramentos em mais de um encontro, dependendo da necessidade.

Na atual etapa acadêmica, que tem por objetivo a elaboração de uma Tese que apresente o resultado de uma investigação aprofundada sobre um tema específico, complexo e bem definido, mantendo a capacidade comunicação dentro de uma área de estudos mais abrangente, acrescentando-lhe novos conhecimentos e original contribuição que legitime a obtenção do título de Doutora, a experiência de utilização da metodologia de história oral já aplicada no mestrado foi válida, já que mantivemos a ideia de não produzir sobre a comunidade Aldeia Imbuhy apenas dentro dos padrões da história “oficial” escrita, já praticados pelos “dominantes”, colocando-nos de fora, numa pretensa neutralidade.

¹⁴ Trata-se da obra intitulada *A Missão do Cruzador “José Bonifácio”*: Os Pescadores na Defesa Nacional. A Nacionalização da Pesca e Organização de seus serviços (1919-1923), de autoria do Comandante Frederico Villar, que conduziu a Missão. Vide referências bibliográficas.

Tratava-se de reconhecer que um dos lados da disputa não dominava esses mecanismos de operacionalização e buscar dar voz à comunidade, na sua forma de expressão mais espontânea, praticada e difundida, a partir das memórias dos moradores, na qual estão registradas suas histórias de vida. Aplicar essa metodologia justificava-se porque o movimento que admite a naturalidade do falar sobre si e o seu empoderamento para fazê-lo incorre em menor risco de artificializar, de fora para dentro, o processo da coleta de dados. Acontece que na pesquisa prévia nos deparamos com uma infinidade de registros escritos de outros períodos principalmente sobre o Imbuhy e Dona Yayá e eles não pararam de aparecer ao longo do desenvolvimento do trabalho. Ao mesmo tempo as sucessivas remoções tornavam mais dispersa a população.

Do outro lado da disputa, ao contactar alguns sujeitos comprometidos com a instituição militar, eles não se negaram a falar sobre o tema, porém, como esperado, não aceitaram gravar entrevistas e por dever de ética manteremos suas identidades em sigilo, até porque não houve progresso nessas iniciativas, que não passaram de conversas informais.

Foi aí que resolvemos, especificamente neste caso, não utilizar apenas uma metodologia apoiada em depoimentos orais, relegando papel secundário a fontes escritas que iam se tornando a cada descoberta mais importantes e dando consistência à primeira, tais como notícias de jornais¹⁵, publicações em livros¹⁶ e revistas¹⁷.

O trabalho foi constituído por um tripé de cunho qualitativo¹⁸ – composto por

¹⁵ Selecionamos as notícias de interesse em jornais de grande circulação atuais e antigos (disponibilizados digital e fisicamente, pela família, pelos moradores, pelo sítio dos próprios jornais e pela Biblioteca Nacional) desde o ano de nascimento da protagonista da comunidade para remontar a trajetória divulgada da vida da Dona Yayá, buscando elementos para justificar o fortalecimento da identidade local ancorado em sua figura. As palavras-chaves utilizadas foram *Flora Simas de Carvalho, Iaiá, Yayá, Imbuhy, Imbuí*. Vide lista de Jornais que se encontra nas fontes.

¹⁶ Publicações sobre a confecção da Bandeira Nacional que se encontram nas referências e acabaram servindo também como fontes: FERRARINI, 1979; LACOMBE, Américo J. & CALMON, Pedro, 1988; COIMBRA, Raimundo Olavo; 1972; QUEIROZ, Eneida; CARRILHO, Elaine de Souza; LOPES, Marcos F. de Brum., 2015. Publicações Institucionais a respeito das Fortificações: SOUSA, Augusto Fausto de, 1885; GARRIDO, Carlos Miguez, 1940; BARRETO, Aníbal, 1959; CASTRO, Adler Homero Fonseca de, 2009.

¹⁷ GASPAR, Carolina Barreto da Silva, 2008.

¹⁸ Buscar articular o referencial teórico aos relatos da forma como eles foram efetivamente apropriados em nossa pesquisa, propondo uma reflexão sobre o trabalho de sistematização escrita, que se segue à

história oral e observação participante¹⁹ – e quantitativo²⁰ – que compreende a análise e cruzamento dos dados obtidos. Associados, esses três elementos apresentaram relevância no desvendamento do modo de vida da comunidade, e no futuro podem ser úteis ao fortalecimento da identidade e manutenção da autonomia dos desterritorializados que, expulsos, ainda lutam pelo direito à terra, à praia e ao mar porque não há como dissociar habitação e trabalho numa comunidade pesqueira.

As entrevistas, acabaram por resultar ainda numa pluralidade de fontes apresentadas pelos depoentes, tais como registros paroquiais²¹, certidões de compra de escravos²², escrituras²³ homologadas em cartório, o próprio processo judicial²⁴ e a legislação²⁵ aplicável ao caso.

Alguns documentos oficiais (leis, decretos e o processo judicial) foram apresentados como fontes capazes de permitir enxergar os dois lados do confronto, contudo, um olhar mais atento possibilita perceber que essa normatização vai sendo manipulada a favor dos interesses da instituição, privilegiando-a. O conjunto desses

pesquisa empírica.

¹⁹ O método da observação participante, comumente denominado como trabalho de campo pelos antropólogos, foi sempre utilizado durante as entrevistas, de forma concomitante (Goldenberg, 1997), bastante empregado pela antropologia desde o início do século XX. Este método compreende como etapas de pesquisa a observação in locu, o registro das informações e a análise do material. São considerados seus fundadores Franz Boas e Bronislaw Malinowski que propuseram o estudo aprofundado, baseado na interação e observação direta, de pequenas sociedades não ocidentais. Consiste numa tarefa primordial a qualquer trabalho geográfico e foi desenvolvida com auxílio de técnicas da própria geografia, como mapeamentos e descrições espaciais quantitativas e qualitativas.

²⁰ Visto que esse tipo de abordagem produz uma enormidade de informações qualitativas de difícil mensuração, nos cabe providenciar os meios quantitativos e analíticos para extrair dados e aumentar a eficácia das mesmas.

²¹ Certidões de batismos, casamento e registro de terras: livro da Freguesia de Itaipu.

²² Documento que comprova a propriedade de um escravo pescador

²³ Dois documentos que comprovam a operação de compra e venda de imóveis na localidade.

²⁴ Sob o nº 95.0050453-7.

²⁵ A política Nacional de Defesa, regulamentada pelo Decreto n.5.484, de 30 de junho de 2005; a Estratégia Nacional de Defesa, Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008; a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa, regulamentados pelo Decreto legislativo nº 373, de 26 de setembro de 2013 e a Lei de Comunidades Tradicionais instituída pelo decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Consultamos também as leis e decretos que foram sancionados em favor da comunidade e da memória da Dona Yayá. São elas: o Projeto de resolução nº 81, de 10 de junho de 2015. Concede o título de Benemerita do Estado do Rio de Janeiro “Post Mortem” à bordadeira da Primeira Bandeira da República, Sr.^a Flora Simas de Carvalho, Dona Yayá; a Lei Municipal nº 3.140, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico, histórico e etnográfico da Aldeia Imbuhy.

documentos inscreve a trajetória do conflito.

Desta maneira, é possível uma aproximação entre duas linguagens diferentes que apresentam instrumentos e dinâmicas próprias, uma inscrita sob a ótica da experiência e do cotidiano e a outra sob uma lógica e racionalidade formal. A primeira apresenta-se sob a forma de tradição, representação, cultura e memória e a segunda sob a forma do controle, da legislação, do domínio e do poder.

Portanto associar os registros orais e escritos e trabalhar de forma mais genérica com as narrativas pareceu-nos a melhor opção para atender aos dois lados da disputa. Partindo para os termos práticos, normalmente o pesquisador precisa optar entre os dados obtidos na pesquisa, coletados de forma oral e/ou escrita, pelo que se adequa mais ao perfil de seu estudo. Ao contrário, decidimos então que eles não deveriam ser dissociados, e sim, complementarem-se.

De um lado priorizamos os depoimentos dos líderes comunitários e dos parentes da Dona Yayá, associados às publicações escritas. E do outro os documentos, que testemunham a legalidade e a racionalidade do Estado. Foi dessa associação que surgiu a possibilidade de trabalhar, de forma mais geral, com as narrativas.

Ao resgatar o que foi registrado sobre a fortificação e sobre a comunidade nos depoimentos orais, na imprensa, nos processos judiciais, leis, decretos, livros, entre outras publicações, a intenção foi comparar no conjunto, analisar individualmente, contextualizar, produzir um novo registro e assegurar que esses dados não se perdessem.

Na impossibilidade real de realizar entrevistas com todos os moradores da área estudada, selecionamos os líderes da comunidade²⁶, além de familiares da Dona Yayá, que não necessariamente chegaram a residir na comunidade, mas tiveram, em algum momento, através da vivência ou da memória familiar adquirida, uma experiência pessoal com a área e com a própria matriarca da família.

As entrevistas gravadas foram devidamente concedidas pelos entrevistados, conforme preconiza a metodologia de História Oral, através de termo de cessão de direitos sobre depoimento oral, assinado após a tomada dos depoimentos.

²⁶ A amostra corresponde a 5% do total de moradores que residia no local. Estão entre os entrevistados os seguintes moradores: Ailton Nunes Navega e Lucia Helena Costa Nogueira da Gama.

Por se tratar de uma área militar, de entrada e saída controladas, pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas para acessá-la. Deve-se considerar ainda que durante o processo seletivo para o Doutorado os primeiros moradores foram removidos, o que não inviabilizou o tema, já que, mesmo desterritorializados (Haesbaert, 2004) a luta deles continuava.

A cada remoção tornava-se mais difícil o contato com aqueles que ainda estavam lá dentro, pois o medo de gravar entrevistas aumentava. Ao mesmo tempo as famílias que saíam ficavam mais acessíveis, contudo, havia o fator negativo da dispersão natural, já que não houve esforço dos órgãos governamentais para manter a coesão dos moradores. Dividir é enfraquecer.

O argumento para permanecer com o tema passou a ser: ainda que todas as famílias fossem removidas, isso não invalidaria o trabalho, pois contribuiria para pensar essa expropriação como inserida numa realidade que abrange comunidades pesqueiras em todo o litoral do Brasil. Além disso, a expropriação da terra consiste na última etapa do processo de expulsão de uma comunidade remanescente tradicional, pois há mil formas de se expulsar, a começar pelas alterações promovidas externamente em seu modo de vida, seja pelo Estado, pelos grandes agentes hegemônicos, pela especulação imobiliária, pelo turismo ou pela brusca interferência de outros modos de vida, o que resulta em grande dificuldade em manter a comunidade em seus princípios, suas tradições e sentido.

Quanto às nossas escolhas conceituais, trabalharemos principalmente com uma referência espacial: território. Também serão utilizados os conceitos de memória e identidade.

Em relação à organização do trabalho, o assunto será tratado em seis capítulos, que se destinam a atender aos objetivos nove específicos já expressos acima.

O conceito de território é abordado logo no primeiro capítulo e corresponde ao primeiro objetivo específico.

A contextualização da área (localização, histórico e ocupação) é objeto do segundo capítulo, atendendo ao segundo objetivo específico.

As territorialidades identificadas são abordadas no terceiro capítulo, em conformidade com o terceiro objetivo específico.

No quarto capítulo é apresentada a história oral como metodologia escolhida para trabalhar o tema. Memória e identidade são discutidas como seus pressupostos teóricos. Esse capítulo visa dar conta do quarto objetivo específico.

O quinto capítulo atende a três objetivos específicos: o quinto, sexto e sétimo.

O último capítulo se refere ao oitavo e nono objetivo específico e pretende apresentar a Dona Yayá, discutir seu significado para a comunidade e as disputas de sentido nas quais seu nome está envolvido.

O capítulo de abertura, **1. TERRITÓRIO NA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE, TEMPO E ESPAÇO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS**, elege o território como principal conceito a ser abordado, buscando contribuir, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social – que tem justamente essa categoria de análise geográfica como área de concentração –, para pensar as relações sócio-espaciais que orientam conflitos e estratégias de [re] ação.

O capítulo se divide em três itens e é essa profícua colaboração entre os campos de Geografia e História norteia o primeiro deles, **1.1 Geografia e História: por uma leitura social do território**.

O segundo item, **1.2 Precedentes: a experiência que ajudou a definir a atual escolha conceitual**, tem por objetivo justificar nossa escolha conceitual vigente. Como se trata de uma opção pessoal, devendo ser amparada no próprio aprendizado acadêmico, optamos por rememorar a pesquisa anterior, recuperando os principais conceitos que ajudaram a delineá-la, bem como a forma com que eles foram alinhavados, até porque o trabalho atual é resultado de uma moderada caminhada que merece continuação, já que não páram de crescer as disputas sobre territórios pesqueiros.

O terceiro item é mais teórico e tem por objetivo dialogar sobre a construção do conceito de território enquanto categoria de análise geográfica, sua contribuição para a história social e, principalmente sua apropriação e emprego no trabalho em tela: **1.3 Revisando o conceito de território, uma das categorias Geográficas**. A abordagem inicia pela associação clássica entre o espaço, o Estado e o poder em Ratzel.

O segundo capítulo, **2. OCUPAÇÃO E PROPRIEDADE NA ÁREA DO IMBUHY**, se propõe a fazer uma contextualização da área e, de certa forma,

contribui para delimitar a abordagem. Ele se divide em três itens:

O primeiro, **2.1. Localização**, delimita espacialmente a área de estudo.

O segundo item, **2.2. Histórico da área**, aborda toda uma questão de registros sobrepostos que geraram a desconsideração das propriedades dos moradores.

O último item, **2.3. O estabelecimento de moradores na Praia do Imbuhy: uma colcha de retalhos**, merece destaque. Nele será possível demonstrar, através de registros paroquiais, tais como Escrituras de Terras, Certidões de Batismos e de Casamentos, a existência de ocupação e propriedades particulares na área desde pelo menos meados do século XIX.

No terceiro capítulo, **3. DUAS PRÁTICAS ESSENCIALMENTE TERRITORIALISTAS: A MILITAR E A PESQUEIRA**, caberá expressar que, por diferentes motivos, os dois grupos que disputavam a área caracterizavam-se como territorialistas. Ele se divide em três itens.

No primeiro item, **3.1. Territorialidade: a face vivida do poder sobre uma porção precisa do espaço**, trabalharemos com a concepção de territorialidade de Raffestim (1993) e Corrêa (1996). Ele se divide em cinco subitens, (3.1.1- 3.1.5), que expressam a aplicação do poder na forma das restrições vividas pelos moradores em relação às suas casas, à praia, à escola, ao clube e ao futebol.

No item seguinte, **3.2. O Forte Imbuhy no contexto das fortificações que exerceram domínio no entorno da Baía de Guanabara: a vocação defensiva e os indícios de uma territorialidade militar**, descreveremos inicialmente a entrada da Baía de Guanabara, buscando demonstrar sua apropriada condição natural para a defesa do Rio de Janeiro, promovida, a partir do século XVI pela construção de fortificações. Algumas permanecem como *rugosidades* no espaço, associadas a outras formas, que representam diversos outros períodos e foram assumindo *novas funções*, como nos ensina Milton Santos.

a localização estratégica das Fortificações marcava a vocação defensiva da área, mas não raro, comunidades se formavam nas suas proximidades, visando beneficiar-se da infraestrutura, tal como abastecimento de água por exemplo.

As fortificações em questão, construídas entre os séculos XVI e XIX em razão do processo de conquista e exploração econômica do território, tinham como

finalidade a defesa das fronteiras e a manutenção da soberania e dos direitos de navegação. Muitas dessas fortificações, que marcam um entendimento de defesa hoje já ultrapassado, guardam o passado exercendo a função de museus, já que as ameaças do presente são muito mais tecnológicas. Outras, como o Forte Imbuhy – que chegou a sediar o Museu da Artilharia na década de 1980²⁷ – receberam novas incumbências e estão em operação.

No último item deste capítulo, **3.3. Evidências de uma territorialidade pesqueira na área do Imbuhy**, buscaremos demonstrar que o modo de vida da comunidade estava pautado na pesca artesanal, atividade muito antiga, que utiliza técnicas que possuem raízes na cultura indígena, portuguesa e africana²⁸, nossas matrizes, que possuem representação na área de Jurujuba.

Serão apresentados documentos do século XIX que comprovam a existência da atividade, tais como publicações anuais no Almanake Laemmert fazendo referência à atividade e uma certidão de compra e venda de escravo descrito como pescador.

O fato de a própria Dona Yayá mais tarde ter se casado com o líder dos pescadores local também aponta na direção da existência uma comunidade pesqueira na área.

O caminho de luta pelo direito ao território vai sendo traçado pelos moradores através da resistência/ [re]existência pautada na possibilidade de se reinventar e lutar para continuar a existir. Assim como essa, comunidades inteiras que não paravam para refletir sobre suas práticas precisam se reinventar a partir de um olhar para a própria tradição, para seu significado. Esse processo tem como retorno o fortalecimento da identidade, que será trabalhado no capítulo 4.

O Geógrafo Paula (2018), ao analisar 71 dissertações e teses, defendidas por geógrafos entre 1982 e 2015, evidencia a emergência de conflitos por território (terra e água) em todo o país, relacionados principalmente às questões fundiárias, turismo, unidades de conservação e especulação imobiliária envolvendo na pescadores

²⁷Fruto de uma parceria entre o Exército e a Prefeitura de Niterói que não foi adiante.

²⁸ GANDON, (1997, p.150) aponta a possível origem de três tipos de embarcações, que associadas a essas matrizes, caracterizam a pesca artesanal da região da baía de Todos os Santos: a jangada – de origem índia –, a canoa – cuja origem é difícil de precisar pois tanto pode ser atribuída aos africanos quanto aos tupinambás –; e as embarcações de tradição mediterrânea, como saveiros e lanchas.

artesanais. Segundo ele, como estratégia de resistência as comunidades e movimentos sociais de pescadores constituem territórios de luta, e reivindicam políticas públicas próprias para comunidades e povos tradicionais.

Nesta direcção, em busca de protecção jurídica, tanto ao grupo quanto à sua área de atuação, amparados pelos recentes avanços da legislação de Comunidades Tradicionais os moradores da Aldeia Imbuhy conseguiram o seu reconhecimento municipal como Comunidade tradicional, mas comprovar as evidências de uma territorialidade tradicional pesqueira não seria o bastante para permanecer ocupando aquelas terras, disputadas com uma instituição tão territorialista quanto é o pescador e que faz parte da *ossatura* do Estado capitalista e seus aparelhos (tais como justiça, exército, administração, polícia etc.) para usar um termo de Poulantzas (2000, p. 48-53).

O quarto capítulo pretende dar conta da metodologia escolhida para trabalhar o tema, **4. A METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL, OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ASSOCIADOS E O CAMINHO EFETIVAMENTE PERCORRIDO**. No caso específico do Imbuhy as memórias de uma comunidade tradicional pesqueira ressurgem com mais intensidade do que a realidade pesqueira de fato vivida pela maioria da população, já tão expropriada em seu sentido, mas como a pesca nunca deixou de ser praticada, os moradores continuam se reconhecendo como comunidade tradicional, o que envolve memória e identidade. Ele se divide em três itens a saber:

No item **4.1. História Oral**, a metodologia é efetivamente abordada.

No item **4.2. Memória como elemento constituinte e fundador da identidade: da representação à resistência**.

O item **4.3. Os colaboradores entrevistados**, apresenta as pessoas que foram selecionadas para a empreitada de desvendar a comunidade. Ele se divide em quatro subitens, sendo que os dois primeiros se referem às duas netas mais velhas da Dona Yayá e os dois últimos são moradores e líderes comunitários:

4.3.1. Lucy Vasconcellos Chaves, 4.3.2. Iza de Azevedo Rowlands, 4.3.3 Ailton Nunes Navega e 4.3.4. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama

O quinto capítulo, **5. NARRATIVAS ORAIS E ESCRITAS QUE EVIDENCIAM UMA DISPUTA DE MEMÓRIAS: PRESENTE E PASSADO**

NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE, busca valorizar os relatos, tanto selecionados em pesquisa quanto produzidos em campo.

No primeiro item do capítulo, **5.1 Campo, encontros e descobertas: bastidores da experiência de pesquisa no relato da autora**, documentamos os bastidores da concepção do trabalho, desde o processo de idealização do tema à sua produção em si, uma espécie de Making-of, já muito comum em cinema e televisão, que teve origem no início do século XX. Trata-se de uma contextualização do ponto de vista da autora que, pela sua riqueza de detalhes e pela forma de relato, na primeira pessoa do singular, não caberia na introdução, funcionando em parte como a memória de um trabalho de memória, portanto não poderia ser alocado em outro lugar que não fosse o início do capítulo central do trabalho, o que trata das narrativas.

Esse item se divide em seis subitens. O primeiro, **5.1.1 O encontro de almas mais improvável: a pesquisadora e o narrador**, relatamos como ocasionalmente tomamos conhecimento sobre o tema, aos moldes dos muitos trabalhos etnográficos que compuseram nossas leituras, sem tamanha pretensão, mas apenas influenciados pela leveza da forma antropológica de contextualizar o leitor e conceder o crédito àqueles que, de forma participativa, contribuíram para a execução da pesquisa, apresentamos nosso primeiro contato com o tema.

No segundo, **5.1.2 A construção da árvore genealógica**, demonstramos que tanto as conversas informais quanto as entrevistas pediam um complemento sobre as ligações familiares que iam além das informações prévias buscadas nas publicações. Construímos com esse objetivo uma árvore genealógica utilizando o Family Tree - Geni, uma rede social que optamos por manter fechada. O que era para ser inicialmente usado como apoio acabou nos conduzindo até as bases do Myheritage, onde tivemos acesso a uma série de documentos cartoriais de nascimento, óbito e casamentos.

Durante a construção da árvore genealógica, ao contatar os descendentes da Dona Yayá para compô-la tomamos conhecimento de muitas histórias pessoais, entre elas destacou-se a mobilização familiar para desfazer um mal-entendido envolvendo uma das suas trinetas que assimilou o episódio da confecção da primeira bandeira republicana, narrado pela família com orgulho e ao reproduzi-lo na escola decepcionou-se com a indiferença e descrença dos ouvintes. Diante da negligência desproposita do educador, proveniente do desconhecimento a respeito da matéria, a família resolveu

comprovar o feito com documentos, desfazendo, momentaneamente o mal-estar gerado por aquela situação para a menina, de apenas 9 anos. Desejosa de que a história se propagasse a Sra. Sônia, viúva do Nelson, neto da Dona Yayá e vó da menina, ao relembrar a história resolveu nos enviar os mesmos documentos, um desdobramento comum nas entrevistas, mas inesperado nesse tipo de contato. Tamanha generosidade merecia retribuição, assim surgiu o subitem **5.1.3 Reparando um constrangimento sofrido na escola.**

O quarto subitem **5.1.4. Pelos Museus**, registra uma corrida pelas instituições apontadas nas narrativas orais e escritas para averiguar o reconhecimento da Dona Yayá como bordadeira da primeira bandeira do Brasil republicano.

Ao superar o relato pessoal sobre os bastidores da dinâmica de construção do nosso objeto, voltemos nosso olhar para o caminho percorrido para construir uma narrativa crítica sobre a colcha de retalhos que foi sendo tecida pela comunidade numa interseção entre relatos orais e escritos. Neste ponto nos ocuparemos do item **5.2. Algumas famílias que fizeram história no Imbuhy**. Três personalidades lembradas pelos moradores do Imbuhy merecem destaque, veja os subtítulos abaixo:

5.2.1 Sr. Candora: um representante da influente família Brum;

5.2.2 Bonifácio Gomes da Costa: o primeiro Comandante do Forte Imbuhy;

5.2.3 Otto Gutierrez Simas: um parente da Dona Yayá.

O primeiro era comerciante e muito conhecido na área, avô da moradora Vera Lucia Araújo Mattos.

O segundo foi Comandante do Forte Imbuhy e chegou a ser inquilino da casa mais antiga da Aldeia, que pertenceu a uma família citada no Almanake Laemmert no séc. XIX e que mais tarde foi comprada pelo seu filho. Posteriormente foram construídas duas outras casas ocupadas por seus descendentes, entre eles a bisneta Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama.

O terceiro e último tratava-se de militar de alta patente, sobrinho da Dona Yayá.

O sexto e último capítulo, **6. DONA YAYÁ, A MORADORA QUE BORDOU A PRIMEIRA BANDEIRA DO BRASIL: UM TÍTULO EM DISPUTA**, é o que mais se aprofunda sobre a vida da Dona Yayá.

Buscamos demonstrar em quatro itens quem foi essa antiga moradora escolhida para representar a comunidade.

No primeiro item, **6.1 Quem foi a Dona Yayá?**, apresentamos a moradora.

No segundo item, **6.2 “Bordadeira da primeira bandeira do Brasil Republicano”, o disputado título que refletiria a importância nacional da Aldeia Imbuhy**, abordamos o feito dela e as pequenas polêmicas que envolvem essa narrativa, tais como quais foram as bandeiras que bordou, o lugar onde o trabalho foi executado, e o lugar onde ela estaria guardada. Inúmeras são as fontes que apontam para a Dona Yayá como a pioneira na execução desta tarefa.

No terceiro item, **6.3 De esposa do líder dos pescadores local a matriarca do Imbuhy: a condição de comunidade tradicional pesqueira**, é privilegiado o papel que Dona Yayá exercia dentro do Imbuhy no que tange ao funcionamento da comunidade, o de esposa de pescador.

No quarto item, **6.4 A associação entre o Quadro a Pátria e a primeira Bandeira do Brasil: A invenção da tradição**, buscamos demonstrar que para além da disputa territorial, o próprio feito que engrandece a figura que representava a comunidade é parte de uma disputa de sentidos.

Dividimos o item em dois subitens.

No primeiro subitem, **6.4.1 O significado da polêmica cena do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno**, o objeto central é o próprio quadro.

Já o segundo subitem, **6.4.2 Duas matriarcas em disputa pelo protagonismo da cena representada no quadro A Pátria**, se atém à questão da associação entre a confecção da primeira Bandeira do Brasil Republicano e a cena representada no quadro. Envolvidas na polêmica estão família de Benjamin Constant e a de Dona Yayá, representadas por duas mulheres fortes que disputam o protagonismo da mesma.

Ainda que a comunidade e parentes da Dona Yayá se identifiquem com a cena, pintada trinta anos depois da Proclamação da República, não há elementos que garantam que tenha sido representada a confecção da primeira bandeira bordada por ela, invisibilizada em meio ao seu próprio cotidiano.

E embora a esposa (e filhas) de Benjamin Constant também tenha bordado, no ano seguinte à Proclamação da República, duas Bandeiras Nacionais, é fato que a primeira não foi de sua autoria, mas essa família representava uma figura política da sociedade, que faleceu no ano seguinte à Proclamação da República que ajudou a idealizar. Ele seria digno de uma homenagem, mas o autor do quadro nada relata sobre isso.

Para além de toda e qualquer história oficial padronizada, homogeneizada, contada de cima para baixo e fomentadora de discórdias, há as histórias locais, por natureza plurais. Entre elas está a da Dona Yayá como matriarca da comunidade, escolhida entre tantos outros pontos de vista que poderiam ser valorizados.

1. TERRITÓRIO NA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE, TEMPO E ESPAÇO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Neste capítulo será trabalhado o conceito de território, muito discutido na Geografia, para embasar a discussão sobre um problema que aflinge muitas comunidades tradicionais pesqueiras: o fundiário.

Recentemente extinta, a Aldeia Imbuhy foi uma comunidade estabelecida no bairro pesqueiro de Jurujuba- Niterói.

A disputada entre militares e remanescentes de pescadores intensificou-se na década de 1990, quando após sofrer algumas restrições, em razão de incidentes ocorridos, parte dos habitantes se organizou numa Associação de Moradores e passou à esfera jurídica.

Diferente de outras disputas individuais que chegaram à justiça, a partir de então os moradores passavam a estar ancorados num movimento social urbano, o que lhes garantia mais possibilidade de articulação.

Além dos processos individuais, 19 das 32 famílias entraram com interdito proibitório contra o Exército e este alegou que se tratava de área da União e respondeu com o pedido de reintegração de posse, um processo longo que acabou resultando na remoção de toda a comunidade, a começar pelas 19 famílias que se articularam, entre 2015 e 2020, após perda em todas as instâncias.

Disputas territoriais remetem relações de poder, que se manifestam na tentativa de domínio e de resistência. Inúmeras são as formas de se expressar poder²⁹ sobre uma área, já as estratégias de resistência³⁰ são geradas como modo de reação a uma ameaça.

Sem um bom argumento – capaz de fortalecer a própria identidade, sensibilizar a opinião pública e mexer com os valores do opositor – seria difícil se contrapor ao domínio do Estado, pois ele detém o controle da máquina pública.

²⁹As mais truculentas são aquelas cujas ações acontecem de cima para baixo, economizando no diálogo e sem tentativa real de solucionar o problema.

³⁰As mais eficazes são aquelas que fortalecem os laços internos e concebem argumentos capazes de promover o vínculo dos habitantes com a terra.

Neste capítulo inicialmente, priorizando uma leitura social do território, possibilitada através da história e da Geografia, consideraremos a experiência acadêmica anterior e revisaremos o conceito de território.

1.1.Geografia e História: por uma leitura social do território

Neste item serão discutidos os benefícios da mútua contribuição entre a história e a Geografia para tratar o tema.

De uma forma ou de outra a organização do trabalho acaba transparecendo a formação acadêmica do autor. Na impossibilidade de desconsiderá-la, frente à validade e aplicabilidade ao tema aqui estudado, propomos uma breve revisão de literatura que passa por uma das categorias do espaço mais estudadas pelos geógrafos, mas que ainda incomoda aos historiadores: o território.

Em hipótese alguma a categoria do espaço geográfico, compreendida como território, deve ser confundida como sinônimo de lugar ou região. Cada uma dessas categorias possui atributos próprios que as diferencia. No caso do território é o poder, daí quando se trata de disputas incentivadas por recursos naturais, associados à subsistência, ao capital ou aos interesses estatais, o espaço passa a ser interpretado como território.

Ao território que o Geógrafo trata no presente, sem limites tão rígidos quanto à delimitação temporal, a história acrescenta a noção de tempo, porque as explicações para as inúmeras inquietações humanas raramente estão no presente. Atrás dos problemas do presente há um rastro que conduz às causas que os desencadearam. E essas causas estão no passado. Quem melhor do que os historiadores para entender o passado, ajudando-nos a nos debruçar sobre as fontes e documentos que podem nos levar ao entendimento do processo como um todo?

Apesar do nosso inacabado aprendizado em História, ainda com muitas arestas a serem lapidadas, optamos por uma abordagem que busca integrar dois campos de conhecimento das ciências humanas: a História e a Geografia. Aliás, como é difícil transitar entre eles! Com quantos problemas nós, geógrafos, nos deparamos com relação à delimitação temporal e ao estudo do passado.

Aprendemos com Milton Santos que o espaço é composto por formas antigas e novas que vão ganhando e perdendo função ao longo do tempo e vão se

ressignificando. Valorizemos então a historicidade do espaço geográfico que muitas vezes temos a impressão de não precisar de limitar de maneira tão rígida em relação ao período temporal e de que podemos passear pelo tempo e espaço com total liberdade, mas não! Trata-se de um Doutorado em História! E os historiadores são bastantes criteriosos nesse sentido. Então voltemos às categorias do espaço, agora tentando não abandonar a noção de tempo, conforme tem sido assimilado nesses anos transitando pelo campo.

O espaço geográfico se divide em três categorias de análise: paisagem/região, lugar e território.

Todo o espaço possui, em alguma medida esses elementos, mas de acordo como olhar ou o contexto, normalmente um deles sobressai, não foi exatamente o que aconteceu no trabalho anterior.

1.2.Precedentes: a experiência que ajudou a definir o tema atual

Em trabalho anterior (FERREIRA, 2011), exigido como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao tratarmos o espaço disputado entre pescadores e a Marinha do Brasil fizemos uma escolha não muito comum para a Geografia, que pode até ser considerada, em certo sentido, uma inovação: optamos por trabalhar o nosso objeto sob o ponto de vista de duas categorias espaciais, o lugar e o território.

Na ocasião foi necessário justificar e embasar nosso posicionamento diferenciado:

Quando o comum em geografia é trabalhar com apenas uma categoria, cabe a justificativa: nessa abordagem lugar e território se complementam e se confrontam. Como trabalhar com apenas uma delas? Como ignorar esse fato se o lugar é uma parte do espaço apropriado à vida pelo qual temos afeto porque com ele estabelecemos nossas referências pessoais, coletivas e culturais (no sentido existencial). É a partir dele que vemos o mundo e com ele criamos uma relação de identidade e o território imprime relações de poder, de dominação, mas também de sobrevivência (no sentido material, econômico). (FERREIRA, 2013, p.21)

Nesse tipo de comunidade extrativista a aproximação com a natureza é muito forte, casa e porto (habitação e trabalho) não se separam, daí nossa resistência para separar, ainda que apenas didaticamente, lugar (existência) e território (sobrevivência).

No que se refere à oposição institucional deve-se ponderar ainda, além do poder sob a forma de recurso, já considerado na relação da comunidade com o espaço, o poder sob a forma de domínio.

Na perspectiva da categoria geográfica de lugar o espaço passa a ser tratado enquanto campo das relações simbólicas e subjetivas, construídas no dia-a-dia, a partir da identidade estabelecida pelas pessoas que o experimentam de forma cotidiana, em sua singularidade, demarcado ainda por sentimentos de pertencimento, familiaridade, significação e solidariedade que evidenciam a produção social e cultural local, e alimentam a memória individual coletiva, daí sua relação com o fortalecimento da identidade local.

Nesse sentido, Tuan (1930, p.4) afirma que a identidade e aura de um lugar é dada pelos seu significado, pelo seu valor. De acordo com ele, no lugar é onde são satisfeitas as necessidades vitais, aquelas mais fundamentais (comida, água, descanso e procriação) e também onde são construídas relações de afetividade e pertencimento.

A pesca é uma atividade, que se pratica no coletivo, e é aprendida com vizinhos e parentes, passada de geração em geração pela oralidade, além de ter a capacidade de tecer laços e sociabilidade entre as pessoas.

Já o território a ser considerado como categoria geográfica, numa comunidade de tradição pesqueira não consiste apenas no terrestre, ele vai ainda além do porto e avança sobre o marítimo, que é onde estão localizados os pesqueiros. *Para o pescador território é recurso* (FERREIRA, 2011) e a sobrevivência, não só individual, mas comunitária, está atrelada a ele.

O território possui os recursos necessários para o desenvolvimento do indivíduo, expressando territorialidades individuais e coletivas, conforme DiMéo (2006).

No caso específico da comunidade tratada na dissertação em questão, a

Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, localizada no Jequiá (Ilha do Governador), na cidade do Rio de Janeiro-RJ, esse tipo de abordagem se fez necessária pelo fato de ser muito tênue a divisa entre uma e outra categoria, que se complementavam. O espaço em questão não poderia ser explicado sem essa interação. A escolha metodológica exigiu que se desse conta, conceitualmente, de duas categorias ao invés de uma: o lugar e o território.

Durante a disputa territorial entre a Marinha do Brasil e a Comunidade, mesmo diante de tanta pressão a área permaneceu como tipicamente pesqueira, conservando, em certa medida, o parentesco entre os moradores, o cotidiano diferenciado, alguns costumes, o comércio pesqueiro, as tradições, desde as mais genuínas, resgatadas durante o período de resistência, até as “inventadas” mais recentemente, ou até mesmo recuperadas do passado, especialmente aquelas que referenciavam a Marinha. Tudo parte do processo de resgate da identidade, conduzido por um morador, o ambientalista Zé Luiz, responsável inclusive pelo enredo que dizia que a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, inicialmente mapeada como Z-1, e atualmente Z-10, (sendo o significado de “Z” zona de pesca), teria sido a primeira a ser criada em todo o Brasil, uma estratégia na qual se optou pela valorização da história local, algo muito comum entre as comunidades em disputa territorial.

Apesar da tentativa não conseguimos afirmar esse pioneirismo local, o que, aliás, não importava, assim como deixou de ser importante saber se quem chegou primeiro à localidade foi a Marinha ou os moradores, já que o objetivo nunca foi comprovar a veracidade do argumento dos moradores para permanecerem na área ou contrapô-los aos da Marinha, mas destacar o fortalecimento da identidade local, durante o período de disputa, como instrumento de luta pelo território e a afirmação dos costumes locais.

Conseguimos comprovar, através do livro que registra a Missão do Cruzador José Bonifácio, que entre 1919 e 1923 estruturou Colônias de pescadores de Norte a Sul do Brasil, a importância da comunidade, pois lá estava como tesoureiro, a figura do único pescador, entre dois jornalistas, que compunham a diretoria da primeira Confederação Nacional de Pescadores do Brasil (hierarquicamente acima das Colônias e das Federações): Henrique Pereira Fernandes, da Colônia Z-1,

Almirante Gomes Pereira, citado como intrépido companheiro de luta por Villar (1945,p.144).

Partindo do princípio de que a Confederação Nacional de Pescadores do Brasil até hoje representa os pescadores em nível nacional, podemos entender a importância política desta Colônia à época pelo papel de destaque desempenhado pelo pescador e morador citado.

A desterritorialização, (termo usado por HAESBAERT, 2007) nunca chegou a se tornar realidade para os moradores em questão, apesar de termos anexado à dissertação o esboço do projeto que previa a transferência da comunidade.

As estratégias voltadas para o fortalecimento da identidade local acabaram conduzindo à vitória dos moradores. A Marinha do Brasil optou, em 1996, depois de anos de disputa, por desmembrar, reverter e conceder parte da área de sua jurisdição (84.400,00m²), na qualidade de aforamento, ao Município do Rio de Janeiro, que deveria prover intervenções de infraestrutura urbana e regularização das ocupações no prazo de cinco anos. Vinte e quatro anos depois os serviços urbanos chegaram, mas a situação de moradia da população local ainda não foi regularizada.

Mesmo assim, embora a regularização dessa área não tenha sido ainda efetivada, deve-se reconhecer que nem todos os moradores Brasil a fora tiveram a mesma sorte – se é que assim podemos chamar o resultado da estratégia bem-sucedida de luta pelo território desempenhada pelos moradores – muitos sofrem constantes pressões até a remoção de fato.

E isso independe de se tratar de uma área militar, também não ocorre somente com comunidades pesqueiras, mas extrativistas de forma geral. Um problema que tem raízes na má distribuição de terras, que não foi resolvido com a Lei de Terras de 1850³¹.

Esse processo [de desterritorialização] raramente ocorre sem resistência, mas

³¹ Lei 601, de 18 de Setembro de 1850 que, de acordo com Motta (2005, p.279), buscou caracterizar terras devolutas e visava ser um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, impedindo o acesso à terra devoluta, a não ser via compra. A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854 e procurou dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras (posse, sesmaria, terra devoluta, etc.) A autora afirma ainda que ela inaugura conceitos jurídicos ainda hoje usados no Brasil e que trata-se de um marco no processo de transição do trabalho escravo para o livre.

muitas vezes é precedido por tentativas de minar, pouco a pouco, o modo de vida das comunidades, que vão se enfraquecendo ao longo dos anos, e desaparecendo, antes mesmo de serem expropriadas de fato. Já dizia a historiadora Márcia Motta (2017), *“Existem diversas formas de se expulsar”*.

Em consequência da tentativa, com grande percentual de eficácia, de expropriação de comunidades pesqueiras por diversos agentes (imobiliários, turísticos, militares, industriais, etc.) e inúmeros interesses, já que os moradores dificilmente possuem título de propriedade e muitas vezes estão abrigados em áreas de grandes belezas naturais e/ou de interesses comerciais que pertencem à União, começamos a valorizar as disputas, posto que com a destruição de cada comunidade, extingue-se também o lugar da familiaridade e do encontro, e com a dispersão e reterritorialização das famílias, em condições completamente diferentes das originais, muito da cultura produzida em seu interior se perde. Decidimos então, desta vez, focar no território como categoria de análise, até porque o lugar pode ter sido destruído, mas o território permanece em disputa pelas famílias.

Nesse sentido, buscaremos elucidar apenas a categoria de análise selecionada para trabalhar nosso objeto, o território, conceito que remete às relações de poder, aos conflitos de uso e às formas normandas de controle do espaço sob o domínio jurídico do Estado (RATZEL, RAFFESTIN, SANTOS).

1.3. Revisando o conceito de território, uma das categorias Geográficas

O território é um conceito há muito discutido na Geografia. Ele emerge, sobretudo, nos avanços da proposta do Geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel, uma referenciada Geografia Política do século XIX, que além de trazer o debate territorial para a Geografia (outrora presente somente nos discursos das ciências ditas naturais), o coloca como necessário para pensar a reprodução da sociedade e do Estado.

Ratzel (1990) acredita no território como um espaço necessário a qualquer população e seu Estado para evoluir –Espaço Vital– numa aproximação com os preceitos de Darwin (evolucionismo) e a compreensão do território humano muito próxima do território de outras espécies, objeto da Biologia. Para ele o território é

tanto o espaço necessário à evolução de um Estado –que deve sempre pensar na sua expansão – quanto o espaço no qual uma família encontra sua subsistência: *“organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território”* (RATZEL, 1990, p.74).

A noção de território abordada pelo autor envolve sua população, as fronteiras, os recursos naturais, etc.(...) *é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence* (RATZEL, 1990. p.73).

O território seria o indispensável suporte para o desenvolvimento da Nação e o fortalecimento do Estado, que precisaria conquistar novos territórios para alcançar o equilíbrio dinâmico entre sua população e os recursos naturais disponíveis, possibilitando, através das aquisições espaciais, o suprimento das necessidades. Essa visão alimentou o discurso expansionista.

O Geógrafo Suíço Claude Raffestin, numa análise econômica e política, mas reconhecendo a complementaridade da dimensão cultural, se propõe a repensar o conceito de território deixado por Ratzel e pela Geografia Política Clássica. Desta forma sugere uma “territorialidade humana” que seria condicionada por linguagens, códigos e sistemas de sinais. O procedimento do homem de alguma forma estaria na constituição linguística do mundo”.

(...) de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Desta forma a territorialidade humana poderia ser definida como o conjunto das relações mantidas pelo homem; como ele pertence a uma sociedade, com exterioridade e alteridade através de mediadores ou instrumentos (RAFFESTIN, 1987, p.264-267).

Nessa perspectiva o próprio território ganha uma identidade, não em si

mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz, sempre em processo dinâmico, flexível e contraditório (por isso dialético) recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no território.

Raffestin (1993) elaborou um sistema territorial articulado em malhas, redes e nós organizados hierarquicamente, permitindo o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, delimitando, assim, campos de ações (de poder) nas práticas espaciais que constituem o território. As malhas são heterogêneas, interligadas, possuem elementos que as complementam: pontos, nós, aglomerações de indivíduos ou grupos. Os nós são interdependentes, podem se relacionar e comunicar-se, assim, o conceito de rede é chave na sua interpretação. O território-rede, analisado em diferentes escalas possibilita uma leitura mais próxima do espaço vivido.

Para ele “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (Raffestin, 1993, p. 204) e “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço” (1993, p. 143).

Outra importante contribuição da obra foi o desenvolvimento da ideia de TDR (territorialização-desterritorialização- reterritorialização), processo que segundo ele ocorre principalmente ligado a fatores econômicos.

Para o autor, as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com espaço, estão no poder, nesse sentido,

O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.50)

O autor propõe uma visão sobre território que vai além da biológica e naturalista, sendo o conceito mediado por uma relação de poder que modifica o espaço (no campo imaterial), já que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as

relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.51).

Poulantzas (2000), filósofo marxista grego erradicado na França, reconhece que o território faz parte da *ossatura* do Estado e é por meio deste [do Estado] que se instaura o domínio sobre a sociedade, que se decretam as leis e a norma, mais especificamente, de acordo com a visão que o autor foi buscar em Gramsci, por intermédio dos agentes dos aparelhos de Estado, aí incluídos os repressivos (policiais, guardas, militares) entre os intelectuais (orgânicos e tradicionais) em sentido amplo.

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (1994) o principal enfoque está no espaço (geográfico), o território somente pode ser compreendido por meio da análise de seus usos e interesses, o que vai denominar como território usado, categoria que prioriza o uso e o controle social cristalizado no território. Ele apresenta os fortes domínios do Estado e das empresas quando analisa o final do século XX. Mas, apesar do seu enfoque econômico, compreende o território para além de uma lógica político-econômica expressa nas relações de poder.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. **O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.** O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08, grifo nosso).

E é no território que *“desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”* (Ibidem, p.07).

No domínio marítimo ou terrestre (Baía de Guanabara ou Aldeia Imbuhy) a comunidade aqui tratada situa-se em área que vai além dos interesses militares, está na abrangência do Estado, cujos interesses coincidem cada vez mais com os múltiplos usos desse território tanto no que diz respeito aos agentes hegemônicos (empresariais, seja no ramo imobiliário, energético (petróleo e gás), comerciais, da navegação, etc.), quanto aos agentes hegemonzados, o que orienta a potencialização de multiterritórios locais e culturais num movimento que o Geógrafo brasileiro

Haesbaert (2007) vai chamar de multiterritorialidade.

No prólogo de sua obra o autor *op.cit.* nos coloca que os múltiplos territórios que nos envolvem incluem territórios precários que abrigam grupos minoritários que parecem não ter lugar numades-ordem de aglomerados humanos que em meio a tantas redes cada vez mais estigmatiza e separa, neste sentido:

o sonho da multiterritorialidade generalizada dos territórios-rede a conectar a humanidade inteira parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades – de todos e de cada um de nós.

Para o pescador artesanal, enquanto população que se reconhece como tradicional, a ligação como espaço de vida é mais intensa porque o território é fonte de recurso e de significado, que por sua vez permitem o sustento e a reprodução material e imaterial de suas famílias.

Para Haesbaert (2007), as relações de poder têm no espaço um componente indissociável não só das funcionalidades espaciais quanto da produção de significados.

De acordo com Haesbaert (2007, p.66) interpretações mais recentes da obra de Ratzel não resumem seu espaço vital a uma perspectiva puramente materialista. Dijkink (2001) enfatizou o lado espiritual e mais subjetivo de sua obra:

A “ligação espiritual com a terra” que Ratzel defende faz desse território estatal muito mais do que uma entidade material. O sentido orgânico “ótimo” almejado pelo Estado passa pela ideia de que é graças ao território, ou melhor, ao “solo”, que a nação supera suas misérias e alcança as condições para a projeção de seu “Poder criativo”. (DIJKINK, 2001, p.125 *apud* HAESBAERT, 2007, p.66).

Haesbaert demonstra que em se tratando, sobre tudo de sociedades tradicionais, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser:

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico. (BONNEMAISON e CAMPRÉZY, 1996, p.10 *apud* HAESBAERT, 2007, p.72).

O autor aponta que a força da carga simbólica das relações sociais na definição pós-moderna de território é tamanha que ele é visto como “um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos”. (BONNEMAISON e CAMPRÉZY, 1996, p.14 *apud* HAESBAERT, 2007, p.73).

O geógrafo francês Clavall nessa direção faz uma associação espacial interessante entre o território e a identidade, num fortalecimento dessa em decorrência das lutas por aquele.

A questão de identidade e território estão conectadas, isso posto que há uma dimensão espacial em ambos, pois a identidade implicareferentessemosquais não poderia ser definida: o tempo, o espaço, a cultura e os sistemas de crença, “o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade” (Clavall, 1999,p.16).

Clavall *op. cit.* aponta nessa perspectiva, identidade e território, enquanto construções culturais, podem ser colocados em questão e, por vezes, o são. Ele esclarece que

(...) há crises identitárias que provocam frequentemente uma modificação da relação como espaço: as transformações da realidade espacial correm o risco de provocar, ao contrário, um questionamento das construções identitárias; elas devem ser reformuladas ou reconstruídas sobre novas bases.

Desta forma, entendemos que para os moradores da Aldeia Imbuhy, que concebem sua existência associada ao espaço de reprodução material e cultural, a ameaça de transformações espaciais fez emergir identidades que estavam adormecidas.

Reformuladas para cumprir uma função social, a de defesa da terra e de um modo devida a ela associado. Assim a comunidade reivindica seu espaço acreditando (senão porque resistir e reivindicar?) numa multiterritorialidade inclusiva, que possibilite o desenvolvimento social. Se bem que agora, quando quase a totalidade das casas já foram postas no chão, a esperança de se reverter a situação passa a ser mínima. Mas alguns moradores, afirmam que não irão desistir.

Diversas são as formas de contestar o direito ao território. Os termos da disputa normalmente são muito desiguais, principalmente quando envolvem instituições e comunidades.

A abordagem territorial pode ser vista como um caminho de reflexões que se refere (a) à territorialidade das instituições e das sociedades, que envolvem o poder político; (b) à territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social; (c) às questões territoriais em que se intersectam, se entrelaçam e se conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entre choque de poderes políticos e sociais (HEIDRICH, 2010, p.28)

O embate entre o Exército e a comunidade Aldeia Imbuhy trata-se do terceiro tipo, o mais complexo dentre os apresentados pelo autor acima, no qual se confrontam o Exército Brasileiro, enquanto instituição, e os indivíduos de uma comunidade composta por 32 famílias, sendo 19 organizadas em Associação de Moradores, resistindo em conjunto e as demais resistindo de maneira autônoma. Ambas as formas de luta funcionaram envolvendo necessariamente o entrechoque de poderes políticos e sociais.

No plano jurídico a questão traduz-se também numa disputa de saber, domínio e poder. E exige condições financeiras para manter os gastos que uma consultoria especializada necessita, o que acaba sendo uma forma de enfraquecer a luta, já que muitos não têm como resistir nesses termos. Além disso, deve-se sinalizar

a dificuldade em lutar contra a máquina estatal por uma área que supostamente pertenceria à própria União. As decisões nesse sentido tendem a ser políticas e parciais já que o julgamento é dada na esfera do Estado por burocratas que a ele pertencem e representam. Mas não nos compete esse tipo de abordagem, pois não nos dispomos a julgar o mérito da causa, mas o processo de construção e fortalecimento da identidade espacial da comunidade impulsionado pela ameaça de remoção.

Há ainda outros termos envolvidos nessa disputa que nos interessam. No cerne da questão territorial que se apresenta na Aldeia Imbuhy está não só o espaço, mas o tempo, que legitima a ocupação.

De acordo com Raffestin (1993, p.160), a “territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo”.

Nesse sentido, quando se fala em territorialidade refere-se a *“todos os processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza”* (SAQUET, 2009, p.85).

O tempo, na condição de passado e de memória, será melhor abordado no capítulo II, quando devemos nos ater aos relatos comunitários em relação à ocupação e os discutiremos frente às fontes que podem comprová-los ou contradizê-los, buscando demonstrar que o poder social da memória, usado pela comunidade para resistir, pode definir um território pois fortalece a identidade espacial. Muito além de demarcar fatos históricos vividos ou assimilados, a antiguidade da ocupação reafirma o equilíbrio de forças na luta constante da comunidade, desde tempos imemoriais, celebrando sua permanência. Nesse sentido Márcia Motta escreveu o artigo intitulado “Antiguidade é Posto”.

Já o espaço, demarcado por formas antigas e atuais e formatado pelas tensões do presente, a disputa de poder e o conflito pelo território, que se sobrepõem ao cotidiano do lugar, reivindicando sua prioridade, desperta sentimentos de pertencimento e fortalece a identidade em direção à territorialidade comunitária.

Podemos entender que as territorialidades consistem na espacialização das relações sociais cotidianas no lugar de vivência de cada pessoa ou grupo social.

(...) a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais comum a parcelado espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2010, p.129).

O autor lida com essa noção de territorialidade como sendo uma espécie de produto gerado a partir das relações cotidianas que se processam em cada território, permitindo reorganizar a vida cotidiana no lugar.

(...) compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

Ainda que não seja utilizado no trecho acima a categoria de lugar, é a ele que o autor está se referindo quando trata de vida cotidiana, assim como Hasbaert (2007) faz no trecho abaixo, nesse mesmo sentido:

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p.22).

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

As territorialidades cotidianas caracterizam o território, são condicionantes da territorialização e se materializam no lugar, conferindo-lhe identidade e refletindo as dimensões econômicas, culturais, políticas, e sociais, estruturando-se na complexidade de relações espaciais diversas, concomitantes e contraditórias.

No que se refere à área estudada essas sobreposições e antagonismos que refletem os diferentes interesses dos sujeitos que constroem seus territórios serão abordados no próximo subitem.

2. OCUPAÇÃO E PROPRIEDADE NA ÁREA DO IMBUHY

Quem chegou primeiro, os moradores ou os militares? As casas ou o Forte Imbuhy? O que diz a história tornada oficial e a história local?

Ailton: Eles falavam que eles chegaram primeiro que a nossa comunidade, nós provamos que chegamos primeiro. E apesar de a gente ter essas provas todas a justiça não considerou nada. O verdadeiro foi o que o Exército falou né, que eles chegaram primeiro, mas nós temos documentos que provam que nós chegamos primeiro do que o Exército.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

2.1. Localização

A extinta Aldeia do Imbuhy esteve por mais de cem anos situada na praia de mesmo nome, a leste (“boreste”)³² da entrada da Baía de Guanabara, no bairro de Jurujuba, cidade de Niterói-RJ.

A área em que se encontram as terras da Aldeia Imbuhy possuem como limites naturais o Morro do Cavalão, o Morro do Pico e a Baía de Guanabara, tendo ao fundo o bairro de Piratininga.

Localizada em Jurujuba, um bairro tradicionalmente pesqueiro e entre dois fortes militares, Rio Branco e o Imbuhy, o acesso à comunidade era controlado pelos militares e dava-se pela Guarda do primeiro, em Jurujuba, ou do segundo (Guarda da Lagoa), que fica no bairro de Piratininga.

2.2. A complexidade da Aldeia Imbuhy: uma colcha de retalhos

A cidade de Niterói, que hoje ocupa uma área de 131.80 quilômetros quadrados, é Geograficamente dividida em cinquenta e dois bairros e organizada, para efeito de planejamento político-administrativo, em cinco regiões administrativas com suas

³² Termo frequente entre pescadores e marítimos de forma geral que define o lado direito de uma embarcação, olhando-se da popa (parte de trás) para a proa (parte da frente). Foi adotado pela Marinha de Guerra do Brasil em 1884 em lugar de estibordo para evitar confusão com bombordo (lado esquerdo).

respectivas secretarias regionais.

A origem de Niterói está ligada à Capitania Hereditária de São Vicente, que estava entre as 14 estabelecidas em 1534 por Dom João III, visando incrementar o povoamento e defesa no Brasil Colônia. Seu primeiro donatário foi Martim Afonso de Sousa, e ela foi dividida em duas partes, das quais a mais setentrional foi abandonada e parte dela foi refundada em 1567 como Capitania Real do Rio de Janeiro sob o comando de Salvador Correia de Sá.

Em 1564, já catequizada pelos jesuítas, a tribo do cacique temiminó Araribóia – que já havia adotado o nome cristão de Martim Afonso de Souza, em homenagem ao donatário português –, veio do norte da Capitania de São Tomé (Espírito Santo), na frota de Estácio de Sá para combater franceses e tamoios no Rio de Janeiro. Vitóriosos, o cacique solicitou, através de uma petição umas terras na "Banda d'Além" e Mem de Sá, o governador geral, interessado em manter os guerreiros por perto, atendeu o seu pedido. A ele foi doada, em 22 de novembro de 1573, uma sesmaria que ia desde as Barreiras Vermelhas (Praia Vermelha, entre as praias da Boa Viagem e do Gragoatá) até a região do Maruí. Assim nascia a única cidade do Brasil fundada por um índio.

A concessão de terras de sesmarias foi a base do regime de propriedade e povoamento da Colônia e iniciou-se com o sistema de Capitânias Hereditárias, já utilizado nas ilhas da Madeira, dos Açores, no Arquipélago de Cabo Verde e posteriormente em Angola. Foi implementado pela Coroa Portuguesa no Brasil em 1534 visando a administração territorial da América Portuguesa com recursos limitados, delegando a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas. Assim o território do Brasil foi dividido em faixas de terras concedidas aos nobres de confiança do rei D. João III (1502-1557), os donatários. A eles era garantido pela Carta de Doação e a Carta Foral amplos poderes políticos, de comando e de jurisdição. A primeira documentava a posse da terra (podendo transmiti-la aos filhos, vendê-las ou ainda repartí-las e distribuí-las gratuitamente entre os moradores cristãos que tivessem condições de colonizá-la e defendê-la, “sem foro nem direito algum”, tendo estes apenas a obrigação de pagar à Ordem de Cristo o dízimo dos frutos colhidos), e a segunda determinava direitos (tais como a isenção de taxas, recebimento de parte das rendas devidas à Coroa. escravização e venda de índios, obrigando-os a trabalhar na lavoura ou enviá-los como escravos a Portugal até o limite de 30 por ano) e deveres, (principalmente relativos aos tributos).

Em troca de uma parcela da arrecadação o rei concedia parte dos seus poderes aos donatários (empreendedores). A eles, – que investiam-se de autoridade máxima dentro da própria capitania, obrigando-se a desenvolvê-la com recursos próprios, investindo em serviços governamentais, pelos quais era devido o pagamento de impostos pelos colonos – caberia ainda construir engenhos e fundar vilas. O desenvolvimento e dinamização possibilitaria alcançar autonomia político-administrativa, passando a constituir uma câmara de vereadores (com representantes eleitos pelos colonos), com direito de baixar "posturas" (leis municipais), cobrar impostos e receber um juiz de fora, pelourinho e cadeia pública. O donatário também exercia plena autoridade no campo judicial e administrativo (podendo até nomear funcionários e decretar a pena de morte para escravos, índios e homens livres).

Embora aparentemente a divisão das capitanias em sesmarias tenha tido a intenção de distribuir as terras do Brasil entre o maior número de colonos possível, ela contribuiu para a formação de grandes propriedades improdutivas, já que o sistema se restringia aos nobres católicos, reforçando a desigualdade social já existente na distribuição das capitanias: doava-se terras àqueles, que possuíam condição financeira para desenvolver o latifúndio, o que importava, de fato, era que os donatários beneficiassem a Coroa e a Igreja Católica.

Barroso (2003) consultando as informações coletadas por Araújo (1901, p. 93-153) inclusas na “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, Extraída dos Livros de Sesmarias e Registros do Cartório do Tabelião Antonio Teixeira de Carvalho de 1565 à 1796”, além de várias sesmarias relativas a *banda dalem*, referindo-se à Niterói, encontrou no Livro 15 (1584 até 1591) o seguinte registro transcrito (em grafia da época): “*Duarte Martins Mourão, terra e praya de Taipú athe a lagoa de Marica 3000 de costa e 4500 para o Certão em 6 de Agosto de 1590*”, sendo provavelmente este o registro explícito mais antigo sobre as terras de Itaipu.

Segundo Barata e Bueno (2002), Duarte Martins Mourão foi membro da expedição de Estácio de Sá, que deixou a Bahia em 1563 e a 1º. de março de 1565 fundou a Cidade do Rio de Janeiro, era pai de Diogo Martins Mourão e Domingos Mourão.

A Revista de Jurisprudência Brasileira - Jurisprudência dos Juízes Federais - Seção Rio de Janeiro, no que tange à manutenção de posse *Sobre a propriedade dos terrenos em que está situada a Fortaleza do Imbuhy* (p.104), afirma que as terras em

questão faziam parte da sesmaria concedida em 1612, a Diogo Marins Mourão. Apesar disso, por se tratarem de terrenos são de marinha, pertenceriam portanto à União Federal,

Barroso (2003) afirma que também foram feitas no Livro 24 da referida “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro” menções às sesmarias doadas a Diogo Martins Mourão em 6 de junho de 1620 e em 4 de Março de 1621, sendo essa última também citada pela Revista de Jurisprudência brasileira (p.108).

A referida Revista (*Ibidem*, p.107), aponta que o governo da metrópole tomou conhecimento de que *sesmeiros, baseados em cartas de sesmaria, outorgadas por Governadores e não confirmadas por sua Magestade, se arrogavam o direito sobre as marinhas e o mar fronteiro ás terras doadas, em prejuízo da defesa da terra e do serviço público.*

Dessa questão resultou, muito antes da Lei de 1831, que viria a definir o que seria Terreno de Marinha, a Ordem Régia de 10 de Janeiro de 1732: “*Ordem Régia de 10 de Janeiro de 1732 Dom João por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d’aquem e d’além mar em Africa. Faço saber a vós Governador do Rio de Janeiro, que vendo-se a representação que me fizeram os Officiaes da Camara dessa Cidade, em carta de 25 de agosto do anno passado, de que algumas pessoas costumam querer introduzir, que na distancia do mar e praia que respeita á testada das suas terras se não lancem redes para pescar, resultando disso muitas vezes contendias e pendencias em desserviço Meu, pedindo-me fosse servido mandar declarar se não possa fazer o referido impedimento: Me pareceu ordenar-vos não consintaes se aproprie pessoa alguma das praias e mar por ser comum para todos os moradores, e assim o mandareis declarar por edital e a quem violentamente obrar o contrario procedereis contra ele.*” (Pedro Moreira da Costa Lima – Colecção de Leis, Provisões, Decisões, etc. sobre Terrenos de Marinha –Apud Revista de Jurisprudência Brasileira, p. 107)

D. Pedro I, Imperador do Brasil, também reivindicou para a Corôa os terrenos de marinha, conforme faz certo o aviso de 18 de novembro de 1818, onde se lê: “*na certeza de que tudo que toca á água do mar e acresce sobre ella é da Corôa, na forma da Ordenação do Reino; e que da linha d’agua para dentro sempre são reservadas 15 braças pela borda do mar para serviço publico, nem entram em propriedade alguma dos confinantes com a marinha, e tudo quanto alegarem para se apropriar do terreno é abuso e inatendível; pois que, se póde haver posse de uns vizinhos para outros, nunca*

a póde haver contra a Corôa, que tem o domínio e a sua intenção declarada na lei...” (Pedro Moreira da Costa Lima – Coleção de Leis, Provisões, Decisões, etc. sobre Terrenos de Marinha – Apud Revista de Jurisprudência Brasileira, p. 107).

Com isso a União afirma que as cartas de sesmarias não compreendiam as praias e que o Forte Imbuhy foi construído em terreno de marinha.

Ainda de acordo com a Revista de Jurisprudência Brasileira (p. 107-108) Depois da carta de sesmaria aparece nos autos a certidão da instituição de uma Capella de 100 missas, por verba testamentaria attribuida a Ursula da Silveira (fls. 198 v.) e certidões de verbas dos testamentos com que faleceram seu filho, Luiz Gago da Silveira e Thereza da Silveira Camara Viegas, todas omissas quanto a datas do testamento e de morte dos testadores e nenhuma referencia fazem a terras no Imbuhy.

A fls. 206, porém, encontra-se a certidão da escriptura de doação remuneratória, em que são partes, de um lado, como doadores, Luiz Gago da Camara e sua mulher Luiza de Marins, e, do outro, como donatários, José Viegas Lisboa, genro dos primeiros, casado com Maria da Camara Silveira. Nessa escriptura, datada de 9 de Junho de 1721, ou seja mais de um século depois da concessão feita a Diogo Martins Mourão, declaram os doadores que possuíam em suas terras, um sítio chamado Imbuhy havido por compra feita a sua [ilegível] e sogra Ursula da Silveira, dele fazendo doação ao genro e filha, com a obrigação de mandarem dizer missas por alma da referida Ursula.

Consequentemente, o vínculo da Capella sobre os terrenos do Imbuhy, cujos limites e confrontações não ficaram determinados, não decorreu propriamente do testamento de Ursula: esta, quando faleceu, não era proprietária dessas terras, pois tinha vendido a seu filho Luiz Gago da Camara. Este, sim, respeitando disposições de ultima vontade de sua mãe, fez a alludida doação condicional, vinculando um bem que não herdara ao custeio de missas reclamadas por aquella.

Pizarro e Araújo, em as Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas á Jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a D. João VI, fala na capella existente no Imbuhy, fundada por José Viegas Lisboa,

Entre a carta de sesmaria de Mourão (1612) e a posse dos Silveiras (1721) há um intervalo de mais de cem anos. E mais de um século depois surge, o Major Sotero Caio Monteiro requerendo, em 1827, a demarcação da referida sesmaria.

Mais de cinquenta anos depois da demarcação, um dos filhos do Major Sotero

Caio Monteiro, Manoel Monteiro é executado, em 1883 por Hermenegildo Henrique Coutinho (cessionário do exequente), marido de Carlota Maria da Silveira Barbosa, que por sua vez era filha de Delfina Rosa da Silveira, e esta se dizia única herdeira de Úrsula da Silveira.

Hermenegildo entra em acordo com o executado e recebe deste, em pagamento, as terras em questão, somente depois de ter reclamado contra a avaliação e obtido que se procedesse à nova, que teve o merito de dilatar a posse de terra de Monteiro. Como resultado, foram penhoradas e avaliadas posses de terrenos no Imbuhy. No ano seguinte Manoel Ferreira Monteiro Morre.

A União documenta-se a partir de depoimentos de pessoas que conheceram Manoel Monteiro e alguns dizem que apesar de ele ter oferecido ao Imperador parte de suas terras para que fosse contruído o Forte, ele tinha claro que o lugar que acabou sendo escolhido para tal, a Ponta do Imbuhy, era terreno de marinha, mas para além disso, ainda considera a área de servidão militar, um raio de 600 braças (1318,80m) a partir da torre do Forte. $A = \pi R^2 = 3,14 \times 1.320 \times 1.320 = 5.473.911,04 \text{ m}^2$ de área.

Cícero Henrique Coutinho e seus irmãos, herdeiros dos falecidos Carlota Maria da Silveira (1900) e Hermenegildo Henrique Coutinho (1908), venderam o bem imóvel cujas confrontações compreendiam terrenos do lugar Imbuhy até a metade da lagoa de Piratininga (c. f. escritura - fls. 02/v), a denominada Fazenda Nova Lourdes, a Mário Guaraná de Barros e sua esposa através de escritura pública lavrada em Notas do Cartório do 3º Ofício de Niterói (Lv. 56, fls. 167), em 26 de julho de 1923 e e transcrita no RGI da 1ª Circunscrição de S. Gonçalo/RJ. (Lv. 3ª, fls. 63, nº ordem 696).

Em agosto de 1923 tentaram vender ao Ministério da Guerra, uma parte dessas terras, isto é, o terreno onde está construído o Forte Imbuhy e suas dependências.

Visando forçar a União a fechar o negócio mais rápido possível, o casal, representado por seu advogado, Norival Soares de Freitas, propôs, em 02 de Janeiro de 1924, uma Ação de manutenção de posse, contra a União Federal. Em 1925, o Laudo Pericial realizado na Apelação Cível nº 6421-RJ, comprovou a ligação da lagoa de Piratininga com o mar, ao constatar que nas grandes marés, ele a penetrava, através de sua barra.

A Sentença de 1ª Instância, de 09 de setembro de 1932 e os Acórdãos do STF - de 10 de outubro de 1934 (de Apelação) e de 09 de outubro de 1936 (de Embargo),

rejeitaram aos autores o domínio ou posse, não só da área que compreendia o Forte e suas dependências, mas também sobre os terrenos situados fora do raio da servidão militar.

Desde uma histórica Sentença em 1905, ficou proclamado pela Suprema Corte que terrenos nessa condição não são próprios nacionais, e muito menos poderiam ser terras devolutas, mas “bem nacional”, sempre inalienável e imprescritível.

Partindo do princípio de que para a justiça, a área em questão era considerada como terras de marinhas, a escritura de Mário Guaraná teria sido lavrada irregularmente, pois faltava a licença do governo federal (decisão publicada no Diário Oficial, de 22 de março de 1911), no tocante aos terrenos de marinhas (conforme Sentença. - Revista de Jurisprudência Brasileira – Vol. nº 20 -§ 2º, p.81 e Acórdão de Embargo) e o comprovante de pagamento da taxa de ocupação e laudêmio de terrenos de marinhas, não aforados (estabelecido pelo art. 1º e art. 16º, Decreto nº 14.595 de 31 de dezembro de 1920).

Mesmo, como já foi dito, tendo sido considerado pela justiça irregular o registro da escritura e conseqüentemente negado o direito dos autores ao domínio ou posse, da totalidade da área, em 15 de outubro de 1946 Mario Guaraná de Barros, requereu à Superintendência de Patrimônio da União no Rio de Janeiro SPU/RJ a demarcação dos terrenos através do processo de Inscrição Inicial de Ocupação RJ – nº 740, apenas excluindo da demanda a área de servidão militar.

O órgão então inscreveu a área de 180.750 m², conforme planta apresentada e emitiu o Registro Imobiliário da União – RIP – 5865 04859.000.5, em nome dele. Já no dia seguinte, através do processo nº 1.426, de 16 de Outubro de 1946, foram feitos os recolhimentos na Alfândega de Niterói, das taxas de ocupação.

Em 23 de Novembro de 1946, a SPU/RJ avaliou, no processo MF - RJ- nº 1.326, em Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), os terrenos de marinha e, através do processo RJ - nº 3.252, de 06 de Dezembro de 1946, foi recolhido o laudêmio correspondente a 5% do valor avaliado (Cr\$ 1. 250,00 - hum mil duzentos e cinquenta cruzeiros) pela Alfândega de Niterói.

Com as receitas patrimoniais em dia, a foi emitida pela SPU/RJ, em conformidade com o que determina a Legislação Patrimonial, a Certidão Autorizativa de Transferência (CAT), não só permitindo que Mario Guaraná, transferisse o imóvel

demarcado, como, autorizando o Cartório/RGI, a lavrar e transcrever o imóvel sem incorrer nas penalidades previstas pelo artigo 12 do Decreto nº 14.594 de 31 de dezembro de 1920, no qual consta que “o notario publico que passar escriptura de compra ou venda de terrenos de marinhas ou seus accrescidos sem a transcrição do conhecimento do pagamento de laudemio fica sujeito á multa de 500\$000”.

O Tabelião do Cartório do 15º Ofício da 6º Circunscrição de Niterói formalizou, em 23 de Dezembro de 1946, o registro de compra e venda entre Mario Guaraná de Barros (Outorgante Vendedor) e a Cia. Jardins Piratininga Imbui Ltda. (Outorgada Compradora), quando foi lavrada a escritura (Lv. 01, fls. 161v./168v.) relativa à transação imobiliária. Para tal o Tabelião aceitou a escritura de 26 de julho de 1923, referente à área situada nos lugares denominados Barra da lagoa de Piratininga e Praia do Imbuí, adquirida de Cícero Coutinho e outros, documento este sem efeito em razão da perda da causa judicial proposta por Mario Guaraná de Barros contra a União Federal, em 1924.

Barahona chama a atenção para o seguinte fato: a mesma matrícula, registrada no Cartório do 15º Ofício da 6º Circunscrição de Niterói também teria servido de base para o registro da área de servidão militar pelo Exército, mesmo tendo o art 2º do Decreto nº 77.890, de 22 de junho de 1976 indicado a 2ª Circunscrição de Niterói como responsável pelo registro de toda a área.

Que a antiga freguesia de Itaipu passou por mudanças territoriais entre 1830 e 1948 não é novidade. Suas idas e vindas entre Niterói e São Gonçalo, demonstrada por Maria Nelma Carvalho Braga em seu livro sobre a história do município de São Gonçalo, pode ter contribuído para o conflito nos registros cartorários, mas isso não explica integralmente a complexidade do tema da propriedade na área.

É sabido que nem todos os moradores da Aldeia Imbuhy possuíam registros de propriedade dos terrenos nos quais suas casas estavam situadas, até porque tratava-se de uma ocupação antiga, de um período em que não havia essa obrigatoriedade, mas a má fé de Mário Guaraná de Barros e uma suposta sobreposição de registros cartorários agiram em desfavor dos moradores que possuíam escrituras: suas matrículas foram dadas como inválidas, mas eles alegam que seus terrenos estavam fora da área disputada entre Mário Guaraná e a União.

Considerar algum registro como válido, teria como consequencia, já que não se

trataria de terras públicas, garantir aos demais moradores a possibilidade de exercer o usucapião dos terrenos ocupados – direito que o indivíduo adquire em relação à posse de imóvel urbano de até 250m² em decorrência da sua utilização contínua e incontestadamente por no mínimo 5 anos. Reconhecido esse direito, os moradores fariam jus minimamente a uma indenização por desapropriação, conforme aponta o pesquisador Dr. Henrique Barahona (2019, p.71), que investiga a relação entre o Direito, a História e a Subjetividade e aponta a especulação imobiliária como fator de expropriação da comunidade tradicional pesqueira.

Contraditoriamente, embora a comunidade fosse centenária, à parcela dos moradores que não possuía escritura não foi nem mesmo permitido ser considerada como posseiros, pois, a União argumentou que a ocupação de terras sob o domínio público, sem a devida autorização, não é posse, mas mera detenção, ou seja, terras públicas não seriam suscetíveis a exercer o usucapião. No entanto, essa possibilidade já foi levantada em favor da União Federal, que, segundo consta na Revista de Jurisprudência Brasileira - Jurisprudência dos Juízes Federais - Seção Rio de Janeiro (p.109), poderia dispor desse direito ao usucapião:

Tendo ficado plenamente provada a posse da União Federal, durante mais de 60 anos, sobre as marinhas do Imbuhy, sem a oposição de quem quer que seja, **si improcedente fosse a impugnação ao título de Diogo Martins Mourão, ainda assim aproveitaria à Ré o instituto do usucapião.**

Como se pode ver acima, o usucapião chegou a ser cogitado como argumento possível para a União. Já os moradores, não puderam usar dessa mesma prerrogativa, pois desde a Constituição de 1988 não há usucapião em terras públicas, mas os moradores estão nas terras desde muito antes e algumas famílias já lutam por elas há muito tempo.

Cabe aos cartórios o registro e a averbação dos títulos que asseguram, ou deveriam assegurar diante da lei, os direitos reais sobre os imóveis aos quais se referem.

Na prática o detentor de uma escritura, devidamente chancelada por um cartório, deveria ser capaz de comprovar a propriedade sobre o bem imóvel. Mas, segundo a União, na área em questão havia escrituras registradas em diferentes cartórios e

sobreposição de registros.

A escritura dos moradores foi registrada no 16º cartório do Registro de Imóveis (responsável pela área de Itaipu, Itacoatiara, Piratininga, Eng.do Mato), pertencente à 7ª Circunscrição de Niterói.

Entre os moradores que possuíam escrituras dos imóveis estava as famílias das moradoras Vera Lúcia e Lúcia Helena. A única diferença entre elas é que a que nos foi apresentada por Lúcia Helena, foi registrada no 16º ofício de Niterói, em 1949, e lavrada no 8º Cartório do Registro de Imóveis em 1951.

A cadeia de transmissão da propriedade pela qual a Vera Lúcia luta na justiça remonta a 1889, conforme apurado em perícia em processo movido pelo tio dela. Vide item 5.2.1, que trata seu avô como uma personalidade local. Mas essa família já é objeto de estudo aprofundado do pesquisador Dr. Henrique Barahona.

Quanto à propriedade em que vivia a Lúcia Helena, seu bisavô, o militar do Exército, Capitão Bonifácio Gomes da Costa, durante seu comando, alugava a casa pertencente a uma antiga família local documentada no Almanake Laemert. Essa casa, que mais tarde foi comprada pelo seu filho Sylvio, também militar do Exército, pertencia ao espólio da viúva Adelaide Antonia Viçoso Ramos, esposa do falecido Manoel José da Silva Ramos. Ela era filha de Sotero José Viçoso, apontado pelo Almanake Laemmert de 1867 como proprietário de fábrica (não especificada) na Barra de Piratininga, localizada no Imbuhy.

Essa informação pode ser confirmada através de registros da paróquia local, datados do século XIX, solicitados pelos moradores à Arquidiocese de Niterói sob a justificativa de pesquisa genealógica e cedidos por eles durante as entrevistas para nossa utilização.

2.2.1 Os registros Paroquiais

Os registros paroquiais são documentos da Igreja Católica Apostólica Romana que estão entre as mais importantes fontes da pesquisa genealógica no país, já que por herança da colonização portuguesa a vasta maioria da nossa população se declara católica, ou mesmo, apesar do sincretismo religioso, conserva hábitos católicos.

Cabia a igreja registros de batismos, casamentos, óbitos e sepultamentos entre os séculos XVII e XX, por isso as igrejas são testemunhas de antigas ocupações. Conforme normas estabelecidas pelo Direito Canônico e pela Constituição brasileira, a documentação é de domínio público.

Podem ser encontradas nesse tipo de documentação duas ou até três gerações, além de informações pessoais da família investigada, como por exemplo a área em que se localizava a residência.

Os documentos de Igreja constituem uma fonte histórica válida, confiável e, muitas vezes única, porque as autoridades civis só começaram a registrar as estatísticas vitais após 1850.

A primeira fonte paroquial analisada trata-se de uma certidão de casamento, do ano de 1865, cujo registro consta às folhas 85 do Livro de Registro de Casamento nº1 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e documenta o casamento de Fortunato Ribeiro Guimarães e Theresa Antoniadis Chagas. Como testemunhas deste matrimônio temos João José Viçoso e Manoel Ferreira Monteiro, estando este último especificado como morador do Imbuhy, localizado na Freguesia de São Sebastião de Itaipú. O documento aponta também que a mãe da noiva era natural, batizada e moradora da Freguesia, onde os noivos residiam. Trata-se de um matrimônio que uniu famílias do Imbuhy e das proximidades (vide ANEXO 1).

De acordo com o Almanake Laemmert (1863, p.80 e 1867, p.58) João José Viçoso exercia a função de Inspetor de Quartirão.

A mesma fonte aponta Manoel Ferreira Monteiro como proprietário de fábrica, que não teve seu segmento revelado, na Barra de Piratininga, tendo sido especificada sua localização no Imbuhy. Almanake Laemmert (1867, p.59)

O segundo documento analisado foi uma certidão de Batismo, de abril de 1881. Consta às folhas 106v do Livro de Registro de Batismo nº 7 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e comprova o recebimento do sacramento por Alvaro, filho do casal Manoel José da Silva Ramos e Adelaide Viçoso Ramos, nascido em dezembro do ano anterior. O padrinho era João José Viçoso, parente da mãe do inocente batizado na ocasião. (vide ANEXO 2)

Uma segunda certidão de Batismo, de 1883, consta às folhas 135 do Livro de Registro de Batismo nº 7 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e

comprova o recebimento do sacramento por Francisco, filho do mesmo casal, nascido no ano anterior (vide ANEXO 3).

No mesmo registro documenta-se a paternidade do casal. A esposa, Adelaide Viçoso Ramos, seria filha de Sotero José Viçoso, apontado pelo Almanake Laemmert (1867, p.59), juntamente com seus filhos, como proprietário de fábrica na Barra de Piratininga, detalhando a localização da propriedade no Imbuhy.

A terceira certidão de Batismo, de 1885, consta às folhas 15 do Livro de Registro de Batismo nº 2 da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ e comprova o recebimento do sacramento por Delphina, outra filha do mesmo casal (vide ANEXO 4). Nesse registro também aparecemos avós maternos e paternos da criança batizada, onde novamente consta como avô materno Sotero José Viçoso.

Apesar de tratar-se do registro de batismo de filhos do mesmo casal, podemos perceber a inexistência de padronização na forma de documentar os dados em cada registro, o que nos permite compará-los para confirmar as informações tanto de parentesco quanto relativas ao convívio social.

As fontes citadas comprovam, entre os registros paroquiais (a partir de 1866) e o Almanake Laemmert (a partir de 1863), que existia na área do Imbuhy uma dinâmica que ia muito além daquela que poderia demandar a construção de uma Fortificação. A localidade fazia parte da freguesia de São Sebastião de Itaipu, regida pela igreja matriz de mesmo nome, o que indicava que a área possuía uma população que naturalmente estaria ligada às atividades econômicas ali realizadas.

Quanto às pessoas que constam nas fontes, destacamos Sotero José Viçoso e Manoel Ferreira Monteiro por sua relação com outros importantes nomes que aparecem na região.

Não só Sotero José Viçoso, mas também Francisca Maria eram filhos do casal Elisiana Cordeiro de Sampaio (irmã do Major Sotero Caio Monteiro) e Francisco José de Souza.

Sotero e Elisiana eram netos paternos de Francisco José Viçoso e Maria Joaquina Viçoso, sendo, portanto, seus legítimos herdeiros, conforme sugere o anúncio de jornal do século XIX abaixo (que não faz referência ao Imbuhy).

—PREVINE-SE ao publico que as casas de sobrado ns. 184 e 186 da rua do Senhor dos Passos, actualmente possuidas por Manoel Martins Marques, forão illegalmente a este vendidas por Delião José Guterres, sem que tivesse direito para o fazer ; visto que, pertencendo as referidas casas à herança da finada Maria Joaquina, transmittio-se para os seus legitimos herdeiros, que são Manoel Ferreira Monteiro por cabeça de sua mulher D. Francisca Maria Monteiro, e Sotero José Viçoso, não tendo aquelle Delião senão uma parte nas mesmas casas, das quaes unicamente podia dispôr. E porquanto os ditos herdeiros tenham hoje conseguido a sua habilitação, devidamente julgada por sentença, previnem pelo presente annuncio a quem quer que se proponha a contractar sobre as referidas casas, para que em tempo nenhum se chame à ignorancia.

Figura 1: Aviso sobre venda ilegal de casas dos herdeiros de Maria Joaquina em 1846.

A mãe deles falecera precocemente quando Sotero José tinha cinco e Francisca Maria apenas um ano de idade.

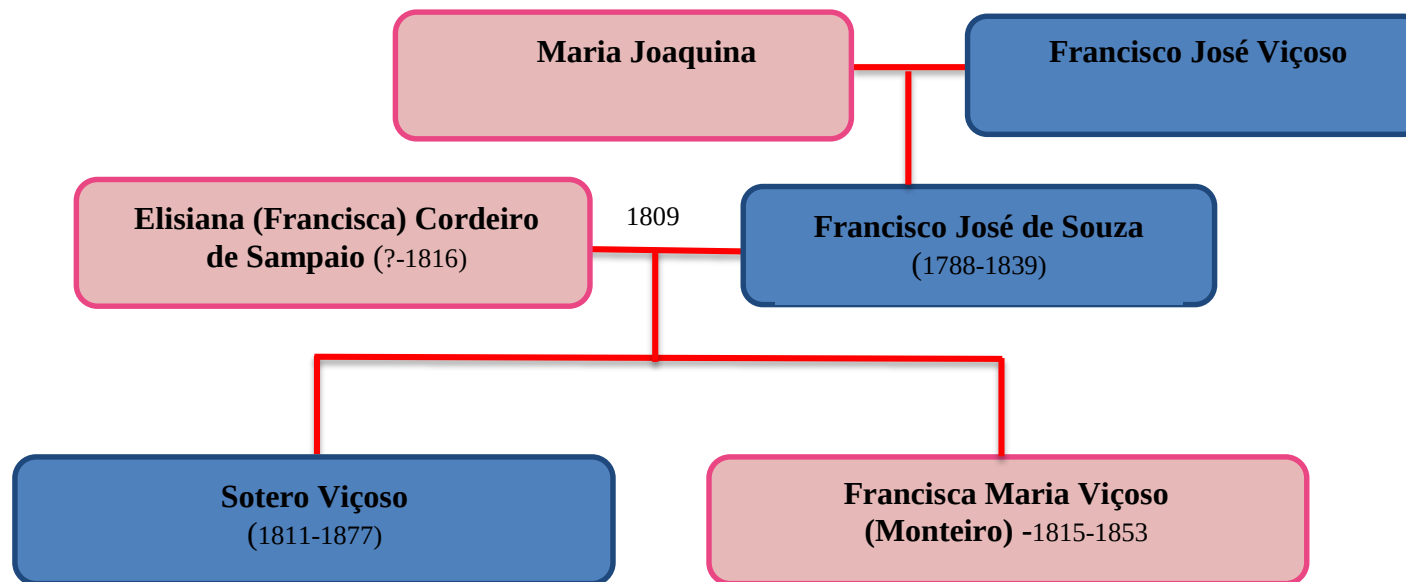


Figura 2: Avós paternos de Sotero Viçoso e Maria Francisca Viçoso. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.

Tanto no passado quanto recentemente, da intersecção de famílias da própria localidade surgiram outras famílias. O anúncio evidencia ainda que em 1846 Manoel Ferreira Monteiro estava casado com Francisca Maria, irmã de Sotero José Viçoso. Portanto aquele era cunhado deste.

O casamento entre Manoel Ferreira Monteiro e Francisca Maria era uma união entre primos. Ele era filho do Major Sotero Caio Monteiro, que vinha a ser tio de Sotero José Viçoso e Maria Joaquina.

Manoel Ferreira Monteiro era mais do que cunhado de Sotero José Viçoso, tratava-se de seu primo.

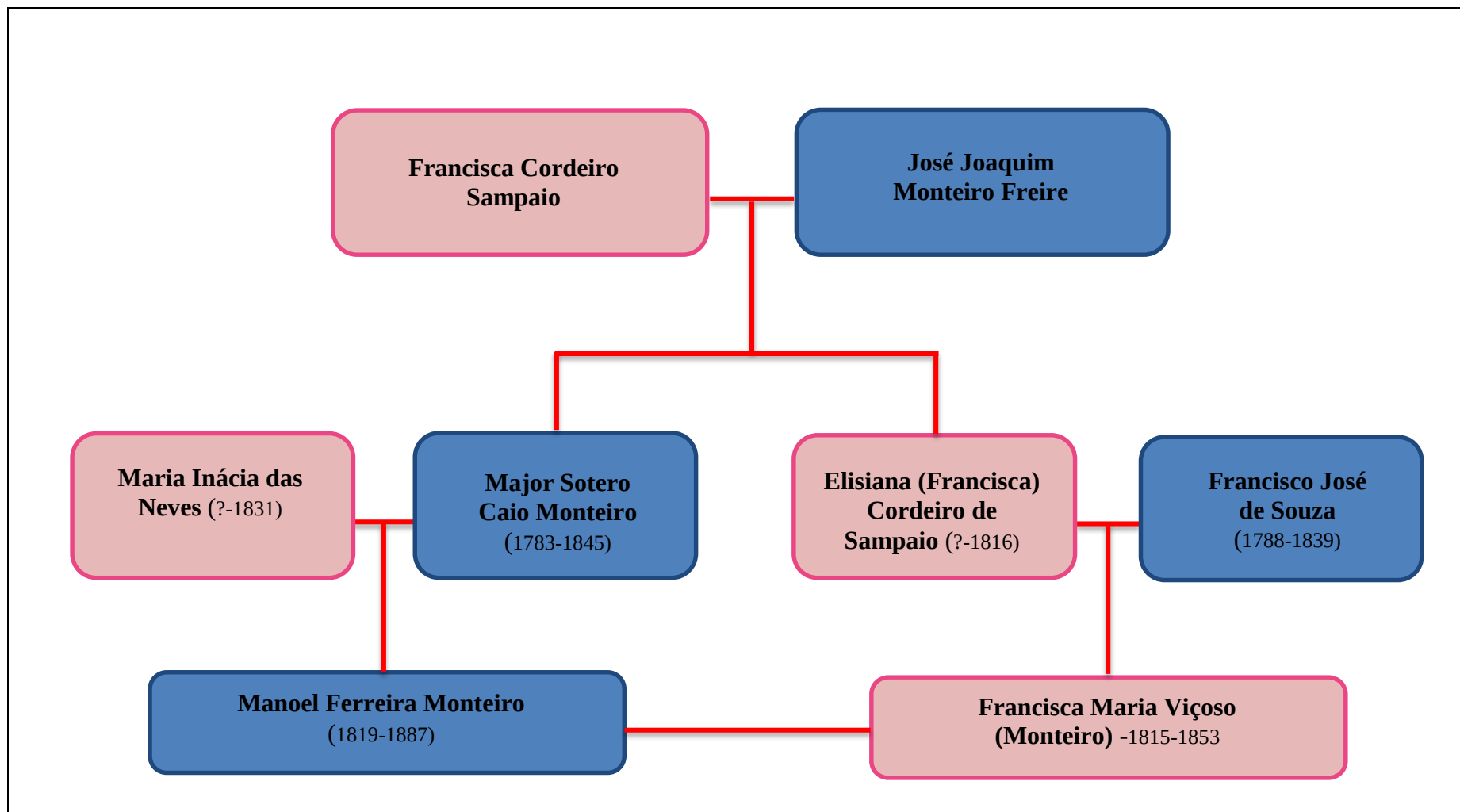


Figura 3: Árvore Genealógica dos primos Manoel Ferreira Monteiro e Maria Francisca Viçoso, unidos por matrimônio. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.

Aos 21 anos, Sotero Viçoso Ramos, apontado pelo Almanake Laemmert como proprietário de fábrica localizada no Imbuhy no século XIX, se casou com Delfina Maria do Espírito Santo e teve quatro filhas: Jacinta Maria Viçoso, Geraldina Viçoso, Claudina Maria do Espírito Santo e Adelaide Viçoso.

Só não há menção Geraldina nas fontes cedidas por moradores relacionadas à questão territorial e aos seus antepassados (confrotação entre terrenos/seus proprietários). Todas foram encontradas nos registros do familysearch.

Adelaide Viçoso casou-se com Manoel José da Silva Ramos, com quem teve quatro filhos. Após o falecimento do marido a propriedade no Imbuhy foi vendida vendeu a Sylvio Braga e Costa, filho do primeiro Comandante do Forte.

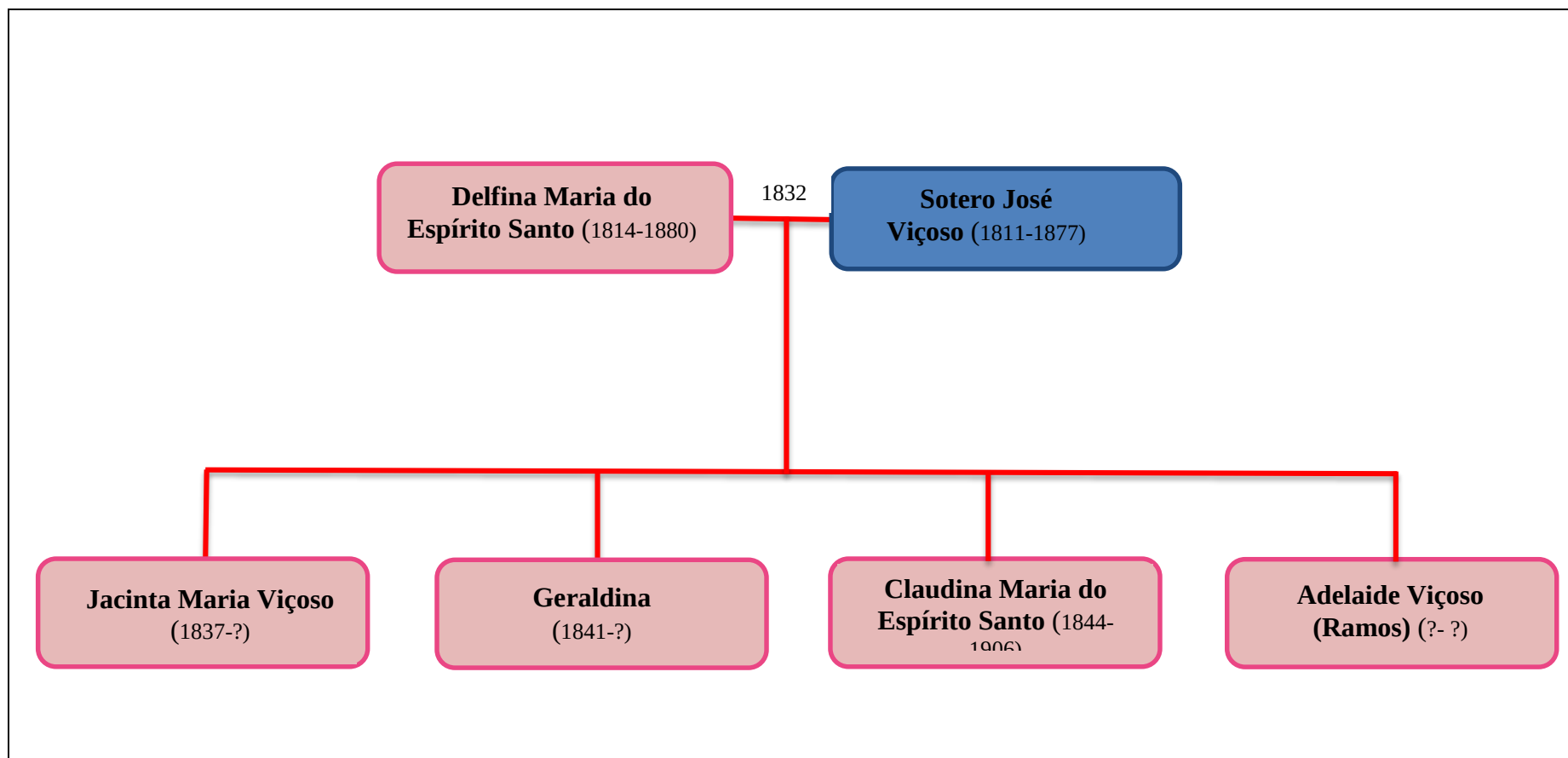


Figura 4: Prole de Sotero José Viçoso. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.

A escritura, registrada bem depois da negociação por não haver na época a referida obrigação, é de 1951, nela consta a descrição do terreno, que leva em conta, como um de seus limites, a propriedade da irmã, Claudina Maria.

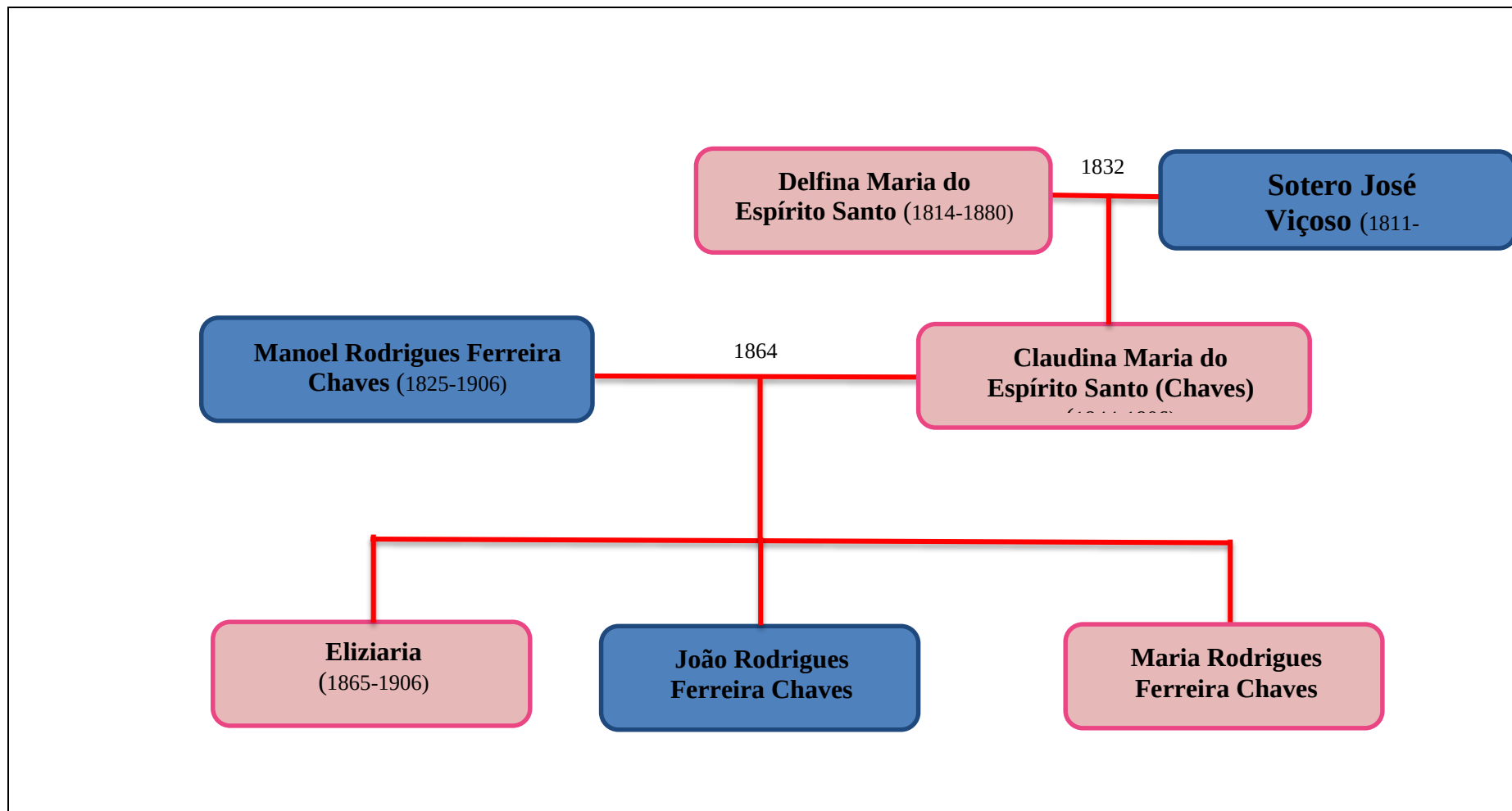


Figura 6: Família de Claudina Maria do Espírito Santo Chaves. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch

Entre os moradores recentemente removidos do Imbuhy está a Dona Zinah Viçoso da Silva, 84 anos³³. De acordo com a certidão de nascimento, ela é filha de Eugênia Viçoso da Silva com Thomaz Nunes da Silva, militar, natural do Pará, e neta de Antonio Viçoso (segundo ela Antonico Viçoso) e Amélia Fontes Soares. Ela afirma que tanto ela, quanto a mãe e o avô nasceram e foram criados no Imbuhy.

Apesar de o sobrenome chamar a nossa atenção, pode se tratar de uma coincidência. Não conseguimos encontrar fontes que pudessem fazer a ligação entre ela e Sotero José Viçoso. Um complicador é o fato de ela não se lembrar os nomes dos seus bisavós maternos, onde certamente está a pista que mais nos aproximaria dessa resposta.

Quanto aos documentos paroquiais em questão, eles foram registrados nos livros da matriz da Freguesia de São Sebastião de Itaipu.

³³ Idade em 20 de jul. de 2020.

2.2.2 A Freguesia de São Sebastião de Itaipu

É importante observar que no período colonial o território Paroquial, era a dimensão espacial sob a qual se estendia a jurisdição de determinado padre ou pároco, aplicável também à população correspondente e Freguesia se referia ao núcleo desse território. Rodrigues; Domingues (2008, p.14) definem Freguesia como a “*capital de uma Paróquia*”, mas afirmam também poder significar uma pequena povoação. O importante é que essa divisão territorial da Paróquia facilitava a o exercício de *uma autoridade administrativa, judicial, fiscal, policial ou sanitária*.

Ainda segundo os autores (*Ibidem*), o desenvolvimento das cidades no Brasil Colonial inicia-se sempre a partir de uma povoação que cresce em torno de uma igreja. Logo, não faz sentido a argumentação contida nas conclusões da Sentença proferida na ação de interdito proibitório ajuizada por moradores do Forte Imbuhy, em face da União Federal, nos autos do processo 95.0050453-7, tentando comprovar que não havia uma comunidade no local: “***Outros indícios de que ali não havia uma comunidade independente da vida militar é não ter uma igreja nem cemitério, como bem lembrado pela União às fls. 489/490***”. (grifo nosso.)

Ao contrário da afirmação acima,

a igreja de São Sebastião de Itaipú começou a ser construída em 1650 por padres Jesuítas, em um local que atendia a catequese de escravos, índios e pescadores livres da região, que até então era apenas uma comunidade com intensa atividade econômica na produção de açúcar e aguardente. A obra ficou pronta por volta de 1716. Era subordinada à Freguesia de São João de Icaraí. Fonte: Igreja de São Sebastião de Itaipú. Histórias e Monumentos, 2014.

O trecho acima demonstra que a igreja já estava efetivamente presente na região desde o século anterior ao início da construção do Forte Imbuhy.



Figura 7: Igreja São Sebastião de Itaipu. Fonte: A Preservação do Patrimônio Cultural em Niterói

Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, Monsenhor Arcipreste da Capella Real, Procurador Geral das Três Ordens Militares, em Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, de 1820, confirma que a igreja matriz de São Sebastião de Itaipu teve origem numa capela construída na área por volta de 1716.

Na situação de Itaipúyg está a Freguezia dedicada a S. Sebastião, que à título de Capella foi erecta antes do anno 1716, mas no de 1721 enobrecida com a prerrogativa de Parochia independente, como informou o Visitador Bento Lobo Gavião. Teve entrada na Classe das Igrejas perpetuas pelo Alvará de 12 de Janeiro de 1755, e foi seu 1º Paroco próprio o Padre Manoel Francisco da Costa, por apresentação de 24 do mesmo mez, e anno, e Confirmação de 4 de Junho seguinte. (ARAUJO, 1820, p.95, grifo nosso)

No trecho acima está clara a associação que os historiadores fazem entre essa igreja e a origem da Freguesia de Itaipu, pois em 1755 foi criada a freguesia de São Sebastião de Itaipu.

Ainda conforme citação acima, em 1721 a capela alcança a categoria de Paróquia, inicialmente sem pároco próprio, o que vai mudar em 1755, com a

fundação da freguesia de São Sebastião, pelo Alvará Régio de 2 de janeiro de 1755, que a elevou à classe de igrejas perpétuas demonstrando que aumentavam as demandas religiosas da população que habitava a região. É o que mais a frente o autor vai elucidar, ao delimitar a área e quantificar os fiés:

Em mais de 3 legoas se divide, ao N., com a Freguezia de S. Gonçalo; em 3, à L., com a de N. S.^a do Amparo de Maricá; ao S., com o mar grosso, que pouco lhe dista; em perto de 2, á E, com a de S. Joaõ Baptista de Carihy. **N'esse circulo enumera 100 ou pouco mais Fógos, e além de 800 Almas, obrigadas á Sacramentos.** (ARAUJO, 1820, p.95, grifo nosso)

No trecho acima, ao estabelecer as fronteiras dessa freguesia, e justificar a necessidade dessa e de outras três igrejas vizinhas a partir da quantidade de fiéis a serem assistidos na imensa área, o autor deixa claro que já no início do século XIX, considerando como referência o ano da publicação, havia uma população na região, constituída por cerca de 800 almas, distribuídas entre 100 casas.

A 300 metros da igreja, outra construção histórica da região, de 1764, apontada por Araujo (1820, p.96), é o Recolhimento de Santa Thereza, e destinado a mulheres que buscavam uma vida recolhida ou àquelas que ali habitavam por castigos:

Unido á Matriz existe um Recollhimento para mulheres, a quem agrada o retiro do Seculo, ou algumas circunstancias obrigam à habita-lo por castigo de culpas. A diligencias de Manoel da Rocha, fundador, a quem intitularam Protector do Bem Commum, do Vigario sobredito, e do então Provisor do Bispado Antonio Jozé dos Reis Pereira e Castro, Mestre Escóla que era da Sé, foi levantado esse edificio sob a dedicação de Santa Thereza, que principiou em uso com a entrada das primeiras habitadoras, recolhidas a 17 de Junho de 1764.



Figura 8: Corpo principal da construção do Recolhimento de Santa Thereza, Fonte: A Preservação do Patrimônio Cultural em Niterói.

Em 1955 ocorreu o tombamento federal do prédio³⁴. A construção, que ficou por muito tempo abandonada, foi parcialmente restaurada em 1974.

A 900 metros dali está o Cemitério São Lázaro. Não se sabe ao certo a data de início de suas atividades, mas é certo que ao final do séc. XIX ele já existia. Braga (2006, p. 48)³⁵, ao relatar a disputa da região de Itaipu entre Niterói e São Gonçalo aponta sua existência num período que a Freguesia estava sob a jurisdição de São Gonçalo: "*Em 1891, possuía o município os Cemitérios: da Vila, de Cordeiros e de Itaipu.*" (grifo nosso).

2.2.3 A figura do Inspetor de Quarteirão na Aldeia Imbuhy

A historiadora Márcia Motta (MOTTA, 2017) aponta o registro no Almanake Laemmert (1863) da figura do inspetor de quarteirão ainda no século XIX no Imbuhy., que fazia parte da Freguesia de Itaip. O referido registro se dá 43 anos após a publicação de Araújo, citada acima, que já demonstrava a existência de uma dinâmica local.

No mesmo ano de início da construção do Forte já aparece a figura do

³⁴Processo 365-T-46 - inscrição nº 425, Livro das Belas Artes Vol.1, fl.80.

³⁵"O município de São Gonçalo e sua história", de Maria Nelma Carvalho Braga, 3ª Edição – Niterói, RJ: Nitpress, 2006.

Inspetor de quartirão no o Almanake Laemmert (1863, p.80), denunciando que já havia uma vila de pelo menos 25 fogos ou casas na área.

O nome apontado como inspetor de quartirão pelo Almanake Laemmert seria João José Viçoso.

Para se entender melhor a figura desse servidor, o quartirão constituía-se a menor unidade administrativa, mais do que isso, em termos policiais do município – sendo formado por um número mínimo de 25 casas ou fogos, sendo que cada conjunto de três quartirões formava um distrito. (GENOVEZ, 2014).

Cabe frisar, conforme nos coloca Rolim (1999, p. 87), que o Inspetor de Quartirão era escolhido entre os membros mais respeitáveis, ou que se destacavam na comunidade, um elemento que demonstra a credibilidade para como Estado da família que alugava a casa ao primeiro Comandante do Forte Imbuhy (a mesma que mais tarde foi vendida ao seu filho), já que João José Viçoso era parente (provavelmente tio) de Adelaide Antonia Viçoso Ramos, que teria negociado o espólio do falecido marido como Capitão Bonifácio Gomes da Costa, no período que este comandou o Forte, entre 1901 e 1906.

A função de inspetor de quartirão teve origem em Jerusalém. E no Brasil surge a partir do Código de Processo Criminal do Império, de 1832, que regulamentou o artigo 162 da Constituição outurgada de 1824. O cargo foi instituído em 1827.

O inspetor de quartirão fazia parte do sistema de policiamento das vilas e cidades brasileiras. A ele cabia coibir a prática de delitos e zelar pelas propriedades. Ele funcionava como uma espécie de primeira instância de policiamento em cada aglomeração urbana, mas como a função não era remunerada acabava surgindo uma cumplicidade entre os policiais e a população para que pudessem executar as outras atividades que lhes garantiriam a remuneração necessária para sobreviver, conforme Rivail Carvalho Rolim, (1999, p.79): *Assim, a situação favorecia a existência de uma certa cumplicidade entre os policiais e membros da sociedade, já que essas*

autoridades tinham outros afazeres para poder sobreviver, e não recebiam nenhuma formação.

O Almanake Laemmert (1867) destaca também, como proprietário de fábricas na Barra de Piratininga: Manoel Ferreira Monteiro e Sotero José Viçoso e filhos. De acordo com o registro, ambos desenvolviam atividades em ramo não especificado no Imbuhy.

Entre os filhos de Sotero José Viçoso estava a viúva Adelaide Antonia Viçoso Ramos, que teria vendido ao filho do primeiro Comandante do Forte o espólio do marido, Manoel José da Silva Ramos.

Quarenta e sete anos antes Araujo (1820, vol.4, p.97) aponta algumas atividades que eram desenvolvidas na Freguezia de São Sebastião de Itaipu de forma geral:

Alguns Engenhos de assucar subsistem n'esse território, produtor de canas doces, de mandioca, milho, feijão, arroz e outros legumes, que se exportam á Cidade pelo interior da Enseada, ou por fora da barra, em lanchas, quando as cargas sam mais volumosas.

A pesca é outra atividade que o Almanake destaca na freguesia:

Existem na freguezia estas duas lagôas que abundam em peixes e camarões, nas quaes pescão imensas redes e canôas mediante um puchado arrendamento e expressa licença de seus proprietários, visto que contra todo o direito ellas se chamão proprias, tendo aliás barra para o mar, donde provém acriação. Nellas procurão os pobres, como um grande refugio á miséria, o pão com que matão a fome e cobrem a nudez de seus filhos, mas ai deles se furtivamente molhão a rêde e pescão o peixe! (Almanake Laemmert, 1867, p.59)

Além disso, o Almanake Laemmert (1867, p. 60) evidencia a figura de um negociante no Imbuhy: Hilario Antonio da Silva.

O simples destaque dessas atividades nos registros oficiais não exclui a possibilidade de a mão-de-obra local ter sido utilizada nas obras do Forte, ao

contrário, até aumenta as chances de a população local ter contribuído para sua construção.

Em conversa preliminar com um militar de alta patente que preferiu não dar entrevistas formais e gravadas – razão pela qual conservamos aqui sua identidade – o mesmo afirmou que na versão da história que ele conhece na época da construção do Forte foi autorizado que os trabalhadores da construção civil montassem acampamentos temporários na área, onde os mesmos passaram a viver com suas famílias no período da obra, o problema é que a obra demorou muito tempo, devido principalmente às interrupções, e o provisório acabou virando definitivo. Isso pode fazer sentido, pois sabemos que a pesca é uma atividade temporária e que por isso se conjuga a outras atividades. É muito comum em determinadas épocas do ano o revezamento com atividades da construção civil, dos estaleiros e etc. Outra questão que não é novidade é o fato de as cidades terem historicamente se desenvolvido em torno dos fortes e quartéis, uma vez que lá estava a infra estrutura. Para ele os moradores querem a segurança de uma área militar, mas não querem se submeter aos procedimentos de segurança que a área impõe pelo seu uso, tais como revista, limite de velocidade, cota de visitas, etc.

A proximidade com o mar, e com as lagoas de Itaipu e Piratininga, citadas pelo Almanake Laemmert (1967,p.59) como abundantes em pescado, foi determinante para que a pesca fosse a principal atividade desenvolvida na redondeza.

Existem na freguezia estas duas lagôas que abundão em peixe e camarões, nas quaes pescam immensas rêdes e cânoas mediante um puchado arrendamento e expressa licença de seus proprietários, visto que contra todo o direito ellas se chamão próprias, tendo aliás barra para o mar, donde provém a criação.

Nellas procurão os pobres, como um grande refugio à miera, o pão com que matão a fome e cobrem a nudez de seus filhos, mas ai deles se furtivamente molhão a rêde e pescão o peixe!

No trecho acima o Almanake já relata a pescaria em grande escala nas lagoas de Itaipu e Piratininga.

O Forte Imbuhy está localizado num bairro de tradição pesqueira, conhecido pelo culto a São Pedro, o padroeiro dos pescadores, denominado Jurujuba, um bairro que pode ser caracterizado como uma península banhada pelas águas da Baía de Guanabara e delimitado por terra por Charitas e Piratininga.

As fortificações da Baía de Guanabara, com suas respectivas unidades militares, de alguma forma, sempre interagiram com suas vizinhanças e com o universo da pesca existente na Baía de Guanabara. Em alguns casos, no decorrer dos anos, alguns espaços do próprio sítio foram regulamentados pelos comandos, para a realização dessa atividade, com medidas ora mais, ora menos restritivas. Essas relações sociais civil- militares acontecem também na esfera das festividades religiosas, como a tradicional Festa de São Pedro, organizada pela comunidade de pescadores do bairro de Jurujuba, em Niterói, que em 1977 teve início com as bandas do Forte Imbuí e do Presídio do Exército da Fortaleza de Santa Cruz (MATTOS, 2018,166).

No trecho acima o autor demonstra que a tradição pesqueira está tão arraigada no bairro em questão que até mesmo os comandantes dos fortes militares tiveram que ao longo do tempo serender à cultura local, da qual faziam parte a pesca e as festividades religiosas.

A ocupação inicial da área teria se dado no período colonial a partir da distribuição de sesmarias. A história do lugar destaca-se ao estabelecimento de uma colônia de pescadores e de um sistema dedefesa.

A versão oficial considera, conforme consulta ao sítio do Forte Imbuhy³⁶, que a Construção da fortificação teve início em 1863, mas suas raízes estariam em 1596, quando a posição teria sido uma das bases de combate à esquadra do holandês Van Dorthe aos avanços do francês Duclerc, em 1710. Quase três séculos depois do primeiro episódio em que aquele ponto teria sido utilizado para a defesa, efetivamente se pensa em estabelecer ali uma fortificação estruturada após a Questão Christie (1861-1863), episódio diplomático em que Brasil e a Inglaterra quase entraram em guerra, apartir de um novo projeto que, passando por várias modificações e tendo sido ocupada por forças do Governo que vigiavam os rebeldes da Revolta da Armada, em 1893, finalmente foi inaugurado em1901.

³⁶Disponível em <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/?page=imbuhy>>. Acessado em 01/09/2015.

Nesse sentido, a versão oficial da ocupação divulgada pela União em resposta ao recurso interposto pelos moradores, apesar de não negar a existência da população estabelecida no local, desconsidera qualquer ocupação anterior ao uso da área para a finalidade de defesa ao sustentar que os comandantes eventualmente poderiam autorizar a ocupação das áreas das fortalezas ali existentes por militares ou servidores civis em razão da dificuldade de acesso, já que o acesso à Jurujuba era feito pelo mar ou por um caminho pedregoso e ainda não havia estrada:

A história é bem verossímil. É compreensível que, no final do séc. XIX, os comandantes militares permitissem que alguns militares e servidores civis das diversas fortalezas ali existentes trouxessem suas famílias para residir próximo do local de trabalho. Os meios de transportes eram rudimentares assim como as estradas, o que explica o interesse destes empregados em viver por ali, isto sem falar na economia em moradia, segurança permanente e qualidade de vida. (Superior Tribunal de Justiça, Recurso especial nº 1.165.680-RJ (2009/0214772- 9) p.8)

É preciso deixar claro que estamos tratando de história da ocupação e não de Direito, apesar de nossas fontes incluírem o processo judicial.

Sobre a permissão do Comandante para habitar a área, de fato chegamos a conversar informalmente, ainda em 2015 com uma pessoa que não se animou a gravar entrevista e preferiu não se identificar, mas disse morar na área há 40 anos e pertencer à família que mais recentemente se instalou na Aldeia. Segundo ele, seu pai servia no quartel e recebeu permissão do comandante para habitar a área. Quando da proibição de acesso à Aldeia Imbuhy pela entrada principal do Forte Rio Branco, na década de 1990, segundo ele os moradores entraram na justiça para reestabelecer o acesso e pediram também o usucapião¹ e, ainda nas palavras dele, aí estava o erro porque a área era da União, ou seja, militar federal e a Advocacia Geral da União (AGU) respondeu pedindo a reintegração, conforme confirmado via consulta ao voto do Ministro Humberto Martins ao recurso especial nº 1.165.680-RJ (2009/0214772- 9): “[A União] apresentou contestação na qual impugnava o pedido dos autores, bem como apresentava reintegração de posse, alegando esbulho (fls. 215-219, e-STJ).”¹

Sobre menção que se faz entre o Forte Imbuhy e utilizações pretéritas da posição para a defesa do país, tanto em se tratando das invasões de Van Noote Duclec quanto por sua utilização para vigiar o movimento da Revolta da Armada em 1893, Nunes (2017, p.57) afirma que não existia nenhum armamento anterior a esta data, a própria necessidade que o governo teve de ocupar militarmente a posição onde estava sendo construído o forte, comprovaria isso, o que existia era a bateria da Praia de Fora, onde temos atualmente o forte conhecido como Barão de Rio Branco, que dava acesso à comunidade denominada Aldeia Imbuhy.

A proximidade geográfica entre a Praia do Imbuhy e a Praia de Fora, onde estão localizados respectivamente o Forte Imbuhy e o Forte Rio Branco acaba permitindo nascer uma história local que relaciona o uso do espaço às atividades cotidianas. Na Praia do Imbuhy havia uma vila de pescadores. A necessidade de acesso a ela fez com que se utilizasse, desde pelo menos o início do século XIX, uma passagem pela Praia de Fora, já que essa posição defensiva era aberta à retaguarda. Segundo Castro (2009, p.347), não só por esse fato, mas devido à necessidade da passagem citada, o local mostrava-se atraente aos interessados em grilar terras públicas. O autor deixa claro que mais tarde, à época da Questão Christie o muro teria sido construído, mas o caminho continuava a ser um problema ainda em 1887.

Com isso Castro (2009) tenta demonstrar que o local era propenso à grilagem, o que em primeira vista pode nos conduzir à ideia de que os moradores do Imbuhy teriam usado esse artifício para ocupar as terras, mas o mesmo acaba apresentando mais um indício de que a comunidade já existia desde o início do século XIX:

Há notícias duvidosas sobre uma possível construção de um forte na Praia de Fora, em 1807. No império certamente ele já era de cantaria, mas, mesmo assim, não recebeu maiores cuidados, sendo abandonado e entregue à própria sorte. O local mostrava-se muito atraente para os interessados em grilar terras públicas, prática facilitada pelo fato de a posição ser aberta à retaguarda, pois a necessidade de acesso à vila de pescadores na Praia do Imbuí fizera surgir uma passagem, que continuou existir até bem mais tarde, no império. Esse caminho ainda constituía um problema em 1887, apesar do muro que fechava a retaguarda da fortificação, construído à época da Questão Christie.

É bom lembrar que se trata de uma publicação institucional. Apesar do pouco espaço dedicado ao tema, muito surpreende o fato de o autor não o ter ignorado completamente.

De acordo com os moradores, as autoridades teriam pedido permissão à seus antepassados para a construção do Forte, ocupando a Ponta do Imbuhy.

Nesse sentido, veremos, no capítulo 5, ao tratar das personalidades comunitárias elencadas que se destacaram e compuseram uma espécie de balança de poder, um documento pedindo a autorização para a passagem de cabos pelas terras do Coronel Otto Gutierrez Simas, que vinha a ser sobrinho da Dona Yayá. Isso faz sentido, pois há inclusive comprovação de pagamento de imposto referente ao terreno pela família do referido Coronel.

O acesso à comunidade permaneceu como um problema para os moradores, e inclusive foi o estopim para deflagrar a disputa judicial, já que tinham sido proibidos de usar a passagem do Forte com saída para Jurujuba, o que os obrigava a percorrer uma distância muito maior para acessar a comunidade.

Autora: E o acesso à comunidade, como que era?

Iza: A pé

Autora: ...tinha que passar pelo Forte?

Iza: A pé por dentro do forte Rio Branco, cá o outro forte que era na beirada da praia de Jurujuba.

Autora: Entendi...

Iza: Entrava no Forte Rio Branco e pegava a estrada... uma meia hora a pé pra ir ao Imbuhy, lá na ponta da praia.

Autora: Certo... É porque eu fui recentemente lá...

Iza: Hoje Piratininga está ligado ao Imbuhy, lá na ponta.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Ao caracterizar a matéria o relatório do Ministro Humberto Martins explica:

Trata-se de ação possessória ajuizada por supostos descendentes da Sra. Flora Simas de Carvalho que ocupam terrenos localizados na área conhecida como “Aldeia do Imbuí” que pretenderam obter provimento jurisdicional que determinasse à UNIÃO FEDERAL a reabertura de suposta servidão de passagem pelo Forte Rio Branco (área militar), sendo que supostamente foi deduzido pedido relacionado à reintegração de posse em favor da UNIÃO, devido à natureza dúplice da demanda possessória. (Superior Tribunal de Justiça, Recurso especial nº 1.165.680-RJ (2009/0214772-9) p.1)

A convivência entre moradores e militares evidenciou a construção da vida social, assimilando e absorvendo valores institucionais, tais como hierarquia e disciplina. A subordinação dos moradores sinalizava que as restrições impostas pelo fato de se tratar de uma área destinada ao exercício militar precisavam ser cumpridas. Assim a principal atividade desenvolvida pela população foi aos poucos, antes mesmo do conflito ser evidenciado, sendo extinta e os moradores sendo dispersados. Restavam ainda nos últimos anos os vestígios de uma atividade que persistia na precariedade de instalações que não podiam ser reformadas em razão da proibição daqueles a quem os moradores deviam obediência.

Da atividade que no passado ligou toda a comunidade, seja por laços de parentesco, pela cultura ou pela forma com que se processa a parceria na pesca, restavam apenas resquícios, pois nem todos viviam exclusivamente da atividade. Mas a comunidade, detentora de uma territorialidade e da memória de um passado herdado (vide capítulos 2 e 3), estava disposta a recuperar sua história, pois pretendia lutar pela permanência na área, sob a justificativa de que as restrições lhe teriam dificultado manter-se integralmente em sua vocação pesqueira, já que também faz parte da história do presente a luta pela sobrevivência.

Nas entrevistas realizadas percebe-se que as ameaças de remoção do presente fortaleceram a identidade de descendente de Dona Yayá, ancorada em memórias do passado, transmitidas de geração em geração. Nesse sentido, Bauman (2003 e 2005) aponta que a busca por segurança fortalece identidades ameaçadas de extinção, movidas pelos imperativos da sobrevivência reforçam o sentido das lutas pela existência no presente, ou seja, considerando a estrutura subjetiva do tempo é a perspectiva de futuro que passa a dar sentido à vida coletiva.

É nesse sentido que Pollack (1992, p. 204), traça uma relação intrínseca entre

memória, herança, pertencimento, construção e identidade e se refere à socialização histórica da memória, pois dela participam tanto os acontecimentos vividos individualmente quanto aqueles vivenciados pelo grupo ao qual o indivíduo se sente pertencer, ou melhor dizendo, se identifica.

O tipo de estratégia usada neste caso específico, ancorado no fortalecimento da identidade de uma comunidade que precisou pensar sobre si, sobre suas práticas e se definiu como tradicional, visava garantir o direito ao território a partir do passado, em meio à luta pelo reconhecimento. Essa forma de ação é mais comum do que se imagina e foi evidenciada também no trabalho anterior (FERREIRA, 2013). A memória, que inclui recordação e esquecimento, que se exigem reciprocamente, *produzirá as inevitáveis metamorfoses ditadas pela mediação das estratégias de vida (de que ela faz parte) e que age como uma re-presentificação doadora de futuros ao passado.* (Catroga, 2015, p.20).

Tratou-se de fortalecer o sentimento de identidade comunitária, amarrado numa personagem reconhecida pela história local, convenientemente associada à história oficial por um feito transmitido de geração em geração pela oralidade e também referenciado em fontes escritas.

O primeiro comandante do Forte era bisavô de uma das ex-moradoras que entrevistamos, a Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, que reivindicou na justiça o direito de propriedade do terreno no qual se localizava a casa 26, mas teve seu imóvel derrubado em 1º de dezembro de 2017 por determinação judicial.

Questionada sobre a história de ocupação da área do Imbuhy, já que os moradores chegaram a afirmar no processo judicial inicialmente a versão de que Dona Yayá teria dado origem à comunidade, a moradora falou que já havia pescadores morando no local quando sua família se instalou:

(...) minha família foi morar... entrou na história do Imbuhy através do primeiro comandante do forte do Imbuhy, que era na época ele era Major né, Major Bonifácio Gomes da Costa, e casado com a minha bisavó, ele era o meu bisavô, bisavó Sara. E ele foi designado pra acompanhara finalização das obras do forte e inaugurar, ele inaugurou foi o comandante que inaugurou o forte do Imbuhy em 1901, só que já existiana...na...ali no Imbuhy já existia uma Aldeia né, de pescadores e tinha também é... na verdade era uma área que tinha pescadores né, ali na beira da praia e tal e também tinha

proprietários né, tinha é... as pessoas também que tinham a sua origem, seu direito encima de propriedade tá, e inclusive nós conseguimos comprovar isso através dos documentos da nossa compra da propriedade.

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58anos.

Entrevista realizada em 27/02/2018.

A moradora nos cedeu a escritura do imóvel de sua família, registrada no 16º ofício de Niterói, em 1949 (responsável pela área de Itaipu, Itacoatiara, Piratininga, Eng.do Mato) e lavrada no 8º ofício, em 1951).

Abaixo o trecho que descreve a transação realizada:

(...) revendo em seu poder e cartório, os livros de escrituras a seu cargo, neles no de número **087** às folhas **070 de 21 de** Fevereiro de 1951, consta a Escritura do seguinte teor: **ESCRITURA DE VENDA DE BENS IMOVEIS EM ZONA RURAL NO LUGAR DENOMINADO IMBUÍ, 2º DISTRITO DESTE MUNICÍPIO, QUE FAZ O ESPOLIO DE ADELAIDE VIÇOSO RAMOS E OUTROS AO MAJOR DR. SYLVIO BRAGA E COSTA**, na forma

abaixo: SAIBAM quantos esta pública escritura, virem que sendo no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e cinquenta e um, aos vinte e um dias do mês de fevereiro, nesta Cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 8º Ofício, perante mim Tabelião que levarei a presente escritura à distribuição, na forma da lei, compareceram, partes entre si justas e contratadas, de um lado como OUTURGANTES VENDEDORES os espólios de **ADELAIDE VIÇOSO RAMOS, ALVARO JOSE SILVA RAMOS, EUGENIO DA SILVA RAMOS, JOSE FRANCISCO FERNANDES E sua mulher FRANCISCA DA SILVA FERNANDES E ANTONIO VICENTE BENTO esua mulher DELFINADASILVABENTO**, representados neste ato pelo inventariante, ANTONIO FRANCISCO FERNANDES, brasileiro, casado, motorista domiciliado nesta cidade, tudo nos termos do alvará que adiante será transcrito e fica arquivado; e de outro lado como OUTORGADO COMPRADOR: **o Major Doutor SYLVIO BRAGA**

E COSTA, médico, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado nesta cidade a Rua Noronha Torrezão, nº 124; os presentes reconhecidos como os próprios das duas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, hábeis, minhas conhecidas e também residentes nesta Cidade, do que de tudo dou fé. E, perante as testemunhas, pelo representante dos espólios outurgantes, foi dito, que são estes, senhores possuidores legítimos do **imóvel sito em zona rural, no lugar denominado “IMBUÍ”, segundo distrito deste município, compreendendo uma data de terras com uma casa de residências que tem o numero 624 (seiscentos e vinte e quatro), dividida em duas salas, três quartos, cozinha e quarto com WC e mais sete pequenas casas de pau a pique medindo a dita data do terreno, pela frente da Estrada do imbuí, com a qual confronta, cento e seis metros e por caminho que se desvia dessa estrada, denominada caminho da lagoa, cento e cinco metros e da**

frente a fundos, ate as vertentes do morro , confrontando-se de um lado com Francisco Xavier e de outro com Maria Claudia Viçoso e nos fundos com quem de direito; que os imóveis acima descritos foram havidos pelos “de cujus” no inventário do finado Manoel Jose da Silva Ramos, processado no cartório do quarto ofício desta cidade, julgado por sentença do doutor Antonio Soares de Pinho Junior, em dez de novembro de mil novecentos e quatorze, tudo como se vê da certidão expedida pelo escrivão do dito cartório, em vinte e um de outubro de mil novecentos e quarenta e nove e registrado no registro de imóveis no Cartório do 16º Ofício desta cidade, oficial Rocha Wernek, no livro 3 pagina 72, sob o número de ordem 169/170 (cento e setenta), 171 (cento e setenta e um), 172 (cento e setenta e dois) e 173 (cento e setenta e três), que devidamente autorizado por alvará que adiante se transcreve, por este publico instrumento e melhor forma de direito, livre e desembaraçado de ônus público ou particular, vende os imóveis nesta descritos e confrontados ao outorgado Major Doutor Sylvio Braga e Costa, pelo preço de certo e convencionado de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), que ele representante dos espólios, recebem neste ato das mãos do comprador, em moeda corrente do país.

Como podemos observar a escritura do imóvel foi registrada em 1951 pelo avô da Lúcia, então Major Sylvio Braga e Costa, somente quarenta e cinco anos após término do comando do seu pai, bisavô da entrevistada, o Capitão Bonifácio Gomes da Costa, que foi de 1901 a 1906. Nesse período o Comandante em questão alugava a casa que fazia parte do espólio da viúva Adelaide Antonia Viçoso Ramos.

Pela escritura podemos perceber a demora na conclusão do inventário do esposo da Dona Adelaide, Manoel José da Silva Ramos, que só foi concluído em 1914 pelo 4º Ofício. A oficialização da operação de compra e venda só foi feita pelo Major Sylvio Braga e Costa em 1949, quando a viúva em questão também já havia falecido.

Essa década (1950) aparece como período em que a família, representada pelo Major Sylvio Braga e Costa, demonstra a preocupação em comprovar e manter atualizada toda a documentação sobre a propriedade do imóvel e o solicitante, tanto da escritura, quanto da certidão já mencionada que registra a venda de um escravo pescador, e ainda a que se refere à venda de uma casa na área do Imbuhy foi a mesma pessoa, o avô da Lúcia, o que pode indicar que ele estivesse sendo de alguma forma pressionado a comprovar a legitimidade da sua propriedade, o que acabava se estendendo à história de ocupação local. Talvez isso não tenha acontecido antes porque o pai dele era uma pessoa de influência no Exército que chegou a comandar

o Forte Lage e a Fortaleza de Santa Cruz, tendo alcançado o posto de General de Brigada. Além disso, não existia naquela época, a obrigação legal de transcrição da negociação no registro de imóveis.

3.TERRITORIALIDADE: A FACE VIVIDA DO PODER SOBRE UMA PORÇÃO PRECISA DO ESPAÇO

Raffestin (1993, p.160) entende por territorialidade" um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema".

De acordo com Corrêa, (1996, p. 251-252) a territorialidade se refere ao “conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social”.

Para Raffestin, “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”.

Assim, podemos presumir que nas relações que se estabelecem a partir da territorialidade, o poder é a mais intencional, porém, há ainda a prática, o uso, o modo de vida, o cotidiano e a vivência, que marcam esse espaço – e este, pelo aspecto do recurso, do poder ou da resistência passa a ser considerado como território – o que lhe confere inevitáveis expressões, as territorialidades.

3.1. As restrições Impostas

A pressão exercida sobre o modo de vida dos moradores, a partir de regras impostas pelos agentes responsáveis pela gestão desse espaço alcançou várias instâncias das suas vidas.

Antes de ganhar oficialmente a causa na justiça a territorialidade dos pescadores foi sendo pouco a pouco desmobilizada pelos gestores da área, a partir das suas bases.

Então é muito difícil você lidar com o poder. Você pode ter o direito, mas o poder... entendeu? O poder e a justiça andam assim oh. Vou te falar uma coisa, eu frequentei muito a OAB e numa revista da OAB estava escrito assim: Justiça e poder andam lado a lado e é verdade.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Segundo os moradores, o exercício desse poder sobre a área resultou em pressões diversas vividas pela comunidade, materializada nas restrições. O Presidente da Associação de Moradores coloca que existem documentos emitidos pelo Exército que comprovam as restrições que foram sendo impostas aos moradores ao longo dos anos:

Ailton: (...) Eu pelo menos tenho quase todos eles: medidas proibitivas como pesca, compras, lixo, gás, essas coisas todas, até visitação a gente tem isso tudo documentado através de circulares que eles mandavam pra a gente.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Elas vão desde a perturbação as casas, o mais essencial lugar de descanso, intimidade, moradia e reprodução; passam pela praia, o local de trabalho que permite a reprodução material; pela escola, o locus de formação e reprodução cultural; e atingem o lazer e a diversão que se processavam nas manifestações religiosas, mas também através do clube e do futebol.

3.1.1 As Casas

A casa é o local de descanso, de repouso, de intimidade, de proteção e segurança. Mas quatro décadas antes da ação na justiça iniciar, Dona Yayá já falava, em entrevista ao Jornal Diário da Noite (1959), da insegurança de viver no Imbuhy. e do medo de ser despejada a qualquer momento:

Passados esses 70 anos, d. Flora Simas de Carvalho, vive em modesta residência construída em terrenos do Exército num recanto distante de Niterói. Numa paisagem bucólica. O mundo de d. Yayá não tem o menor recurso, a condução mais próxima fica a alguns quilômetros de distância. Ali vive a mulher que bordou as duas primeiras bandeiras da república, em companhia de filhos, netos e bisnetos. Sua situação é de absoluta insegurança. Sendo os terrenos “zona militar”, a qualquer momento os que ali residem podem receber ordem de despejo e ter suas casas derrubadas e d.Yayá não terá para onde ir, viver seus últimos dias de recordação de um passado feliz. (Diário da Noite, 20/11/59)

Alguns viviam permanentemente com medo da remoção, como relatado pela Dona Yayá. De fato a incerteza sobre a manutenção das moradias pode ter sido mais intensa em alguns períodos, consumindo muita energia das famílias que habitaram a área, mas as disputas territoriais aparecem em diversos momentos, assim como os períodos de calma.

Questionada sobre a relação entre o Exército e a comunidade, inicialmente essa insegurança relatada pela Dona Yayá em entrevista parece não fazer parte das lembranças da Sra. Iza, mas é possível perceber alguma sutil contradição em seu discurso ou uma mistura de passado e presente:

Autora: E a relação entre o Exército e a comunidade, era tranquila nessa época?

Iza: Tranquila. Eles não ameaçavam nem nada, só mandavam dizer que dia tal iam derrubar três ou quatro casas número tal. Era assim um numerozinho...

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

A Sra. Iza afirmou que Dona Yayá só saiu da área porque quis, mas o fato é que sua casa acabou sendo derrubada.

Iza: Ela saiu de lá porque quis, porque não aguentou mais ficar sozinha, aí foi pra casa da Francisca.

Autora: Certo

Raposo: No Fonseca

Iza: ...no Fonseca. Passou uns tempos lá e veio ficar com mamãe. Ficou o resto da vida com mamãe, com mamãe e comigo aqui na Álvares de Azevedo.

Autora: A casa dela acabou ficando para o Sr. Hugo?

Iza: Não, ela alugou a um Sargento do Forte. Este Sargento foi que entregou ao Forte a casa.

Autora: Certo. Entregou a casa para o Forte?

Iza: Disse que ele que tomava conta, que não tinha mais dono, que não sei o que mais lá, eles foram e derrubaram.

Autora: Nossa...

Iza: E eu tinha uma escriturazinha dela, ao punho né, uma coisinha simples, mas dizendo que foi fulano de tal que vendeu, custou tanto... Isso tudo eu passei para as mãos de Sandra ou Márcia, pra elas...eu não quis saber de mais nada, porque eu fui embora né. Eu disse, vou levar isso pra Miguel Pereira, quando precisar aqui não tem.

Embora alguns moradores alegassem possuir escritura que os legitimava como proprietários legais dos imóveis, nem esses conseguiam escapar do controle exercido pela administração da área sobre o acesso (passagem), a visitação e, principalmente, no que diz respeito à realização de obras.

Os moradores possuíam uma autorização para acessar a área, e esta era renovada conforme deliberação do comando em exercício:

Ailton: (...) de vez em quando..., dependendo do Comandante que chegava tinha esse controle. A gente tinha, cada morador tinha uma carteirinha de morador, depois eles perceberam que aquilo ali, a carteirinha era um comprovante de que nós éramos moradores daquilo ali. Aí eles se tocaram, aí mudou né, aí já tem..., mudaram, não foi mais carteira de morador, a gente tinha autorização pra entrar. Entendeu?

Eles fazem as coisas mas eles não se tocam. Depois que eles fazem aí é que eles se tocam do que eles fizeram. Então a gente..., sempre nós tivemos a carteirinha de morador, aí mudou depois como tem permissão pra entrar, agora o controle, dependendo do Comandante que chegava, se era um casca grossa ou não. Tinha uns que passava lá, ia lá só pra passar tempo né, o tempo que ele tinha que passar, tem outros que eram mais casca grossa, aí tinha recadastramento. Isso era uma vez ou outra, dependia, como eu te falei do próximo comandante que ia chegar. A gente ficava a mercê do próximo né. Tinha um que a gente não tinha problema nenhum, tinha outro que era um horror e isso foi até a gente sair né. Tivemos bons comandantes, que nunca criou caso com a gente e tivemos carrascos lá dentro.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Embora o acesso principal se desse pelo portão do Forte Rio Branco (Bairro de Jurujuba), alguns moradores possuíam autorização para entrar e sair pela Guarda da Lagoa (Bairro de Piratininga). Por se tratar de uma área militar havia certos trâmites para liberar a entrada de pessoas e serviços até as casas. Em regra precisava ser solicitado previamente. Mas é a respeito das situações inopinadas que eles mais se recentem:

Ailton: Inclusive se a ambulância tinha que vir, tinha que entrar, tinha que... se nós chamava era porque tinha necessidade né, e primeiro tinha que ter a avaliação deles e muitas vezes a ambulância chegava na portão da guarda do Rio Branco e não podia entrar. Dali fazia meia volta e então a gente tinha que jogar no carro de algum morador pra ter a assistência médica.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Contudo, parece que nem sempre foi assim, é o que diz a Sra. Iza sobre a relação que entre a administração do Forte e os moradores na época que sua avó Yayá morava na comunidade:

Iza: (...) dava todo o apoio. Se precisasse de uma condução ele mandava o carro do Forte levar lá fora, um médico...

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

O controle das visitas também era motivo de incômodo aos moradores:

Ailton: Antigamente a gente recebia várias visitas, aí depois foi diminuindo, negócio de 30, depois foi diminuindo. Pra vc ter uma ideia quem ainda está lá só tem direito a duas pessoas por final de semana pra visita. Quem tá lá dentro hoje só tem direito a duas visitas. Isso não acontece nem em presídio. O bandido tem mais direito do que quem mora lá dentro hoje....Até festa, agora tá chegando a proximidade do Natal. As pessoas podem chegar lá e pedir e pode ter certeza de eles vão negar, porque eles vão dar preferência pros convidados deles, Réveillon, queima de fogos, essas coisas todas, então virou um comércio lá dentro.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

No trecho acima também é possível identificar a indignação do Ailton a respeito do controle do número de visitas dos moradores e certa revolta com relação aos eventos direcionados ao público pagante, sejam eles associados ou convidados.

Ailton lembra um episódio que ocorreu no período em que seu pai estava fazendo

obra na casa:

Ailton: Tinha muita repressão lá... eu me lembro uma vez que ele [meu pai] saiu, ele, minha mãe e meu irmão e falou assim pra mim: “olha meu filho, vamos sair e vc vai ficar aqui sozinho. Não deixa nenhum militar entrar na casa”. Aí eu falei: “tá legal pai”. Aí meu pai foi embora com minha mãe e meu irmão e os militares chegaram. E eu falei pra não entrar e eles entraram, olharam o que eles queriam entrar, só que meu pai trabalhava em outra unidade militar, a Fortaleza de Santa Cruz. Lá ele falou com o comandante de lá, que era superior ao do Imbuhy. Aí foi quando...vc sabe né, as instituições elas são corporativistas né, o grau de cima sempre manda no de baixo, então o de lá falou alguma coisa com o do Imbuhy e não deu nada, mas meu pai ficou chateado né

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

A Sra. Iza também relata o impedimento de realizar obras nas casas:

Iza: Foram morrendo e eles não foram deixando mais construir, nem consertar. Nem consertar as casas eles deixaram, justamente pra acabar a geração e foi o que aconteceu. Demorou muito, mas aconteceu né.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Abaixo a imagem recente da casa de um dos descendentes da dona Yayá:



Figura 9: Casa do Moacir Carvalho (falecido) que estava sendo habitada por seu filho Carlos Augusto e família. S/d. Foto: Cedida por Marcelo de Carvalho.

A imagem acima, cedida por um morador descendente da Dona Yayá, captou a essência de uma comunidade pesqueira: porto e casa não se separam.

3.1.2 A Praia e os Pescadores

Não se pode negar que a essência do Imbuhy era de uma comunidade pesqueira e independente da situação de insegurança, que pode ter sido mais intensa em alguns períodos, nada impede que tenha sido exercido em determinado momento algum tipo de influência a favor da permanência da comunidade ou o contrário.

Perguntado, numa referência velada à Missão do Cruzador José Bonifácio se Ailton tinha conhecimento de qualquer política de Estado que tenha beneficiado os pescadores da área, ele afirmou que não.

Autora: Entre 1919 e 1923 teve a Missão do Cruzador José Bonifácio no Brasil e essa missão fundou colônias de norte a sul do Brasil, então as

comunidades que ainda não eram estruturadas de pescadores, já existiam mas não eram estruturadas, foram estruturadas pelo Estado e aí existem comunidades que mesmo sendo em áreas de quarteis que permaneceram e muitas vezes até com uma certa proteção do Estado e aí recentemente passaram a ter problemas porque não estavam legalizadas, então não tinham documentos de propriedade, mas tinha essa missão que dava a elas esse direito. E teve comunidade que conseguiu se estabelecer, conseguiu comprovar a sua propriedade e aí é por isso que estou te perguntando se você já ouviu falar alguma coisa nesse sentido, mas não né...

Ailton: Não, nunca ouvi falar não.

O plural na fala da autora tratou-se da intenção de generalizar uma situação singular e não de ter conhecimento sobre várias comunidades que tenham sido beneficiadas pela referida política de Estado. Tratava-se da tentativa de verificar se a Aldeia Imbuhy também teria se beneficiado, assim como a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, da Missão do Cruzador José Bonifácio.

A Aldeia Imbuhy não era apenas uma localidade pesqueira, ela era parte de um todo, estava inserida numa realidade pesqueira que era o próprio bairro de Jurujuba.

Autora: Jurujuba é um bairro muito pesqueiro. Até hoje né...

Iza: Era só de pesca. Viviam da pesca

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Dona Iza confirma que no passado a pesca era a atividade mais praticada pelos moradores do Imbuhy, sob a liderança da família Carvalho. E fica notória a importância da Dona Yayá na comunidade, que ao que parece acaba se apropriando da liderança inicialmente atribuída ao marido.

Autora: Qual a atividade que era praticada pelos moradores lá do Imbuhy, a Sra. se lembra?

Iza: Pescaria.

Autora: Pescaria? Era a mais praticada? Tinha outras?

Iza: A minha avó, quando morava lá, tinha quatro canoas monstros, enormes, com tripulação de 30 homens, 15 de cada lado, e todo dia de tarde eles faziam a pescaria e a tarde traziam o quinhão pra ela. A essa altura ela já tinha vindo

morar na Alameda São Boa Ventura, no Fonseca.

Autora: Entendi...

Iza: ...ela com o marido já idoso também.

Autora: Quem tomava conta dessa pescaria era a Dona Flora mesmo ou era o marido?

Iza: Não, era ela que era a líder de tudo. Rsrs.

Autora: Entendi.

Iza: O marido foi o dono de tudo porque ele era muito rico, era o rico da Jurujuba.

Autora: Certo.

Iza: As pescarias da Jurujuba e do Imbuhy eram dele, mas ela foi tomando conta, botando mais tripulação, mais canoas, né. E toda a noite eles vinham... De noite pescavam e de dia vinham de manhã trazer pro mercado, em Niterói.

Autora: Entendi. Eles vendiam no mercado em Niterói?

Iza: Em Niterói...traziam de barco. E levavam o dinheiro, o quinhão era dividido e ela tinha a parte dela, como dona.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos

Entrevista realizada em 17/05/2018.

Mesmo idosa, quando passou a morar no Fonseca, inicialmente com a filha Francisca e depois com a Alice, manteve a pescaria na área.

Ultimamente a área se tornava mais complexa em relação às atividades exercidas pelos seus moradores, mas muitos eram pescadores! Pode soar contraditório, entretanto essa identificação se fortalecia como forma de resistência e de estratégia para manter a moradia, estabelecendo uma nova relação com o trabalho.

As comunidades, mesmo as tradicionais, não são imutáveis, já que a própria tradição não é, mas na Aldeia Imbuhy algumas mudanças são atribuídas às restrições à pesca.

Ailton: Como nós fomos considerados pelo município como comunidade tradicional, essa comunidade foi muito restringida justamente por essas circulares que eles mandavam: não podia pescar na praia, não podia tarrapear, não podia subir... porque onde dava mais peixe mesmo era do lado do quartel, então recentemente já não podia passar pro lado do quartel, a gente só podia pescar pelo outro canto da praia. Você de frente pra praia, pelo lado direito, pelo lado esquerdo que era o quartel não podia mais pescar. Então a comunidade, eles questionam isso daí é justamente por isso, porque antigamente a gente pescava de botar cinco mil peixes na praia e às vezes eles restringiam a entrada dos caminhões pra apanhar esse peixe entendeu?

Autora: Entendi

Ailton: ... Aí ficava muito difícil. A gente tinha que dar um jeito de botar esse peixe pro mercado.

Autora: Pra comercializar então era difícil?

Ailton: Era difícil, entendeu? Eles dificultavam o máximo pra a gente.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Como sabemos, a fala acima é do Presidente da Associação de Moradores, uma atribuição que exerce papel de representação coletiva. Mas seu discurso na primeira pessoa do plural parece ir além dessa representação e se ancorar na identificação dos moradores com a atividade.

A Sra. Iza tem memórias que convergem com o depoimento do Ailton, e fala do período que era permitido pescar próximo ao Forte, onde marido e o cunhado dela (ambos militares) também costumavam pescar:

Iza: Eu ia lá, todo o sábado estava lá com mamãe porque meu marido gostava muito de pescar e ele pescava no Forte, atrás do Forte e trazia muita enchova graaande, mas trazia sacas, ele e o Cel Dutra que era meu cunhado, os dois pescando, traziam sacos de enchova, tainha...

Autora: Certo. Atrás do Forte que a Sra diz é no Imbuhy mesmo?

Iza: É... o próprio Forte é no morro, então tinha uma descidazinha até dentro d'água, eles pescavam ali, por trás.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Logo em seguida nosso entrevistado se declarou abertamente como pertencente à outra atividade e explicou a sua escolha baseado na dificuldade que as pessoas enfrentavam com relação às incertezas da pesca, que aumentavam conforme as restrições:

Autora: E você chegou a viver da pesca ou a exercer essa atividade também de forma paralela ou não?

Ailton: Não, eu nunca vivi da pesca. Eu sempre vi a pesca uma coisa assim muito de ocasião né cara, tem hora que dá, tem hora que não dá, e eu já pensei diferente: minha mãe sempre falava que eu deveria pegar uma empresa boa, uma empresa estatal, fiz vários concursos e consegui passar. Mas eu via a dificuldade que as pessoas tinham lá e não quis ir pro lado da pescaria.

Autora: Mas muita gente lá era pescador?

Ailton: A maioria, a maioria eram pescadores. Só que tem que dependendo dessas circulares que eles mandavam pra a gente, as pessoas, os pescadores

tinham que apanhar o seu sustento, aí tiveram que seguir o seu caminho.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Não só as restrições impostas à atividade, mas proximidade com o centro urbano, a melhoria na locomoção, proporcionada pelo serviço de transporte público regular, e a sazonalidade da pesca estão entre os fatores de mudança.

Autora: A pesca mesmo é uma atividade muito sazonal mesmo. As pessoas sempre acabam caindo em estaleiro, obra...

Ailton: Isso, então a pescaria fica sendo mais como caixa 2, né. Saía do trabalho, chegava: “vamos botar um lance, vamos ver se a gente pega alguma coisa?” Aí era isso o que acontecia. Eles tiveram outras atividades, mas a pescaria continuou. Entendeu?

Autora: Entendi.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

A maioria dos moradores da Aldeia Imbuhy não deixou de ser pescador, mas e em muitos casos a pesca passou a ser o trabalho depois do trabalho, um segundo turno de trabalho, uma opção para quem tem poucas opções. É assim que o pobre urbano encara as alternativas que tem à mão para sobreviver.



Figura 10: Pescadores da Aldeia Imbuhy em atividade. S/d. Foto: Cedida por Marcelo de Carvalho.

Da direita para a esquerda os primos Fabiano (de cordão) e Alloan (de sunga azul), filhos dos irmãos Mara Neuza Carvalho e Waldir Carvalho respectivamente e o terceiro é Fábio, filho de militar e morador da aldeia desde de criança.

E por falar em criança, a essa geração já não foi possível estudar na própria comunidade. Vejamos sobre a Escola Myriam de Andrade Mello construída na década de 1960 a partir de um acordo entre o Exército e a Marinha para atender a uma demanda local por educação.

3.1.3 A Escola Myriam de Andrade Mello

A Escola Myriam de Andrade Mello foi construída em 1967 para atender à demanda de ensino fundamental, mas já funcionava desde 1948.

Segundo a moradora Lúcia, chegaram a dar aulas no Imbuhy sua avó Natalina e a filha dela, sua tia Sylvia.

Tia Sylvia foi professora do Sr. Ico (pai da Rosa, Fátima...) e do Sr. Jorge, pescadores de Imbuhy. O Jorge era descendente de D. Yayá.
Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama.
26 de novembro de 2020.

Abaixo uma imagem do Sr. Ico, um idoso, que faleceu após a expulsão do Imbuhy.



Figura 11: O Sr. Ico, pescador do Imbuhy, que aprendeu a ler e escrever na comunidade.

A implantação da Escola foi possível graças a um acordo que contou com a influência do General Francisco Moacyr de Mello, antigo comandante do Forte – inclusive o nome da escola foi uma homenagem à filha dele – o Major Jayme de Mattos, Comandante do Imbuhy entre 1964 e 1967 e o Ministério da Marinha, que cedeu o terreno e autorizou a construção do prédio.

O ensino fundamental é uma das etapas da educação básica, tem duração de 9 anos e, independente das mudanças recentes de nomenclatura das séries, divide-se em dois ciclos, sendo que o primeiro deles compreende os anos iniciais, justamente o segmento que a escola trabalhava, alunos de 1ª à 4ª série.

A escola funcionou durante quase vinte anos sob a direção de Sônia Maria Granato. Em agosto de 1986 o Comandante da 1ª Região Militar solicitou ao Secretário de Estado da Educação do RJ a interrupção do seu funcionamento, bem como a

transferencia dos alunos para outros estabelecimentos de ensino, se possível ainda no final daquele mesmo ano, conforme pode ser verificado no ofício nº 463, cedido por moradores (vide ANEXO 19).

De acordo com a solicitação, a escola não atendia aos interesses da subunidade em questão, já que de seus 50 alunos, apenas 28% eram residentes na Aldeia do Imbuhy, o que correspondia a 14 alunos, e não havia dependentes de militares da subunidade responsável pela gestão da área matriculados, pelo menos naquele momento.

Além disso, o seu funcionamento foi classificado pelo Exército como irregular, contrariando as Instruções Gerais para a utilização do Patrimônio Imobiliário jurisdicionado ao Ministério do Exército (IG-10-03), o que poderia criar novos problemas de reivindicações, além dos existentes, com *‘os posseiros atuais da "Aldeia do Imbuí", propriedade da União Federal, o que já vem causando sérios transtornos para o Exército.’*

Apesar de a Direção, após consulta à Comunidade Aldeia Imbuhy e ao Corpo Docente e Discente, ter emitido, em 17 de novembro de 1986, um parecer contrário à desativação, alegando nunca ter sido motivo de problema. Nas palavras dela, *“os antigos Comandantes da Unidade sempre tiveram para com a Escola (prédio e direção) a mais alta consideração, ajudando-nos em todas as dificuldades, incluindo a conservação e limpeza do prédio e até na ajuda de gêneros alimentícios para suprir algumas necessidades dos alunos.”*

Os moradores afirmam que a Escola atendia também aos filhos de militares (Cabos e Sargentos), mas o fato é que apesar de se tratar de um estabelecimento educacional do Estado, ela acabava por alimentar o relacionamento entre comunidade e a instituição. De fato a Escola é um elo de ligação entre a sociedade e o Estado (esteja na esfera que for). Extingui-la seria podar um pouco daquela territorialidade dos pescadores.

E assim foi feito: os moradores perderam a escola para diminuir sua abrangência sobre aquela área. E por se tratar de um local de difícil acesso que não contava com linhas de ônibus regulares as crianças, entre 6 e 13 anos, passaram a ter que se locomover a pé por 3 km até o estabelecimento de ensino mais próximo.

3.1.4 O Clube

De acordo com os moradores havia um clube na Aldeia Imbuhy, construído por eles.

Olha só, antigamente era muito bom, antigamente tinha até carnaval. Nós tínhamos um clube lá dentro onde tinha baile. (...). Nós tínhamos clube e esse clube foi tomado pelos militares e fizeram duas casas pra sargento. Inclusive carnaval eu e meu irmão a gente fazia o carnaval lá dentro. A gente tinha caixas né e a gente tocava e o coro comia lá dentro. Vinha gente de fora passar o carnaval lá dentro.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Num passado mais distante, Iza também lembra a existência do clube e o associa ao carnaval.

Autora: Como as pessoas faziam para se divertir, sendo o Imbuhy tão isolado?

Iza: Tinha esse clubezinho, que aí fundaram o clube pra fazer o carnaval, fazer o bailezinho. Nós íamos de noite pra lá aí eu já estava casada. Nós íamos de noite, ficávamos na janela olhando e o pessoal se esbaldando lá dentro né. De vez em quando um daqueles que foi amigo de infância vinha tirar. A gente ficava sem jeito mas ia, ia pro forró e dançava com ele. Pra não fazer desfeita né.

Foi construído pelos próprios moradores então esse clube.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Segundo ela, havia um bloco na Aldeia Imbuhy e Dona Yayá, artesã de mão cheia, ocupava-se em prepara as fantasias:

Iza: As bandeiras dos Clubes... era um clubezinho que eles fizeram. Como é... nós vai dar, nós vai lá... – Ah, vc vai pra onde? – Nós vai lá, rsrs. Era o clube.

Aí fizeram um bloquinho, mas tinha uma bandeira. Eu tinha um retrato disso

que eu dei...um retrato bonito da bandeira. Ela que fazia tudo a mão com a beirada dourada. Mandava cá pra Niterói comprar as coisas e ela fazia. Ela fazia aqueles feito príncipe né, aquela roupa com aquela coisinha branca, como é?

Autora: Eu não sei o nome, mas é tipo um...

Iza: Armin! Botava assim na gola e na beirada da casaca. A casaca era fraque, fraque! Ela fazia no corpo da turma. Vovó cozia bem... Bom eu puxei a ela né, porque eu tive atelier de costura.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

3.1.5 Manifestações Religiosas: A Festa de São Pedro

De acordo com a tradição pesqueira do bairro de Jurujuba, não poderia deixar de ser mencionada a Festa de São Pedro, que acontece dia 29 de junho, supostamente a data de morte e translado das relíquias do santo, que em vida foi um pescador no Mar da Galileia e largou tudo para seguir Jesus, sendo apontado como seu sucessor entre os doze apóstolos e fundador da Igreja católica.

A origem desta celebração, que está incluída entre as festas juninas, é muito antiga. Supõe-se que esses festejos teriam sido inspirados nos rituais de comemoração da fertilidade da terra, no período pré-gregoriano durante o solstício de verão na Europa e só posteriormente adotados pela Igreja Católica em homenagem aos santos do mês. No Brasil, as chamadas festas juninas são comemoradas desde pelo menos o século XVII.

Normalmente na festa de São Pedro são organizadas quermesses, ladainhas, barqueatas e prossições.

Segundo Iza, no passado, Dona Yayá organizava a ladainhas em homenagem ao Santo, considerado Padroeiro dos Pescadores e até o Comando do Forte participava dos festejos:

Autora: E festa relacionada aos pescadores, como por exemplo, festa de São Pedro, tinha alguma coisa assim lá?

Iza: Sim, sim, todo o São Pedro ela fazia uma ladainha, na praia, com o barco todo embandeirado.

Autora: É mesmo, é?

Iza: O barco (chego ficar arripiada), o barco maior que tinha, tinha que fazer bandeirinha, a gente levava, todo mundo fazendo bandeirinha e ficava todo embandeirado. Até o Comandante do Forte vinha pra assistir a ladainha.

Jamylle: Então não tinha problema nessa época com relação ao comandante

do Forte...

Iza: Não, não tinha nenhuma, isso veio há..., há uns 10 anos pra cá.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos

Entrevista realizada em 17/05/2018.

Perguntado de forma geral sobre as tradicionais festas juninas, Ailton diz que essas festas eram mais comuns no passado. Segundo ele, as restrições foram dificultando a expressão dessas manifestações culturais:

Autora: E nesse período, vc está falando de carnaval, e festa junina, tinha?

Ailton: Tinha alguma coisa, a gente fazia alguma coisa, mas muito mais lá pra trás né. Recentemente não tinha não. Porque tinha muitas restrições. A gente tinha que pedir autorização, limite de pessoas, entendeu? Então era muito difícil.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.

Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,

Entrevista realizada em 30/11/2017.

3.1.6 O Futebol

Nas entrevistas algumas referências foram feitas a um campo de futebol dos moradores do Imbuhy. Segundo a Sra. Iza, a primeira casa Da dona Yayá ficava onde posteriormente passou a ser o campo de Futebol:

Iza: Ele botou ela...no Forte do Imbuhy tinha um campo de futebol. Na época não era campo de futebol e ele mandou fazer uma casa de madeira ali, que esse retrato eu dei pra Ary, pra Sandra, pra esse pessoal todo...

Os times e os jogos que nele eram realizados aos fins de semana também foram lembrados:

A gente tinha dois times de futebol, primeiro quadro e segundo quadro. Vinha time de fora jogar dentro lá que é inclusive o campo

dentro do quartel.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.



Figura 12: Time dos moradores no Campo do Imbuhy. S/d. Foto cedida pelo morador Marcelo Carvalho.

Na fotografia acima os descendentes da Dona Yayá marcam presença. O cabeludo do lado direito é o Waldir Carvalho, ao lado dele temos o Jorge Carvalho, no meio dos agachados o irmão do Jorge, conhecido como mímico (apelido).

Podemos perceber que independente das restrições e regras impostas pela instituição, que acabavam por produzir do outro lado adequações, as territorialidades se expressavam no poder, mas também na forma com que o espaço ia sendo apropriado e explorado cotidianamente em meio às relações comunitárias e hierárquicas, seja no que diz respeito à sobrevivência, como abrigo ou recurso seja com relação à formação, à cultura e ao lazer.

As permissões e restrições, bem como os ciclos de tensão e calma possuem direta relação com o contexto e as prioridades da administração da área

em cada momento. Em meio a eles, as territorialidades dos militares e dos pescadores se processavam.

3.2. Duas práticas essencialmente territorialistas: a militar e a pesqueira

De acordo com Hasbaert (2007), dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território deve ser trabalhado “na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições”.

No que diz respeito à localização, a Aldeia Imbuhy possuía grande complexidade espacial, por dois motivos: tratava-se de uma comunidade de tradição pesqueira que estava numa área de servidão militar, portanto associada à história de defesa do país, uma realidade que, de forma geral, teve início quando aqui chegaram os portugueses, no século XVI, e surgiram os primeiros sistemas de fortificações no entorno da Baía de Guanabara, porta de entrada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que enquanto espaço geográfico vem sendo disputado por múltiplos agentes e remodelado com voracidade em razão das suas riquezas, suas paisagens e seu potencial comercial.

Em meio a tantos interesses, destacamos que a Baía de Guanabara é território marítimo de inúmeras comunidades tradicionais, cuja subsistência depende dela, mas também é uma área privilegiada para a defesa, da qual o Estado não abre mão.

Essa conflituosa sobreposição aponta para diferentes territorialidades às quais correspondem forças que, conforme Hasbaert (2007) incorporam correspondente dimensão política, econômica e cultural. De forma geral, a questão da territorialidade será tratada no primeiro subitem, enquanto a vocação para a defesa, testemunhada por Fortificações³⁷ que resistem ao tempo, apesar de construídas a partir do século XVI

³⁷Infelizmente nem todas foram preservadas, mas algumas foram sofrendo adaptações e ainda se encontram em operação. Como parte da preservação desse patrimônio material, há aquelas que foram tombadas e/ou se transformaram total ou parcialmente em Museus, já que guardam um entendimento de defesa que ajudam a contar a história de formação do nosso território, mas deixaram de ser suficientes para atender às necessidades atuais de defesa, pois as guerras as quais estamos sujeitos atualmente são as tecnológicas, como por exemplo a cibernética, a nuclear e a orgânica.

para demarcar território, será tratada no segundo subitem.

No terceiro subitem trataremos da territorialidade produzida através da pesca, uma atividade extrativista cada vez mais prejudicada pelo crescente processo de modernização, especulação imobiliária, turismo, entre outros, tendo como consequência a expropriação de diversas populações do litoral.

Trata-se de diferentes formas de conceber e lidar com o espaço, que produzem múltiplas territorialidades.

3.2.1 O Forte Imbuhy no contexto das fortificações que exerceram domínio no entorno da Baía de Guanabara: a vocação defensiva e os indícios de uma territorialidade militar

A Baía³⁸ de Guanabara é um estuário localizado no Estado do Rio de Janeiro entre os paralelos 22°24” e 22°57” de latitude Sul e meridianos 43°33’ e 43°19’ de longitude Oeste e possui uma área total de 346km².

Sua entrada se constitui numa faixa estreita de mar entre dois promontórios com uma ilha no meio. Em cada um desses pontos foi construída pelos portugueses uma fortificação para proteger o Rio de Janeiro contrainvasões.

Ela possui boca estreita e é larga ao fundo, medindo aproximadamente 30 km de norte a sul e 29 km de leste a oeste em sua largura máxima. De acordo com Amador (1997) sua menor largura é o estreitamento entre a ponta de São João (Rio) e a ponta de Santa Cruz (Niterói), quem é de 1.650 metros. Nesses pontos estratégicos de sua estreita entrada, bem como a meio caminho entre uma e outra, foram erguidas as primeiras fortificações.

Em trabalho recente, ao tratar das fortificações da Baía de Guanabara, Mattos (2018, p.160) coloca que:

Recentemente 19 fortificações tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foram indicadas à candidatura a Patrimônio Mundial, tema de uma Carta, assinada por representantes de diversas instituições brasileiras, durante o Seminário Internacional Fortificações Brasileiras, realizado em abril de 2017, em Recife (PE).

³⁸ Denomina-se Baía ao acidente geográfico em formato côncavo pelo qual as ondas do mar avançam sobre a linha costeira, a partir do movimento das ondulações, constituindo um ambiente abrigado, quase que inteiramente rodeado por terra. Econômica e socialmente as baías possuem grande importância, já que suas características naturais facilitam a construção de portos para acolher embarcações.

A entrada da Baía de Guanabara, localizada entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, Brasil, com seus morros rochosos e ilhas, foi desde o século XVI lugar de conflitos pela posse e domínio do território. Ali foram erguidas fortificações que integraram antigos planos de defesa da costa, do porto e da cidade.

Das fortificações construídas inicialmente: Fortaleza de Santa Cruz, no bairro de Jurujuba- Niterói; Forte Laje, na própria baía e Fortaleza de São João, na Urca- Rio de Janeiro, à exceção da última, todas foram levantadas a partir de obras de defesa já iniciadas pelos franceses em pontos estratégicos (CASTRO,2009).

Independente do período, a preocupação com a defesa do Rio de Janeiro, sempre esteve voltada para a proteção da entrada da Baía de Guanabara, reunindo nela a maior parte da estratégia de defesa.

No caso do Rio de Janeiro, particularmente em relação às fortificações da entrada da Baía de Guanabara, destaca-se o adensamento de fortificações que permaneceram sob a guarda do Exército Brasileiro até os dias de hoje. Entre estas: a Fortaleza de São João, na Urca; o Forte Duque de Caxias, no Leme; o Forte de Copacabana, em Copacabana, o Forte da Laje, na baía; a Fortaleza de Santa Cruz; o Forte Barão do Rio Branco; os Fortes São Luiz e Pico; e o Forte do Imbuhy, em Jurujuba. Localizadas em pontos estratégicos, essas fortificações também sofreram diversas adaptações e reformas ao longo dos séculos em consonância com transformações na tecnologia bélica, (CASTRO, 2009; FORTES, 2001, apud Mattos 2018,p.160).

A construção do Imbuhy, iniciada em 1863, fez parte do Plano de Defesa da Comissão de Melhoramentos de Material do Exército, criada em 1849. Na figura abaixo visualizamos a concentração de trinta fortificações previstas na entrada da Baía, deixando muito clara a preocupação com a defesa nacional no período:

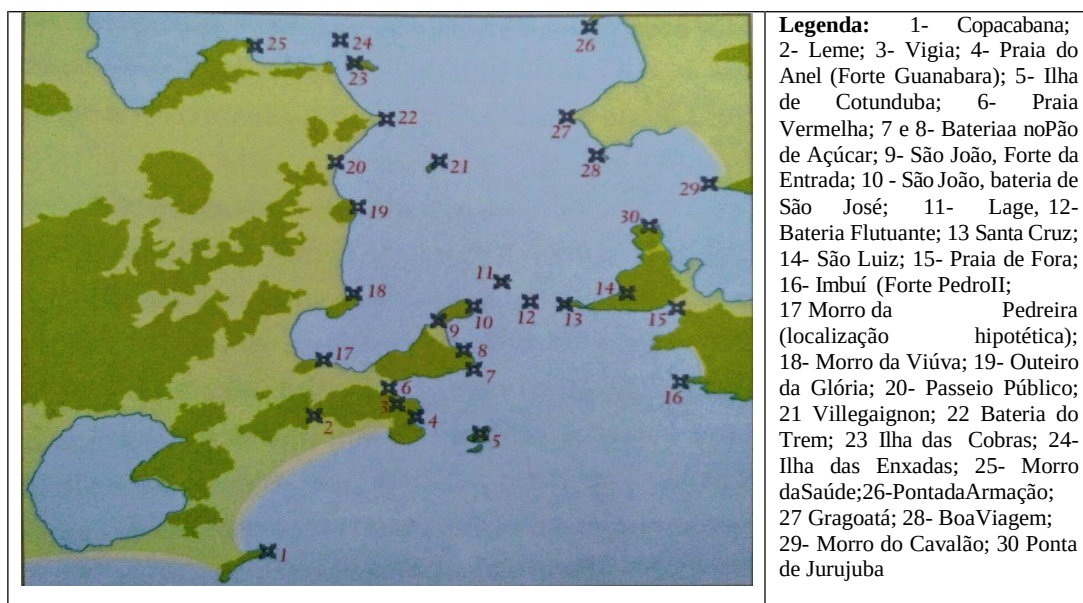


Figura 13: Posições previstas em 1863 no Plano de Defesa da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, incluindo fortes da Marinha. (Castro, 2009, p.391). Reprodução.

Apesar de necessários retornos, principalmente ao século XIX, como se trata de um tema atual, a noção de defesa nacional que pretendemos utilizar é a contemporânea, conceituada nos documentos nacionais de defesa do presente.

Na Política Nacional de Defesa, Regulamentada pelo Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005 (PND, p.2) ela aparece como “*o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas*”. Esse é o mesmo território que o Livro Branco de Defesa (p.13) coloca como carregado de relações de afetividade, de sentimento de pertencimento e identidade “*o território nacional representa mais do que a vasta extensão de terra em que o Estado exerce seu poder. Entranham-se no território profundas raízes afetivas e sentimentos de pertencimento*”.

A noção de território divulgada nesses documentos de defesa admite as formas de apropriação e as construções identitárias que moldam o território a partir de um conjunto de elementos simbólicos e materiais como a história, os heróis, a língua, os monumentos culturais, o folclore, as paisagens típicas, as representações oficiais (hino, bandeira) e os costumes. Trata-se de um território que dá suporte a uma sociedade na qual cada comunidade é carregada de especificidades, que se

conhecidas, podem ser usadas numa estratégia de defesa, como o fizeram os moradores do Imbuhy, uma entre tantas fortificações construídas no estado do Rio de Janeiro.

Esse item do primeiro capítulo tem por objetivo demonstrar como foi materializada a defesa do Rio de Janeiro através das fortificações que foram sendo construídas na Baía de Guanabara a partir do século XVI, em razão da conquista, exploração econômica e ocupação do espaço, num processo que a geografia define como territorialização.

Das fortificações construídas Brasil a fora, as que ainda estão de pé, marcam um entendimento de ameaça e defesa de outro tempo, já ultrapassado.

Castro (2013) ao tratar a temática do uso e gestão das fortificações, um patrimônio cultural específico, lista os Fortes construídos em cada estado do Brasil.

Tabela 1: Fortificações construídas em cada estado do Brasil.

ESTADO	Nº DE FORTIFICAÇÕES
Acre	12
Alagoas	50
Amapá	14
Amazonas	17
Bahia	226
Ceará	33
Maranhão	34
Pará	50
Paraíba	56
Pernambuco	206
Piauí	4
Rio de Janeiro	124
Rio Grande do Norte	27
Roraima	5
Sergipe	13
TOTAL	871

Entre aquelas que não se arruinaram com a ação do tempo há as que não estão em operação ou conseguiram conciliar a atividade cultural com as atividades militares.

Parte delas guarda o passado exercendo a função de museus, já que as ameaças do presente são muito mais tecnológicas (química, biológica, cibernética, radiológica). Essas construções, estruturadas sob paredes espessas e resistentes, com vigias projetadas, arquitetura diferenciada, localizadas em pontos estratégicos são próprias a um tipo de guerra já ultrapassado, portanto tornaram-se obsoletas para atender às necessidades de defesa contemporâneas, mas conservaram seu valor histórico, alimentam a sensação de segurança e possuem um papel simbólico importante, fortalecendo o pertencimento da população local com o patrimônio cultural.

Além disso, o Brasil é um país pacífico, não que isso seja um indicador para deixarmos de investir em defesa, mas nossas necessidades em outras áreas prioritárias como saúde, educação, habitação, cultura e segurança pública acabam adiando esse tipo de investimento. Mesmo assim não se pode descuidar da defesa do território.

A estratégia militar brasileira para permanecer como um país pacífico é manter a capacidade de defesa, de forma que os prováveis oponentes acreditem na nossa capacidade operacional, ainda que não haja o interesse em entrar em conflito. Nessa estratégia renuncia-se ao uso da força, estabelecendo com os demais países do sistema internacional uma espécie de “acordo velado” que conduz a uma condição de paz, resultando numa reciprocidade política que se busca manter.

É a chamada dissuasão, que aliada à ação diplomática, justifica o investimento na defesa, mesmo em se tratando de um país pacífico, pois a capacidade de se preparar para o conflito visando a defesa das fronteiras, da população e das riquezas acaba por desencorajar os outros países de investirem em confronto.

Dissuasão é um termo militar, ou seja, um conceito muito específico das

Forças Armadas, sendo, portanto, pouco conhecido e discutido, tanto pela academia quanto pela população brasileira, visto o nosso reduzido interesse por assuntos militares.

Por essa razão, apesar de aparecer em dicionários comuns, buscamos numa publicação específica para defini-lo, visando entendermos exatamente o seu teor: *“Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos.”*(MD35-G-01, Glossário das Forças Armadas, 4ª Edição. 2007).

O conceito de dissuasão é difundido nos documentos legais de Defesa do Estado Brasileiro, tais como a Política Nacional de Defesa (PND)³⁹, a Estratégia Nacional de Defesa (END)⁴⁰ e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)⁴¹, dos quais podemos apreender a sua importância para a manutenção da situação de paz no país.

A Política Nacional de Defesa (PND), alinhada à política externa, propugna a solução pacífica das controvérsias, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

³⁹Documento que explicita os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional, analisa os ambientes internacional e nacional e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa, orientando a consecução dos mesmos. Em outras palavras, é o documento que condiciona o planejamento de ações voltadas para a defesa nacional.

⁴⁰Estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das **Forças Armadas**, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise. Também foi desenvolvida para atender às necessidades de equipamento dos Comandos Militares, reorganizando a **indústria de defesa** para que as tecnologias mais avançadas estejam sob domínio nacional.

Uma apropriada estrutura de defesa propicia uma maior estabilidade ao país e assegura a proteção de seu território, de sua população e de setores estratégicos da economia.

⁴¹Mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil. Abrangente, visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania. Além de aportar transparência quanto à atuação das **Forças Armadas**, prestando contas sobre a adequação da estrutura de defesa disponível no país, serve de instrumento para estimular o debate sobre esse tema no âmbito do **Congresso Nacional**, da burocracia federal, da Academia e da sociedade em geral.

Para fora do país, tem o objetivo de compartilhar as motivações e finalidades do instrumento militar junto à comunidade internacional para, assim, constituir mecanismo de construção de confiança mútua entre o Brasil e as nações amigas, especialmente as vizinhas.

A atuação do Estado brasileiro com relação à defesa tem como fundamento a obrigação de garantir nível adequado de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito. À ação diplomática na solução de conflitos soma-se a estratégia militar da dissuasão. Nesse contexto, torna-se importante desenvolver a capacidade de mobilização nacional e a manutenção de Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional, em condições de pronto emprego. (PND, 2006, p.32)

De acordo com o Livro Branco de Defesa, essa condição de país pacífico tende a ser mantida desde que o Brasil disponha de meios próprios (aéreos, navais e terrestres)⁴²:

Dotado de uma capacidade adequada de defesa, o Brasil terá condições de dissuadir agressões a seu território, a sua população e a seus interesses, contribuindo para a manutenção de um ambiente pacífico em seu entorno. (LIVRO BRANCO DE DEFESA, 2012, p.53)

A Estratégia Nacional de Defesa (END) em sua diretriz nº 1 aborda que *“para dissuadir é preciso estar preparado para combater.”* Isso significa justamente que não se pretende chegar ao confronto. De forma implícita ainda nesta Diretriz, cabe às Forças Armadas *“dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.”*

A Política Nacional de Defesa, além de estabelecer a relação entre a dissuasão e a ação diplomática, aborda a dissuasão como um efeito preventivo, antecipado da solução de conflitos:

A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório. (PND, 2006)

⁴²Não pretendemos entrar no mérito da atualidade e capacidade de operação desses meios.

O Brasil possui mais de 350 Fortes, sendo 117 só no Rio de Janeiro. Castro (2013) coloca a Fortaleza de Santa Cruz entre os casos de “maior sucesso” na política de preservação do país, pois neste monumento o Exército conseguiu conciliar a ocupação pelo Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão do Exército, unidade militar ativa, com um bem cedido ao programa de difusão cultural, oferecendo ainda guias especializados.

A conservação das fortificações como patrimônio cultural já era sugerida no trabalho de Barreto, quando o autor faz um apelo

Como história e tradição de uma época, bem que essas fortificações poderiam ser conservadas na sua estrutura, como relíquias, mesmo sem valor militar para a época atual – *da bomba atômica e de hidrogênio*. (BARRETO, 1959, p.334)

Apesar de a guerra ser cada vez mais tecnológica, e as estruturas fortificadas não terem acompanhado essa evolução, também há na Baía de Guanabara aquelas fortificações que receberam novas incumbências e permanecem operativas, como o Forte Imbuhy.

Em pesquisa prévia sobre a origem do Forte Imbuhy, identificamos as publicações produzidas que tratam das fortificações brasileiras a partir de fontes tradicionais, materializadas por incentivos institucionais e/ou considerando o vínculo dos autores diretamente às Forças Armadas. Esse material não poderia ser desprezado, já que foi escrito por pessoas que por possuírem vínculo institucional, tinham livre acesso aos boletins, mapas e documentos consultados para a consolidação de cada uma das edições que citaremos abaixo.

A primeira publicação que trata da história das fortificações, intitulada *Fortificações do Brasil* foi escrita pelo Coronel do Exército Augusto Fausto de Souza e publicada no ano de 1885 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Posteriormente, em 1914 o General Aníbal Amorim publicou *História*

das Fortificações do Brasil, nos Boletins do Estado Maior do Exército de 1915 a 1921. Em 1940 o Capitão Carlos Miguez Garrido, Assessor do Serviço de Documentação da Marinha, publicou *Fortificações do Brasil*. Em 1959 o Coronel do Exército Aníbal Barreto publicou outra obra de mesmo título, *Fortificações do Brasil*. Recentemente, em 2009 o Professor do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Adler Homero Fonseca de Castro, pesquisador ligado ao Exército, publicou *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Apesar do vínculo institucional, entre todas as obras mencionadas esta é a mais preocupada com a contextualização, ao contrário, nas outras obras fica muito clara a preocupação em listar e descrever, de forma linear, esse patrimônio.

O Rio de Janeiro foi um dos estados brasileiros que mais recebeu investimento em defesa materializado em fortificações, por isso ele representa bem o tipo de arquitetura e tecnologia usada em cada período em todo o país. Segundo Castro (2009):

Deve-se considerar que apesar de haver outros estados com excelentes sistemas de fortificação, nenhum deles apresenta a mesma variedade de tipos que pode ser observada na Guanabara, de forma que ao se estudar a história das obras defensivas do Rio de Janeiro é possível conhecer a base das idéias e dos acontecimentos que formularam a construção de fortes em todo o Brasil. (CASTRO, 2009,p.14)

Por *Fortificações* entendemos, nomes no sentido usado por Barreto (1959,p.23- 24), a *denominação genérica de obras de defesa militar*, ou melhor dizendo: estruturas de engenharia militar planejadas. Trata-se de uma arquitetura de paredes espessas e resistentes, visando defender do território. As passagens são, ainda segundo o autor, chamadas de entrincheiramentos, fortificações passageiras, de campanha ou organização de terreno. As fortificações permanentes visam satisfazer às necessidades estratégicas, e consideram as futuras operações ofensivas de uma campanha ou a defesa de um país contra as invasões inimigas, podendo ser classificadas de acordo com a seguinte nomenclatura: Praça Forte ou de Guerra,

Fortaleza, Forte, Fortim, Reduto, Redente, Bateria, Hornaveque, Castelo, Casa Forte, Porta.

Não há necessidade de conceituar cada um dos termos acima, por isso destacamos a definição apenas dos que serão os mais abordados neste trabalho:

Fortaleza – É a fortificação cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes e, em geral largamente intervaladas.

Forte – É a fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas, porém na mesma obra.

Fortim – É um forte pequeno.

Reduto – É um pequeno forte isolado no exterior, ou no interior de uma fortaleza. É uma obra fechada de 4 ou 5 faces.

(...)

Bateria – É uma obra de fortificação menor que um Reduto e, em princípio, isolado. É armada somente com canhões. (BARRETO,1959, p.24). Não é fácil quantificar e datar fortificações construídas por portugueses no Brasil. Além de haver nas referências muitas dúvidas sobre suas verdadeiras origens, somadas às situações de mudanças de nome e constantes reformas para compensar o rápido avanço tecnológico, ainda há o próprio fato de muitas terem deixado de existir por falta de manutenção, abandono ou para atender às demandas da urbanização.

Em obra recente Castro (2009) quantifica 125 fortificações, em todo o estado do Rio de Janeiro, entre redutos, baterias, fortins, fortes e fortalezas, mas os autores que o precederam também registraram em suas publicações as obras de defesa contemporâneas à sua época.

O mais antigo autor a tratar o assunto, ainda no século XIX, relacionou 14 fortificações só na Baía de Guanabara e arredores: Santa-Cruz da Barra, São-João da Barra, PedroII (Imbuhy), Laje (Tamandaré), Villegaignon, Ilha das Cobras, Boa Viagem, Gragoatá, Arsenal de Guerra, Morro da Viúva, Praia-Vermelha, Castello, Conceição e Santa-Cruz (hoje Igreja da Cruz dos Militares). E outros 11 na costa do Oceano, no litoral desta cidade e no interior do Estado: Macaé, Cabo Frio, Copacabana, Jacarepaguá, Campinho, Guaratiba, Sepetiba, Itaguahy, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. (SOUZA, 1885,p.102-112).

Garrido (1940) divide as fortificações por áreas: as do Norte do Estado, as do Distrito Federal e as do Sul do Estado.

Ao Norte ele relaciona Santa Cruz da Barra, Pedro II (Imbuhy), Boa Viagem, Gragoatá, Rio Branco, São Luiz ou do Pico.

Ao Sul temos Bateria Foz do Itaguaí, Baterias da Villa de Itaguaí, Forte da Coroa- Grande, Bateria de Nossa Senhora da Guia, de Mangaratiba, Bateria de Mangaratiba, Bateria de Pouso triste, de Mangaratiba, Forte do Carmo, em Angra dos Reis, Forte de São Bento, em Angra dos Reis, Forte do Leme, de Angra dos Reis, Forte da Ilha das Bexigas, em Paratí, Forte de Iticopé em Paratí, Forte da Ponta Grossa, em Paratí, Forte Defensor Perpétuo, em Paratí, Bateria do Quartel, deParatí

E no Distrito Federal, mantém em sua lista 13 das 14 apresentadas por Souza na Baía de Guanabara e arredores, deixando de mencionar apenas o Arsenal de Guerra. E acrescenta as seguintes Fortificações: São Tiago da Misericórdia do Calabouço, Forte de São Clemente, Forte Nossa Senhora da Glória e Bateria Quartel Parati. Detalha as fortificações de locais como Sepetiba, Guaratiba e Jacarepaguá citadas por Souza sem quantificar e qualificar: no primeiro temos o Forte São Pedro, o Forte São Paulo e o Forte de São Leopoldo, no segundo as Baterias de Guaratiba e no terceiro as Baterias de Jacarepaguá.

Acrescenta ainda a Fortaleza de São Sebastião do Morro do Castello, as Baterias e desfiladeiros do Engenho-Novo e da Serra do Mateus (3), o Forte Guanabara, o Forte do Anel, o Forte Duque de Caxias, a Bateria do Alto da Boa Vista, o Forte de Manoel Velho, a Bateria da Barra da Tijuca, o Forte Independência e as Baterias de Sernambitiba. Mais tarde Barreto (1959), em seu texto deixou de citar o Forte Laje (Tamandaré) e o Arsenal de Guerra e acrescentou à lista outras vinte fortificações: o Rio Branco, São Luiz ou do Pico (como sendo uma só fortificação), o Leme, o São Tiago da Misericórdia do Calabouço, o Nossa Senhora da Glória do Campinho e o São Clemente ou da Piassaba e mais para o interior do Estado, em Itaguaí a Bateria da Foz do Itaguaí (duas); em Parati o Forte da Ilha das Bexigas, o Forte de Iticopé, o Forte da Ponta Grossa, o Forte Defensor e a Bateria do Quartel; em Macaé o Marechal Hermes; em Mangaratiba a Bateria de Pouso Triste, o Forte da Coroa Grande, a Bateria de Nossa Senhora da Guia e a Bateria de Mangaratiba; em Angra dos Reis o Forte de São Bento, o Forte do Carmo, o Forte da PontadoLeme; em Niterói a Bateria da Praia de Fora ou Vargem, mais tarde chamado de Forte Marechal Floriano.

Não só os períodos das publicações citadas, mas a metodologia para quantificá-las varia entre os autores.

Em síntese, Souza (1885) apresenta 25 fortificações, mas ele mesmo admite que havia uma multidão de baterias e fortins em todo o contorno, desde a Gamboa até a praia do Arpoador que desapareceram, logo não foram contabilizadas, já em Garrido (1940) o número sobe para 47 e dezenove anos depois, em Barreto (1959) esse número diminui para 32. A grande divergência em relação à quantificação também deve-se ao fato de que *nos períodos de paz as fortificações caíam em ruína e desapareciam* de acordo com Castro(2009,p.347),em razão de o material utilizado nas construções muitas vezes ser de faxina, que exigia constante e regular manutenção e no Rio de Janeiro esses cuidados só eram observados no período em que havia temor de invasão.

De acordo com Barreto (1959, p.199), *as fortificações constituíam uma linha defensiva nos pontos nevrálgicos dêsse Estado*. Entre eles o mais importante era a entrada da Baía de Guanabara: *o Rio de Janeiro teve a defender sua entrada marítima, seus ancoradouros e caminhos terrestres, fortalezas, fortins e redutos (...)* (BARRETO,1959, p.18).

Por esse motivo, foi na Baía de Guanabara que se iniciaram as construções de fortificações no Estado, no século XVI: *Com a construção das primeiras rudimentares obras de fortificações na entrada da barra, em Santa Cruz, pelos franceses, em 1555, é que tiveram início, no Estado do Rio de Janeiro, as construções das demais fortificações*. (BARRETO, 1959, p.200).

E foi preciso continuar a investir na proteção da porta de entrada do Rio de Janeiro, a Baía de Guanabara, pois no interior dela concentraram-se as riquezas do império:

O porto do Rio de Janeiro é, sem dúvida, o ponto mais importante de toda a costa brasileira, não só por nelle existir a 1ª alfandega do império, que por si só equivale em riqueza e commercio á soma de todas as outras, como porque é em sua margem, que se assenta a corte e capital do Estado. (SOUZA, 1885,p.100).

E para defender essas riquezas foram construídas as estruturas de defesa da entrada da Baía de Guanabara. As principais foram a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói; a Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro e o Forte Tamandaré da Laje, situado na pequena ilha localizada na entrada da baía, a ilha da Laje, cuja obra teria, de acordo com Souza (1885,p.105-106) iniciado em 1630.



Figura 14: Reduto de São Teodósio da Fortaleza de São João, de onde se a vista a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte Laje. Fonte: JR: www.riodejaneiroaqui.com

A imagem acima foi registrada do reduto São Teodósio, um dos que compõe a Fortaleza São João. Ela retrata a entrada da Baía de Guanabara e as principais fortificações empregadas na sua guarnição: A Fortaleza de Santa Cruz, o Forte Laje e a própria Fortaleza de São João, onde a foto foi registrada. No próximo item apresentaremos brevemente cada uma dessas fortificações, bem como as que, como codjuvantes, complexificavam o sistema defensivo da Baía de Guanabara, já que a elas cabia defender as primeiras. Não há a pretensão de caracterizá-las de acordo com cada período e complexidade de seu armamento, mas de contextualizar o Forte Imbuhy, que está entre elas. Isso se justifica pelo fato de o objeto desta pesquisa emergir a partir de uma disputa territorial que envolve o forte.

Tanto a fortificação quanto a comunidade envolvidas na qual ela conviveram por mais de cento e cinquenta anos ocupando o rochedo e a praia de mesmo nome. Por isso, conforme Barahona (2018,p.1).

uma narrativa emana do Forte encravado na pedra do Imbuhy e outra, menorizada, inferiorizada, que vem da areia da praia da enseada, uma memória social contada oralmente pelos aldeões.

A metáfora da pedra e da areia utilizada pelo autor, simboliza uma versão sólida que emana da instituição e já nasce como oficial, imóvel, escrita e outra mais frágil, múltipla, difícil de juntar e consolidar, fácil de escorrer pelos dedos, oral. A própria metáfora já caracteriza uma disputa de versões.

A versão da comunidade, como uma colcha de retalhos vai se constituindo de fatos que vão sendo alinhavados para não se perderem e será permanentemente testada e contestada.

Ainda de acordo com o autor (BARAHONA,2018,p.1), cada narrativa caminha em paralelo com a construção de um imaginário que a legitima, daí “a articulação entre o tema da memória e história e o imaginário nacional”. (SANTOS, 1986, p.6).

O Forte Imbuhy faz parte de um complexo de apoio cuja origem está na necessidade de defesa das principais fortificações da Baía de Guanabara.

Entendemos que para contextualizá-lo é preciso partir da história das primeiras fortificações, que vão demandar sua construção.

A partir do período colonial, as fortificações eram erguidas para denotar o controle sobre determinado território e, evidentemente, para defender o direito a esse domínio se preciso fosse.

Na Baía de Guanabara três foram as fortificações que estiveram na linha de frente da defesa: A Fortaleza de Santa Cruz, a Fortaleza de São João e o Forte Laje.

A Fortaleza de Santa Cruz foi a primeira erguida na Baía de Guanabara, em 1555, no contexto da invasão francesa. Ela foi construída sobre um promontório de granito que avança em direção ao mar na extremidade oriental da entrada da Baía de Guanabara (à direita de quem adentra a barra), no bairro de Jurujuba, cidade de Niterói.

Ela é reconhecida por Souza (1885, p.102-103) pela sua importância estratégica para a defesa da entrada do Rio de Janeiro:

Fortaleza da máxima importância no promontório, que fica á direita dos navios,

que entrão a barra, dominando perfeitamente o canal e cruzando os fogos com os de outras baterias. Posição tão feliz não podia passar despercebida a Villegaignon, que ali começou algumas obras de defesa, aproveitadas pelos primeiros governadores Salvador e Martim Corrêa, que lhes derão o nome de bateria de Nossa Senhora da Guia.

A fotografia antiga abaixo demonstra a visão privilegiada da Fortaleza para a Baía, o que fazia dela uma das principais responsáveis pela proteção da entrada do Rio de Janeiro e, conseqüentemente de seu porto. Também é possível ver seu armamento.



Figura 15: Bateria 70 da Fortaleza no período da Revolta da Armada (1893-1895). Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil): Iconografia. Coleção: Thereza Christina Maria.

A foto retrata a bateria de 70 da Fortaleza no período da Revolta da Armada (1893-1895). A coleção a qual pertence a imagem, Thereza Christina Maria, foi doada pelo Imperador D. Pedro II, em 1889, logo após a proclamação da República

do Brasil.

Já a foto aérea abaixo, de um período mais recente, demonstra que a Fortaleza está localizada num promontório rochoso que avança sobre o mar.



Figura 16: Vista aérea da Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: Fundação Cultural do Exército Brasileiro.

A posição privilegiada da fortaleza, na entrada da Baía de Guanabara, permitia que ela protegesse uma das extremidades da entrada da barra, de frente para ela, outro braço avança sobre o mar e complementa seu potencial defensivo, a partir da Fortaleza de São João, no ponto exatamente oposto, a 1650 metros de distância.

A Fortaleza de São João localiza-se na margem oeste da barra da Baía de Guanabara (à esquerda de quem adentra a barra), no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. Constituiu-se por Redutos (fortins pequenos também denominados como Baterias): São Martinho-1565; São Teodósio-1572; São José-1578 e São Diogo-1618.

Teve princípio na assistência de Estácio de Sá, que em suas proximidades

começou a antiga povoação, transferida para o local em que hoje se acha. Augmentada depois por outros governadores, ficou composta de 4 redutos ou baterias separadas com os nomes de São Martinho, São Diogo, São José e São-Theodosio, e todos sob a denominação de São João. (SOUZA, 1885, p.104).

O esquema abaixo, elaborado sobre o Morro Cara de Cão, pode dar conta da localização dos redutos citados acima.



Figura 17: Vista aérea da Fortaleza de São João. 2010. Fonte: www.riodejaneiroaqui.com.

O esquema acima omitiu apenas o Reduto São Teodósio, que fica acima do Forte São José, devido ao ângulo da foto, mas demonstra a proximidade com a Ilha Laje, que dista aproximadamente 700 metros.

Souza (1885,p.104) exalta a localização da Fortaleza de São João: *em magnífica posição para a defesa do canal, dominando o mar exterior, parte da bahia e cruzando os tiros com outros sobre o canal.*

A fotografia de época abaixo demonstra o complexo de baterias que compunha a Fortaleza. Ela está localizada num promontório rochos o que avança sobre o mar, porém a área demonstrada na foto é a parte de dentro da Fortaleza. A Barra da Baía de Guanabara está por trás do Morro cara de Cão, no segundo plano da imagem.

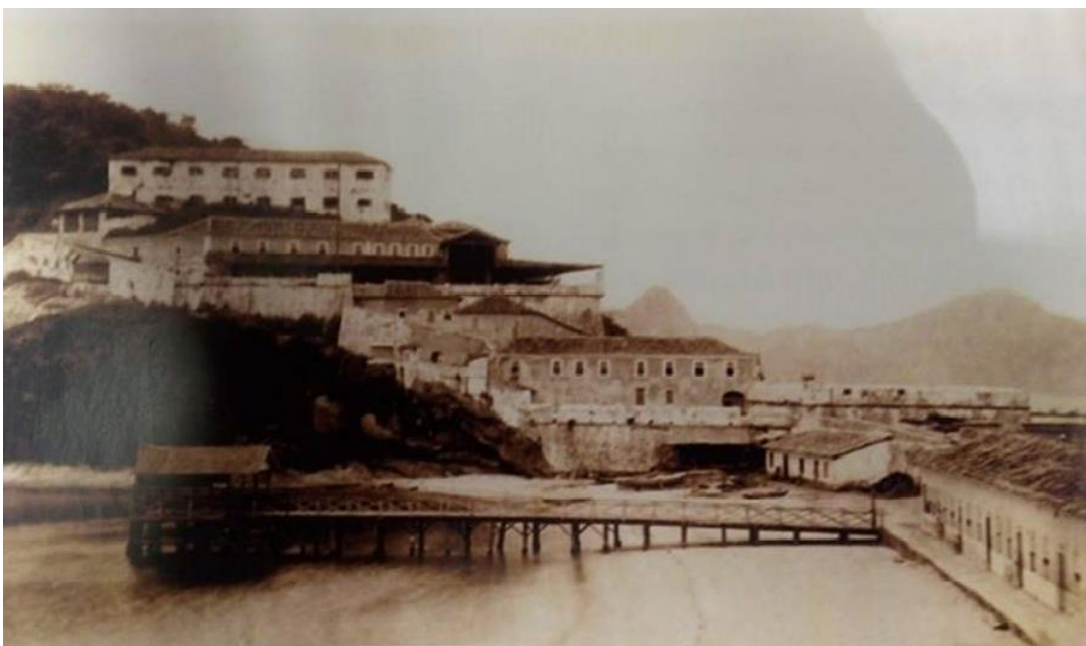


Figura 18: Fortaleza de São João, Rio de Janeiro. 1893. Fonte: Coleção Instituto Moreira Salles. Autor: Juan Gutierrez.

Praticamente a meio caminho entre as duas fortificações apresentadas, também na entrada da Baía de Guanabara, para reforçar suas defesas, temos, na pequena ilha rochosa denominada Laje, que mede aproximadamente 100 por 60 metros, a Fortaleza Laje, ou Forte Almirante Tamandaré, como passou a ser denominada a partir de 1953, (conhecido popularmente como Forte Laje). Esse foi o primeiro ponto em que os franceses tentaram se estabelecer, em 1555, permanecendo nele por pouco tempo.

Souza (1885, p.105) destaca que em 1555 a Ilha Laje *foi o primeiro ponto em que Villegaignon projectou estabelecer-se, mas deixou-o por sua pequena área.*

Essa estrutura defensiva era usada com o ponto de apoio para ambas as fortificações e cruzava fogos com elas, tendo em vista a distância entre o Forte Laje e a Fortaleza de São João de 700 metros e a distância entre ele e a Fortaleza de Santa Cruz de 900 metros aproximadamente.

As obras da primeira fortificação foram iniciadas em 1644. Chegou a ter, de acordo com Garrido (1940, p.117), comandante dedicado, Capelão e 280 praças de guarnição própria em 1838.

A partir daí Garrido (1940, p.117-119) relata contínuos melhoramentos e

reparos de diversas ordens, até 1909, destacando-se aqueles que tiveram origem com a Questão Christie (1863) e a Revolta da Armada (1891), quando a fortificação era considerada de 2ª Classe. Abaixo uma fotografia desse período retrata a estrutura e a guarnição.



Figura 19: Fortaleza da Laje/ Forte Tamandaré, Rio de Janeiro. 1897. Fonte: Acervo FBN. Autor: Juan Gutierrez.

Souza (1885, p.106) exalta sua localização: *“A situação é magnífica para a defesa, na boca do canal, dividindo-o em dous, cruzando fogos com os de outras fortalezas e inacessível a qualquer desembarque.* E a descreve mais a frente: *Esta fortaleza, classificada de 2ª classe, tem a forma de um hexágono irregular.”* (SOUZA, 1885, p.106).

Na década de 1950 o Forte foi guarnecido pela 1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa (BARRETTO, 1959, p.226-227), que operava na Fortaleza de São João. Em 1997 ela foi desativada. Abaixo uma fotografia, já após sua

desativação demonstra o formato do qual Souza (1885) nos fala.



Figura 20: Fortaleza da Laje/ Forte Tamandaré, Rio de Janeiro. 1999. Fonte: Acervo da Diretoria de Assuntos Culturais do Exército Brasileiro. Autor: Jayme Moreira Crespo Filho.

Com o tempo foi sendo percebido que essas fortificações da linha de frente precisariam de apoio, ou seja, os pontos em que elas foram estruturadas também precisavam ser mantidos em constante vigia. As fortificações da Baía de Guanabara que teriam a função de defendê-las de invasores, complementando sua proteção e constituindo um sistema defensivo mais complexo são: o Forte São José, o Forte de São Luiz, Forte do Pico, o Forte Rio Branco e o Forte Imbuhy, que está diretamente relacionado ao foco deste estudo.

O Forte São José, localizado na extremidade do Morro Cara de Cão, no bairro da Urca, cidade do Rio de Janeiro, foi construído em pedra talhada, faz parte da Fortaleza de São João e é datado de 1578.

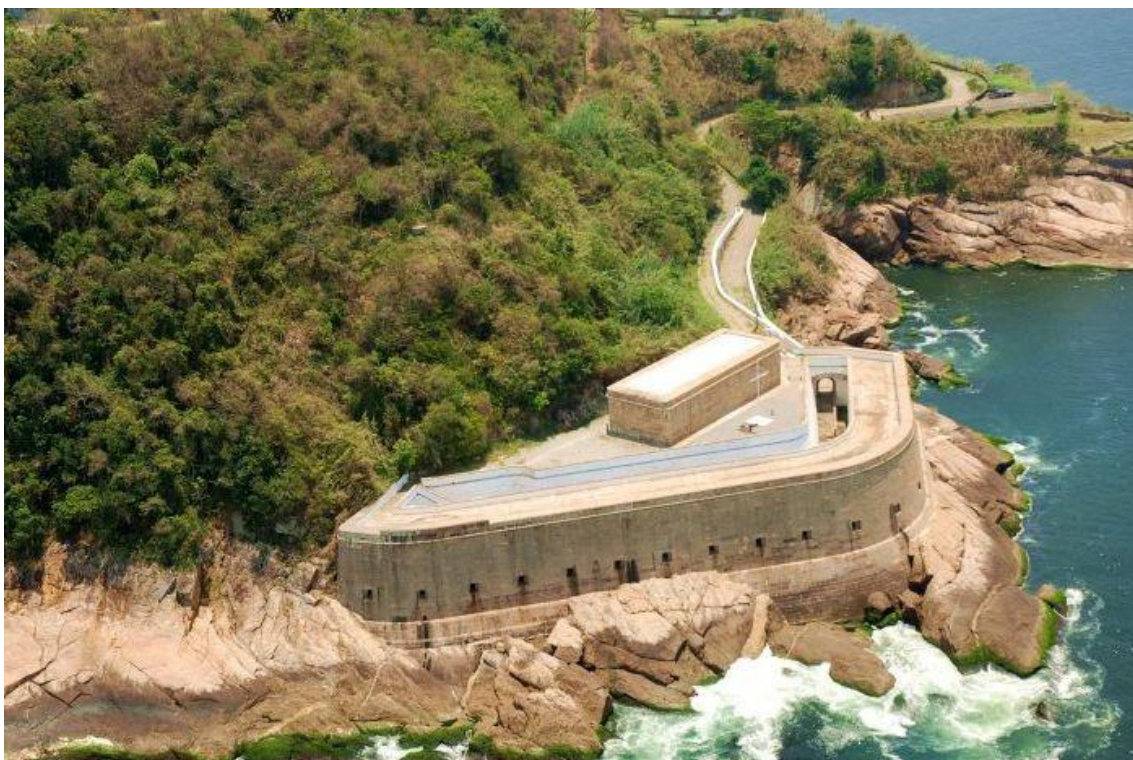


Figura 21: Forte São José. 2010. Autor: Andre Sampaio

Do outro lado, os Fortes Barão do Rio Branco, São Luiz, do Pico e Imbuhy formam, com a Fortaleza de Santa Cruz, o complexo defensivo do leste da Baía de Guanabara e ocupam uma área de mais de 3 milhões de metros quadrados. Localizados no bairro de tradição pesqueira denominado Jurujuba, no litoral da cidade de Niterói-RJ, em sua condição urbana integram o Leste Metropolitano do Rio de Janeiro.

Os fortes que compõem esse complexo tiveram origem como simples pontos de observação que foram evoluindo ao passo que novas técnicas de engenharia e equipamentos bélicos foram surgindo.

As instalações que hoje denominamos Forte Barão de Rio Branco tiveram origem na Bateria da Praia de Fora ou da Vargem, construída em 1711 ao nível do mar. Sua denominação atual foi atribuída pelo decreto 3.329, de 25 de novembro de 1938 ao mais recente Forte do Pico, ou ao de São Luiz original, tendo sido estendida até a praia de fora, onde, ao pé do morro desses quartéis de difícil acesso, localizava-se o forte do período colonial já existente, que devido ao melhor acesso abrigava

sua guarnição, sob guarda e responsabilidade da 2ª Bateria Independente de Artilharia de Costa, de acordo com Castro (2009, p. 349; p.456).



Figura 22: Forte Barão do Rio Branco. Fonte: Geoview.info.

Através do Forte Rio Branco é possível a cessar os Forte de São Luiz, do Pico e do Imbuhy, todos construídos posteriormente para complementar o sistema de defesa do lado oriental da Baía de Guanabara.

O Forte de São Luiz foi construído entre 1769 e 1775. Situa-se em área íngreme, a 180 metros acima do nível do mar, entre os morros do Pico e da Calhambola.

O Forte do Pico, construído, de acordo com Castro (2009, p.455-456) entre 1913 e 1918, situa-se mais acima do Forte São Luiz, no topo do morro de mesmo nome, 227m acima do nível do mar.

Ele teve origem a partir do plano da Comissão de Defesa do Litoral (1895-1898) que preferiu não adotar uma solução improvisada para cessar a incapacidade

dos fortes existentes na barra do Rio de Janeiro em combater navios encouraçados:

Previu a construção de uma bateria de dois obuseiros Krupp, a serem embasados a céu aberto, nas proximidades do Forte Imbuí, de forma a completar a posição principal, de penetração e estruturar um sistema defensivo o mais abrangente possível. Contudo a contenção de despesas do governo Campos Sales não permitiu implantar essa idéia. (CASTRO, 2009, p.454).

Ainda de acordo com o autor, mais tarde, em 1908, em visita à Alemanha, o Ministro Hermes da Fonseca e a comissão de compras de material na Europa foram apresentados a um novo obuseiro de costa da fábrica Krupp, capaz de disparar não somente munição de perfuração, mas granadas de alto poder explosivo e grande capacidade de destruição e surpreendente alcance: 12.775 metros.

Seguindo a linha geral do plano de 1898 o Exército decidiu comprar 12 desses obuseiros, com previsão de instalar quatro em Niterói, tendo sido apenas reavaliada sua posição de instalação. Ficou decidido que não seriam mais instaladas ao lado do Forte Imbuí, pois devido ao tipo de fogo que faziam, se beneficiariam de uma posição elevada. *Escolheu-se então o topo do morro à retaguarda de Santa Cruz, ao lado do antigo Reduto do Pico e próximo ao Forte de São Luiz, posições estas construídas pelo Marquês de Lavradio. As obras começaram em 1913.* (CASTRO, 2009, P. 455)

Castro (2009, p. 456) destaca que inaugurada em 1918, a Fortificação complementou o dispositivo defensivo da Baía de Guanabara a leste e atuou em conjunto com o Forte da Vigia, que cobria o lado oeste da entrada do canal.

A essa altura o Forte São Luiz passou a exercer um papel defensivo muito secundário na proteção da nova fortificação e da Fortaleza de Santa Cruz, que foi sua finalidade inicial.

Já o Forte Imbuhy, com seus atuais 2400m² de área construída, foi inicialmente denominado Fortaleza de Pedro II. Destaca-se como um de seus limites o bairro de Piratininga, localizado no entorno da lagoa de mesmo nome. As coordenadas geográficas referentes a esse ponto são as seguintes: Lat: 22 57' 4"S e

Lon: 43 6'50"W.



Figura 23: Forte Imbuhy. Fonte: Exército Brasileiro.

Souza (1885) elogia a localização da fortificação, destacando a função de ligação com outros fortes da Baía de Guanabara para proteger sua entrada. Assim ele deixa clara a relação do que mais tarde seria o Forte Imbuhy com as Fortalezas de São João, de Santa Cruz, o Forte Tamandaré, na Ilha Laje e a Praia de Fora, bateria que teria dado origem ao atual Forte Barão de Rio Branco:

Fortaleza projectada e que teve princípio de execução em 1863, em excellente posição na ponta do Imbuhi, a E. de Santa-Cruz, defendendo a enseada intermédia, cruzando efficazmente os fogos fóra do canal com os de São João, Santa-Cruz, Praia de Fóra e Laje, e batendo de revez os navios que tentarem a entrada. (SOUZA, 1885,p.59)

Sua obra teria iniciado em 1863, após um período de reduzidos investimentos em defesa, na ponta do Imbuhy, no canto da praia, de cerca de 800 metros, de mesmo

nome, quando inicia-se um ciclo de rearmamento do Exército para proteger a cidade do Rio de Janeiro em razão da Questão Crhistie (1862-1865) que envolvia Brasil e Inglaterra.

Assim teriam começado as obras do Forte Imbuhy, cujas instruções previam, de acordo com Barreto (1959, p.211), que as baterias em casamatas fossem dispostas em 2 planos; e que fosse ligado à Bateria da Praia de Fora.

A historiadora Motta (2017), afirma ser incontestável o fato de que o Exército teria iniciado a construção do Forte em 1863. Ela cita a paralisação das obras devido à crise financeira da década de 1870 e sua retomada em 1895, através da nomeação de uma Comissão de Fortificação e Defesa do Litoral do Brasil, o que culminou na sua posterior inauguração, em 1901:

É fato de que a primeira tentativa de construção do Forte é de 1863, quando se tinha em vista construir um forte de dois andares de baterias. O projeto dos anos 60 do século XIX não foi adiante. Em razão da crise financeira dos anos 70 do oitocentos, o governo decidiu não dar prosseguimento às obras do que seria conhecido mais tarde com o nome de Forte Imbuí. Apenas a partir de 1893, logo após a proclamação da República, é que o lugar foi militarmente ocupado, em razão da revolta do mesmo ano. Somente em 1895, há indiscutivelmente a formação de uma Comissão de “Fortificação e Defesa do Litoral do Brasil”, responsável pela construção do Forte. A obra foi inaugurada em 1901, conforme dados do próprio Exército e em 1907 passou a se chamar Fortaleza do Imbuí. (MOTTA, 2007,P.3)

Souza (1885, p.14) sinaliza que *a pesar da grande importância dessa obra, e da avultada quantia gasta com suas primeiras construções e muitos materiais ,foi suspensa a sua execução por haverem as câmaras reduzido a verba para obras de defesa*. Mas o autor não chega a mencionar o início da paralização da mesma, aliás há controvérsias sobre isso.

Garrido (1940, p.104) aponta que as obras estiveram efetivamente paralisadas entre 1877 e 1895: *Em 1870 a Assembleia Geral Legislativa votou-lhe 24:000\$000 para obras, conforme plano do Conde d’Eu, mas em 1871 resolveu o Governo não prosseguir nas mesmas, que entre 1877-95 estiveram completamente paralisadas*.

Barreto (1959, p.201) coloca que elas estiveram completamente paralisadas

entre 1871 e 1895, mas já em 1867 o Almanake Laemmert (1867) relata a percepção de uma obra aparentemente paralisada:

Esse formidável baluarte que se ergue como um colosso na ponta do Imbuhy e que domina toda a barra em correspondência com os demais fortes há de por certo (...) meira pedra, concedeu-lhe seu nome augusto. **Toda a obra em construção, e presentemente paralisada, apresenta a maior solidez e pulmor n'arte, e oxalá o nosso governo não esmoreça ane essa obra tanto alcance, e que Ella se conclua sob o ponto de vista de defesa**, afim de que um dia nossos posterios admirem esse gigante monumento que lhes attestará, o sábio reinado do recto, justo e poderoso monarcha D. Pedro II. (1867, p.59, grifo nosso)

Nessa direção, Nunes (2007, p.55) afirma que as obras foram paralisadas já no ano seguinte ao início da construção, em 1864.

Há divergências também com relação à retomada das obras. Enquanto Garrido (1940, p.104) aponta que em 1893, por ocasião da Revolta da Armada, a fortificação teria sido apenas ocupada por forças do Governo encarregadas de vigiar o movimento dos rebeldes, Barreto (1959, p.211) assinala que a construção teria sido retomada neste mesmo ano, apesar de no curto parágrafo anterior já ter mencionado a paralização entre 1871 e 1895.

No trecho abaixo, Garrido (1940, p.104) fala sobre o reinício das obras da fortificação:

(...) em 1895 decidesse a Comissão de Fortificação se Defesa do Litoral do Brasil aproveitar o local para a construção do novo Forte do Imbuí, sobre a plataforma do primitivo D. Pedro II, aprovando o Aviso de 25 de Fevereiro de 1896, do Ministério da Guerra(...)

A placa de inauguração descartada pela instituição e encontrada por moradores aponta o período compreendido entre 1894 e 1901 como de efetiva construção.

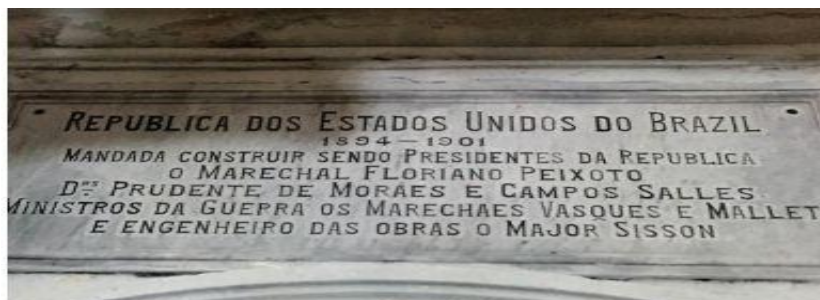


Figura 24: Placa de inauguração do Forte Imbuhy.

Desde que as obras iniciaram na área do Imbuhy decorreram 28 anos até sua finalização.

Foi através do Aviso do Ministério da Guerra, de 16 de abril de 1901 que a Fortaleza Pedro II passou a ser denominada como Forte do Imbuhy, conforme boletim do Exército, sob a categoria de primeira classe, de acordo com o Aviso 1.161, de 16 de maio de 1901:

— De Camilla Maria Pacheco dos Santos. — Prove a identidade de pessoa. — Em 30 do corrente.

Diversas ordens

Tendo sido reconstruída a fortificação existente na ponta do Imbuhy na costa norte do Estado do Rio de Janeiro, declara-se, para os devidos efeitos, que fica denominada aquella fortificação de — *Forte de Imbuhy*, — que será considerada de primeira ordem, effectuando-se opportunamente a sua inauguração official. — Aviso n. 1161 A, de 16 do mez findo.

— Declarou-se ao commandante do 5º districto militar, em resposta ao seu officio n. 723, de 13 de março ultimo, que deve ser remettida á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra a patente expedida ao coronel effectivo do Exercito João Cesar Sampaio, quando este era coronel graduado, afim de que se possa envia-la ao Supremo Tribunal Militar para ser apostillada, e que se providencie de modo a ser passada a do alferes do 29º batalhão de infantaria Francisco de Mello. — Aviso n. 1213, de 26 do mez findo.

— Permittiu-se ao tenente medico da 5ª classe do Exercito Dr. Alfredo Theophilo Hauswcker gozar nesta Capital a licença de noventa dias que obteve para tratamento de saude, dando-se-lhe passagem de 1ª classe, bem como á sua mulher e uma irmã, da cidade do Rio Grande, onde se acham, para aqui, de cuja importancia indemnizará os cofres publicos integralmente e na primeira oportunidade, conforme pediu. — Aviso

Figura 25: Boletim do Estado Maior do Exército. 1901. Fonte: Arquivo Histórico do Exército

A nova denominação, escolhida, considerou os costumes locais ao “batizar” o forte como Imbuhy, palavra que fazia parte da cultura dos indígenas que habitaram a área, já que esse era o nome atribuído por eles a o lugar devido a uma abundante fruta da região assim chamada, de acordo com o Projeto de Resolução Nº81/2015.

De acordo com Nunes (2007, p.58), mais precisamente o forte teria sido inaugurado em 24 de maio de 1901, em homenagem à Batalha do Tuiuti, na Guerra do Paraguai. Em razão da Proclamação da República, realizada há tão pouco tempo, já não fazia mais sentido o forte se chamar Dom Pedro II.

O evento de inauguração contou com a presença do presidente Campos Sales, de acordo com Garrido (1940, p.105). A fortificação ficou guarnecida inicialmente

como 6º Batalhão de Artilharia de Posição e sob o comando do Capitão Bonifácio Gomes da Costa até 5 de Julho de 1906, conforme também está documentado no Almanake Laemmert (1901, p.1943; 1902, p.158; 1903, p.179, p.190; 1904, p.374, p.385; 1905, p.428, p.438; 1906, p.308, p. 316).

Mais tarde foram realizadas obras de infraestrutura e acesso, a ligação à rede de água potável de Niterói, a substituição da ponte de acesso e a construção da estrada. Aliás os moradores dizem ter participado dessa última.

É comum as fortificações funcionarem também como pontos de convergência, influenciando no adensamento populacional, isso porque junto com elas chegavam a infraestrutura.

De acordo com Marenga & Silva (2011, p.866) *é muito freqüente que cidades se desenvolvam ao redor de sítios defensivos da mesma maneira que ao longo de fontes de água como rios ou seguindo linhas de comunicação tais como rodovias e estradas de ferro.*

Os autores (MARENGA & SILVA, 2011, p. 866) alertam ainda que *ao mesmo tempo em que estas instalações se tornam parte do tecido urbano, ficam também segregadas dentro dele, por envolverem objetivos e conveniências do sistema de poder que os tornam espaços fechados ao acesso e ao conhecimento da maior parte da população de cidadãos.*

E assim a população do Imbuhy pode ter se beneficiado, com a construção do forte, de algumas facilidades, tais como a posterior chegada de água potável e a melhoria do acesso, mas também pôde viver a realidade dos próprios fortes das proximidades, segregada e subordinada aos comandos, já que estava dentro de áreas de servidão militar inferiores a 600 braças nas proximidades do Forte Imbuhy e do Rio Branco.

Numa das fotografias da construção, disponibilizadas pelo Arquivo histórico do Exército, aparecem trabalhadores, possivelmente habitantes locais. O Exército diz ter permitido que se estabelecessem temporariamente com suas famílias durante o período de execução da obra em razão do difícil acesso e estes teriam permanecido irregularmente na área. Mas lembramos que a obra só iniciou em 1863, quando já havia registros de uma comunidade formada na área.



Figura 26: Construção do Forte. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Cumprida essa etapa de apresentação do Forte Imbuhy, associado a outras fortificações, no contexto de defesa do território, no próximo item buscaremos nos ater à versão local sobre a história de ocupação da Praia do Imbuhy, buscando estruturar uma narrativa a partir dos depoimentos dos moradores e da documentação cedida por eles.

3.2.2 Evidências de uma territorialidade pesqueira na área do Imbuhy

A área atualmente ocupada por Niterói já era habitada por povos coletores, caçadores e pescadores desde tempos imemoriais. Eles deixaram, como testemunho de sua existência, vestígios arqueológicos, os chamados sambaquis.

Em 20/12/1972, o Jornal O Globo e Jornal do Brasil noticiavam a descoberta de ossadas e objetos indígenas nas Dunas do Sambaqui.

O Museu de Arqueologia de Itaipu, fundado em 1977 e instalado no antigo Recolhimento de Santa Teresa – tombado desde 1955 –, expõe em seu acervo as peças encontradas nos sítios arqueológicos da Região Oceânica de Niterói.

No século XVI, quando da chegada dos primeiros exploradores europeus, essa região, banhada pelas calmas águas da Baía de Guanabara era habitada pelos tupinambás (tribo indígena tupi dos tamoios), que já desenvolviam a atividade pesqueira como forma de subsistência. Inclusive, a memória local aponta que o nome Imbuhy teria sido dado por eles: *“De acordo com a história oral, havia uma aldeia de índios naquela localidade, que batizou o local de Imbuhy, por haver abundância dessa fruta na região e há traços étnicos indígenas, em famílias da Aldeia.”*(RIO DE JANEIRO, 2015).

A Coroa priorizou o potencial estratégico do litoral, visto que à elite não interessava nele se estabelecer. No século XVII instituiu, na Carta Real de 12/11/1698, as normas que versavam sobre a ocupação das marinhas. Tais regras determinavam que esses terrenos pertenciam ao rei: *“[...] e **daqui em diante ordeno se não dê mais sesmarias de terras sitas junto às marinhas, porque estas se devem requerer a mim [...]**”* (CASTRO, 1841, p. 383-4, grifo nosso).

Gradativamente a maior parte dos habitantes nativos que vivia nessas áreas, desprezadas pelas classes dominantes, foi sendo expulsa/dizimada e elas foram sendo ocupadas por segmentos populacionais marginalizados, tais como os pescadores, uma vez que o ordenamento territorial estabelecido não proibiu a pesca, que aliás já era praticada muito antes da chegada dos colonizadores.

Houve a repartição da terra, por meio da doação das sesmarias e no século XVIII foram construídas capelas que atestam os aglomerados humanos que marcaram o início do povoamento da região. Um exemplo é a Capela de São Sebastião de Itaipu, que construída em 1716, deu origem à Freguesia de mesmo nome em 1755.

No século XIX inúmeros são os registros da ocupação da região, que comprovam desde a prática da pesca, até a negociações de escravos e de terras.

Que a pesca é uma atividade que se aprende no seio da própria comunidade e que se pratica em parceria ou grupos não há dúvida, daí a sociabilidade intrínseca às comunidades dessa natureza.

Como vimos, a prática da atividade na região é antiga, porém o que mais interessava aos moradores era saber a antiguidade da ocupação da Aldeia Imbuhy enquanto comunidade pesqueira.

Segundo o Presidente da Associação de Moradores do Imbuhy, foi o

levantamento feito pela Moradora Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Niterói e no Almanake Laemmert que permitiu embasar a questão da antiguidade da ocupação:

Ailton: (...) Eles [os militares] falavam que eles chegaram primeiro.

E a nossa comunidade, nós provamos que chegamos primeiro. E apesar de a gente ter essas provas todas a justiça não considerou nada. O verdadeiro foi o que o Exército falou né, que eles chegaram primeiro, mas *nós temos documentos que provam que nós chegamos primeiro do que o Exército.*

Autora: E esses documentos foram conseguidos de que forma?

Ailton: *A Lúcia, moradora de lá, ela fez um apanhado nas igrejas aí e conseguiu através do Almanake Laemmert esses documentos, onde fala sobre o inspetor de quartirão, falou que tinha uma fábrica de sardinhas lá dentro também em mil oitocentos e pouco, registro de gente que nasceu em 1820/30, então foi através desse apanhado do Almanake Laemmert.*

Sr. Ailton Navega.

Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Esse material já fazia menção à ocupação da área desde 1863, portanto bem antes do nascimento da Dona Yayá.

Pouco tempo depois foi analisado pela Historiadora Dra. Márcia Motta⁴³ (UFF) e gerou duas publicações: Motta, 2015 e Motta, 2017. A primeira, intitulada “*Uma história para não esquecer: o Forte Imbuhy e a expulsão dos moradores*”, funcionou como laudo técnico, foi autenticada e anexada ao processo e a segunda, mais extensa, intitulada “*Antiguidade é posto: a Aldeia Imbuí, conflitos e memórias (séculos XIX e XXI)*”, saiu pela Revista Unisinos. O apoio acadêmico à causa da comunidade estava garantido, mas era preciso que os moradores continuassem sua busca sobre a própria história.

Durante as entrevistas, a aproximação com a comunidade levou ao

⁴³ Professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense desde 1992, tendo se tornado professora titular da instituição a partir de 2015. Tem experiência em História Agrária e trabalha principalmente com os temas: conflito de terra, apropriação territorial, direito agrário e movimentos rurais. Coordena o Proprietas, que integra núcleos de pesquisas e pesquisadores envolvidos nos debates sobre o acesso à propriedade e a defesa do bem comum. Foi eleita presidenta da ANPUH Nacional para o biênio 2019/2021.

aparecimento de uma série de documentos que os moradores foram descobrindo e arquivando. Esses nos conduziram a outras fontes.

É comum surgirem documentos e objetos durante as entrevistas de história oral. Para os entrevistados essa é uma oportunidade de divulgar o material que acumularam, ao qual nem sempre conseguiram dar visibilidade. O acesso ao acervo familiar/pessoal só é possibilitado a partir do momento em que o entrevistado cria uma empatia com o entrevistador e percebe que este pode contribuir com o seu conhecimento pessoal sobre o assunto, bem como para divulgar esse acervo, que permanecia oculto.

Abaixo uma Canoa de Jequitibá, construída no século XIX e doada pela Colônia de Pescadores local ao Museu de Arqueologia de Itaipu, em 1979.



Figura 27: Canoa de Jequitibá do século XIX. Fonte: Museu de Arqueologia de Itaipu. Sem data.

Antes da sua doação, a canoa era usada como cocho para tingir redes de pesca. Atualmente integra a exposição *Percursos do Tempo*.

Casadei (1971), ao caracterizar a área afirma que

Essa bela região situada longe dos centros mais populosos era

favorável, no passado, ao desembarque clandestino de negros vindos da África. Dêsse modo, temos **em 1836**, uma comunicação de Paulino Limpo de Abreu, depois Visconde de Abaeté, ao Presidente da Província, sobre o **desembarque no local, de 400 africanos boçais.** Êstes se achavam em casa do Juiz de Paz do Distrito, Padre Antônio Joaquim de Sá. Pedia a apreensão dos mesmos africanos, já que **o tráfico estava proibido desde 1831.**

Em conseqüência dêsse fato, e de outros semelhantes é que anos mais tarde se fez a lei Eusébio de Queirós que, aplicada com rigor, terminou com o vergonhoso comércio.

Em 1859, o Chefe de Polícia da Província ainda pedia maior vigilância na enseada de Itaipu, pois tinham desembarques. (grifo nosso).

Quanto a Aldeia Imbuhy, não se sabe exatamente quando ela surgiu, mas há registros que documentam sua existência desde pelo menos o século XIX.

O pesquisador que conseguiu indícios mais pretéritos da existência da comunidade foi o Mestre Marcelo Nunes. Os dados apontam para a existência da comunidade já em 1849.

Nunes (2017, p.26) relata que “*O Jornal do Comércio em dezembro de 1849 já trazia notícias de que o dono das terras das Fazendas Piratininga e Imbuhy era o Sr. José Joaquim Cayo Monteiro*”, que na verdade era procurador de seus irmãos e cunhado:

O TENENTE CORONEL Francisco Antônio Tourinho viu e admirou o annuncio do Ilmo. Sr. tenente Felipe Barbosa da Fonseca inserto no Jornal do Comércio de 2 do corrente, dirigido aos arrendatários da fazenda Barra de Piratininga e Imbuhy: elles sabem de quem receberão os arrendamentos e o seu dever. Oh! Os direitos do Sr Felipe são excelentes!!! Entretanto vá pagando as custas de suas causas perdidas... E por agora unicamente se lhe responde com a publicação do seguinte:

DOCUMENTO.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 184[?]/ annos, aos 31 dias do mez de outubro do dito anno, nesta Imperial cidade de Nitherohy, em o lugar denominado – Fazenda da Barra de Piratininga –, freguesia de S. Sebastião de Itaipú, termo desta mesma cidade, onde eu, escrivão ao diante momento fui vindo com o official de justiça servindo de porteiro dos auditorios, no impedimento do respectivo, Leopoldo Antonio de Oliveira para o fim de ser dada a posse da mesma fazenda a Sotero Cayo Monteiro, seus irmãos e cunhado; e sendo ahi por José Joaquim Cayo Monteiro, me foi apresentado o mandado retro escripto por mim escrivão, e assignado pelo juiz municipal o Dr. Luiz Francisco da Camara Leal, e logo pelo dito porteiro interino foi dada a posse civil, real,

natural e corporal da mesma fazenda e seus rendimentos ao dito José Joaquim Cayo Monteiro, por si e como procurador de seus irmãos e cunhado, da mencionada Fazenda da Barra de Piratininga, todos os seus fructos e rendimentos em cumprimento do mandado retro, cuja posse civil, real, natural e corporal tomou o mesmo **José Joaquim Cayo Monteiro por si e como procurador seus ditos irmãos e cunhado, mansa e pacificamente atirando terra ao ar**, e praticando todos os setos possessórios da lei e estylo, e essa posse a dei tanto quanto posso e me é permitido por direito e decretos judiciários a respeito. **Foram testemunhas presentes a este acto Antonio José de Abreu Silva e Adeodato Pereira de Marins, moradores do mesmo logar**, e reconhecidos de mim escrivão, do que dou fé, e para constar lavro este auto, em que assignou o empossado por si e como procurador de seus irmãos e cunhado com o porteiro e testemunhas e Eu Thomas Antonio Alves Mattos, escrivão, o escrevi e assigno. – José Joaquim Cayo Monteiro. – Antonio José de Abreu e Silva. – Adeodato Pereira de Marins – Leopoldino Antonio de Oliveira. – Thomaz Antonio Alves de Mattos. (Jornal do Commercio, 12/12/1849, p. 3, grifo nosso.)

Motta (2017, p.9) se refere a esse fragmento como uma nota, publicada no jornal, então reconhecido como o mais importante do século XIX, fundado em 1827:

Em recente pesquisa, o jovem investigador Marcelo Nunes encontrou uma **nota no Jornal do Comércio de 12 de dezembro de 1849**, onde o oficial de justiça consagrava, nos termos da lei, a propriedade da fazenda da Barra de Piratininga a Sotero Cayo Monteiro, seus irmãos e cunhados.

Entretanto, não se tratou de uma nota do jornal e sim de um anúncio do interessado, que já naquela época, expressava uma entre tantas disputas que se tem notícia por aquele espaço.

A descoberta de Nunes (2017) é bastante interessante, mas carece de ser contextualizada. Sentimos a necessidade de entender minimamente quem eram os sujeitos, os seus interesses e as referências que motivaram esse anúncio, feito pelo TENENTE CORONEL Francisco Antônio Tourinho⁴⁴.

Ao analisá-lo, identificamos que se tratava de uma resposta irônica a um anuncio anterior, do Tenente Felipe Barbosa da Fonseca, publicado alguns dias

⁴⁴TOURINHO, Francisco Antônio. Anuncio. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, p. 3, 12 dez. 1849.

antes, no jornal no dia 2 de dezembro. Este, que por sua vez, se referia a outro anúncio, ainda anterior, do Cel Francisco Antônio Tourinho, publicado em 15 de novembro, ao qual não tivemos acesso, mas que teria gerado “essas trocas de farpas” entre os militares em questão. Sim, militares, bem antes da existência do Forte Imbuhy.

A partir do documento publicado no anúncio feito em 12/12/1849 pelo Tenente Coronel Francisco Antônio Tourinho, Motta (2017, p.9) afirma que “*o oficial de justiça consagra, nos termos da lei, a propriedade da fazenda da Barra de Piratininga a Sotero Cayo Monteiro, seus irmãos e cunhado.*”, mas estranha não ter havido o registro das terras na respectiva paróquia, conforme o Registro Paroquial de 1850, regulamentado quatro anos depois.

A lei de Terras de 1850, regulamentada pelo Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854 era muito recente. Ela buscou regulamentar a posse de terras, ou seja, a propriedade privada no país. As terras ainda não ocupadas passariam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas através de compra e não mais através de posse. As terras já ocupadas poderiam ser regularizadas como propriedade privada.

Foi necessário criar a Repartição Geral das Terras Públicas, que deveria registrar as terras possuídas, legitimá-las e revalidar títulos. As igrejas de cada freguesia se encarregariam de receber as declarações para inserí-las nos registros paroquiais, mas não há no livro da Freguesia de Itaipu qualquer registro sobre as terras dos habitantes do Imbuhy, apesar de eles aparecerem em notícias de jornais como possuidores de terrenos e negociando imóveis. Mesmo assim, não há dúvidas de que já havia uma população habitando a área, o que daria a ela esse direito.

Motta (2017, p.9) chega a desconfiar que a disputa não tenha terminado naquele ano:

Mais interessante ainda é desconfiar que aquela querela não havia terminado no ano de 49, já que – ao que parece – nenhum deles compareceu à paróquia para registrar suas terras, conforme o Registro Paroquial de 1850, regulamentado quatro anos depois.

O referido documento, cujo trecho foi transcrito no anúncio do Jornal do Commercio de 12 de dezembro de 1849, e reproduzido acima, data de 31 de outubro da década de 1840 (ano ilegível, conforme ANEXO 10) de fato dá a posse a *Sotero Cayo Monteiro, seus irmãos e cunhado*. Mas de fato, como desconfiava Motta (2017), de fato não era o fim daquela disputa.

Além disso, a autora estranha que, assim como mencionamos logo acima com relação à freguesia de Itaipu, também “*não se tenha registro paroquial de nenhuma propriedade na freguesia de Jurujuba, hoje sob a guarda do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.*” (MOTTA, 2017, p.9). Isso permanece como uma incognita.

Com relação ao anúncio publicado pelo Tenente Coronel Francisco Antonio Tourinho (transcrito acima), teria se tratado de uma resposta motivada pelo anúncio do Tenente Felipe Barbosa da Fonseca, datado de 27/11/1849 e publicado no Jornal do Commercio de 02/12/1849:

O TENENTE Felipe Barbosa da Fonseca, por cabeça de sua mulher D. Delphina Rosa da Silveira, única herdeira dos encapeliados por D. Ursula da Silveira, deparando com um annuncio do tenente-coronel Francisco Antonio Tourinho, impresso no Jornal do Commercio de 15 do anno corrente, em que ele na qualidade de herdeiro do major Sotero Caio Monteiro convida aos arrendatarios das fazendas da barra de Pertininga e Imboy a irem lhe pagar os arrendamentos vencidos, e tratar com ele o que lhes convier, declara aos mesmos que este convite é capcioso, e contra ele protesta, porque, **comquanto se mandasse conservar os herdeiros daquele Sotero na mera detenção em que estava seu pai, todavia não dá direito este acto a seus herdeiros de receberem arrendamentos e disporem de cousa alguma, porque todos esses bens estão litigiosos por bem de uma acção de libelo cível de habitação e petição de herança e reivindicação, e que está pendente no juízo municipal de Nitheroy; e que por isso aquelles que lhes fizerem quaisquer pagamentos e ajustes ficão na responsabilidade de os fazerem de novo ao annunciante, que protesta contra taes actos, e assim os previne para não praticarem actos nulos, e por ventura criminosos; e para que ninguém se chame á ignorância, faz o presente annuncio. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1849. (Jornal do Commercio, 02/12/1849, p. 3)**

O anúncio do Tenente Felipe Barbosa da Fonseca, transcrito acima (ANEXO

11), consistia numa resposta a um primeiro anúncio, publicado no mesmo jornal pelo Tenente Coronel Francisco Antonio Tourinho em 15/11/1849. A esse, que teria dado origem ao ataque e contra-ataque publicados, não tivemos acesso.

Passaremos a expor as relações de parentesco dos envolvidos na querela: o Tenente Coronel Francisco Antônio Tourinho e o Tenente Felipe Barbosa da Fonseca.

O Tenente Coronel Francisco Antônio Tourinho (~1800-1871) era marido de Maria Carolina Monteiro, filha do Major Sotero Caio Monteiro (1783- 1845) com Maria Inácia das Neves e irmã (de pai e mãe) de Sotero Caio Monteiro Junior, Edeltrudes Caio Monteiro, Edeltrudes Maria Monteiro, Manoel Ferreira Monteiro, José Joaquim Caio Monteiro, Polidora Maria Monteiro e Maria Monteiro. Esta última faleceu em 1845, por isso é mencionado entre os irmãos, o marido dela como herdeiro da parte que lhe caberia da herança familiar, motivo pelo qual foi o único cunhado citado.

Havia ainda, os meio- irmãos, que o Major Sotero Caio Monteiro teve com Damásia Joaquina Rosa (escrava forra)⁴⁵ após o óbito de sua esposa (1831): Gervásio Pires Monteiro (1834-1892), Augusto César Monteiro (1836-1874) e Maria Carolina Monteiro (1838-1905). Supomos que eles dificilmente tenham sido considerados nessa partilha, mas não há menção a isso.

A posse da fazenda teria sido dada a Sotero Cayo Monteiro (Junior, filho do Major Sotero Cayo Monteiro), seus irmãos e cunhado, tendo sido o procurador deste para firmar o ato o irmão José Joaquim Caio Monteiro.

Antonio José de Abreu Silva e Adeodato Pereira de Marins foram os moradores do Imbuhy que testemunharam o fato.

Mais tarde, (entre 1872-1878) o Almanake Laemmert faz menção somente a Manoel Ferreira Monteiro.

⁴⁵Conforme registros dos Batismos dos seus filhos. Não há documentos que falem sobre sua origem, seus proprietários e nem mesmo como conseguiu a alforria. Os filhos que ela teve com Sotero nasceram bem depois do óbito da esposa dele (1831), o que sugere que tenham se relacionado somente após a morte dela. Os nascimentos ocorreram nos anos de 1834, 1836 e 1838, porém ele só os reconheceu em 02 de Fev de 1843, portanto dois anos antes de morrer, quando mandou refazer os assentos de batismo para incluir seu nome como pai das crianças. A tetraneta da Damásia encontrou nos livros de batismos informações sobre os filhos dos escravos dela. Isso mesmo, tratava-se de uma escrava forra que adquiriu seus próprios escravos, bem como imóveis nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói (onde os filhos nasceram). Não há notícias sobre como adquiriu a liberdade, os escravos ou mesmo os imóveis.

O esquema abaixo detalha as referidas relações genealógicas.

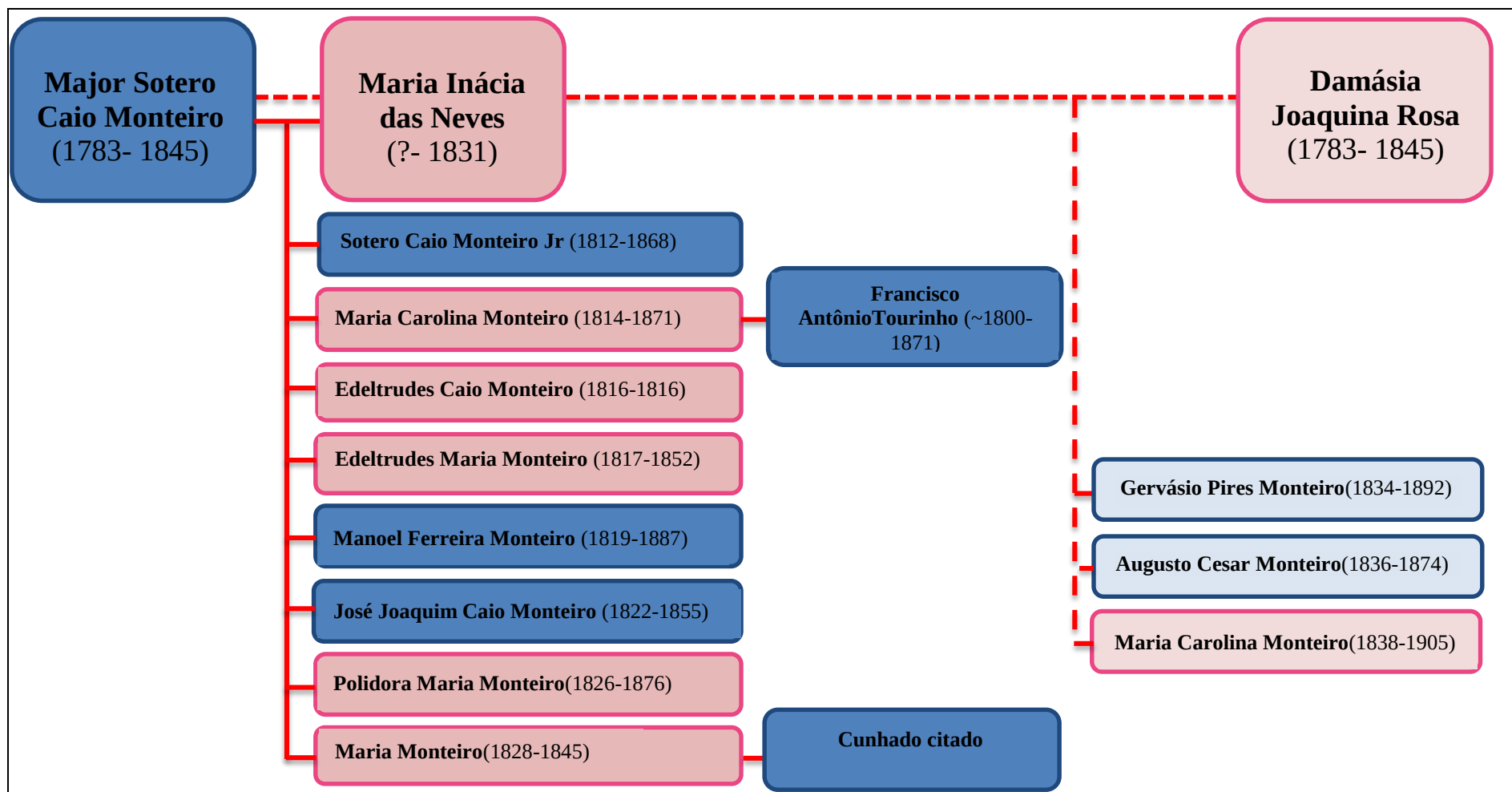


Figura 28: Árvore Genealógica- Descendentes do Major Sotero Caio Monteiro diretamente envolvidos na questão. Produzido por Janylle Ferreira a partir de dados e fontes extraídos do familysearch e do WikiTree.

O Tenente Felipe Barbosa da Fonseca (1807-1851), era marido de Delphina Rosa da Silveira, descendente da família Gago da Camara.

Alcides Bezerra, na condição de diretor do Arquivo Nacional, em apelo publicado aos genealogistas brasileiros no Jornal do Brasil de 25/02/1933, p.9 forneceu alguns subsídios sobre essa família e afirmou que “*no começo do século XVIII, ocupava elevados postos militares na Colônia*”. (Vide ANEXO 12).

Delphina Rosa da Silveira é mencionada no anúncio publicado pelo marido no Jornal do Commercio, 02/12/1849, p. 3) como única herdeira da D. Úrsula da Silveira.

Esta, por sua vez, de acordo com as informações concedidas por Alcides Bezerra em seu anúncio, era casada com Lopo Gago da Câmara, filho de Pero Gago da Câmara, sendo este moço fidalgo da Casa Real, natural do arquipélago de Açores, que em torno do ano de 1600 veio para o Rio de Janeiro com a família, tendo sido, durante 30 anos, Capitão de Infantaria da Capitania do Rio de Janeiro e do Forte de Santa Cruz.

Foi à união matrimonial entre Ursula da Silveira e Lopo Gago da Câmara que Barahona fez referência em entrevista concedida ao Jornal O Globo em 06/04/2019:

— Os moradores estão ali muito tempo antes do Forte, inaugurado em 1901. **Era parte de uma sesmaria em Piratininga pertencente aos Gagos da Silveira desde o século XVII.** Com o fracionamento daquelas terras ao longo do tempo, pequenos lavradores e pescadores formaram a comunidade tradicional litorânea extrativista. E o Estado, em vez de protegê-los, os expulsa de lá.

Lopo Gago da Camara é apontado como “*proprietário da Fábrica ou Engenho de assucar de Pertininga [Piratininga], que herdaram e exploraram seus filhos*”. (BEZERRA,1933, p.9).

Entre os filhos nascidos da união de Ursula da Silveira e Lopo Gago da Câmara está Luís Gago da Câmara, que se casou com Luísa de Marinis, ambos nascidos na freguesia de S. Gonçalo – RJ, e com ela teve Maria da Silveira Câmara. Ela se casou com o alferes José Viegas Lisboa e com ele teve três filhos, entre eles o Capitão Luiz Gago da Câmara Viegas, que foi pai de José da Silveira Câmara Viegas. Fruto da união

deste com Rita Maria da Fé nasceu Delphina Rosa da Silveira, que vinha a ser tetraneta da D. Úrsula da Silveira.

Delphina Rosa da Silveira (37 anos) se casou com Felipe Barbosa da Fonseca (32 anos) em 1839. Ela teve uma única filha, Calota Maria da Silveira Barbosa, que em 1867 veio a se casar com Hermenegildo Henrique Coutinho e dessa união nasceram quatro filhos, dentre eles Cícero Henrique Coutinho, que, de acordo com a sentença da ação possessória do processo, sob o número 9500504537 (1995, p.16), teria tentado, sem sucesso, vender para a UNIÃO a parte da Fazenda Encapellada de Piratininga e Imbuhy que corresponderia à área de servidão militar. Ele acabou vendendo toda a fazenda para Mário Guaraná de Barros.

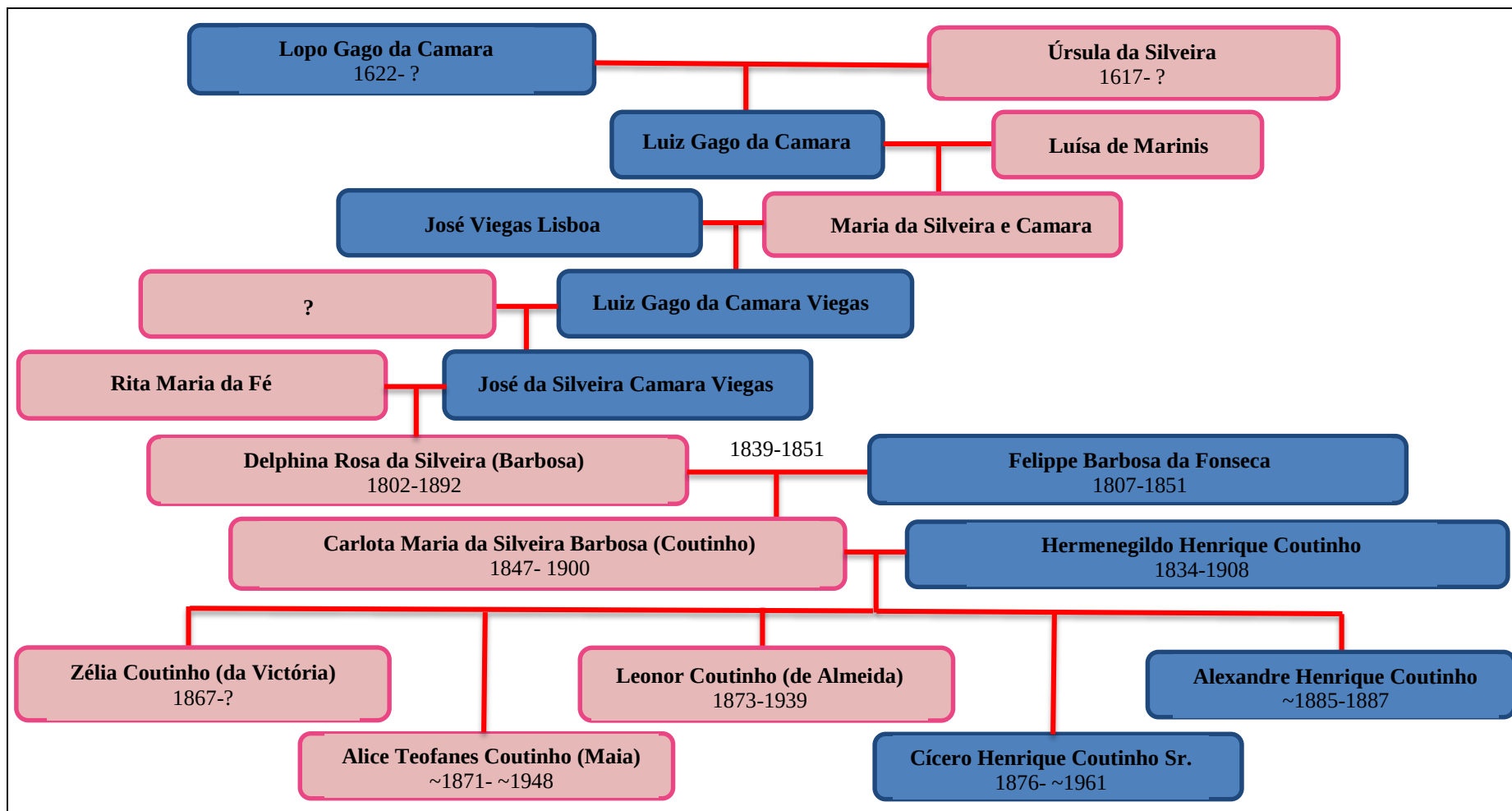


Figura 29: Árvore Genealógica- Ligação entre Delphina Rosa da Silveira e Úrsula da Silveira. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do WikiTree, familysearch e Jornal do Brasil (25/02/1933).

A descendente Delphina Rosa da Silveira herdou o prestígio exercido pela família na região desde o século XVII, representado por meio dos seus bens (escravos e terras), o que pode ser confirmado a partir da Relação de presos na Casa de Correção de Escravos (Calabouço), onde havia um escravo de sua propriedade detido em 1839 (mesmo ano de seu casamento com Felipe). No registro ela é citada comomorada de "Pertininga" (Piratinunga).

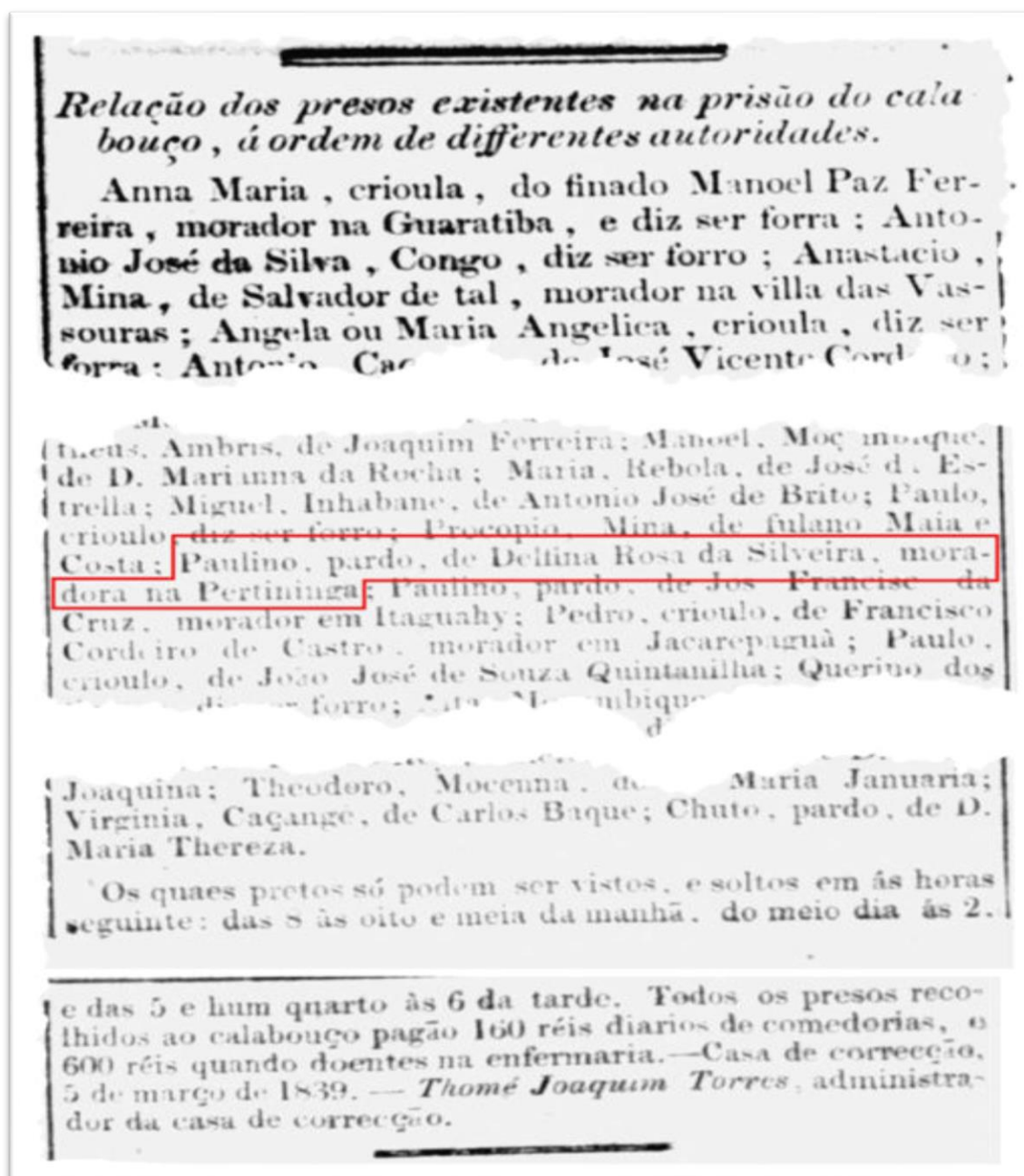


Figura 30: Relação de presos na Casa de Correção de Escravos (Calabouço). Fonte: Periódico "O Despertador", nº. 282, de 11/03/1839.

Dez anos depois o anúncio sobre o litígio das terras de Pertininga e Imboy (Piratininga e Imbuhy) demonstra um marido preocupado em defender os interesses de sua mulher. Dois anos depois, em 1851, ela ficou viúva. Segundo relatos locais, seu marido teria sido envenenado por Caio.

Com a morte do marido, com uma filha ainda muito pequena, talvez D. Delphina tenha perdido um pouco de força e a causa ficou por anos parada.

No ano seguinte, os relatos das férias do Visconde de Taunay, em Jurujuba, Niterói- RJ são reveladores da vida e do cotidiano dos pescadores que habitavam a região:

Em meados de 1852, fomos passar boa **temporada na Jurujuba**, para lá da baía do Rio de Janeiro, por **de trás do maciço rochoso da Fortaleza de Santa Cruz**, um dos mais pitorescos locais da baía, que os tem tanto e tão variados. (...)

Tenho bem vivas as amenas perspectivas que se desfrutavam de diversos pontos da **casa da Jurujuba**, edificada no alto de suave outeiro, já sobre o **grosso da povoaçãozinha à esquerda**, já sobre a praia da frente, no nosso porto de desembarque, já sobre a praia da igreja, **por onde se ia à praia de Fora**, isto é, à orla do mar alto, fora da Barra. (...)

“Outro divertimento era apanharmos conchas e por isto intituláramos praia das conchas, uma **abrazinha dominada por cabana de esfarrapados pescadores e andrajosas mulheres, onde as havia comumente bem bonitas e não muito estragadas**. (...) (MEDEIROS, 2005, p. 34-36)

O trecho menciona como referência a Praia de Fora e fala numa uma povoaçãozinha. Sabe-se que a Praia de Fora é vizinha da Praia do Imbuhy. É possível que a “*abrazinha dominada por cabana de esfarrapados pescadores e andrajosas mulheres, onde as havia comumente bem bonitas e não muito estragadas. (...)*” seja uma referência à comunidade, como bem observou Nunes (2017, p.29-30).

Cinco anos depois do falecimento do marido da D. Delphina a ação de terras movida entre os Sotero Caio Monteiro e Felipe Barbosa da Fonseca, de 1945, foi citada na parte jurídica do Jornal do Commercio (RJ) por encontrar-se, assim como tantas outras apresentadas à Secretaria de Relação do Rio de Janeiro no referido ano, com o andamento paralizado por falta de pagamento de preparo:

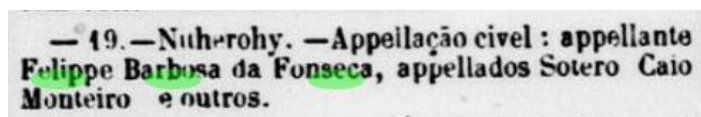


Figura 31: Jornal do Commercio (RJ). 1856, p.1.

Mesmo assim D. Delphina aparece, ao lado de Manoel Ferreira Monteiro e Sotero José Viçoso e filhos (ambos do Imbuhy) como proprietária de outras fábricas na Barra de Piratininga nos anos de 1868, 1869, 1870 e 1872, conforme registro abaixo:

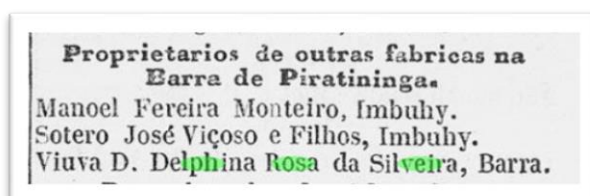


Figura 32: Proprietários de outras fábricas na Barra de Piratininga. Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1868, p. 59; 1869, p. 61; 1870, p.63; 1872, p.63

Em 1873, 1874 e 1875 além dos três proprietários citados aparece também Antônio Pedro Vicente.

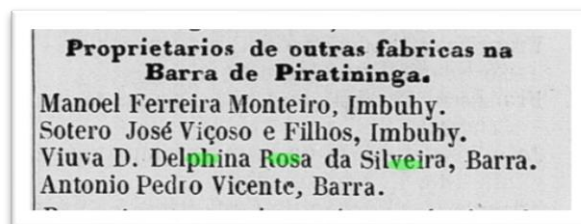


Figura 33: Proprietários de outras fábricas na Barra de Piratininga. Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1873, p. 94; 1874, p. 73; 1875, p. 62

Essa configuração vai se repetir em 1876 (p.42) e em 1877 (p.42-43). E em 1878 ainda se mantém, mas a propriedade de Sotero José Viçoso, antes dele e dos filhos passa a ser atribuída apenas aos seus herdeiros:

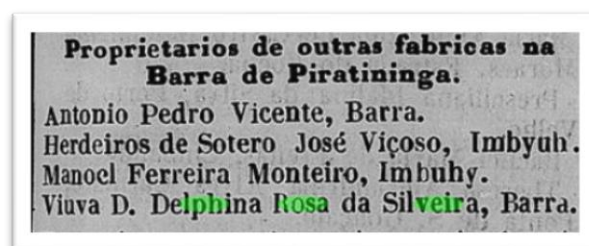


Figura 34: Proprietários de outras fábricas na Barra de Piratininga. Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1878, p. 45.

Há relatos dos moradores de que as fábricas citadas anualmente no Almanake Laemert (RJ) entre 1868 e 1878 seriam de sardinhas.

No ano seguinte, 1879 todos que constavam como proprietários de fábricas na Barra de Piratininga constam da lista de proprietários de canoas de rede alta:

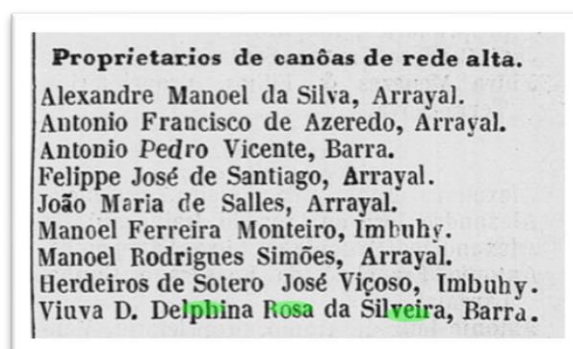


Figura 35: Proprietários de canoas de rede alta. Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1879, p. 49.

Um pouco antes desse registro de proprietários de canoas de rede alta é possível atestar a presença de antigos pescadores na área.

Como vimos, os mais abastardos da região passaram a investir em pesca. Isso demonstra que já havia uma dinâmica nesse sentido.

Barahona (2018, p.4) publicou uma interessante descoberta de sua pesquisa no jornal Correio Mercantil, que considerou, a respeito de um episódio de ressaca, o depoimento dos que foram denominados como “velhos pescadores”, apontando para sua experiência na região no ano de 1865:

No dia 9 de agosto de 1865 houve uma ressaca tão intensa no litoral fluminense que as ondas invadiram as residências situadas na praia da enseada do Imbuhy e destruíram a armação, levando consigo para o mar diversos gêneros e parte das paredes das casas. Era o que noticiava o Correio Mercantil de domingo, dia 13 de agosto de 1865, edição nº 221, página 2. A ponte de ferro construída no forte D. Pedro II foi arrancada pela força das ondas e desapareceu no mar, o mesmo ocorrendo com parte da cantaria que estava empilhada destinada à construção em andamento. **O dado mais significativo é que este mesmo jornal já dava conta da presença dos “velhos pescadores” que naquela época há muito viviam da Aldeia Imbuhy, dos quais descendem os atuais moradores daquela comunidade. Diz o periódico: “Segundo nos informão, dizem os velhos pescadores daquela localidade que nunca presenciáram tão grande resaca”.** (grifo nosso)

Ao que tudo indica não havia só pescadores na Aldeia Imbuhy, havia também negociantes e escravos (e inclusive escravos pescadores), o que reforça que a área já era ocupada é justamente a dinâmica de negociações. Aliás é esse exatamente o termo usado no Almanake Laemmert (RJ) em 1865 e em 1866 para denominar Manoel Ferreira Monteiro, compondo a lista dos negociantes antes de ser citado como proprietário de fábrica:

Negociantes.	
Bernardino Antonio Ribeiro, dito dito.	
Fortunata Antonia de Souza e Silva.	
Francisco Antonio de Azeredo, sec. e molh.	
João Baptista da Costa, dito dito e fazendas.	
João Maria de Salles, seccos e molhados, fazendas, etc., e padaria.	
João José da Costa Rabello, sec. e molhados.	
João da Silva Machado Guimarães.	
José Ferreira Fraga.	
José dos Santos Bastos, dito dito.	
Manoel Caetano de Almeida, dito dito.	
Manoel Ferreira Monteiro.	
Manoel Luiz dos Santos.	

Figura 36: Negociantes. Almanake Laemmert (RJ). 1865, p.81

Negociantes.
Bernardino Antonio Ribeiro, dito dito.
Fortunata Antonia de Souza e Silva.
Francisco Antonio de Azeredo, sec. e molh.
João Baptista da Costa, dito dito e fazendas.
João Maria de Salles, seccos e molhados, fazendas, etc., e padaria.
João José da Costa Rabello, sec. e molhados.
João da Silva Machado Guimarães.
José Ferreira Fraga.
José dos Santos Bastos, dito dito.
Manoel Caetano de Almeida, dito dito.
Manoel Ferreira Monteiro.
Manoel Luiz dos Santos.

Figura 37: Negociantes. Almanake Laemmert (RJ). 1866, p.82

Outro negociante que aparece no Imbuhy é o Hilario Antonio da Silva no ano de 1867.

Negociantes.
Antonio Duarte de Souza, seccos e molhados, Barra de Piratininga.
Bernardino Antonio Ribeiro, dito dito e fazendas, Engenho do Matto.
Domingos Lopes de Freitas, seccos e molhados, Barra de Piratininga.
Drumond Luiz do Valle, dito dito, e fazendas, Itaipu-assú.
Fortunato Ribeiro Guimarães, seccos e molhados, Barra de Piratininga.
Hilario Antonio da Silva, dito dito, Imbuhy.
João Baptista da Costa, dito dito, Fonte.

Figura 38: Negociantes. Almanake Laemmert (RJ). 1867

Em 1872 temos ainda outro negociante na área: Antonio Camilo da Silva.

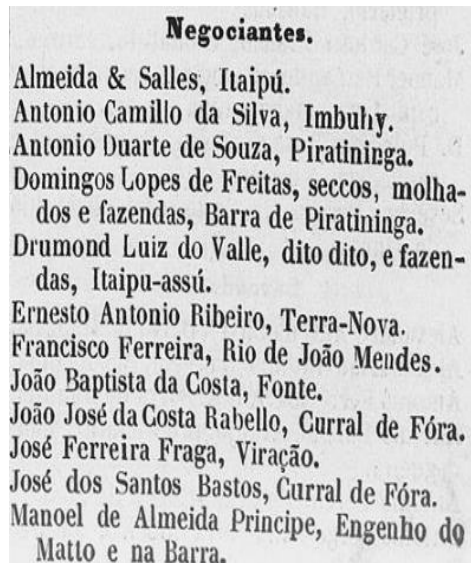


Figura 39: Negociantes. Sra.e Laemmert (RJ). 1872.

A edição do mesmo ano do Almanake Laemmert aponta que a pesca era o meio pelo qual a população pobre poderia amenizar a fome:

Existem na freguezia estas duas lagôas, que abundão em peixe e camarões, nas quaes pescão immensas rêdes e canôas mediante um subido arrendamento e expressa licença de seus proprietarios, visto que contra todo o direito ellas se chamão proprias, tendo aliás barra para o mar, donde provém a criação.

Nelas procurão os pobres, como um grande refugio á miseria, o pão com que matão a fome e cobrem a nudez de seus filhos, mas ai delles se furtivamente molhão a rede e pescão o peixe!

Fonte: Almanake Laemmert (RJ). 1872.

O trecho mostra a importância da pesca nas proximidades das lagoas, incluindo o Imbuhy.

Um documento que nos chamou a atenção durante a entrevista com a moradora Lucia Helena Costa Nogueira da Gama foi a certidão de venda de uma casa na área do Imbuhy em 1870.

(...) Escriptura de venda de uma situação e caza que faz Francisco da Chagas Telles, a Izaías da Silva Borges, pagaaquitaçãoaforma abaixo.

Sabiam quantos esta virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de **mil oitocentos e setenta aos vinte e trez dias do mez de Agosto, nesta Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Jurujuba**, em meu cartório comparecerão justos e contratados como outorgante vendedor Francisco da Chagas Telles, e como outorgado Comprador izaia da Silva Borges, todos moradores nesta Freguezia, reconhecidos pelos próprios das testemunhas abaixo nomeadas do que dou fé, em presença dos quaes pelo **outorgante foi dito que era legitimo Senhor de uma situação com caza e algumas bem feitorias nella existentes na Freguezia de Itaipú no lugar denominado Cova da Onça na Serra do imbuy, em terras arrendadas a Manoel Monteiro, de quem obteve licença para a dita venda; fazendo rumo com o Hospital Maritmo de Santa Izael, e lugar denominado Samanguáy, as quaes assim e da mesma forma em que as tens, e possui livres e desembaraçadas de qualquer encargo judicial disse tinha justo vendel-la como de facto vendido** o tem de hoje para sempre o outorgado comprador pela quantia de quatrocentos mil reis, que neste acto recebe do outorgado comprador em moeda corrente contou e achou certo do que dou fé, por isso lhe dava plena e geral quitação desta quantia para mais não lhes ser pedida por aí, seus herdeiros ou suscecores digo sucessores, para que gose, e possua como suas que são e ficarão sendo bem deste instrumento e da clausula constituinte transferindo desde já na pessoa do comprador todo domínio e posse que na dita situação, caza, e bemfeitorias tinha e poderão ter seus herdeiros, e sucessores, **e se obriga a fazer para sempre bôa firme, e valiosa a presente venda, a tirar a paz e a salvo ao outorgado comprador de qualquer duvida fuctura. E pelo outorgado foi dito que aceitava esta escriptura na forma que lhe era feita. Pagou vinte e quatromil reis de imposto pela compra que fez da situação caza, e benfeitorias como consta do conhecimento número quarenta de vinte e trez de agosto de mil oitocentos e setenta, na collectoria de vendas geraes de Nictheroy assignadopor Silva, e Castro Vianna. E assim justos e contratados me pedirão lhes fizesse esta escriptura, que lhes li, acitarão e assignarão com as testemunhas presentes perante mim Francisco Jorge Vidal, Escrivão- que escrevi; assignando o rogo do outorgante vendedor por não saber ler nem escrever Francisco Jorge de Carvalho e do outorgado comprador pela mesma razão de não saber ler nem escrever o Capitão Jorge Vidal, Como testemunhas Fortunato Ribeiro Guimarães João Pereira Caldas(...)**

Conforme trecho da escritura acima, a casa, com benfeitorias estaria sendo adquirida em propriedade arrendada a Manoel Monteiro, que não se opunha à venda da mesma, sob a condição de que o comprador se compromettesse a não incomodar o vendedor futuramente.

O documento do qual transcrevemos a informação acima é uma certidão, expedida pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em 1961, a pedido de Sylvio Braga e Costa, avô de Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama, moradora da casa 26, que consideramos como uma das líderes da localidade (vide ANEXO 8).

Segundo ela, o Sylvio, militar que teria adquirido a casa que o pai dele, Bonifácio Gomes da Costa, alugava de uma família antiga da região na época em que comandava o Forte, vivia em busca de documentação que comprovasse a ocupação da área no século XIX.

Essa preocupação testemunha a insegurança, existente mesmo antes do período militar.

Atentemo-nos aos dados que o documento transcrito acima fornece. Representando o vendedor, temos Francisco Jorge de Carvalho, mesmo nome que consta no registro de casamento da Dona Yayá. Entretanto, pelo ano em que foi realizada a transação de terras (1870), logo se percebe que se tratavam de duas pessoas diferentes.

O homem que representa o vendedor não pode ser confundido com o que veio a se casar com a Dona Yayá em 1893, aos trinta anos. O Registro do imóvel faz referência ao pai dele, que vinte e três anos depois da negociação veio a ser sogro da Dona Yayá. Os Almanake Laemmert, o aponta como proprietário e dono de pescaria de grande escala entre 1863 e 1876 na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vargem (Jurujuba), conforme pode ser visto no ANEXO 13.

A Sra. Iza, bisneta de Francisco Jorge de Carvalho, chegou a comentar em entrevista a respeito das terras da família do avô e padrinho, o marido da Dona Yayá, com quem conviveu bastante:

Autora: Eu já ouvi dizer que a Dona Yayá teria se casado com o líder dos pescadores local.

Iza: Era o rico da Jurujuba, que tinha até aquela pedreira que tinha ali na Jurujuba era da nossa família. Infelizmente queimou o cartório, que era em São Gonçalo, a documentação foi embora, não ligaram pra isso e continua a pedreira sendo usada né. E foram usando porque ela já estava embaixo. Ela era enorme, era cá na beirada da rua, da estrada.

Autora: Certo. E a pedreira agora é de quem?

Iza: Ah eu nem sei mais, já mudou mais de três...era aquelas barcas, barcatas que saiam levando pedra pro Rio, pra fazer as estradas do Rio, pra fazer tudo o que fazia no Rio levava pedra daqui da pedreira. Foi uma fortuna que a nossa família perdeu por ter acontecido esse incêndio no cartório.

Autora: Certo, bom eu ouvi falar desse incêndio por outras famílias também lá do Imbuhy. E eles dizem que não conseguiram mais encontrar a documentação, né.

Iza: É...

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

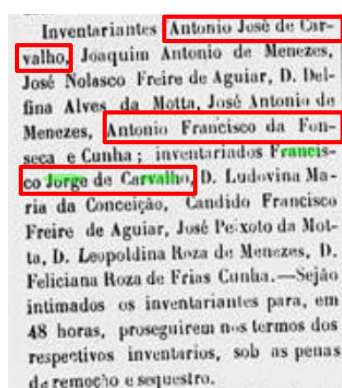
No mesmo período é possível perceber que a família Carvalho, a qual pertencia o marido da Dona Yayá, gozava de certa notoriedade na região, pois além de ele ter ficado conhecido como o líder dos pescadores locais, também Antônio José de Carvalho, Jorge José de Carvalho e Luiz José de Carvalho, desempenharam papéis de destaque na Freguesia (vide ANEXO 13).

Antônio José de Carvalho, proprietário da Vargem, é citado também como Subdelegado e Juiz de Paz entre 1863 e 1864. A partir de 1865 ele não mais aparece como Juiz de Paz, mas permanece como Subdelegado. Em 1869 deixa de ser também Subdelegado. Em 1871 volta a ocupar a função de Subdelegado, permanecendo assim em 1872. Em 1873 novamente deixa de ser Subdelegado, mas passa a ser Juiz de Paz de Jurujuba, permanecendo até 1876.

Jorge José de Carvalho e Luiz José de Carvalho exercem a função de Inspetores de Quarteirão entre 1865 e 1872.

Temos ainda registros que indicam que, entre 1874 e 1876 Hippolyto Rodrigues de Carvalho praticava a pesca em grande escala em Jurujuba (conforme ANEXO 13).

Em fevereiro de 1875 é certo que Francisco Jorge de Carvalho (sogro da Dona Yayá) já havia falecido, pois há um registro a respeito do seu inventário no periódico *A Pátria*⁴⁶: Folha da Província do Rio de Janeiro - RJ, em 25 de fev. de 1875, p.3. Trata-se de uma nota do Juízo de Direito da 2ª Vara, na qual documentou-se uma audiência, ocorrida dois dias antes, a respeito do inventário de bens. A mesma fixava o prazo de 48 horas para que o inventariante,⁴⁷ Antonio José de Carvalho, desse prosseguimento ao inventário do espólio⁴⁸ do inventariado⁴⁹ Francisco Jorge de Carvalho, o que indica o laço familiar. Abaixo trecho da referida nota.



Inventariantes Antonio José de Carvalho, Joaquim Antonio de Menezes, José Nolasco Freire de Aguiar, D. Delina Alves da Motta, José Antonio de Menezes, Antonio Francisco da Fonseca e Cunha; inventariados Francisco Jorge de Carvalho, D. Ludovina Maria da Conceição, Candido Francisco Freire de Aguiar, José Peixoto da Motta, D. Leopoldina Roza de Menezes, D. Feliciano Roza de Frias Cunha.—Sejam intimados os inventariantes para, em 48 horas, proseguirem nos termos dos respectivos inventários, sob as penas de remoção e sequestro.

Figura 40: Nota a respeito do inventário do Sr. Francisco Jorge de Carvalho. Jornal A Pátria, 1875, p.3.

⁴⁶De propriedade de Carlos Bernardino de Moura (redator e editor), publicado terças, quintas e sábados.

⁴⁷Pessoa responsável judicialmente pelo processo de inventário, no que tange à posse e à administração do patrimônio deixado pelo falecido (espólio), normalmente um entre os herdeiros.

⁴⁸Conjunto dos bens que integra o patrimônio do falecido e é o objeto em ação de inventário.

⁴⁹Termo utilizado no processo de inventário para fazer referência ao falecido. Seus bens serão partilhados entre os herdeiros.

Mesmo pertencendo a uma família de tradição pesqueira isso não imedeu que dez anos mais tarde, em 1885 o filho de mesmo nome, Francisco Jorge de Carvalho, então com cerca de 22 anos, fosse proprietário de um Botequim na rua Visconde do Rio Branco, 21 (vide ANEXO 14), conforme indicado no Almanake Laemmert (p.992). É importante salientar que muitas atividades podem ser exercidas de forma concomitante com a pesca e há casos em que a organização local ou a própria sazonalidade da reprodução das espécies impõe a necessidade de que a atividade seja intercalada e/ou complementada com outras.

Certamente se tratava daquele que veio a se tornar, sete anos depois, o marido da Dona Yayá e ficou conhecido como o líder dos pescadores local (vide registro de uma embarcação no ANEXO 15). Há relatos de que ele dividia a liderança com o morador Elói Meireles:

[...] ela veio a se casar com o líder dos pescadores, então foi assim mas já existia o líder, inclusive era o **Francisco Simas de Carvalho que tinha um... exercia uma liderança grande, dividia essa liderança com um outro que era o Elói Meireles, eram os dois e eles alternavam os dias que o grupo entrava no mar né**, e quando era um cardume muito grande, aí primeiro entrava aquele grupo que tava previsto pra aquele dia e depois o outro poderia... tem um termo lá dentro que os pescadores usam pra pegar tipo a rebarba né, pegar o que sobra quando o pescado era grande, é interessante a história da Aldeia como uma Aldeia de pescadores.

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58anos.
Entrevista realizada em 27/02/2018.

Ao mencionar o marido da Dona Yayá, a Sra Lucia Helena se referiu a Francisco Simas de Carvalho. Simas era o sobrenome do pai da Dona Yayá. O Marido dela assinava Francisco Bessa de Carvalho, Francisco Jorge Bessa de Carvalho ou ainda Francisco Jorge de Carvalho.

Outro registro que nos chamou a atenção foi uma certidão, também requerida por Sylvio Braga e Costa ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em 1961 e cedida por sua neta, Lúcia Helena. Ela documenta a compra e venda de um escravo pescador na Aldeia Imbuhy no ano de 1874, cujo proprietário era Manoel Ferreira Monteiro, que, conforme vimos, em 1870 aparece como arrendatário na certidão de

venda de uma casa na área do Imbuhy e em 1865 e 1866 como negociante. Abaixo destacamos um trecho da certidão da referida negociação (vide ANEXO 7):

“Escriptura de venda de escravo que fez Manoel Ferreira Monteiro à José Marianno da Silva paga e quitação na forma abaixo. Sabião quantos estavirem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e quatro aos vinte e um dias do mês de Fevereiro n’esta Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Jurujuba em meu Cartorio **compareceo justos e contratados como outorgante vendedor Manoel Ferreira Monteiro morador no lugar denominado Imbuim Freguezia de Itaipú, e como outorgado comprador José Marianno da Silva morador na Jurujuba freguezia do mesmo nome**, pessoas reconhecidas de mim Escrivão e das duas testemunhas abaixo assignadas do que dou fe, perante as quaes pelo outorgante foi dito que era legitimo Senhor e possuidor do **escravo de nome Silvino pardo de trinta e oito annos de idade solteiro Pescador** o qual faz parte dos bens por este outorgante hypothecados ao Coronel Francisco Antonio de Almeida cuja venda faz com o consentimento do referido credor hypothecario, por essa forma livre e desembaraçado de qualquer encargo judicial, com todos os achaques novos e velhos disse tinha justo vendel-o como facto vendido tem de hoje para sempre do outorgado comprador pela **quantia de um conto e novecentos mil reis** [...]. Escriptura de Venda de Escravo (1874). Grifonosso.

De acordo com os registros acima, Manoel Ferreira Monteiro passa de negociante entre 1865 e 1866 a proprietário de fábrica, atividade que desenvolveu entre 1868 e 1878. Entre esse período, em 1874 a certidão cedida pela moradora Lúcia Helena Nogueira da Gama indica que ele era possuidor de escravos, conforme é possível supor a partir do documento de venda de um escravo pescador. E posteriormente, em 1879, consta como proprietários de canoas de rede alta,

Exceto a função de negociante, Sotero José Viçoso e a viúva D. Delphina Rosa da Silveira seguiram a mesma trajetória do Manoel, inclusive também consta a posse da viúva sobre um escravo.

Esses registros comprovam que no século XIX proprietários de terras, possuidores de escravos do Imbuhy passaram a investir em barcos para explorar a pesca na região. A esses “donos de pescaria” correspondia uma mão de obra necessária. Fosse ela escrava ou livre não é muito difícil de concluir que havia uma comunidade habitando a área.

Abaixo temos a imagem de uma Palhoça de negros na Aldeia Imbuhy, datada de cerca de 1885. Embora o fotógrafo não esteja identificado, pelas características

da fotografia⁵⁰ e tipo de cartão utilizado (dimensões e tonalidade), especialistas em organização de leilões atribuem a autoria a Marc Ferrez (1843-1923).



Figura 41: Negerhütte bei Fort Imbuhy (Cabana de Negros junto ao Forte Imbuhy). Autor desconhecido. 1885. (circa).

No ano seguinte, tanto o Jornal O Fluminense quanto O Diário de Notícias, noticiaram a propriedade de Manoel Ferreira Monteiro sobre um escravo doméstico idoso.

⁵⁰Essa fotografia tem circulado nas redes sociais. Ela foi postada no grupo Era uma vez Nictheroy no dia 30 de maio de 2020. Ao pesquisar a fonte, identificamos que havia sido anunciada num leilão de fotos antigas em 2016. O leiloeiro e ele não se opôs a sua utilização em publicação acadêmica. Como o possível autor tem mais de 70 anos de falecido, a imagem passa automaticamente para o domínio público.

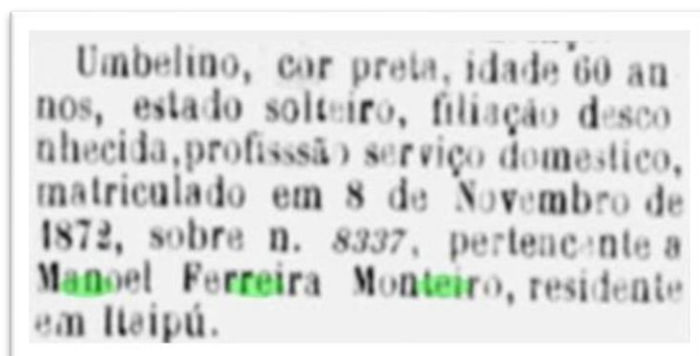


Figura 42 Propriedade de Escravo. Fonte: Jornal O Fluminense. 1886

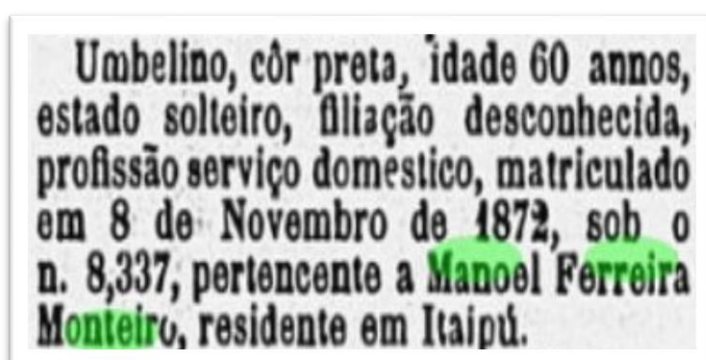


Figura 43: Propriedade de Escravo. Fonte: Jornal Diario de Noticias. 1886

Conforme foi visto, Manoel Ferreira Monteiro foi identificado como negociante (1865 e 1866), como arrendatário de uma área no Imbuhy (1870), como proprietário de fábrica na localidade (anualmente entre 1872 e 1878), proprietário de escravos, entre eles um pescador (1874), e dono de grandes redes e barcos (1879).

As fontes de consulta apresentadas, comprovam que a área, conforme nos coloca Motta (2015) não estava desabitada no século XIX, quando já havia uma dinâmica ligada à pesca e ao comércio na região. Nesse sentido, os líderes comunitários apontam que no passado a população da Aldeia era bem maior do que recentemente.

O isolamento, segundo Casadei (1971, p. 19), contribuía, para que a região fosse favorável ao desembarque clandestino de negros vindos da África.

Mas, com a abolição da escravidão, de 1888, onde iam morar e trabalhar os escravos da região, já que como sabemos, o Estado não proviu nem moradia nem trabalho para reintegrá-los à sociedade em sua nova condição, num momento tão fundamental da mão de obra?

A obra *A missão do Cruzador José Bonifácio* (1919-1923) nada relata sobre essa comunidade, mas durante a empreitada, a Marinha tutelou os pescadores, o que indiretamente pode ter fortalecido a comunidade e contribuído para que as pessoas continuassem a se estabelecer na área e a praticar a atividade. Não é possível dar conta dessa questão da influência que pode ter exercido a Marinha a respeito das áreas pesqueiras. Isso merece uma outra pesquisa, mas não poderíamos deixar de citá-la.

Entre as estratégias de luta por parte da comunidade para manter a ocupação está a autodenominação, reconhecida pela Convenção 169, que legitima a livre identificação do grupo. O reconhecimento dos pescadores como tradicionais poderia garantir, de acordo com Chaves (2011,p.153) “uma proteção jurídica ao grupo, proteção esta que pode se estender à sua área de atuação”, permitindo buscar apoio na lei de comunidades tradicionais. O único problema, para o caso da comunidade Aldeia Imbuhy é que, de acordo com relatos dos líderes locais, a comunidade encolheu muito ao longo dos anos com as pressões. Além disso, elas teriam conduzido também a uma grande modificação das atividades praticadas pelos moradores. Sua composição antes da remoção era de uma minoria de pescadores de fato, mas a grande parte se constituía de descendentes de pescadores que herdaram a moradia e a condição de comunidade pesqueira, atividade que complementava a renda em muitos casos. Só para exemplificar, considerando do total de 32 famílias, as 19 que entraram com ação de interdito proibitório contra o Exército na década de 1990, apenas um dos autores se declarou como Pescador, dois como Militares, sete como Aposentados, duas como “Do Lar”, um como Vigilante, um como Taxista, dois como Técnicos, um como Autônomo, um como Pensionista e um como Funcionário Público, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 2. Nome, ocupação declarada e localização de moradia dos moradores da Aldeia Imbuhy.

	Nome	Ocupação Declarada	Casa
1	Antônio da Silva	Militar	22
2	Ailton Nunes Navega Junior	Aposentado	9
3	Carlos Augusto de Oliveira Carvalho	Vigilante	18
4	Claudio Gomes de Carvalho	Aposentado	11
5	Flávio Alexandrino	Taxista	6
6	Francisco de Paula Castro	Pescador	15
7	Joaninha Rodrigues de Figueiredo	Do lar	3
8	Silvia Carvalho dos Santos	Aposentada	12
9	Jorge da Costa Carvalho	Técnico em eletrônica	10
10	Luiz Henrique de Castro	Técnico em manutenção	5-A
11	Marcio Capanedo de Carvalho	Autônomo	11-A
12	Maria da Cruz Castro Soares	Aposentada	16
13	Mário Siqueira Madureira	Aposentado	31
14	Paulo Cezar Carneiro de Lucena	Militar	19
15	Roseni Alves Correa	Pensionista	13
16	Waldemiro Campos Correa Filho	Funcionário Público	2
17	Teolinda Ozier Leal Barbosa	Do lar	24
18	Waldir Simas de Carvalho	Aposentado	27
19	Zinah Viçoso da Silva	Aposentada	14

LEGENDA: OCUPAÇÃO X GERAÇÃO/ COMPLEMENTO DE RENDA X ORIGEM FAMILIAR

26,3%	Associada a Militar ou Funcionário Civil do Exército
52,6%	Associada a Pesca
21,1%	Outras atividades

Fonte: Processo Judicial e relatos orais dos moradores. Elaborado pela autora.

Segundo Ailton Navega, Presidente da Associação de Moradores local, independente da ocupação declarada, a maior parte dos habitantes da Aldeia Imbuhy pescava.

Depois de averiguada, esta informação passa a fazer sentido, pois num universo de dezenove famílias, no qual aparentemente só havia um autor que dependia da pesca, na verdade nove eram descendentes de pescadores, dependiam total ou parcialmente da pesca, estavam associados a conjuge que possuía essa condição ou tinham filhos que dependiam da atividade para sobreviver. Alguns se enquadravam em mais de uma das opções citadas.

O mesmo ocorreu com os moradores que se autodeclararam Militares ou Servidores Civis do Exército e seus beneficiários, que aparentemente eram dois autores. Mas alguns que se declararam como Aposentados, outros como Pensionistas ou ainda “Do Lar” faziam parte desse grupo, então esse número subiu para cinco.

As cores da tabela e a legenda se referem aos números que estão por trás da autodeclaração dos moradores.

Mais da metade da amostra possui algum vínculo com a pesca, pouco mais de ¼ está associada ao Exército, seja como militar ou funcionário civil e o restante, correspondente a pouco mais de 1/5 é composto por pessoas empregadas em seguimentos diversos.

Com instalação do Forte sobre um rochedo, na ponta do Imbuhy, pouco a pouco a comunidade, estabelecida na praia de mesmo nome, foi se subordinando a ele.

Em 1864 Mattos (p. 10-11)⁵¹ afirmou: *“sobre o rochedo de Imbuhy esta sendo erigida uma fortificação permanente, em observância ao disposto no aviso do ministerio da guerra de 21 de Novembro do anno proximo passado.”*

Com o aumento das pressões internas, a partir da década de 1990 a comunidade lutava para comprovar que não estava encravada dentro de um forte militar, já que seus antepassados teriam se estabelecido primeiro na área.

Nesse sentido, Catroga (2015, p.23-24) afirma que *“A memória poderá desempenhar sua função social através de liturgias próprias, centradas em suscitações que só os traços-vestígios do que já não existe são capazes de provocar.”*

Esse território, conservava muito mais na memória do que na prática, o que os moradores reivindicavam como suas tradições, ligadas tanto às atividades pesqueiras quanto ao fato de ali ter vivido a bordadeira da primeira bandeira do Brasil republicano, Flora Simas de Carvalho, a DonaYayá.

Santos (1986, p.6)⁵² alerta para *“a articulação entre o tema da memória e história e a questão do imaginário nacional, já que a memória aparece, no campo da*

⁵¹ MATTOS, José Mariano de. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Segunda Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1864.

⁵² SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, história, nação: propondo questões. In: Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 87:5/13, out.-dez. 1986.

história, frequentemente vinculada ao conceito de nação e dos seus derivados.”

A bordadeira vinha a ser também a esposa do líder dos pescadores local e antecedente direto de algumas das famílias que viviam na área e foram removidas.

Além disso, ela possuía ligações com militares e seria capaz de rerepresentar toda a diversidade do complexo universo existente na área.

Para Rafestin; Bresso (1982, p. 188) a tradição é mobilizada pelo trabalho. Considerando essa definição, e sabendo que poucos foram os pescadores que resistiram às pressões e permaneceram na Aldeia não é difícil deduzir que muito dela já havia se perdido.

Para Hobsbawn (2002, p.16) não é preciso recuperar nem inventar tradições quando os velhos costumes ainda se conservam. Por outro lado, há adaptação quando é necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. (p.13).

A consciência da ruptura do passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda a memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p.7)

Nas sociedades tradicionais, conhecimentos e práticas se confundem na vida cotidiana.

Os autores entendem a tradição como fruto das experiências, desenhadas a partir de repetidas tentativas, marcadas por falhas e acertos em relação ao objetivo, o que gera um conhecimento que é memorizado, acumulado e transmitido. (RAFESTIN; BRESSO, 1982, p.187)

Hobsbawm (2002) diferencia “tradição” e “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”.

O objetivo e a característica das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O costume, nas sociedades tradicionais, tem dupla função, de motor e volante. Não impede inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à

inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história. (HOBSEBAWM, 2002, p.10).

Optamos por seguir a definição acima e nos referir às práticas voltadas para o modo de vida local como “costumes”, o que não altera o direito da comunidade de se autodenominar como tradicional.

O fato de o autor diferenciar costume e tradição não quer dizer que não tenham uma estreita relação, pois o mesmo coloca ainda que “*a decadência do costume inevitavelmente modifica a tradição a qual ele geralmente está associado*” (HOBSEBAWM, 2002, p.10). Ou seja, a tradição pode ir morrendo aos poucos, dia após dia. No caso dessa comunidade os moradores atribuem as mudanças no modo de vida às pressões vividas no cotidiano que foram aos poucos impactando a atividade pesqueira e encolhendo a comunidade.

Mas voltando ao território, através da compreensão do costume como expressão do direito adquirido na prática, ainda sem sair dos domínios da história: *Os estudiosos dos movimentos camponeses sabem que quando numa aldeia se reivindicam terras ou direitos comuns “com base em costumes de tempos imemoriais” o que expressa não é um fato histórico, mas o equilíbrio de forças na luta constante da aldeia contra os senhores de terra ou contra outras aldeias. [Grifo nosso] (HOBSEBAWM, 2002, p.10).*

De acordo como trecho acima os moradores se referem aos costumes do passado não para valorizá-los, mas para referenciá-los no tempo como forma de demonstrar sua legitimidade, buscando evidenciar que venceram, uma a uma, as disputas travadas pelo território, o que, de certa forma, os empoderava. Ou seja, apontam também para a própria capacidade de resistência e permanência (perenidade).

A crise do modo de vida dos moradores não se deu de uma hora para a outra, mas foi marcada legalmente pela disputa judicial contra a União, o que estimulou o resgate da sua memória coletiva.

Na atualidade vem crescendo o número de minorias que querem ser representadas. O direito ao reconhecimento das comunidades tradicionais também aparece na Constituição de 1988. É garantido aos povos e comunidades tradicionais o direito a seus territórios. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto 6.040, de 7 de Fevereiro

de 2007, permite a autodeclaração desses grupos culturalmente diferenciados, os chamados Povos e Comunidades Tradicionais, porém não são mencionadas especificamente nesta categoria as comunidades pesqueiras: *VI - reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos.*

Em entrevista concedida em 2018, a moradora Lúcia, cuja casa já havia sido removida, falou sobre o tipo de tratamento dado à causa dos moradores do Imbuhy, enquanto comunidade tradicional:

Autora: E essa história de pescadores da Aldeia Imbuhy como uma comunidade tradicional, como uma comunidade de pescadores, você acha que isso pode ajudar no processo?

Lucia: Eu acho...

Autora: Pra que essas outras famílias permaneçam?

Lucia: Eu acho que já ajudou muito porque o Ministério Público e a própria Defensoria entrou em função disso, o Ministério Público ele foi designado procurador né. E ele foi designado pela 6ª Câmara de Brasília lá do Ministério Público pra... foi designado pra tratar dessa questão por se tratar de uma comunidade tradicional, por já ter sido e... por... ter sido oficializada essa condição da Aldeia como uma Aldeia de pescadores tradicional. Se não tivesse essa comprovação tá, eles não teriam tido esse comprometimento.

Autora: Entendi.

Lucia: Dessa causa né, porque a 6ª Câmara trata dos quilombolas, indígenas, das questões ligadas ao direitos humanos e as questões das comunidades tradicionais, por isso eu acho que teve um outro foco, um outro enfoque né.

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58 anos.

Entrevista realizada em 27/02/2018.

Embora pescador artesanal seja uma categoria específica de trabalhadores, detentora dos próprios meios de produção, pode-se traçar um paralelo com o que, segundo Hobsbawm (2002, p.10), sabem os estudiosos do movimento operário inglês a respeito da luta dos trabalhadores pelos direitos: *o “costume da classe” ou da profissão pode representar não uma tradição antiga, mas qualquer direito, mesmo recente, adquirido na prática que eles agora procuram ampliar e defender através da sanção de perenidade.*

Para além do ambiente das fábricas, a afirmativa acima, mesmo aplicada a outros contextos, pode servir para entendermos os direitos relacionados à atividade que os moradores da Aldeia afirmavam possuir pela sua prática desde tempos imemoriais – ou melhor dizendo, através dos costumes, como no caso dos pescadores – e reafirmar sua legitimidade em defendê-los.

Porém, em se tratando de uma comunidade que se reconhece e identifica como tradicional, em parte por conta de um passado bastante marcado pela pesca, apesar de nos últimos tempos ela não ter sido a única atividade desempenhada pelos moradores, não é usual denominar uma comunidade como parcialmente pesqueira, embora os costumes e a tradição estivessem se perdendo. Então podemos considerar como legítimo o seu auto-reconhecimento como tradicional pela atividade.

Os moradores reivindicaram o título de comunidade tradicional, ancorado tanto na face pesqueira da Aldeia Imbuhy, quanto naquela voltada para a história do Brasil, apesar de a pesca, segundo eles mesmos, nos últimos anos já não ter total peso no orçamento doméstico da maioria, pois as pressões vividas no seio do quartel teriam feito com que muitos pescadores buscassem outras atividades, ou até migrassem para outras áreas, o que não quer dizer que a pesca tenha deixado de complementar o orçamento.

Para aqueles que exercem atividades extrativistas são os recursos que delimitam o território, imprimindo indiretamente um outro tipo de poder, o da reprodução de si, da família e, em última análise, da comunidade, já que a pesca é uma atividade que se realiza em colaboração/parceria.

A pesca, na modalidade artesanal, é uma atividade antiga, transmitida de geração em geração, que envolve práticas e um modo de vida específico, que não dissocia habitação e trabalho e não obedece à lógica do capital, podendo ser abarcada pelo direito recentemente reconhecido na lei citada acima,

Acontece que para isso seria preciso considerar a comunidade como remanescente de pequenos produtores de pescado, ampliando a condição de descendente de pescadores artesanais aos que nela recentemente viviam, em defesa de um direito atrelado ao passado, pois é nele que está contida a noção de continuidade que justifica perpetuar o que foi, por muitas vezes, abalado por fatores externos, mas mesmo assim alguns moradores resistiram.

A partir dessa legislação, associada à pesca, à Dona Yayá, à antiguidade da ocupação e à singularidade da história local, os moradores da Aldeia Imbuhy conseguiram o seu reconhecimento como Comunidade tradicional pela Prefeitura de Niterói.

A Lei Municipal nº 3.140, de 20 de maio de 2015 *dispõe sobre o Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico, histórico e etnográfico da Aldeia Imbuhy*, com base nas manifestações favoráveis da Secretaria Municipal de

Cultura e no apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), na figura da Professora Dr.^a Márcia Motta, reconhecendo os moradores da Aldeia como comunidade tradicional.

No entanto, esse tipo de medida de preservação do patrimônio cultural e histórico não interfere diretamente no direito de propriedade, que no caso do Imbuhy, continuava a pertencer à União.

A remoção das famílias, resultou na demolição das habitações tombadas, sem reversão em qualquer tipo de indenização por parte da União aos moradores, já que pela Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 não há possibilidade de indenização sobre reintegração de terras da União. A mesma lei também estabelece que os bens imóveis da União não estão sujeitos a Usucapião.

Segundo Ailton, aos moradores que não tinham para onde ir ainda não tinha nem mesmo sido oferecido pela Prefeitura de Niterói o aluguel social.

Autora: Mas para onde essas pessoas foram? Esses removidos, eles estão agora em algum abrigo, eles estão recebendo aluguel social ou não, recebendo algum tipo de ajuda ou cada um foi para uma determinada área, cada um se virando do jeito que pode?

Ailton: Cada um teve que se virar como pôde né. Quem não tinha lugar para ir, formaram um grupo e foram para a frente da prefeitura né. Estacionaram os caminhões em frente à prefeitura e ficaram negociando lá e parece que conseguiram um abrigo em Teixeira de Freitas, um prédio lá da prefeitura. Ficaram lá um tempo e depois a Prefeitura achou melhor retirá-los de lá por conflito mesmo, de discussão..., dos próprios que estavam frequentando. E quanto a aluguel social a prefeitura sempre falou que nós não nos enquadraríamos nessa parte aí, tá. E que ele ia... o prefeito ficou de..., eu tive várias vezes com o prefeito, tivemos várias reuniões com o Leonardo Jordano e o prefeito e ele ficou de colocar a gente numa... tipo uma ajuda de custo. Só que a gente faz, cada reunião que a gente faz eles pedem um cadastramento, a gente entrega na mão deles. Aí quando a gente cobra: ah isso e aquilo. Sabe como que é a política também né, é um jogo de empurra, né cara. Eles têm dinheiro pra fazer uma transoceânica, essa quantidade de grana que eles estão acontecendo aqui, mas dar um teto, uma ajuda de custo pra uma pessoa que..., onde a prefeitura reconheceu como comunidade tradicional, não abre a mão entendeu, não dá essa ajuda de custos. E agora parece que o Wilian Douglas pediu novamente pra ela se posicionar com relação a essa ajuda de custos.

Alguns moradores ainda estão na justiça tentando algum tipo de indenização referente às construções, ou seja, a disputa ainda não acabou, mas trata-se de uma briga com a União.

Na beira da praia ainda era possível observar até bem pouco tempo os barcos e equipamentos de pesca dos moradores que ainda resistiam, conforme a fotografia de data desconhecida abaixo, mas já colorida sugere.



Figura 44: Pescadores na Aldeia Imbuhy. S/d. Fonte: Cedida por Marcelo de Carvalho.

Na fotografia acima temos em primeiro plano Waldir Carvalho (segurando a tainha) e sua esposa Vera, acompanhados de filhos e outros moradores do Imbuhy.



Figura 45: Pescadores na Aldeia Imbuhy. S/d. Fonte: Cedida por Marcelo de Carvalho.

Na fotografia mais recente acima temos em primeiro plano Fabiano (esquerda) e Alloan (direita), filhos da Mara Neuza Carvalho e do Waldir Carvalho respectivamente e, ao centro, segurando o peixe.

Os registros apresentados acima são indícios da antiguidade da atividade pesqueira na localidade.

Esses registros de atividades locais evidenciam que havia famílias e uma dinâmica de ocupação na área.

4. A METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL, OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ASSOCIADOS E O CAMINHO EFETIVAMENTE PERCORRIDO.

A metodologia nada mais é do que um conjunto de procedimentos articulados entre si visando obter resultados confiáveis que nos permitam produzir conhecimento.

O cerne da pesquisa está concentrado neste capítulo, pois é ao longo dele que se pretende reconstruir o caminho metodológico que nos permitiu dar conta do objeto de análise: narrativas que expressam o fortalecimento da figura de Dona Yayá a partir da década de 1990, quando se acirra a disputa por uma área ocupada por pescadores artesanais há mais de um século, a Aldeia Imbuhy.

O objeto infere como principais conceitos a serem trabalhados neste capítulo memória e identidade e como metodologia para dar conta das narrativas a história oral. As narrativas orais, em forma de entrevistas, nos aproximam mais da história oral, mas há também as escritas, que foram sendo geradas ao longo do tempo a partir de relatos orais, tais como as notícias de Jornais, que muitas vezes surgiram nos depoimentos.

Baliza o desenvolvimento do capítulo o interesse pelo papel de determinados mecanismos ideológicos e simbólicos, ancorados na experiência cotidiana e na memória, que produzem e reproduzem, principalmente via oralidade, a identidade social dos moradores da comunidade em questão, carregada de subjetividade.

Sobre a questão da subjetividade Meihy (1998, p.42) afirma que *“todo o trabalho de história oral traduz uma vontade de esclarecimento de situações objetivas ou subjetivas. De qualquer forma será sempre uma versão dos fatos acompanhada de um juízo de valor”*.

Quanto ao papel dos mecanismos ideológicos e simbólicos que nos interessam Alberti (2005, p.13) considera *a possibilidade de reconstruir a História através de suas múltiplas versões; captar a lógica e o resultado das ações através de seu significado expresso na linguagem do ator; ou seja, desvendar o jogo complexo das ideologias com a ajuda dos instrumentos que nos são oferecidos pela própria ideologia*.

A História Oral possui a capacidade de gerar, sob a intervenção do pesquisador, documentos que falem por si, pois os depoimentos, depois de transcritos e tratados passam a fontes de pesquisa que independem de comprovação, porém é bastante comum o entrevistado embasar sua fala em documentos escritos (publicações, registros, notícias de jornais) e fotografias. Aliás, tanto ao longo da pesquisa prévia quanto durante o processo de entrevistas foram surgindo muitos deles. Nem sempre os detentores dessas

fontes estavam cotados para as entrevistas, alguns, por algum motivo, nem tinham interesse em aparecer, porém queriam que os documentos ganhassem visibilidade.

Esse material não foi usado somente para cumprir o papel de comprovação, conforme intenção dos entrevistados. Escolhemos destaca-lo, até mesmo pela impossibilidade de realizar entrevistas com representantes dos dois lados da disputa, buscando um equilíbrio.

4.1. História Oral.

Quer se ressaltem o papel documental das “fontes orais”, os procedimentos biográfico e autobiográfico, a função do testemunho, os mecanismos da memória, será que mesmo assim a história oral não poderá ser definida como um “corte epistemológico”? (FERREIRA, 1994, p.40)

Embora a condição para a existência da história oral seja o depoimento gravado, trata-se de um procedimento premeditado, que produz documentação e possui interesses e comprometimentos distintos daquele puramente jornalístico.

Para dar conta da análise dos documentos produzidos via História Oral selecionamos obras de autores como José Carlos Sebe Bom Meihy, Verena Alberti, Marieta de Moraes Ferreira, Fernando Catroga, Yonne GROSSI e Amauri FERREIRA.

A história oral foi uma das metodologias escolhidas para esse trabalho justamente por permitir concretizar projetos que não se enquadram na lógica plana do racionalismo, possibilitando entendimento de aspectos da realidade que, apesar de subjetivos, não podem ser desconsiderados. Não devemos admitir que objetos subjetivos como o que estudamos, sejam “*filtrados por racionalismos, objetividades e neutralidades esfriadas pelas versões oficiais ou dificultadas pela lógica da documentação escrita que encerra um código diverso do oral.*” (MEIHY, 1998, p.21). Isso porque buscamos “*o entendimento de experiências que, de regra, não caberiam nas lógicas de pesquisas comuns.*” (Ibidem, p.26).

Nesse sentido, de acordo com Ferreira (1994, p.23), a História Oral apresentou-se como uma contra-história oficial, uma história “vista de baixo”, uma *contra-história operando uma inversão historiográfica radical, tanto do ponto de vista dos objetos como dos métodos. História vista de baixo, história do local e do comunitário, história dos humildes e dos sem-história, tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou (...)*

Alberti (2012, p.13), como muitos historiadores, evita os termos “versão oficial”

ou “história oficial”, de todo o modo, para ela a história oral garante a possibilidade de reconstruir a história através de suas múltiplas versões.

“A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. Isso pressupõe que essa versão e a comparação entre as diferentes versões tenham passado a ser relevantes para estudos na área de ciências humanas. Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, de tomar as formas como o passado é aprendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações”. (ALBERTI, 2012, p.19).

Ela considera, para a compreensão do coletivo e construção da versão do grupo, a comparação dos relatos das experiências particulares, repetidas de diversas formas nos diferentes depoimentos.

Meihy (1998, p.15) concebe a história oral como uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e cartorial. Segundo ele, questionada, a partir da história oral, a documentação deixa de ser “letra morta” e passa a ter sentido, tornando-se capaz de explicar aspectos da sociedade presente.

A respeito das tendências da história contemporânea a história oral constitui parte integrante do debate sobre a função do conhecimento histórico e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais, portanto considera “*as interpretações próprias variadas e não oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea*”. (Ibidem, p. 11-13).

Apesar disso, a objetividade das fontes produzidas através da metodologia da história oral para dar conta da história recente (história do tempo presente), que já foi alvo de muita discussão e crítica, ainda não é ponto pacífico, especialmente para os historiadores.

Meihy (1998, p.29) aponta que a valorização da palavra escrita em detrimento da oral vem se processando desde os primeiros tempos, começando pelos egípcios, por meio dos chamados escribas.

Ferreira (2002, p.314) pondera que “*a historiografia da Antiguidade clássica, como é sabido, recorreu aos testemunhos diretos na construção de seus relatos*”. Mas ambos

concordam que esse tipo de fonte foi desqualificado no século XIX, quando as ciências e a literatura centraram na palavra grafada a credibilidade científica. O domínio da escrita foi sendo naturalizado e incorporado ao senso comum e a palavra oral passou a ser considerada como recurso vulgar. Isso, aliás, se expressa no conhecido ditado popular que afirma que “*só vale o que está escrito*”, conforme lembra Meihy (1998, p.29)

Sobre as origens da moderna história oral Meihy (1998, p.27-28) afirma que ela nasceu após a Segunda Guerra Mundial, em 1947, na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, quando foi organizado por Allan Nevins um arquivo e o termo passou a indicar uma nova postura diante do uso e divulgação de entrevistas. Combinaram os avanços tecnológicos e a necessidade de captar as experiências vividas pelos impactados do conflito que o conhecimento sobre o passado não foi capaz de evitar.

Ferreira (1994, p.20) também reconhece esse período pós-guerra ao associar a invenção da História Oral moderna à fundação do Columbia History Office, que se deu no ano seguinte, 1948, atribuída não só a Allan Nevins, mas também a Louis Starr.

Ainda de acordo com Meihy (1998, p.30-32) foi a partir da sua retomada na Inglaterra, nos anos 1960, por um grupo denominado *nova esquerda* que ela fluiu, como alternativa a ser ponderada frente à história dos vencedores.

Trata-se de considerar outra perspectiva, uma “história vista de baixo”, nos termos de Thompson (1998), dos “vencidos”, conforme Foucault (2003), dos “excluídos da história”, de acordo com Perrot (1992), das minorias em sua particularidades fragmentada (e que não se sabem como maioria) dos que estão às margens da sociedade, dos que tiveram a palavra silenciada, entre os quais se encontram as comunidades tradicionais ameaçadas de extinção.

De acordo com Meihy (1998, p.32), “*contra as determinações dadas pelas grandes estruturas, a história oral se insurge como o avesso de tendências massificantes e que “expulsam” os seres humanos das reflexões sociais*”.

Motivada por um movimento contestador da exclusividade dos documentos escritos, a história oral se insere na esteira das pesquisas espaciais que propõe dar visibilidade a outras formas de registros auditivos e visuais possibilitados pelos avanços tecnológicos. É a objetividade das fontes escritas sendo posta em questão.

Vilanova (In Ferreira, 1994, p. 50-51) em seu texto sobre a relação entre estatística e fontes orais relata que em sua primeira experiência com a história oral, notou que o que as pessoas diziam era muito mais verídico do que aquilo que constava

nos documentos e do que os historiadores, os intelectuais, os acadêmicos haviam escrito. Foi então que ela se deu conta de que tudo o que não encontrou nos arquivos e bibliotecas era o que buscava. Assim descobriu a falsidade dos escritos e a importância de revelar o que está por trás do silêncio.

Internamente, no contexto vivido no Brasil e América Latina, a década de 1960 não foi favorável ao desenvolvimento de uma metodologia que gerasse a produção de informação, cujo produto seria o registro de opiniões, incitando diálogo, debate e até mesmo possíveis contestações. *“Vale, pois, dizer que a história oral tem dupla função política, posto que se compromete tanto com a democracia – que é condição para sua realização – como com o direito de saber – que permite veicular opiniões variadas sobre temas do presente”*. (MEIHY, 1998, p.32).

Na década de 1970, foram iniciadas as primeiras experiências sistemáticas no Campo da História Oral no Brasil.

a partir de cursos fornecidos por especialistas mexicanos e norte-americanos na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Esses cursos consistiram na apresentação e discussão dos princípios norteadores do método da História Oral, com base no currículo do Oral History Program, da Columbia University, e voltaram-se para um público específico de professores e pesquisadores da área de história e ciências sociais oriundos de diferentes instituições. (FERREIRA, 1994, p.9)

Fruto dessa iniciativa, resultaram os primeiros programas da História Oral Brasileira, na Universidade Federal de Santa Catarina e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC/FGV do Rio de Janeiro, focados na captação de depoimentos relativos à política regional e à elite política nacional, mas sem grande projeção em razão do período e do contexto. Era preciso cautela.

Mas a utilização de depoimentos orais em trabalhos científicos não se tratava de um procedimento novo, fazia parte das práticas dos cientistas sociais, mas a concepção dos documentos produzidos a partir deles era o diferencial da história oral.

O uso de entrevistas orais como fonte de informação para pesquisas já era procedimento até certo ponto corrente entre cientistas sociais, mas não havia a preocupação de, a partir da relação entre depoente e pesquisador mediada

por um gravador, produzir documentos. (Ibidem).

Vai timidamente tomando corpo com a disseminação dessa metodologia a tarefa de *se tecer voz e letra na criação do texto*(GROSSI & FERREIRA, p.38, 2001), possibilitando determinar as distâncias que demarcam essas formas de expressão e a partir daí ter a possibilidade de reduzi-las. É o que a autora vai chamar de *desvãos que se localizam entre o movimento da fala e o eternizar da escrita, marcando o sentido da vida no mundo*(Ibidem).

Somente na década de 1980, com a abertura política, foi possível vislumbrar a possibilidade real de desenvolvimento da história oral. No início *sem alterações substanciais, ainda que alguns novos programas surgissem no nordeste, mais especificamente em Pernambuco e Bahia, e que se tenha realizado um segundo curso com especialistas estrangeiros, sob a coordenação do professor William Moss, diretor da Biblioteca John Kennedy*. (FERREIRA, 1994, p.11).

Da metade para o final da década o processo de redemocratização, a elaboração da nova Constituição brasileira, em 1988, a proclamação do centenário da Proclamação da República, em 1989, e as eleições diretas para presidente da República, depois de mais de 20 anos de regime militar atuaram como elementos dinamizadores para a pesquisa sobre a nossa história recente, refletindo na história oral, pois nesse período foram criados importantes centros de documentação, em sua maioria ligados a universidades, mas também significativos programas de História Oral em centros de pesquisa fora das universidades.

A preocupação de produzir balanços referentes à vida política do país, bem como de apontar entraves que empediam o acesso à grande maioria da população à cidadania, estimulavam a abertura de novos centros de documentação e pesquisa, ou a revigoração dos já existentes. (FERREIRA, 1994, p.13).

Longe do mundo universitário também crescia o interesse na revigoração da memória das grandes empresas estatais e agências governamentais. Destaca-se a criação, em 1986, do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, da Eletrobrás e o movimento nessa direção de instituições, como a Petrobrás e o Banco Central que optaram por contratar, via convênios, instituições especializadas em realizar o trabalho, gerando os recursos necessários para ampliar e dinamizar seus programas, é o caso do CPDOC, por exemplo.

Mas no geral foram consolidados diversos programas de pós-graduação em História e Ciências Sociais. Os objetos das teses e dissertações, produto final das

pesquisas, permitiram não só o conhecimento da realidade dos menos favorecidos da sociedade brasileira ao tratar de temáticas como a classe trabalhadora, a história dos bairros, minoirias e grupos discriminados (negros e mulheres por exemplo), mas também registrar a trajetória das instituições e revigorar suas memórias. Muitos dos que trabalharam nas pesquisas voltadas para esse último utilizaram os resultados obtidos em novas pesquisas. Ainda assim a autora afirma que *os trabalhos publicados não deram a atenção devida a uma análise sistemática dos usos e limites da história oral, deixando de lado a discussão de questões metodológicas relevantes*. (FERREIRA, 1994, p.15). Deste modo a autora reconhece uma expansão da História oral no período e afirma que, *embora tenha ocorrido num meio de professores e estudantes universitários, não resultou em um debate metodológico consistente*. (Ibidem, p.12).

E apesar de avanços importantes,

o tema não conseguiu ser absorvido nos currículos dos programas de pós-graduação ou em cursos de ciências sociais e história. Os primeiros já trabalhavam com a técnica de entrevistas e não estavam preocupados em discutir os aspectos documentais envolvidos nos métodos de trabalho da história Oral. Já os segundos, portadores de uma tradição de trabalho resistente ao uso de fontes orais, e voltados, ainda em grande medida, para temas localizados num passado mais longínquo, não demonstravam interesse pela área. (FERREIRA, 1994, p.14).

No período não há relatos nas referências selecionadas sobre políticas voltadas para a regulamentação e preservação de fontes orais por parte dos arquivos oficiais.

Nos anos 1990 ocorre o pleno reconhecimento e institucionalização da área. Em 1992 foi proposta a criação de uma Associação Brasileira de História Oral, em 1993 o Encontro Nacional de História Oral em São Paulo incentivou uma nova fase de intercâmbio entre os programas e sua principal deliberação foi efetivar a Associação Brasileira de História Oral, o que ocorreu em 1994 no II Encontro Nacional de História Oral, a partir da criação da Comissão Nacional para a criação de uma Associação Brasileira de Documentação Oral. O evento acadêmico em questão foi, de acordo com Ferreira (1994, p.9), fruto do esforço de um conjunto de instituições do Rio de Janeiro na década de 1990, sob a coordenação geral do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas

Ao considerar essa década como relevante para a institucionalização da História Oral, cabe destacar que os autores que selecionamos para tratar da metodologia estão

entre os que tiveram destaque nesse período: José Carlos Sebe Bom Meihy (integrante da Comissão Nacional para a Criação de uma Associação Brasileira de Documentação Oral- USP); Verena Alberti (pesquisadora do Programa de História Oral do CPDOC)

A história oral é multidisciplinar e se dirige, de forma empenhada, ao público em geral. Na obra *História Oral e Multidisciplinaridade* Ferreira (1994, p.9) demonstra isso. Ao avaliar os trabalhos apresentados no II Encontro Nacional de História Oral ela enfatiza a participação de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, História, Educação, Letras, Enfermagem, Psicologia e Saúde Pública, que apresentaram trabalhos no referido evento.

Produto de um saber que, apesar de instruído, não se restringe a pesquisas acadêmicas, a história oral pode ser apropriada com legitimidade também por grupos independentes, absolutamente capazes de realizá-la, inclusive o falar sobre si é incentivado pela academia como instrumento para alcançar a autonomia. Apesar disso Ferreira (1994, p.7-8) afirma que à época neste campo de trabalho prevalecia *uma forte presença da comunidade acadêmica, sendo pouco expressiva a participação de grupos sindicais, associações de moradores, empresas ou mesmo arquivistas*.

Com relação ao perfil de formação dos participantes do evento, nota-se, pela primeira vez, um interesse maior dos historiadores do que dos cientistas sociais: *diversamente da década de 1980, quando os pesquisadores que trabalhavam com história oral eram predominantemente cientistas sociais, constatou-se uma maioria de historiadores*. (FERREIRA, 1994, p.8). Desde então os historiadores têm se apropriado dessa metodologia.

De acordo com o Meihy (1998, p.27-28), a história oral já nasceu com uma certa vocação para incentivar a história local e imediata, o que a posiciona no tempo presente. Nesse sentido, Alberti (2012, p.21) aponta que *“a realização de entrevistas pressupõe o estudo de acontecimentos e/ou conjunturas ocorridos num espaço de aproximadamente 50 anos”*. Para ela a peculiaridade da história oral é privilegiar a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu, a partir da *“captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida mantendo um compromisso com o contexto social”*. (MEIHY, 1998, p.18). Nesse sentido o passado tem continuidade no presente, portanto faz parte de um processo histórico que não está acabado.

A História Oral possui uma flexibilidade intrínseca: é metodologia, técnica, campo e disciplina, dependendo da perspectiva, da forma de utilização e do objetivo a

ser alcançado.

Estivemos diante da possibilidade de utilizá-la como técnica, o que seria admissível e até aconselhável em casos como esses, em que se pretende trabalhar com a documentação escrita, mas isso a restringiria a complemento da palavra escrita, ou seja, de certa forma, diminuiria o valor da sua contribuição, então optamos por encarar os riscos e não a complementar, mas combiná-la com outra metodologia. Isso porque acreditamos que *“a palavra dita, depois de passar por cuidados convenientes a sua gravação e conservação, representa, pois, um avanço no conceito de documento e na possibilidade de análise social”*. (Ibidem, p.15) e tem tanto valor quanto qualquer outro documento, desde que devidamente tratado.

Sobre isso Alberti (2012, p.13) aponta que foi possível, de certa forma “romper o enclausuramento acadêmico que transformava a entrevista num simples e duvidoso suporte documental da pesquisa social e histórica. Ela destaca a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contrapoder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto – sempre mal decifrado – que é a História humana’.

A metodologia sugere conhecimento sobre a vida do entrevistado, preparação de um roteiro prévio para orientar a entrevista e posterior transcrição, análise, uso e arquivamento. Mas isso não significa que ele não venha a nos surpreender com suas lembranças, reorganizadas considerando o presente. Neste sentido, para Meihy (1998, p.13), a presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. De outro modo, podemos dizer que ao olhar para trás, passa a haver também a presença do presente no passado, como um filtro ou uma perspectiva que reorganiza as memórias de acordo com os anseios, receios e expectativas do presente, quando é possível perceber no discurso as identidades individuais, sendo sua recorrência indicadora das identidades coletivas, daí a necessidade de considerarmos esses dois conceitos, que serão discutidos mais a frente, na construção da versão do entrevistado.

Conforme sugerido acima, a história oral possui a capacidade singular de *introduzir o pesquisador na construção da versão, o que significa introjetar no documento produzido o controle sistemático da própria fonte* (ALBERTI, 2005, p.14). Mais do que controlar a produção da fonte, essa metodologia envolve uma grande

responsabilidade e comprometimento na construção da versão do entrevistado, ou seja, da sua verdade, por isso é importante respeito à diversidade de crenças, visões de mundo e opiniões, embora o texto produzido pelas entrevistas não corresponda necessariamente à verdade em si, que deve ser relativizada. “*Da mesma forma que é uma montagem, abriga visões de mundo, eventualmente mentiras, ocultamento*”. (MEIHY 1998, p.76). Nada que não possa ser encontrado em outros textos, por isso as informações coletadas via história oral (entrevista) passam por um processo que compreende várias etapas (transcrição, conferência, uso e arquivamento), que legitimam o documento objetivo que vale por si, podendo ser equiparado a outros discursos ou documentos.

Diferente do que se supunha tradicionalmente, a história oral trabalha com versões e não com verdades objetivas ou absolutas. *O que emerge sempre é a versão de fatos e nestes casos pouco ou nada valem eles serem ou não legítimos.* (Ibidem, p.26). Apesar de muitas vezes nos depararmos com o problema de incompatibilidade entre o discurso e as referências historiográficas ou mesmo fontes documentais, sempre há o que extrair do relato oral, esteja a riqueza do discurso no que o depoente fala, no que está por trás do que fala, no que esqueceu ou no que não quer falar: relações de poder, medo e submissão, por exemplo. Por isso não cabe desqualificar a versão do entrevistado. “*O homem, ao narrar-se como história, apazigua os acontecimentos, inscrevendo-os em espaços e tempos que ordena por eixos de sentido.*” (CATROGA, 2015, p.8).

Os relatos orais tanto podem precisar de complemento da historiografia relativa ao tema quanto, por outro lado, também podem servir para complementá-la. Talvez o termo mais adequado para essa interação seja diálogo: “*A complementação desse objetivo se dirige ao diálogo historiográfico, evidenciando lacunas ou correções da literatura específica sobre o tema.*” (MEIHY 1998, p.60).

Nesse tipo de projeto o mais importante é a vinculação entre os sujeitos infocados e um sentido social que marque a relevância do trabalho.

Conforme já chamamos a atenção em trabalho anterior (FERREIRA, 2013, p.44), lidar com a memória e fazer história oral envolve riscos, mas qual o tipo de fonte quenão oferece riscos, já que a objetividade das fontes escritas, com as quais muitos historiadores preferencialmente trabalham, vem sendo posta em questão? De acordo com Camargo (In FERREIRA, 1994, p.95) “*fontes documentais podem ser tão tendenciosas e seletivas quanto um depoimento oral. Porque a documentação remete a uma certa operosidade, a uma certa capacidade de organizar e de, aparentemente,*

classificar o que se quer obter, bem como o que não se quer, o que é duvidoso”.

Em nosso caso esse risco ainda aumenta, visto que tentamos entender um espaço cuja problemática não se esgota na história, nem na geografia, nossa área de formação ou na antropologia, uma referência em pesquisas voltadas para comunidades pesqueiras.

A esse respeito é preciso fazer um parêntese. A produção a antropologia precisou ser minimamente conhecida, ao menos no que se refere à realidade do Estado do Rio de Janeiro, para nos permitir avançar:

- ✓ Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro, de Roberto Kant de Lima (1997);
- ✓ As redes do suor- a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba, de Luiz Fernando Dias Duarte (1999);
- ✓ Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ), de Rosyan Campos de Caldas Brito (1999);
- ✓ Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro - Maricá, RJ - 1975 a 1995, de Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel (2017)

E foi buscando inspiração nessas obras que contruímos o trabalho em tela.

Segundo Camargo (In FERREIRA, 1994, p.81), no que se refere à história oral, *o que dá potencialidade ao método é a capacidade de usar um pouco da metodologia antropológica*. Nesse ponto ela faz menção à observação participante que associada aos depoimentos orais e outros instrumentos compõe o método etnográfico da antropologia. Este método, por sua vez resulta, conforme Duarte (1999, p.9-10) num

trabalho minucioso, direto, pessoal e intenso de decodificação de um fragmento da vida social concreta, empreendido com a mediação de um conjunto definido de instrumentos analíticos julgados adequados para tal fim, produzindo experimentos bem controlados.

Apontamos as pesquisas antropológicas como exemplo da utilização do depoimento oral como técnica ou instrumento, dentro de um método definido, o etnográfico. Da mesma forma podemos citar também o exemplo do depoimento oral na metodologia de narrativa, comumente utilizada pelos pesquisadores da educação, mas optamos pelo uso do depoimento referenciado na metodologia de história oral.

A partir das entrevistas, essa metodologia tem aproximado pessoas e instituições

preocupadas com “a inclusão de histórias e versões mantidas por seguimentos populacionais antes silenciados, evitados, esquecidos ou simplesmente desprezados por diversos motivos” (MEIHY 1998, p. 11). Assim movimentos de minorias culturais e discriminadas têm encontrado espaço para se expressar, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias. Deixando de lado a diferença entre campo e metodologia, Ferreira (1994), nesse mesmo sentido infere que *o estudo de minorias ou de grupos menos favorecidos constitui uma tradição no campo da História Oral*.

Por muito tempo silenciada, e em sua atual condição de desterritorializada, a comunidade em questão representa os vencidos que deixaram de ter o que perder e podem dividir as experiências com tantas outras que passam pelo mesmo drama – uma ameaça que orienta o processo de fortalecimento da identidade como componente da luta pelo território – e podem estar fadadas ao mesmo destino: resistir, insistir em viver da atividade e conservar costumes tradicionais, perder casa e porto. Não se trata de pessimismo, mas de um desfecho que surpreendeu porque contrariou outras experiências, como aquela apontada no trabalho anterior (FERREIRA, 2013) em que usando o mesmo tipo de estratégia os moradores permaneceram na área, mas trata-se de outro contexto social, mais conservador e de menor tolerância, uma tendência que custamos a reconhecer, mas que já vinha sorrateiramente se manifestando em todas as esferas da sociedade, principalmente a do poder. E se assumiu recentemente.

Aí é possível entender a preocupação de muitos historiadores em relação ao comprometimento com temas do presente: de dentro do olho do furacão é difícil reconhecer os processos. Mas as Ciências Humanas não podem se eximir da oportunidade de pensar o presente como consequência do passado e da responsabilidade de oferecer à sociedade ferramentas que subsidiem projetos de futuro, afinal, *o significado das pegadas de quem passou é inseparável das interrogações que elas colocam a quem vem. Transcendental metafísico que obriga a equacionar a historicidade das respostas*. (CATROGA, 2015, p.8)

Em relação ao tema, Meihy (1998, p.45-53) assinala três tipos de projetos possíveis em história oral: temáticos, história oral de vida e tradição oral. O primeiro normalmente equipara o uso da documentação oral ao das fontes escritas e coloca em evidência o entrevistador como condutor dos trabalhos; o segundo é muito mais subjetivo do que objetivo, trata-se da narrativa do conjunto das experiências de vida de uma pessoa e o terceiro trabalha com a permanência dos mitos e com a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em

referências do passado remoto. O autor salienta ainda que é comum projetos temáticos que combinam algo de história oral de vida, a própria Alberti (2012, p.12) também faz apontamentos nessa direção.

Porém, diferentemente dessa tendência, optamos por combinar algo de história oral temática e de tradição oral. Nesse caso, trabalhamos com um assunto específico e preestabelecido, o fortalecimento da figura de Dona Yayá diante das ameaças de despejo pelos moradores da Aldeia Imbuhy, uma questão do presente, inicialmente uma hipótese a ser confirmada de forma objetiva, que remete a um passado comunitário longínquo que se manifesta pela *“transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos (...) O sujeito nesse tipo de pesquisa é sempre mais coletivo, menos individual, e por isso a carga da tradição comunitária é mais prezada e presente porque continuada”*. (MEIHY, 1998, p.53).

Quanto à dedicação que exige um trabalho de tradição oral para alcançar resultados, o autor expressa que

“Os resultados de trabalhos de tradição oral são, geralmente, menos imediatos que os demais. Porque requer participação constante e observações que extrapolam o nível da entrevista, a tradição oral é de execução mais lenta e exige conhecimentos profundos tanto da situação específica investigada quanto do conjunto mitológico no qual a comunidade organiza sua visão de mundo”. (Ibidem, p.53-54)

A entrevista deve abranger pessoas que sejam depositárias das tradições. Todo o grupamento humano – familiar ou não – tem alguém, quase sempre entre os mais velhos, que guarda a síntese da história do grupo. Essa pessoa é sempre indicada para ser entrevistada.

Para esse papel estava previsto o casal de moradores, o Sr. Navega e a Sra. Alayde, que ainda estavam bastante lúcidos até 2015.

Ela, aos 89 anos, era moradora da Aldeia desde criança, não pôde contribuir por falta de lucidez, situação que teria se agravado com a perda da casa e ele por motivo de falecimento, o que ocorreu em 06 de abril de 2017, aos 98 anos, antes que pudéssemos realizar a entrevista.

Fomos então buscar fora da Aldeia Imbuhy as netas da Dona Yayá, que muito conviveram com ela na comunidade, para cumprir esse papel. Foi aí que entrevistamos

a dona Isa e a dona Lucy, o que acabou se mostrando bastante interessante, pois

“Os casos de tradição oral implicam o uso do que se chama de narrativas emprestadas. Como para a explicação do presente a tradição oral necessita da retomada de aspectos transmitidos por outras gerações; dá-se o empréstimo do patrimônio narrativo alheio, quase sempre herdado dos pais, avós e dos velhos”. (MEIHY, 1998, p.54)

É inegável a relação entre história oral e memória, porém o autor chama a atenção para a recorrência com que trabalhos de história oral se fundem aos de memória, e afirma que há distinções relevantes entre eles: “*História oral e estudos sobre a memória narrada se valem de depoimentos, mas não se confundem*” (MEIHY, 1998, p.75).

Nos estudos sobre a memória conduzidos por psicólogos, o objetivo é notar o trajeto das lembranças e os lapsos de memória individuais e coletivos. Já a história oral deve se atentar à inserção do indivíduo na sociedade e não à relação do depoente com suas lembranças.

De forma mais ampla, o autor coloca que ainda que a memória faça parte da história, não pode ser confundida com a própria história, posto que se constitui de narrativas não assumidas como discurso sistematizado pela criação dos historiadores. A história não se restringe à memória. A primeira se trata de uma forma organizada de saber com critérios de elaboração e a segunda deve ser lida como fonte, sendo, portanto, a base da história. (MEIHY, 1998, p.75-76).

Por outro lado, a história oral pode legitimar a identidade, que é fruto da construção da memória. Os conceitos de memória e identidade serão abordados no próximo item, sendo o primeiro elemento constituinte e fundador do segundo.

4.2 Memória como elemento constituinte e fundador da identidade: da representação à resistência

Nesta seção propomos uma modesta revisão bibliográfica aplicada aos conceitos de memória e identidade, pressupostos teóricos elencados como suportesa subsidiar a metodologia escolhida para trabalhar o tema em questão.

Fundamentado na estratégia de resistência frente à possibilidade de desapropriação de terra, o tema parte de uma dimensão de luta vivida pelos moradores

da Aldeia Imbuhy, que colocaram as representações coletivas a serviço da resistência.

Memória e identidade podem ser abordados sob a perspectiva de representação (voltada para a história cultural) ou de resistência (associada à prática dos movimentos sociais). Nossa abordagem se aproxima mais desta última, porque nela está latente uma perspectiva de memória em constante disputa.

Abordadas nesta seção, a expressão dos conceitos que denota representação, ligada também à seção anterior, e a que denota resistência, a ser esgotada somente no próximo capítulo, sobre o movimento social dos moradores, complementam-se. A esta última foi delegada a função de interrogar o material empírico e, a partir do resultado desse questionamento, desafiar a viabilidade do seu próprio uso, numa dinâmica que permita garantir um corolário conclusivo, sem desconsiderar as subjetividades e representações inerentes ao uso do depoimento como fonte primária.

Em tempo, é importante destacar que, didática e metodologicamente, costuma-se se escolher um entre os dois caminhos possíveis para pensar memória e identidade – como representação ou como resistência –, mas especificamente na perspectiva de análise da figura da Dona Yayá como elemento de luta, o que justamente torna o tema interessante é a impossibilidade de dissociar da contenda sua dimensão simbólica. Por isso, apesar de o trabalho estar ligado à linha de pesquisa território, relações de poder e movimentos sociais⁵³, que claramente prioriza a esfera da resistência e da disputa, não há como desconsiderar, a forma com que a referida perspectiva foi se apropriando também das representações, já que a própria definição da linha não desconsidera a dimensão cultural ao definir que as pesquisas debruçam-se sobre “*as relações cotidianas entre e no interior de diferentes movimentos e grupamentos sociais e suas formas de identidade, organização, demandas e contradições, focalizando manifestações rurais e urbanas em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e religiosas.*” (Linhas de Pesquisa. Sítio eletrônico do PPGHS, GRIFO NOSSO).

A definição reflete a realidade daqueles que precisam resistir cotidianamente.

O líder comunitário do Quilombo do Grotão, localizado na Serra da Tiririca, Engenho do Mato, Niterói- RJ, atuante na defesa de comunidades tradicionais,

⁵³Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais é uma linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A linha compreende investigações históricas e/ou historiográficas relativas às formas de Estado, poder e grupos sociais formal ou informalmente organizados, considerando as interações políticas inter e intragrupais e identificando, no espaço e no tempo, as relações de poder como inerentes à qualquer forma de relação social.

manifestou em seu blog, apoio às famílias do Imbuhy. O trecho pondera o posicionamento de movimentos sociais, que não deixam de considerar as representações na esfera da luta.

Recentemente vimos novamente o Exército retomar a tentativa de expulsar as famílias da Aldeia Imbuhy que estão naquela área antes mesmo da existência do Forte. **Essa atitude representaria um ataque à cultura e à memória de nossa cidade e dos antepassados que construíram aquele local. Não podemos permitir que essa história se perca e aquelas 32 famílias fiquem desabrigadas.** (Blog do Renatão do Quilombo, 04/06/2015. Grifo nosso).

Nos dois trechos acima é perceptível que a resistência pede o complemento da representação, mas especificamente no segundo fragmento, essa casadinha é reforçada pela necessidade de defender a memória da comunidade, diante da ameaça de despejo.

Não se trata apenas de buscar desconsiderar a versão comunitária, mas de soterrá-la sob seus próprios escombros para que a vencedora prevaleça, numa clara disputa de memórias.

Em relação ao conceito de memória, selecionamos o atributo social/coletivo em detrimento do físico/biológico. Essa abordagem do conceito aponta para as contribuições internacionalmente reconhecidas de Henri Bergson (1999, 2000), Émile Durkheim (1903), Marcel Mauss (1990, 1969), Maurice Halbwachs (1925, 1950), Jacques Le Goff (1994, 1985), Bronislaw Baczko (1985, 1991), Serge Moscovici (1961, 1976), Denise Jodelet (1993), Pierre Nora (1978) e Rogger Chartier (1988). No Brasil, dois nomes de peso são Ecléia Bosi (1994) e Miriam Sepúlveda dos Santos (1998). A origem dos autores evidencia as contribuições de inúmeras áreas, desde a Sociologia, antropologia, filosofia, psicologia social, até a história.

Ao final do século XIX, o Filósofo Bergson (1999), posicionando-se contra as ideias do seu tempo, desenvolvidas por psicólogos que reduziam as lembranças a uma perspectiva puramente biológica e individual, apontou que haveria algo além da matéria, próprio do espírito, por isso distinguiu dois tipos de memórias: a *memória-hábito* e a *imagem-recordação*. A primeira estaria relacionada à matéria, seria a memória dos mecanismos motores, adquirida pela repetição de gestos e palavras, ao longo da socialização, e a segunda, ligada ao espírito, seria a simbólica e estaria no âmbito das representações. Ela seria desencadeada no momento da ação, na interação com o mundo,

também conhecida como memória regressiva (2006, p.89-90) ou espontânea (2006-p.93).

Assim, não seria o corpo um simples depósito de lembranças. Seu papel seria acessar uma espécie de reserva memorialista residente no espírito e selecionar as recordações, para trazê-las à consciência de maneira fragmentada.

O que Durkheim e Mauss (1903 e MAUSS, 1969) chamaram de *representações coletivas* são categorias de entendimento de produção coletiva, ligadas a um determinado processo de formação de idéias comuns, marcadas pela sociedade de origem. São como traduções de sua estrutura e, portanto, a sua análise deve partir da realidade social.

O sistema mental do indivíduo estaria carregado de representações assimiladas do universo no qual ele foi forjado.

A noção de *representações coletivas*, criada por Durkheim e Mauss, vem sendo retomada por diversos autores, dentro e fora do âmbito da Sociologia e da Antropologia.

O Sociólogo Halbwachs (1925), que foi aluno de Bergson e discípulo de Durkheim, estabeleceu os princípios fundamentais de uma teoria sobre memória: quaisquer que sejam as lembranças do passado (mesmo aquelas pretensamente individuais, pessoais) só podem existir a partir dos *quadros sociais da memória* ou seja, das *representações coletivas*, da *memória grupal*. Isso significa que como membros de determinados grupos sociais, partimos das convenções sociais vigentes nesses grupos, no contexto da sociedade em que vivemos para construir as memórias. Nesse sentido, a memória coletiva de cada sociedade poderia ser chamada de tradição. Sobre isso trataremos no próximo item.

Na Psicologia Social Serge Moscovici (1961/1976) retomou o conceito de *representação social*, e o descreveu como uma forma de conhecimento particular à nossa própria sociedade, estabelecendo assim uma ligação entre o individual e o social e Jodelet (1993, p.22) definiu *representação social* como uma forma de conhecimento corrente, dita de senso comum, caracterizada por ser “*socialmente elaborada e partilhada, pois ela se constitui a partir de nossas experiências, mas também das informações, saberes, modelos de pensamento que recebemos e transmitimos pela tradição, educação e a comunicação social.*”

No que concerne aos historiadores o conceito de representações sociais/coletivas, relacionado ao imaginário social, também recebeu contribuições significativas.

Representações, nos termos de Le Goff (1985, p.1), de uma maneira geral (mentais, coletivas, sociais ou culturais), seriam como a “*tradução mental de uma realidade exterior percebida*.”

Para ele a representação abrange o imaginário social.

Ele aí ocupa a parte de tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico. [...] Mas, se ocupa uma fração do território da representação ele, o imaginário, o transborda. A fantasia, no sentido forte do termo, leva o imaginário além da intelectual representação. (LE GOFF, 1985, p.2),

E é a partir desse tipo de elaboração que o imaginário projeta um futuro possível, num misto de esperança, sonho, desejo e utopia que faz vislumbrar uma possibilidade de vitória e esta, inda que não se processe como manipulação intencionada ao poder, reúne forças para enfrentá-lo.

O conceito de *representação*, é a base da reflexão proposta por Baczkó (1985) sobre o *imaginário social*. A ele estão relacionadas as crenças comuns que compõem o sistema simbólico – do qual fazem parte a fantasia, a tradição e o mito – e a correspondente identidade social.

Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora seus objetivos. [...] É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns. [...].

No caso específico da Comunidade Aldeia Imbuhy, diante da ameaça de despejo, de forma espontânea, guiado pelo instinto de sobrevivência, fragmentos do passado começaram a vir à tona e a nostalgia de outros tempos a ele associada buscava, de alguma forma, reconstituí-lo para frear o presente voraz e emprestar outro sentido à comunidade, resgatado de sua suposta origem, mas adaptado ao aqui e agora, buscando neutralizar a ameaça de despejo, o que foi determinante no processo de fortalecimento de identidade.

Porém, designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. (BACZKO1985, p.309).

Ainda de acordo com Baczko, cada sociedade produz um sistema de representações (símbolos e imagens assimiladas) capaz de legitimar a ordem estabelecida, mas que ao mesmo tempo, implica conflitos.

As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também, de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele se torna o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, p.310)

As sociedades produzem o imaginário social, porém ele vai além de seu mero reflexo. As representações são elaboradas sobre o real a partir dos aspectos simbólicos existentes em determinada sociedade ou grupo. As lutas e conflitos estabelecidos em torno destes bens simbólicos comprovam, segundo Baczko (1991), seu carácter imaginário. Quem teria confeccionado a primeira bandeira do Brasil republicano, Dona Yayá ou a esposa e filhas de Benjamin Constant?

Ao tratar os elementos da disputa pelo território, nossa abordagem considera necessariamente o sistema simbólico, pois tornou-se indispensável à resistência o fato de que à figura de Dona Yayá corresponderia dupla representação no imaginário da comunidade, uma associada à bandeira nacional e outra à pesca, mas conforme nos lembra Ortiz (2010, p.119), os símbolos são sinuosos, *remetem a algo ausente, envolto no emaranhado de um novelo*.

Sobre a primeira representação, associada ao patriotismo, de acordo com Baczko (1991, p. 16), o exercício do poder passa pelo imaginário coletivo, e é por ele reforçado e multiplicado através da conjugação das relações de sentido e pela apropriação de

símbolos. Os símbolos que representam a nação são muito presentes no imaginário dos militares. Não se tratava apenas de a comunidade se apropriar desse símbolo, mas dele ser aceito pelo opositor.

Sobre a segunda representação, associada à pesca, sabe-se que o peso dessa atividade foi diminuindo com o passar do tempo, sob a responsabilidade das pressões vividas. Nesse sentido, a identidade considerada não está ligada a uma realidade do presente. *“A comunidade “falada” (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos”*. (BAUMAN, 2003, p. 17).

Para Chartier (1998, p.20), a *representação* tanto pode dar vida ao ausente, como exibir uma presença expressiva, dotada de *significado simbólico*, capaz de denunciar uma simulação

Por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.

Mais recentemente, Santos (2003) demonstrou que as *representações coletivas* seriam os instrumentos comuns a todos que compõem determinado grupo ou sociedade, pré-requisitos para a constituição das lembranças.

Para Burke (2000, p. 69-70), a memória “não é obra de indivíduos isolados.”

Nora (1978, p. 398) define a noção de memória coletiva como “a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva cujo sentimento do passado faz parte integrante de sua identidade”.

Estabeleceu-se uma dinâmica que convocou e valorizou o passado, levando em conta as demandas do presente, que passou a agir como filtro. Nesse sentido, Pollak (1992, p. 4) nos coloca que *“as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade, também, em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada”*.

Ainda de acordo com Bergson (2006, p.247), a memória *“prolonga o passado no presente”*, pois *“é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde”*

(Ibidem, p. 179).

Para Bossi, (1994, p. 48), *“o passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituíram autênticas ressurreições do passado.*

E, mais recentemente, para Santos (1998) *“o sentido de continuidade e de permanência presente em um indivíduo ou grupo social, ao longo do tempo, depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem o lembra”*. E a identidade não é um produto acabado, ela é um processo, que pode mudar de acordo com os interesses de seus artífices.

Por isso, de acordo com Ortiz (2010, p.12) não é o caso de defendermos o falso dilema da crença na imutabilidade da lembrança, como se tratasse de um registro pétreo à revelia do tempo, permanecendo idêntico a si mesmo durante o seu transcurso: *“A busca pela reminiscência autêntica, à margem da corrosão temporal, é uma quimera, toda recordação contém uma relativa arbitrariedade no seu rearranjo, o presente é um fator dinâmico, intrínseco ao processo mnemônico.”*

E foi no calor do presente, diante da pressão, que emergiam fragmentos de memória comunitária, movidos pela ameaça de despejo vivida pelos moradores. Foram esses fragmentos – emitidos diretamente pelos mais velhos, pelos mais jovens (assimilados pela transmissão) e pelos parentes diretos da Dona Yayá (moradores ou não do Imbuhy) –, que passaram a alimentar a identidade comunitária.

Acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Nesse sentido, Bosi (1994, p.55), fazendo uma referência à memória coletiva de Halbwachs, afirma que *“se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos*

fazem lembrar: o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam”.

Em contrapartida, a memória passou a ser cada vez mais demandada pela identidade, numa dinâmica cíclica que envolveu questionamentos decisivos, definidores de traços comuns partilhados, buscando atender à necessidade comunitária de se diferenciar, de reivindicar um olhar para suas particularidades. Assim, memória e identidade, entendidas como representações sociais, mantiveram uma indissociável e dependente relação entre si, impulsionada pela necessidade de resistir.

A própria forma que o enredo foi montado aponta para o fato de que o sistema simbólico, a representação e os imaginários sociais foram colocados a serviço da resistência à desapropriação de terras e do enfrentamento, uma disputa ancorada nas memórias, que recai sobre o papel da identidade coletiva, uma arma de resistência e afirmação. Sob essa perspectiva levemos em conta as contribuições de Erving Goffman, Stuart Hall, Peter Burke, Zygmunt Bauman e Anthony Giddens,

À medida que o quebra cabeças de representações ia se tornando apto a funcionar como argumento, a Associação de Moradores ia percebendo a importância do sistema simbólico.

Todas as colectividades tem os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”. (BACZKO1985, p.309).

Dona Yayá foi convertida a símbolo da luta dos moradores, o que ia de encontro à orientação de órgãos governamentais e da academia: buscar a legitimidade da ocupação na própria história da comunidade. De acordo com Ortiz (2010, p.105), os intelectuais têm um papel decisivo nesse processo de construção de identidades: *“Eles são capazes de dar organicidade ao discurso que interpreta o social, produzem sentido e orientam a ação.”* Afinal, *definir uma identidade é traçar um território e nele deitar as raízes do que se está buscando.* (ORTIZ, 2010, p.102-103).

A antiga moradora, Dona Yayá, esposa do líder dos pescadores local teria bordado na juventude a primeira bandeira do Brasil, uma versão que exprime recortes da realidade que demarca fronteiras, delimita diferenças, estabelece limites e busca

legitimar a comunidade diante do poder (numa perspectiva de espaço enquanto território).

Por isso, a questão não é saber quem era o morador, mas qual a representação de identidade interessava aos seus artífices, em que condições ela foi elaborada, mediante os referentes comunidade e nação, sugeridos pela escolha da Dona Yayá como símbolo de resistência, e, principalmente o que ela reivindicava com seu incessante retorno à memória.

Recordar é inserir-se no tempo pretérito, mas há nesse intuito uma dimensão à primeira vista despercebida, o espaço. Halbwachs sempre insistiu neste aspecto, a memória necessita de nichos espaciais para se incrustar. Os objetos são a moldura que envolvem nossas recordações, a casa, os móveis, os quadros, a maneira como estão arrumados, constituem o contorno no qual as lembranças se encaixam. Os muros, as ruínas, as pedras da cidade são lugares de memória, ao contemplá-los somos projetados no tempo que se esvaiu.(ORTIZ, 2010, p. 124-125)

O conceito de “lugares de memória”, foi posto em evidência pela obra *Les Lieux de Mémoire*⁵⁴, organizada pelo Historiador Pierre Nora.

Nora (1993) divide os “lugares de memória” em três categorias: *os materiais*, cujos suportes físicos são capazes de guardar a memória social; *os funcionais*, espaços físicos (material) que adquirirem o encargo de alicerçar memórias coletivas (imaterial); e *os simbólicos* nos quais essa memória coletiva se expressa e se revela.

Para o autor, há uma razão de ser no “lugar de memória”:

[...] parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido no mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.(*Ibidem*, p. 22),

Considerando tanto o que salientou Ortiz (2010), em sua leitura de Halbwachs,

⁵⁴Obra formada por sete tomos, que se tornaram referência para o estudo da história cultural na França a partir de 1984.

quanto Nora (1993) podemos pensar a Aldeia Imbuhy como um desses espaços carregados de sentidos, dos quais imanam memórias comuns a determinado grupo, nesse caso aos moradores.

Os lugares de memória têm a prerrogativa de fortalecer a identidade, ressaltando ainda mais os traços comuns por meio do espaço experienciado. E é diante da possibilidade de perdê-lo, que ganha importância o fato de que nele se dá o cotidiano vivenciado por todos e por cada um, então toma corpo a luta pela sua preservação.

É nos lugares que a memória se cristaliza e se refugia, mas ela também pode ser objeto de disputa, o que nos remete às categorias espaciais da Geografia, lugar e território.

A origem mais remota da comunidade faz referência à pesca como principal atividade, portanto é dessa forma que a antiguidade demarca a tradição, os costumes e particulariza o grupo, pescadores. Seu autoreconhecimento como comunidade tradicional visa garantir o recente direito de exercer a posse sobre o território.

A bandeira Nacional está entre os quatro símbolos nacionais que, de acordo com a Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, representam a nação brasileira: a bandeira, as armas, o hino e o selo.

A invenção dos símbolos nacionais, como consequência do processo de consolidação dos Estados-Nações, é extremamente recente, já que, de acordo com Hobsbawm (1990), a própria nação é um produto cultural que surge na Europa somente a partir do fim do século XVIII.

Os símbolos e as imagens transmitidas ocupam lugar no sistema de representações coletivo. A eles cabe legitimar a ordem estabelecida, mas também podem implicar ou reforçar conflitos.

Catroga (2015, p.10) adverte que a fenomenologia da memória está sujeita a uma sobredeterminação social.

O autor distinguiu dois tipos de memória, a “autobiográfica” e a “histórica”. A primeira é pessoal e vivenciada pelo indivíduo, filtrada pelo presente ela sofre a influência do meio social. A segunda se refere a processos do passado, não vivenciados pelo indivíduo, mas que são transmitidos a ele pela coletividade. O mesmo os assimila de tal forma que passam a fazer parte da sua própria história.

A memória não se comporta como um amontoado de lembranças, como um depósito de recordações pertencentes ao indivíduo que rememora. Não se pode perder de vista que ela é, conforme chama a atenção Todorov (1998), sempre *seletiva*, bem

como que prioriza e é referenciada pelo presente, sendo assim não há como ser estática, está sempre em movimento, porque é *retenção afetiva e “quente” dos “traços” inscritos na tensão tridimensional do tempo que permanentemente a tece*. (Catroga, 2015, p.16-17).

De acordo com Dosse (2006) seja como recordação ou como esquecimento, nunca é o passado que se impõe ao presente, ao contrário, é este, enquanto permanente tensão e protensão, que vai urdindo as tonalidades de presença do ausente. Por isso, para acessar as lembranças

depende-se das condições físicas e clínicas dos depoentes, bem como das circunstâncias em que são dadas. Uma vez que a memória é sempre dinâmica, que muda e evolui de época para época, é prudente revitalizar seu uso, posto que o objeto de análise, no caso não é a narrativa objetivamente falando, nem sua relação contextual, mas sim a interpretação do que ficou (ou não) registrado na cabeça das pessoas. (MEIHY, 1998, p.75-76)

A memória é construída de forma consciente ou inconsciente. Ela é um importante elemento constituinte e fundador da identidade de um grupo social, sendo esta carregada de sentidos, tanto da própria imagem de cada indivíduo para si mesmo quanto do que ele deseja representar para o outro. De acordo com Catroga, (2015, p.9) *“Há um relativo consenso acerca do papel da recordação na gênese das identidades pessoais e sociais”*.

Essa relação estabelecida com a identidade explica o fato de a memória ser permeada ao mesmo tempo pelo sentido das lembranças do passado e pelos conflitos do presente, de forma que um funcione como combustível para o outro.

No caso do Imbuhy a identidade coletiva foi aflorando em razão da disputa territorial que acionou a memória de indivíduos que precisavam de uma justificativa para a permanência na área e a memória, por sua vez foi dando suporte à identidade à medida que a narrativa foi ganhando corpo a partir dos questionamentos que eram colocados, exigindo, conforme o conflito se acirrava, cada vez mais da memória de cada um que compunha a comunidade, uma construção que funciona como um mosaico, do qual todos participam, alguns com contribuições efetivas e outros que assimilam e disseminam essas memórias, buscando constituir, a partir desse caráter de hereditariedade despertado, legitimidade à memória coletiva.

O conflito despertou o olhar de alguns pesquisadores que, ao trabalharem com diferentes focos, contribuíram com a reflexão sobre a ocupação da área, uma preocupação que nasce como uma alternativa à versão oficial do Estado: Motta (história, conflito e memória) Barahoma (história e direito), Nunes (história e movimento social) e Ferreira (território, memória, representação e movimentos sociais). De acordo com Félix & Elmir, (1998, p.20). *“Os “diferentes olhares” sobre a questão, de interesse para todos aqueles que trabalham com história, deve-se transformar num elemento capaz de possibilitar a reflexão necessária para a construção “das memórias” (e não de uma memória única e oficial) e suas representações.”*

Mais a frente, ainda neste capítulo daremos lugar (e até destaque) ao protagonismo da Dona Yayá na comunidade, – inicialmente os moradores chegaram até a sustentar que a mesma teria sido originada a partir do estabelecimento da sua família, – embora não se possa desconsiderar a dinâmica comunitária, o que envolve outros núcleos familiares, até mesmo porque tanto o estabelecimento quanto a manutenção da família da Dona Yayá na área não poderia ter se dado sem a teia de relações que foi sendo tecida com outros moradores.

Até antes das remoções, Dona Yayá era a antiga moradora que mais possuía descendentes residindo na Aldeia Imbuhy. Salta aos olhos a identidade gerada não só pelos laços de parentesco, mas pelo que essa mulher representa para os moradores da comunidade.

Contudo, não podemos contribuir para apagar as memórias das outras famílias que habitaram a área. Além disso, numa comunidade, a história de uma família é complementada e complementa outras. Trata-se de desvendar, a partir da história da ocupação, os laços entre os moradores do presente e os do passado, o que torna evidente os conflitos relacionados tanto às reivindicações territoriais, que são mais antigas do que inicialmente se poderia supor⁵⁵ – e não envolvem só o Exército –, quanto ao próprio feito que elegeu a Dona Yayá como sua representante: ter bordado a primeira bandeira do Brasil. Vamos avançando e cada vez mais nos convencendo de que não há uma verdade absoluta a ser descoberta e sim uma disputa por memórias a ser explorada.

⁵⁵Os moradores chamaram a atenção para os conflitos no período militar, conforme Histórico Aldeia Imbuhy, produzido pela Associação de Moradores na década de 1990.

4.3 Os colaboradores entrevistados

Muitos foram os colaboradores que contribuíram nessa empreitada.

Durante o trabalho de campo de reconhecimento da área a primeira ajuda que recebemos foi a de um homem que pescava, ligado aos moradores e que já havia servido ao Exército. Ele contextualizou a vida na Aldeia, mas permaneceu totalmente no anonimato.

Também um militar de alta patente teve participação, contando sua versão, que aliás refletia a visão do Exército, sobre a área e, por motivos óbvios, não pode ser identificado.

Familiares da Dona Yayá, moradores ou não da Aldeia Imbuhy, dos quais recebemos informações ou com os quais conversamos diretamente quando da construção da árvore genealógica, cada um com histórias pessoais riquíssimas que não cabem neste texto, mas podem render outros estudos.

Moradores e líderes comunitários também não se eximiram de ajudar, com informações, entrevistas ou mesmo desfazendo incertezas ao longo de todo o processo de pesquisa.

Dois grupos foram selecionados para as entrevistas: os parentes da Dona Yayá e os moradores cuja atuação foi reconhecida como típica de líderes comunitários.

No primeiro grupo estão a Lucy e a Iza – as netas mais velhas da Dona Yayá, em condição de lucidez e saúde – e no segundo os moradores Ailton Nunes Navega Junior e Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama.

4.3.1. Lucy Vasconcellos Chaves

Lucy de Carvalho Vasconcellos, nasceu em 14 de setembro de 1919. Está entre os cinco filhos de Francisca de Carvalho e Carlos Martins de Vasconcellos, logo, neta da Dona Yayá e do Chico Bessa por parte de mãe.

Ao casar-se com Edigar Chaves, seu nome passou a ser Lucy Vasconcellos Chaves. Eles tiveram quatro filhos, Sandra, Márcia, Carlos Roberto e Débora, conforme árvore genealógica abaixo:

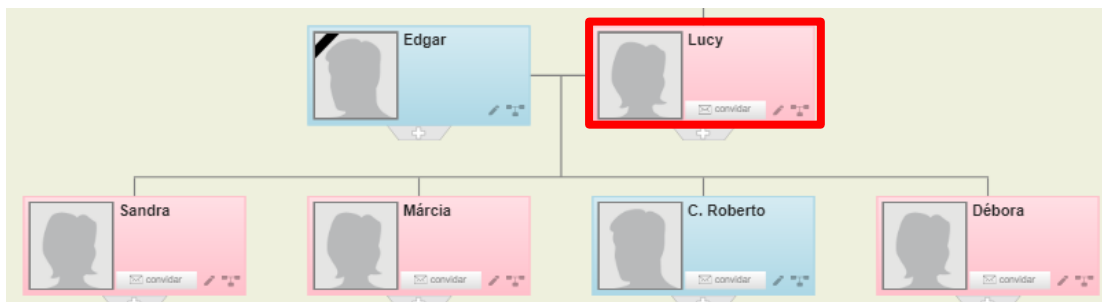


Figura 46: Árvore genealógica da Lucy Carvalho Vasconcelos. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.

A filha Débora, jornalista de profissão, muito colaborou com a pesquisa genealógica, tendo feito, muitas vezes, a ponte com a sua mãe para esclarecer nossas dúvidas. Ela pretende, no futuro, escrever um livro sobre a família.

4.3.2. Iza de Azevedo Rowlands

Iza Carvalho de Azevedo é moradora de Niterói. Ela nasceu em 19 de março de 1930 e é filha de Alice Carvalho de Azevedo e Cândido Reis de Azevedo, logo, neta da Dona Yayá e do Chico Bessa por parte de mãe.

Autora: E qual é o parentesco da Sra. com a Dona Flora Simas de Carvalho, mais conhecida como Dona Yayá?

Iza: Neta.

Autora: A Sra. é neta?

Iza: Neta! Filha de Alice.

Autora: Sim, filha da Alice, certo.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

A casa da Iza é cheia de representações que possuem estreita relação com sua origem e história. Ela foi batizada na Igreja de São Francisco Xavier, no bairro de São Francisco, Niterói- RJ e os próprios avós foram seus padrinhos.

Autora: Eu estou vendo aqui a casa da Sra. cheia de quadros relacionados me parece que à história do Imbuhy. Eu vejo que de 9 quadros aqui, três quadros são quadros de pesca. São Jurujuba né, que a Sra. está falando? Esses três quadros aqui, quadro de pesca né. E há um outro quadro que também parece se relacionar à história de Niterói que é um quadro de uma igreja.

Iza: *É a igreja do saco de São Francisco, onde eu fui batizada. Meus padrinhos eram vovó Yayá, Flora Simas de Carvalho e Francisco Bessa de Carvalho, chamado Chico Bessa de Carvalho.*

Autora: É eu encontrei alguns relatos sobre o batizado da Sra. no jornal

Iza: Foi?

Autora: Sim, sim Sra. E...falando quem eram os padrinhos né, da Sra.

E é muito bom ouvir a Sra falando e confirmando o que está no jornal.

Iza: O meu é confirmado.

Autora: Certo. Então eu estou vendo aqui que o Imbuhy, Jurujuba, Niterói estão no coração da Sra.

Iza: Estão muito na minha mente porque a minha infância foi toda no Imbuhy, quer dizer no Imbuhy indo no fim de semana pra casa da vovó que morava no Imbuhy.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos

Entrevista realizada em 17/05/2018.

Após o casamento com o Oficial da Aeronáutica Reginaldo Maia Rowlands, seu nome passou a ser Iza de Azevedo Rowlands. Eles tiveram dois filhos: Luiz Carlos e Regina.

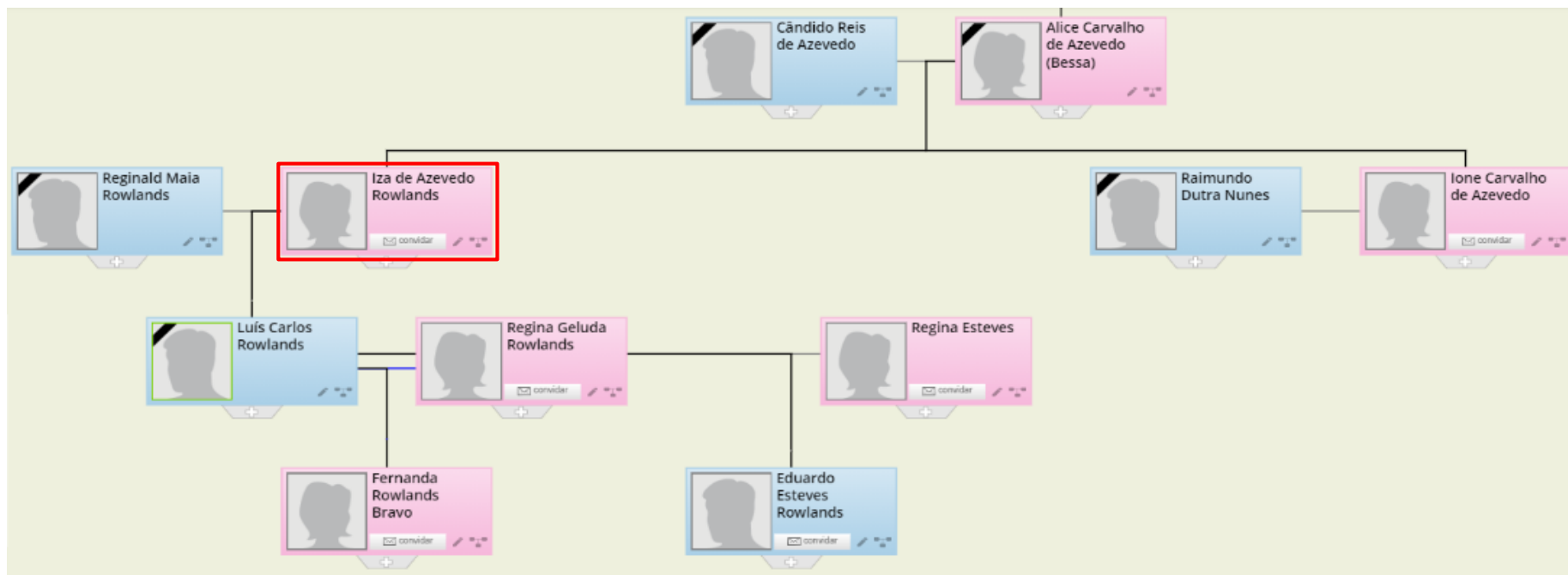


Figura 47: Árvore Genealógica da Iza. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.

A família que a Iza construiu nunca chegou a morar no Imbuhy, mas era presença frequente na casa da matriarca da família, conforme atestou a Iza em sua entrevista:

Autora: E a Sra. frequentou muito a casa do Imbuhy da Dona Yayá?

Iza: Toda a semana nós estávamos lá o fim de semana inteirinho, comendo peixe frito, peixe, caldeirada, aquele feijão gostoso. Vovó fazia um feijão muito gostoso pra a gente. Não sei se você ainda pegou. Você ainda pegou? [Pergunta dirigida a Carlos Antônio Raposo]

Carlos Antônio Raposo: Não. Ela na cozinha, com dotes... os dotes colinários dela não. Eu já peguei da vovó Bizica [Francisca], filha da bizavó, não é...

Iza: Ela cozinhou muito bem, vovó.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Em outro trecho da entrevista a Iza fala da vivência da sua família no Imbuhy:

Autora: (...) A relação da família da Sra com o Imbuhy então...

Iza: Não cessou, porque eu me mudei, vim embora pra Copacabana, fiquei 40 anos quase, 30 e tantos, quase quarenta morando em Copacabana. Eu ia lá, todo o sábado estava lá com mamãe porque meu marido gostava muito de pescar e ele pescava no Forte, atrás do Forte e trazia muita enchova graaande, mas trazia sacas, ele e o Cel Dutra que era meu cunhado, os dois pescando, traziam sacos de enchova, tainha...

Autora: Certo. Atrás do Forte que a Sra diz é no Imbuhy mesmo?

Iza: É... o próprio Forte é no morro, então tinha uma descidazinha até dentro d'água, eles pescavam ali, por trás.

Autora: Entendi...

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Ainda sobre a frequente presença da sua família no Imbuhy, ela relembra brincadeiras de infância entre seu filho e outros bisnetos da Dona Yayá, os filhos do primo Sylvio, que era morador da área, um dos filhos do Hugo:

Autora: Como é que a Sra descreveria o Imbuhy, a Sra me disse que cresceu,

que a sua infância a Sra. passou lá.

Iza: Sempre muito simples.

Autora: Muito simples.

Iza: Meu pai foi até comerciante lá.

Autora: Ah é?

Iza: Teve... Ele quando se aposentou, que ele era funcionário de uma firma grande aqui no Rio, ele foi pra lá pro Imbuhy com mamãe e comprou um armazém pra ter o que fazer.

Autora: Entendi

Iza: Então eu sempre ia pra lá, o Luiz Carlos foi criado – o meu filho – brincando com os primos todos, os filhos do Sylvio né, todos os primos dele brincando ali com aquele revolverzinho de madeira e tudo, e iam pro armazém pra comer bala e mortadela com o avô. Era uma época muito boa.

Autora: Eles então brincavam... os filhos do Sylvio que a Sra está falando, tem a origem lá no Sr. Hugo?

Iza: Exatamente, filho do Hugo.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos

Entrevista realizada em 17/05/2018.

E na velhice uma das filhas com quem Dona Yayá morou foi com a Sra. Alice, a mãe dela.

4.3.3. Ailton Nunes Navega

O morador Ailton Nunes Navega, nascido em 24 de julho de 1949, na cidade do Rio de Janeiro, tem dois filhos e dois netos e é divorciado.



Figura 48: Entrevista a Ailton Nunes Navega, 68 anos. 30 de novembro de 2017.

Ele foi o fundador e único Presidente da Associação de moradores da Aldeia Imbuhy (AsMAI), oficializada em 26 de janeiro de 1995, cuja sede provisória era na Aldeia Imbuhy, nº 12, no bairro de Jurujuba, Niterói- RJ, conforme publicação no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 28 de abril de 1995.

Ailton aposentou-se pela Petrobrás em 2002.

Filho de Antonio Nunes Navega Junior e Alayde dos Santos Navega, ele afirma que nasceu na cidade do Rio de Janeiro e foi “logo para o Aldeia Imbuhy”, onde viveu por quase 67 anos:

Autora: E vc viveu no Imbuhy por quantos anos?

Ailton: Saí de lá com 67 anos, foi a minha existência lá dentro.

Autora: Vc nasceu, já foi morar lá?

Ailton: Já fui morar lá. Só a minha mãe que é nascida, minha mãe viveu lá 90 anos.

Autora: Sua mãe nasceu lá também?

Ailton: Nasceu lá, a vida dela toda foi lá dentro e depois dessa agressão aí posta no olho da rua sem direito a nada.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

O pai dele era natural de Itaocara, município situado no noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1939 e 1945 cumpriu o serviço militar obrigatório no Forte Imbuhy, conforme atestam o depoimento e fotografia abaixo:

Ailton: Meu pai ele foi servir lá, veio de itaocara, né e..., foi servir lá deu baixa, conheceu minha mãe e ficou direto. Eu acredito que 1939, eu acho que foi quando ele serviu e quase que ele foi pra guerra, em 1945 foi quando acabou a guerra né, então ele está lá desde essa época desde 1939.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

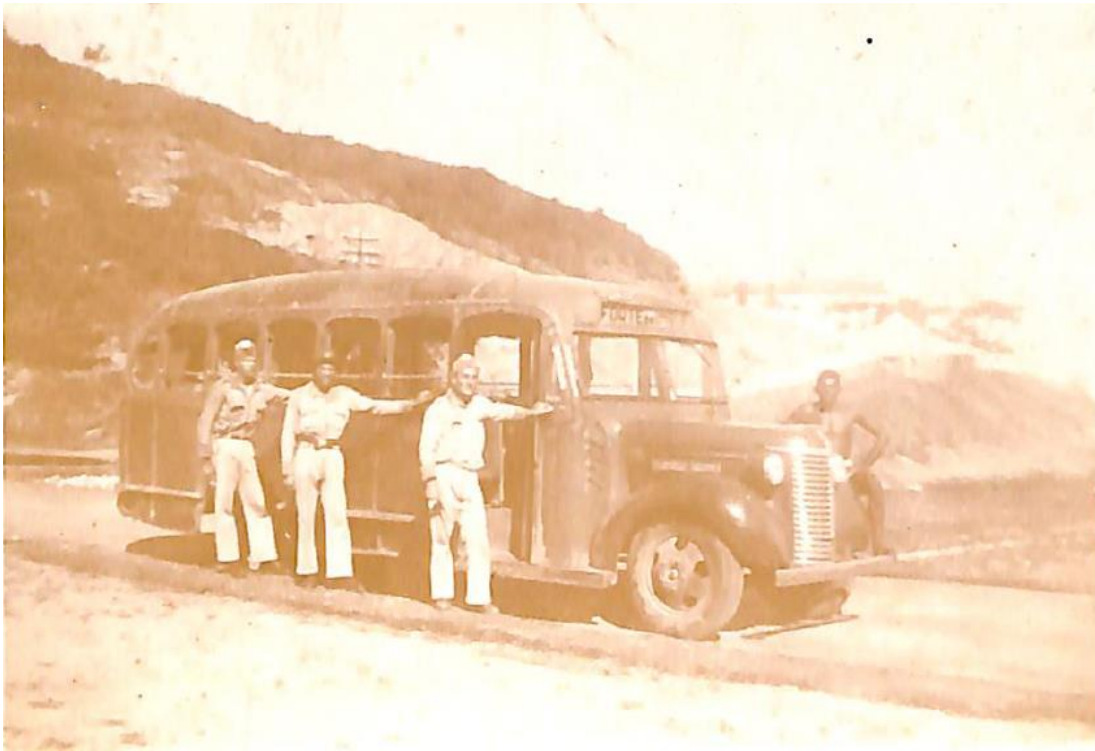


Figura 49: Antônio Nunes Navega (o terceiro perto da trazeira do caminhão) quando prestou serviço militar obrigatório e serviu no Imbuhy. Acervo familiar. 1939 (circa).

A fotografia acima é a única lembrança da época que o Sr. Antônio prestou o

serviço militar. Foi nesse período que conheceu a Sra. Alayde, mãe do Ailton, moradora da Aldeia desde que nasceu, conforme vimos no depoimento acima.

De acordo com Ailton o casamento entre militares e moradores era algo comum:

Jamylle: Isso aconteceu com outras pessoas lá dentro? O que eu queria saber é se era frequente de alguém ser militar e ao mesmo tempo ser morador da comunidade

Ailton: Isso daí ocorria de uma forma tranquila. Nós temos vários exemplos lá de militar que casou com morador.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Perguntada se havia famílias compostas por militares e civis, se lembrava que alguém da comunidade tivesse casado com militar ou se alguém prestava algum serviço, como por exemplo, de costura de fardas ou então lavagem de roupas dos militares, dona Iza respondeu positivamente e ainda deu dois exemplos:

Iza: Tinha um suboficial que ele morreu agora, mês passado. Ele morava lá e a mulher dele era novinha, nortista.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Iza: Aí a filha do Piramba, do Sylvio, casou com um sargento de lá, 1SG, que ele faleceu há dois anos.

Autora: Então a comunidade acabava se misturando um pouco né com o Exército.

Iza: Um pouquinho, é

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Filha de Maria Luiza dos Santos e de pai não mencionado no documento de identificação, a Sra. Alayde teria sido criada pelos avós José Cavalcante de Lima e Maria Porfíria dos Santos Lima, já que os pais morreram cedo.

E é na certidão de casamento dos bisavós maternos que, segundo Ailton, consta “residente no lugar denominado Jurujuba s/ número nesta cidade.”, um indício de que a

família materna é antiga na área.

O Sr. Antônio e a Sra. Alayde se casaram em 31 de julho de 1947.

Autora: Seu pai viveu no Imbuhy desde quando?

Ailton: Desde que casou com minha mãe. Deu baixa, conheceu mamãe e casou. Quer dizer, já namorava a minha mãe servindo lá né. Depois casou, aí depois que saiu do quartel.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.



Figura 50: Casal Sr. Antônio e Sra. Alayde, pais do Ailton Nunes Navega ainda jovens. Acervo familiar. 1940 (circa)

Depois da baixa do serviço militar, o pai do Ailton passou a trabalhar em obras. Eles tiveram dois filhos, Arivaldo Nunes Navega (já falecido) e Ailton Nunes Navega.



Figura 51: Ailton e seu irmão mais velho no Imbuhy. Acervo Pessoal. 1957.

Vide esquema demonstrando as ligações da família, para ajudar a entender quem é o Ailton.

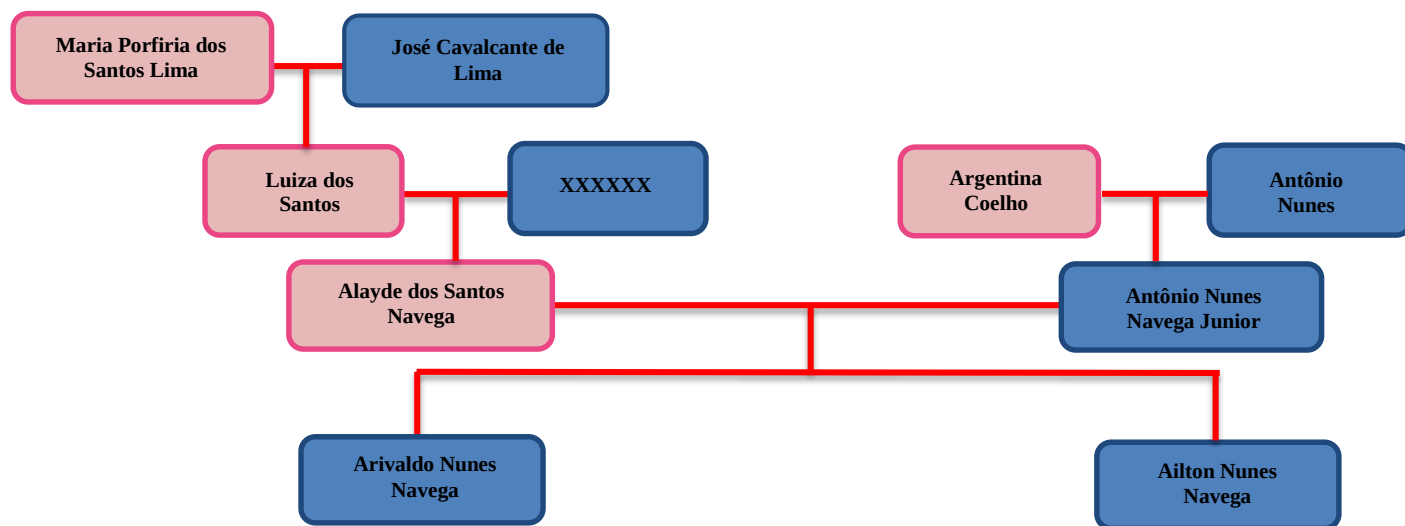


Figura 52: Árvore Genealógica de Ailton Nunes Navega. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de informações obtidas com o entrevistado.

O chefe da família era Mestre de Obras e posteriormente foi funcionário civil do Ministério do Exército, tendo sido seu último emprego na Fortaleza de Santa Cruz.

Entre as restrições baixadas pela administração do Forte estava a proibição de construir casas de tijolos, determinação que, segundo Ailton o pai dele não acatou:

Ailton: Antes da ditadura o meu pai lá pra construir a casa ele peitou muita gente, peitou muita gente. Não se podia construir casa de tijolo. A nossa casa era de tijolo, laje, tudo assim... antigamente era casa de supapo, que eles chamam, pau-a-pique né... e meu pai não, meu pai cismou de fazer a casa, fez, inclusive no período da ditadura, tá e não aconteceu nada, entendeu?

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

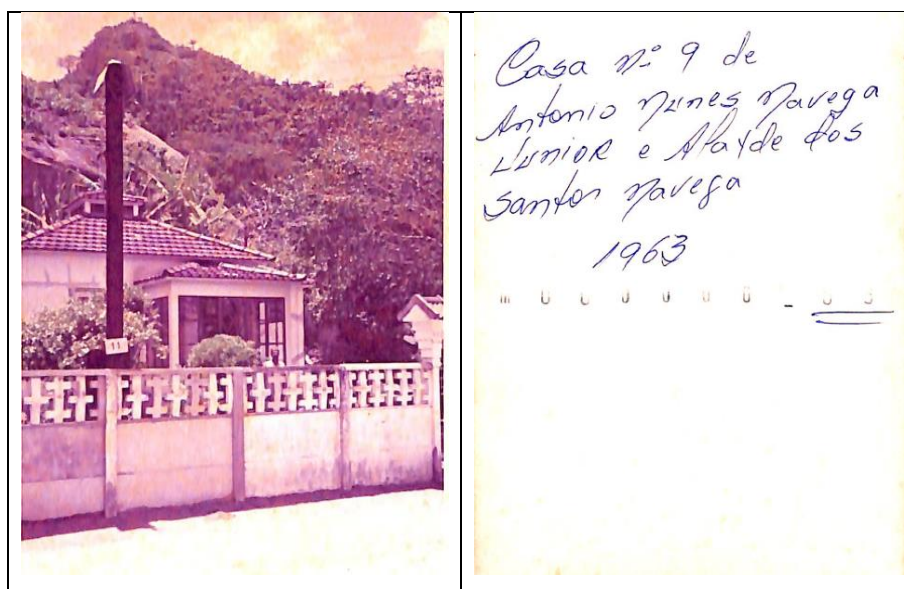


Figura 53: Casa de Antônio Nunes Navega Junior e Alayde dos Santos Navega. Acervo familiar. 1963.

Na fotografia abaixo o casal aparece na parte externa da casa na década de 1970.



Figura 54: Já mais maduro, o casal Antônio e Alayde, no quintal de casa. Acervo familiar. 1970 (circa).

Segundo Ailton, devido à falta de manutenção, a casa vinha apresentando diversos problemas, principalmente relacionados à cobertura, que estava muito deteriorada.



Figura 55: Estado geral da casa antes da reforma do telhado. Acervo familiar. 2000 (circa).

Sem poder esperar mais, ele resolveu trocar o telhado sem pedir autorização para realizar a obra, já que sabia que não seria concedida.

Na impossibilidade da entrada de caminhão, o material foi transportado aos poucos para o interior do seu terreno. Uma vez no terreno não haveria nada que pudesse ser feito para retirá-lo.



Figura 56: Casa 09 antes (déc.1970) e depois (déc. 2000) da reforma do telhado.

Ailton afirma que chegou a ser criticado por alguns moradores pelo vulto da obra, na qual foram mantidas as características originais da casa, conforme pode ser visto nas fotografias acima. Nem mesmo foi feita uma obra por dentro. Ainda segundo ele a troca do telhado foi a solução para uma situação emergencial.

A fotografia abaixo, em perspectiva, demonstra melhor o resultado final da obra do telhado.



Figura 57: Telhado da casa 09 após reforma. Acervo familiar. 2000 (circa).

A casa de número 9 esteve entre as 19 que foram demolidas no período de 07 a 09 de dezembro de 2015, em cumprimento à uma determinação judicial que concretizou a 2ª remoção de moradores do Imbuhy, a que envolveu o maior número de famílias, talvez por isso considerada pelos moradores como a mais traumática.

A mãe do Ailton viveu quase 90 anos na Aldeia Imbuhy e o pai 77 anos.

Segundo Ailton o pai não se conformava com a perda. Um ano e quatro meses depois, em 06 de abril de 2017, ele faleceu, aos 98 anos de insuficiência respiratória.

A mãe, também bastante idosa, desde a sua saída da Aldeia, aos 89 anos, só fala no Imbuhy. Ela teve um AVC, com o lado esquerdo paralisado, vive acamada. Perguntado se poderia conversar com ela, o Ailton respondeu:

Ailton: Eu acho que nao vai render nada.

Autora: Complicado né? Tá.

Ailton: Não vai render nada não porque ela está numa situação de ainda viver no Imbuhy. Entendeu?

Autora: Entendi. E ela quer voltar?

Ailton:...e ela fala..., a noite aqui é um sufoco danado porque ela fala que ela quer ir pra casa dela, que.... Aí eu falo: mãe, o Imbuhy acabou. Como

acabou? A casa tá lá, eu quero ir pra lá. E... outros papos que ela fala do Imbuhy, das amizades que ela tinha lá... Então é isso, eu acho que não vale a pena porque ela só vai falar..., vai falar coisa de muito antigo ou vai falar do meu pai que ela acredita ainda que ainda tá vivo né.

Autora: Entendi. Ela não viu a casa sendo demolida né?

Ailton: Não. Trouxe um dia antes. Trouxe um dia antes, meu filho trouxe com ela pra cá. Um filho ficou com ela aqui e o outro ficou comigo lá, antes deles viajarem.

Autora: E o seu pai, antes de falecer ele sabia?

Ailton: Sabia, sabia...

Sabia?

Ailton: Sabia, mas é aquele negócio né: foi melhor ele não ver.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Ailton lamenta a remoção dos pais do Imbuhy e ainda hoje, com a casa já abaixo, tenta encontrar uma alternativa para que o desfecho dessa história tivesse sido diferente:

Meus pais não faziam parte do processo, pois quem assinou a procuração fui eu. Isto quer dizer que quem tinha que sair era eu e não meus pais, no processo não tem nenhum documento assinado por eles e sua casa não deveria ser derrubada, claro que iria sair, mas não em 2015, teria que fazer novo procedimento, que levaria tempo...

Ailton Nunes Navega.
19 de outubro de 2020.

4.3.4. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama

A moradora Lúcia Helena Nogueira da Gama, nascida em 30 de outubro de 1959, na cidade do Rio de Janeiro, filha de Lúcia Sylvia Costa Saldanha Nogueira da Gama (nome de casada) e Ney Saldanha Nogueira da Gama, tem dois filhos, um neto e é divorciada.

Bacharel em Direito, com duas especializações Lato Sensu, como uma das herdeiras da propriedade de número 26, localizada na Aldeia Imbuhy, foi, entre dos descendentes de Bonifácio Gomes da Costa, quem nos últimos tempos acompanhou mais de perto o desenrolar da disputa entre os moradores e a União Federal.

No momento da entrevista, em 27 de fevereiro de 2018, aos 58 anos, ela pareceu-nos muito politizada, não é para menos, trata-se de funcionária efetiva da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Concursada desde 1985, ela exerce a função de Especialista do legislativo.

Foi possível reconhecer que ela figurava como uma das lideranças da Aldeia, ligada ao Presidente da Associação de Moradores, sob a estratégia de buscar a união entre os aldeãos e reconstruir a história e, conseqüentemente, fortalecer a identidade local para garantir o ganho da (s) causa(s), que era interesse de todos, especialmente dos mais humildes.

Atuou ainda na pesquisa das fontes relacionadas à área nas igrejas, instituições e publicações:

Ailton: A Lúcia, moradora de lá, ela fez um apanhado nas igrejas aí e conseguiu através do Almanake Laemmert esses documentos, onde fala sobre o inspetor de quarteirão, falou que tinha uma fábrica de sardinhas lá dentro também em mil oitocentos e pouco, registro de gente que nasceu em 1820/30, então foi através desse apanhado do Almanake Laemmert.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy.
Entrevista realizada em 30/11/2017.

Mas não ficou só nisso, chegou até a ir à Brasília junto com o Presidente da Associação de Moradores, financiando com recursos próprios a empreitada para lutar pela causa

Seus ancestrais têm lugar reconhecido não só na história do Exército, mas também na do Brasil.

Por parte de pai ela descende de Duque de Caxias e do Marquês de Baependi, que vêm a ser seus tataravôs paternos. Do mesmo lado temos ainda como seu trisavô o Barão de Santa Mônica.

Do lado materno percebe-se ligações não menos interessantes que explicam o pertencimento da família ao Imbuhy.

Bonifácio Gomes da Costa, seu bisavô (pai do avô materno), nascido em 1866, filho de Miguel Gomes da Costa e Rosa Lopes da Costa, também era militar.

Ele casou-se em 24 de dezembro de 1891 com Sarah Braga e Costa, filha de Artur Auriliano Ferreira Braga e Emília Cândida.

O casal morou em São Cristovão e teve quatro filhos: Laura, Henrique, Sylvio e Helena (nascidos Braga e Costa). Mais tarde todos se uniram a cônjuges oriundos de famílias de militares, exceto Henrique que não chegou a se casar.

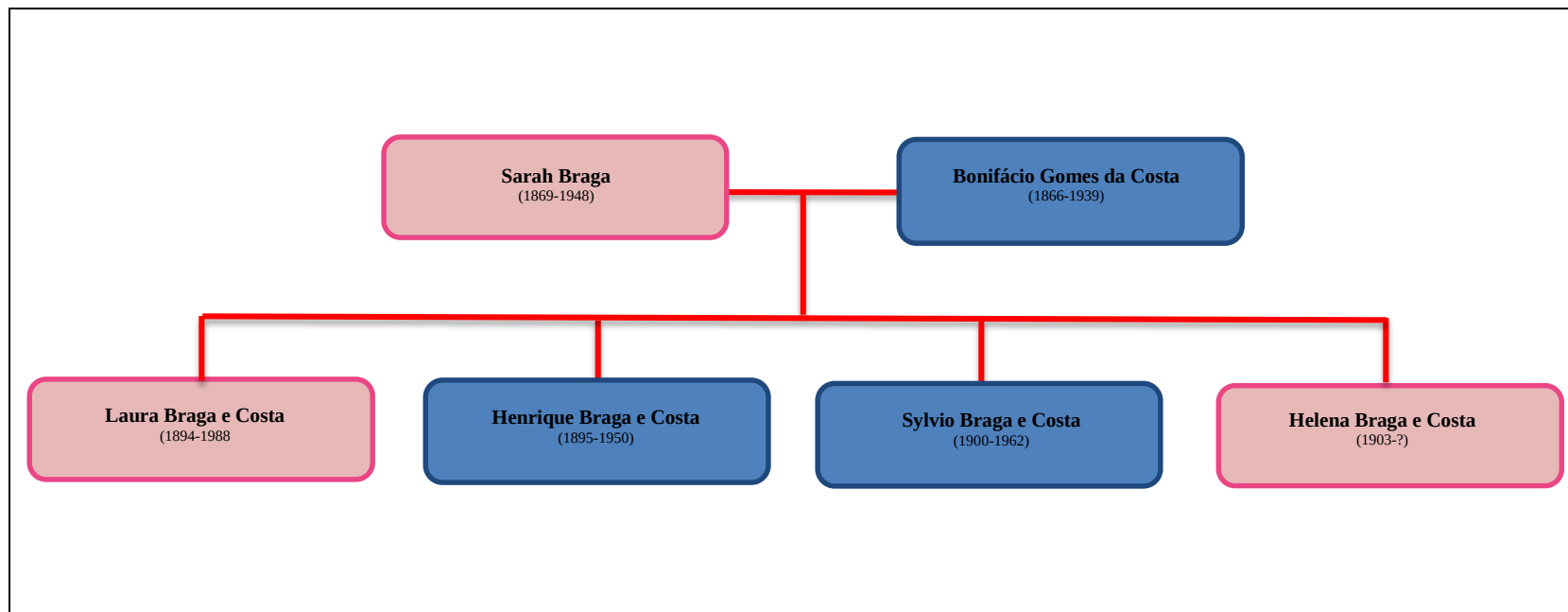


Figura 58:Prole de Bonifácio Gomes da Costa. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de informações obtidas com a entrevistada e dados extraídos do familysearch e do Geni.

E foi ainda enquanto Capitão que Bonifácio Gomes da Costa assumiu, em outubro de 1900, a função de primeiro Comandante do Forte Imbuhy, ainda em obras.

No ano seguinte, em 24 de maio de 1901 o mesmo foi inaugurado. O evento foi prestigiado pelo presidente Campos Sales.

A guarnição provisória era composta por um destacamento de 50 praças do 6º batalhão de artilharia de posição sob o comando de um 1º Tenente subordinado ao Comandante.

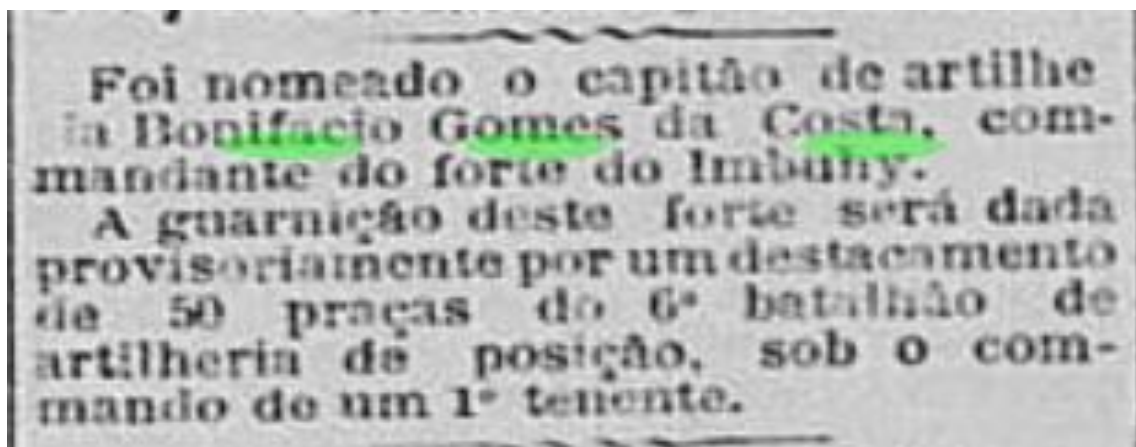


Figura 59: Jornal do Brasil. 7 de abril de 1901, p.5.

Há grandes chances de que esse oficial tenha sido João Fernandes Jansen Tavares, marido de Natalina Medina Jansen Tavares, também bisavô (pai da avó materna) da Lúcia. A própria Lúcia afirmou que no período em que Bonifácio Gomes da Costa comandou o Forte João Fernandes Jansen Tavares era seu subordinado.

O Capitão Bonifácio Gomes da Costa permaneceu no comando até 5 de julho de 1906.

Lúcia chegou a informar que ele já era Major quando assumiu o Forte, uma pequena divergência não só normal como esperada em história oral. A memória falha, o pensamento não é capaz de acompanhar a velocidade e o dinamismo da comunicação oral.

Lúcia: (...) entrou na história do Imbuí através do **primeiro Comandante do**

Forte do Imbuí, que era o... na época ele era Major né, Major Bonifácio Gomes da Costa, e casado com a minha bisavó, ele era o meu bisavô, bisavó Sara.

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58 anos.
Entrevista realizada em 27/02/2018.

É indiscutível que a Lúcia sabe mais do que o normal da própria origem, portanto isso não foi problema, além de facilmente ajustável através da pesquisa documental e da rede de apoio familiar.

Ao que tudo indica a família tem apreço pela história e boa memória, logo tratou-se de um equívoco pontual.

Entre as colaboradoras que não poderia deixar de ser citada está a “tia Emília”⁵⁶ a quem não chegamos a entrevistar, mas foi com ela que, durante o processo de escrita e confirmação dos dados, a Lúcia compartilhou as informações. E retornava com novidade ou relatando tê-la deixado emocionada com nossas descobertas.

A promoção de Bonifácio Gomes da Costa a Major foi após o período que Comandou o Forte Imbuhy, em 9 de outubro do mesmo ano:

⁵⁶ Emília Sylvia Costa Dutra da Silva, filha mais velha do Dr. Sylvio Braga e Costa, portanto neta de Bonifácio Gomes da Costa. Defensora Pública com formação em Direito, Letras e Filosofia. E aos quase 80 anos se formou em Ciência da Computação para entender a certificação digital.

— Por decreto de 9 do corrente, foram promovidos :

Arma de infantaria, a major por antiguidade, o graduado Pedro Alexandrino Souza e Silva, para o 5.º batalhão ; a 1.º tenente os 1.º Americo Dias Moraes e Manoel Burgard Castro Silva ; a 2.º tenentes, alferes alumnos Pompeu Horacio Costa e aspirantes Eduardo Cavalcante, Albuquerque SA e Virgilio Marrones Guzmão,

Arma da cavallaria, a 1.º tenente por antiguidade o graduado Astrogildo Marques Figueiredo ;

Corpo de saúde, a tenente-coronel pharmaceutico de 1.ª classe por antiguidade o graduado Norberto Silva Ferraz ; a major pharmaceutico de 2.ª classe o graduado Henrique Joaquim d'Avila ; a capitão pharmaceutico de 2.ª classe o graduado Benvenuto Augusto Muniz Barretto ; a 1.º tenente pharmaceutico de 4.ª classe o graduado Socrales Zenobio Pinheiro e a major medico de 3.ª classe por merecimento o capitão de 4.ª classe dr. Manoel Pedro Vieira.

Foram graduados de accordo com a lei n. 1215 de 11 de agosto de 1904 e resolução de 5 de outubro os seguintes officiaes :

Arma de artilharia, em major o capitão **Bonifacio Gomes Costa** ;

Corpo de saúde em major pharmaceutico de 3.ª classe o 1.º tenente pharmaceutico de 4.ª classe Bernardo Floriano Costa Britto, em 1.º tenente pharmaceutico de 4.ª classe o 2.º tenente de 5.ª classe Luis Fernandes Ramos.

Figura 60: Nota anunciando a promoção de militares. Diário de Pernambuco (PE) de 13 de maio de 1906, p.2.

De acordo com a Lúcia, foi durante o período que comandou o Forte que seu bisavô passou a alugar a casa em questão, que pertencia a uma antiga família da área, mencionada no Sra. Laemmert no século XIX. Anos mais tarde, na década de 1950 um dos filhos dele, o Sylvio, a comprou.

Uma das três casas até recentemente ocupadas na propriedade, onde morava a mãe da Lúcia, falecida em 2015, era original desse período.



Figura 61: Casa original da propriedade, datada do século XIX. Acervo familiar. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. 2017.

Uma das irmãs da mãe de Sarah, a Carolina Xavier de Novaes, foi a segunda esposa e grande amor de Joaquim Maria Machado de Assis, um dos maiores nomes da literatura brasileira. Sarah era muito apegada a essa tia.

O casal Carolina e Machado de Assis não teve filhos, mas apadrinhou uma das sobrinhas-netas, a Laura, filha de Bonifácio e Sarah.

Carolina faleceu antes de Machado, em 1904. Na ocasião foi feita uma partilha amigável com a cunhada Adelaide e sobrinhos. Quando Machado faleceu, em 1908, a beneficiada em testamento foi a sobrinha-neta (emprestada) e afilhada Laura, herdeira universal dos bens do escritor (móveis, livros e objetos). Bonifácio Gomes da Costa, amigo e cunhado do falecido, foi o inventariante, conforme pode ser atestado no trecho abaixo:

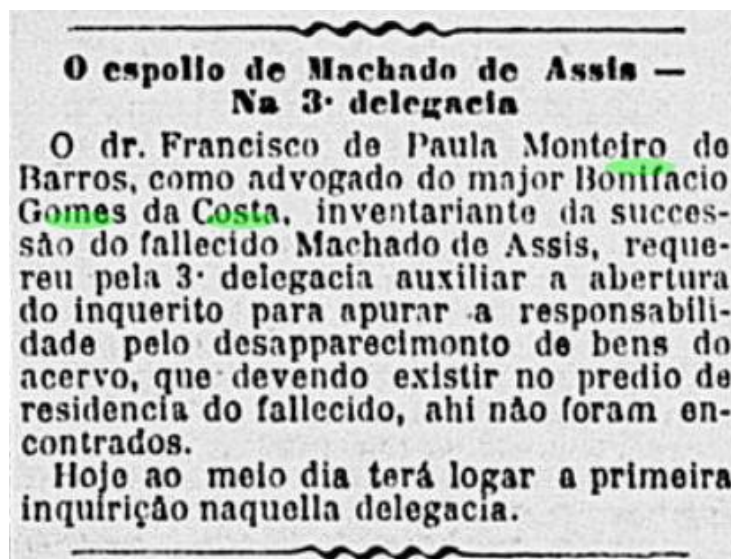


Figura 62: Investigação a respeito do espólio de Machado de Assis. Correio da manhã de 5 de dezembro de 1908, p.2.

Lúcia afirmou que não sabe precisar datas, mas a família foi consultada pela Academia Brasileira de Letras (ABL) para autorizar o traslado do casal, o que foi permitido, desde que fosse respeitado o desejo de Machado de Assis: jamais se separar da esposa.

Os restos mortais de Carolina e Machado de Assis foram transferidos em abril de 1999 do jazigo da família para o mausoléu da ABL, no cemitério São João Batista, em Botafogo.

Laura casou com o Tenente Estevão Leitão Carvalho em 11 de novembro de 1909 e passou a se chamar Laura Costa Leitão de Carvalho.

Em 19 de março de 1926, quando o pai já era General de Brigada e estava reformado⁵⁷, a filha Helena Braga e Costa casou com o Tenente Mauro Montinho da Costa, filho do General de Divisão Alfredo Ribeiro da Costa

A amizade entre os bisavós maternos da Lúcia, Bonifácio Gomes da Costa e João Fernandes Jansen Tavares, que teve origem no relacionamento de trabalho no Forte Imbuhy, resultou na aproximação das famílias e anos mais tarde na união matrimonial de seus filhos. Em 14 de junho de 1934, Sylvio Braga e Costa e Edina Medina Jansen Tavares casaram-se, conforme registro de casamento (vide ANEXO 18). A essa altura o pai da noiva, já era falecido⁵⁸. Por tudo o que representa, a família

⁵⁷ Conforme registros do Sra.e Laemmert de 1925.

⁵⁸ De acordo com Lúcia, seu bisavô João Fernandes Jansen Tavares faleceu ainda novo, deixando a esposa e 6 filhos. Sua bisavó Nathalina ficou viúva ainda nova, com 5 filhas (Alice, Helia, Helcia, Nair,

tem muito carinho por essa memória, que atesta que o casamento entre famílias de militares era algo corriqueiro na Aldeia.

Sylvio, que era médico militar, e concretizou a compra da casa da Aldeia Imbuhy passava nela grandes períodos, mas nunca chegou a habitá-la. Ele vivia com a família em Santa Rosa, conforme identificado em notícias de jornais e confirmado pela neta entrevistada.

Vide esquema demonstrando as ligações da família, para ajudar a entender quem é a Lúcia.

Sylvia e Edina) e 1 filho (César), que faleceu de tifo.

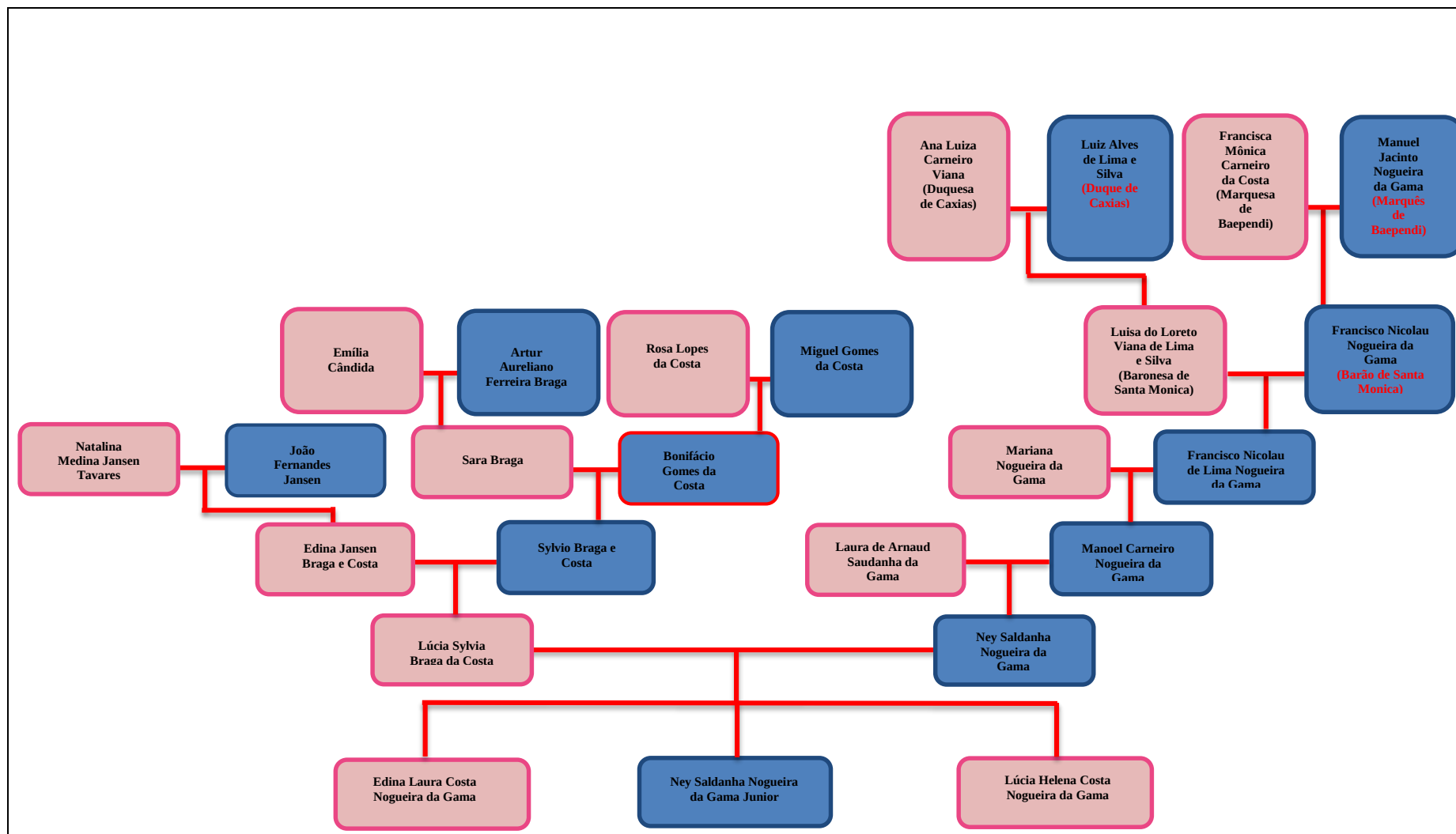


Figura 63: Árvore Genealógica de Lucia Helena Costa Nogueira da Gama. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de informações obtidas com a entrevistada e dados extraídos do familysearch e do Geni.

As três casas da propriedade, representadas pelo número 26 foram objeto da 6ª remoção de moradores do Imbuhy, realizada no dia 01 de dezembro de 2017, em cumprimento à uma determinação judicial que representou a perda de mais uma batalha para os moradores.

Pouco tempo antes de ter sua casa demolida, a Lúcia registrou algumas fotografias do seu paraíso pessoal.

A entrada principal de sua casa era pela varanda da casa da sua mãe, a casa original da propriedade.



Figura 64: Casa da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.



Figura 65: Casa da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.

Sendo assim, as fotos acima são dos fundos da sua casa, que era colada à

casa mais antiga do terreno.

O que ela perdeu, além das memórias de família? O prazer de contemplar a natureza de perto.



Figura 66: Vista da sala da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.



Figura 67: Vista da varanda da Lúcia na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.

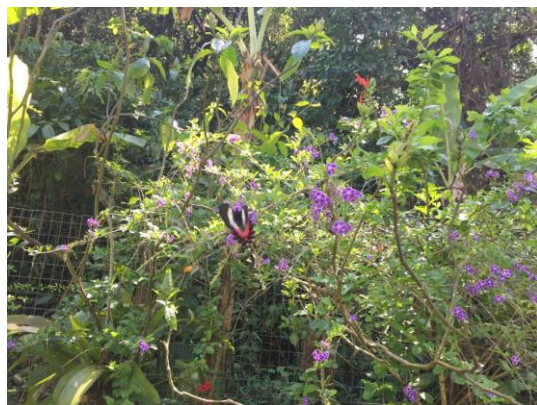


Figura 68: Borboletas e flores: a natureza no quintal de casa. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.



Figura 69: Um jardim florido na Aldeia Imbuhy. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. Novembro de 2017.

O Quintal da Lúcia traduzia a mais completa harmonia entre o homem e a natureza, representada na visita do Tiê Sangue, flagrado por ela na imagem abaixo:



Figura 70: Visita do Tiê Sangue. Acervo pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. 2017.

Em dezembro de 2017 foi a última vez que esse portão foi aberto. E se fechou para nunca mais abrir. Ainda que algo mude, as paredes que guardavam memórias ancestrais não poderão ser reerguidas.



Figura 71: O portão de entrada da propriedade. Acervo Pessoal. Cedida por Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama. 2017

As memórias passaram a poder ser revividas só no tempo e não mais no espaço. A matéria se foi. Ficou a saudade, a história...

Com a demolição das casas, reviver as memórias limitou-se ao tempo. Deixou de ser possível praticar aquela modalidade de lembrança mais interativa, materializável já que o que ela chamava de “meu lugar” foi abruptamente extinto.

O portão não vai se abrir mais, não o mesmo portão, mas as janelas da memória familiar podem alcançar o passado mais remoto.

Contudo, ao que tudo indica a família não desistiu de lutar pelos próprios direitos:

Dói muito não estar ali, junto a natureza, no solo onde a minha família fez história! Mas, o futuro a Deus pertence, e continuamos lutando com muita garra, pelos nossos direitos!

Lúcia Helena Costa Nogueira da Gama.
16 de outubro de 2020.

5. NARRATIVAS ORAIS E ESCRITAS QUE EVIDENCIAM UMA DISPUTA POR MEMÓRIAS: PRESENTE E PASSADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.

As marcas da memória encerram uma ambiguidade latente, são indelévels e opacas, uma névoa espessa mascara os traços de suas pegadas. As recordações não são nunca límpidas, cristalinas, elas repousam no fundo de uma tela recoberta por camadas superpostas de tinta. (...), as marcas que encontramos, ocultas à primeira vista, testemunham uma intenção apagada pelo tempo. (ORTIZ, 2010, p.7).

5.1. Campo, encontros e descobertas: os bastidores da experiência da pesquisa no relato da autora.

Vivemos um período em que além das comunidades, que reivindicam o direito aos territórios ocupados a partir das suas próprias memórias, empresas e instituições de todo o tipo questionam a inexistência de memória administrativa e institucional, visando garantir confiança e credibilidade frente à sociedade. Em todos os casos trata-se de tentativas de preservar as respectivas identidades. Então porque não registrar e preservar a memória acadêmica de pesquisa? E assim deixar transparecer uma entre tantas identidades, a de narrador da própria pesquisa. Vilanova (In. FERREIRA, 1994, p.55-56), nesse sentido alerta: *“temos que acabar com os silêncios. Dos outros e de nós mesmos. E por essa necessidade da ruptura do silêncio, reivindico que a História é diálogo. É como uma opção política, porque nos obriga a mudar os parâmetros equivocados e introduz a esperança do presente no passado.”* Não se pode permitir que outras identidades ofusquem a acadêmica, a qual garante a liberdade de expressão possibilitada pela história oral, essencialmente democrática.

Contraditoriamente, num trabalho envolvendo a construção de um enredo a partir das experiências comunitárias rememoradas por seus atores, nada mais atípico do que registrar a memória da própria pesquisa e, por consequência, as percepções do pesquisador. Mas acreditamos que na relação entre o narrador e o ouvinte há uma lógica dupla, uma reciprocidade, uma troca que se aplica na mesma direção do que nos coloca Vilanova (In FERREIRA, 1994, p.54): *“queremos saber quem são e como são os depoentes, mas, sobretudo, falando com eles, queremos saber quem somos nós.”* Isso porque desconhecemos nossa própria subjetividade.

Sabendo disso, resolvemos seguir em frente, pois o mundo carece de ideias novas. Ao relato é permitido desapegar da obrigação da impessoalidade, o que nos

autoriza, em caráter de exceção, ao registro na primeira pessoa do singular, para evidenciar a experiência do sujeito da ação, nesse caso a autora. A valorização do relato pessoal nesses termos será admitida exclusivamente nos próximos subitens.

O recorte, propositalmente posicionado no início deste capítulo, tem por objetivo reconstituir o caminho percorrido até a fase de pesquisa preliminar, mas não se confunde com o caminho metodológico da pesquisa em si, mantendo relação com ele. Pode ainda vir, futuramente, a ser parte de um memorial, o que não é exigido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ- FFP na fase atual de formação.

5.1.1. O encontro de almas mais improvável: a pesquisadora e o narrador.

Pode parecer melancólico o título desse item, mas ele se refere a um grande achado, daqueles que parece ter sido conspirado pelo universo para me reconduzir a determinado ponto de partida.

Refiro-me a um acaso, proporcionado por um encontro trivial, resultado de uma atividade do dia-a-dia de trabalho, no qual se estabeleceu uma conversa aparentemente sem desdobramentos futuros, mas que me trouxe até aqui. *“Encontro trivial, de certo modo, como são aparentemente todos os encontros, cujo verdadeiro significado só se revelará mais tarde, no tecido de suas implicações...”*(CARPENTIER, 1975, p.18).

Após ter participado da última etapa do processo seletivo do Doutorado neste mesmo Programa, que teria início no segundo semestre de 2015, quando fui aconselhada a escolher outro tema que conversasse mais com minha trajetória, resolvi fazer aulas como ouvinte da disciplina de História Cultural, com a professora Dra. Célia Tavares, buscando redefinir meu objeto.

Eis que um dia, ao final do expediente de trabalho, em resposta a uma curiosidade corriqueira sobre mim e outros três recém-chegados àquele ambiente, um quarteto que era constantemente interpelado sobre suas pretensões futuras, ao comentar informal e rapidamente a respeito dos meus planos com o Senhor Carlos Antônio Raposo, enquanto recebia a chave de sua sala, transpareceram minha trajetória acadêmica, origem e interesses ligados à pesca artesanal, associando habitação e trabalho nesta área, desde muito trabalhada pela Antropologia como tema de inúmeras pesquisas, das quais nos

beneficiamos grandemente e que recentemente vem ganhando reconhecimento também como Geografia da Pesca.

Ao perceber que minhas pesquisas faziam, de certo modo, uma referência à minha própria identidade, - expresso principalmente no fato de ter, na ocasião de meu primeiro trabalho acadêmico, discutido sobre uma comunidade pesqueira localizada no bairro do Gradim, em São Gonçalo- RJ, onde meu avô, Waldemar Francisco de Almeida, foi o primeiro morador e pescador - ele mencionou, confesso que para a minha surpresa, bastante orgulhoso, o fato de também ser descendente de pescadores de uma comunidade localizada no bairro tradicionalmente pesqueiro de Jurujuba, em Niterói-RJ, a Aldeia Imbuhy. Uma feliz coincidência que se desdobrou da minha resposta.

A partir daí aquele Senhor transfigurou-se em narrador e começou a me apresentar a história de sua família. De acordo com o relato, seu bisavô era nada mais, nada menos, do que o líder dos pescadores local. Mas, logo percebi que era da sua bisavó que ele mais se orgulhava: teria ela bordado a primeira bandeira do Brasil Republicano. Trata-se de um feito transmitido de geração em geração no seio da família, via oralidade, mas quase que totalmente desconhecido na história do Brasil, que ressurgiu três gerações depois, quando merece registro. *“A transição do oral para a escrita é algo tão impressionante que, exceto alguns casos de autodidatas, são necessárias três gerações”*, conforme colocado por Vilanova (In. FERREIRA, 1994, p.62).

Abaixo podemos conferir a árvore genealógica do nosso narrador. Carlos Antônio Raposo é casado com AnaMaria Martins Raposo deVasconcellos e tem dois filhos, Daniel de Vasconcellos e Ricardo de Vasconcellos. Ele é filho de Ney de Carvalho Vasconcelos com Edy Raposo de Vasconcellos, neto de Francisca de Carvalho e Carlos Martins de Vasconcellos e bisneto de Flora Simas de Carvalho e Francisco Jorge de Carvalho Bessa, o pescador e a bordadeira que traduzem a linha de ação que os moradores do Imbuhy escolheram, entre tantas histórias e personalidades interessantes, para lutar pelo direito ao território. (Vide árvore genealógica completa⁵⁹ no ANEXO

⁵⁹ A referida árvore inicia pelos pais da Dona Yayá: Manoel Inácio de Simas e Francisca Delfina... , que tiveram cinco filhos: Flora Simas de Carvalho (nome de casada da Dona Yayá), Joana de Simas, Olímpia de Simas, Antônio de Simas e um não identificado do sexo masculino. Dona Yayá teve, com Francisco Jorge Bessa de Carvalho, sete filhos: Francisca, Hugo, Roberto, Alvaro, Alice, Celina e Dilla, dos quais destacamos na árvore acima a filha Francisca avó do narrador. A Francisca teve cinco filhos: Sady, Célia, Lucy, Ary e Ney, sendo este último um dos trinta netos da Dona Yayá e o pai do narrador. O neto Ney, por sua vez teve dois filhos: Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos (o narrador) e Paulo Ney Raposo de Vasconcellos.

20).

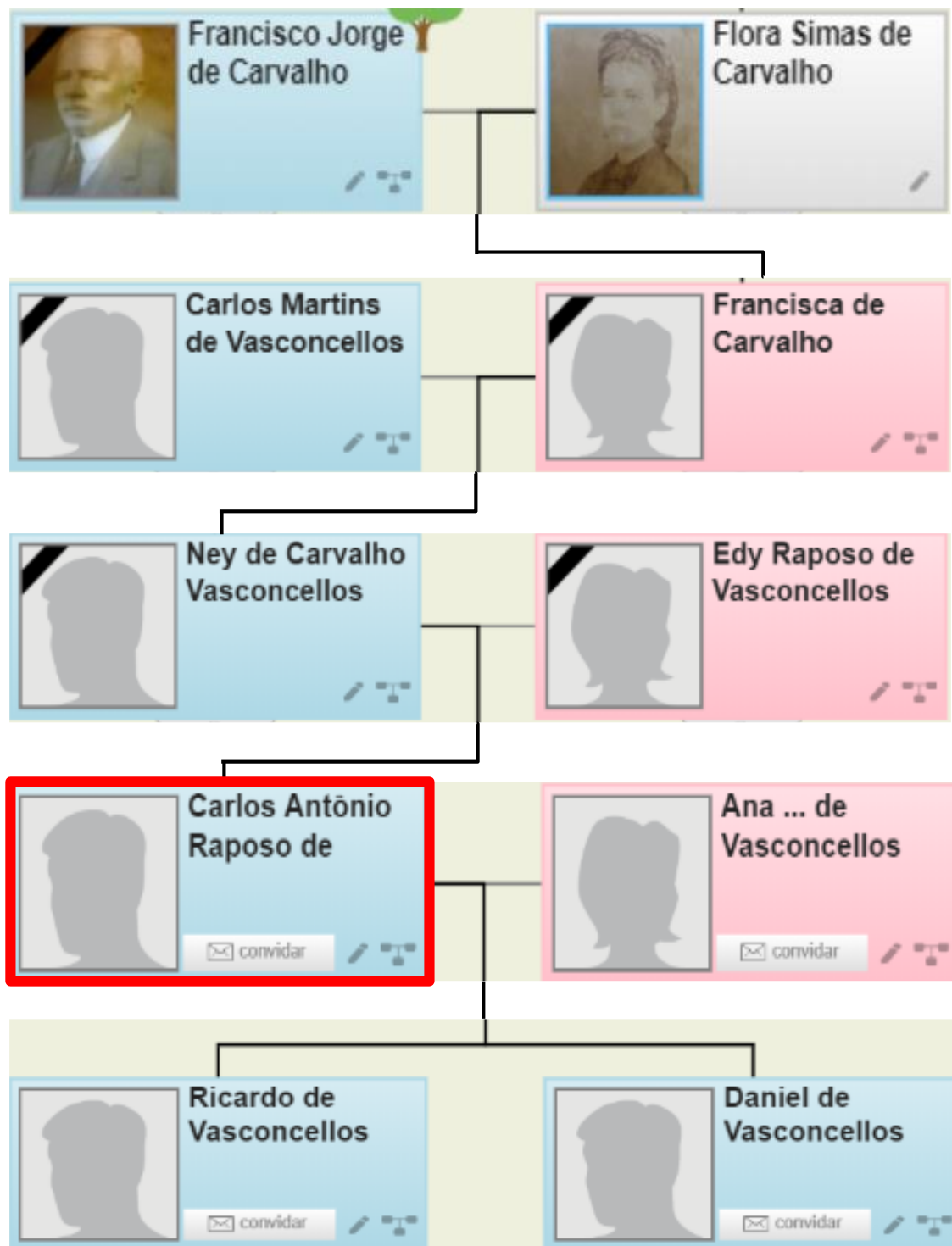


Figura 72: Árvore genealógica de Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos, bisneto da Dona Yayá. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Janylle Ferreira a partir de informações familiares.

Ele descrevia a família, falava das lembranças de criança, dos pescadores, do lugar, do respeito que sua bisavó, já falecida desde a década de 1960, inspirava na comunidade, do pai dela, da genealogia da família, enfim... e não deixou de comentar sobre a disputa judicial que envolvia a comunidade e o Exército.

A essa altura a conversa já tinha evoluído muito e deixado de ser informal, eu já estava de caneta em punho e anotando aquele interessante relato, mas mal sabia para quê. Talvez tenha sido tomada por uma intuição de que havia possibilidade de pesquisa acadêmica por trás daquele relato. Nesse sentido Vilanova (In FERREIRA, 1994, p. 51-52) afirma que *“a imaginação rompe todos os esquemas e temos que estar sempre alertas, trabalhando cientificamente, mas atentos às portas imensas que se nos vão abrindo normalmente – portas insólitas, porque são as do sentido comum – à medida que aprofundamos a investigação.”*

O fato é que eu não fazia ideia, mas tinha acabado de me apaixonar por aquele enredo, se é que isso é permitido a um pesquisador. Já envolvida pelas reminiscências alheias, como uma intrusa, delas me apropriei. Sobre essa sedução que o relato exerce sobre nós, Vilanova (In Ferreira, 1994, p.63) chama a atenção: *“A fonte oral, porque é viva, não só nos seduz, mas também, por vezes nos vence e nos convence (...). Não se pode perder a direção, porque nós não criamos as fontes orais para sermos seduzidos. (...). Mas esta é uma das primeiras coisas a que temos que resistir. Porque a sedução vence, não transforma.”*

O enredo tinha algo do meu primeiro trabalho porque a narrativa parecia que estava me mostrando uma outra identidade daquele ser que, empolgado, em minha frente rememorava, resgatando as próprias memórias adormecidas, fazendo associações, recortes e colagens, chegando a conclusões. Eu tinha encontrado o depoente ponto zero daquele enredo que poderia ser convertido em inúmeras possibilidades de pesquisa acadêmica. Essa pessoa era Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos, um narrador nato, a quem tivemos acesso ilimitado. A contribuição dele foi valiosa não só no que se refere ao conhecimento sobre a história familiar, mas também ao acesso aos parentes.

“Entende-se por ponto zero um depoente que conheça a história do grupo ou com quem se quer fazer a entrevista central. Deve-se, depois de tomar ciência do que existe escrito sobre o caso, fazer uma ou mais entrevistas em profundidade com essa pessoa que é a depositária da história grupal ou

Apesar de o narrador conhecer muito bem a história do grupo, não chegamos a gravar entrevistas formais com ele, que se dispôs a abrir o caminho para que isso fosse feito com aquelas que entendia como depositárias da história grupal, apesar de não terem sido moradoras do Imbuhy, Isa e Lucy, suas tias-avós, já bastante idosas, netas da Dona Yayá.

A cada conversa com ele vinha-me um sentimento de empatia que ia me envolvendo e me fazendo lembrar do que eu senti ao ter a possibilidade de recuperar a história da minha família como requisito fundamental para alcançar a minha tão esperada formação acadêmica, e mais do que isso, para conhecer a fundo a minha própria origem. Aí refiro-me ao encontro de almas, sentido figurado que pretende expressar a minha identificação com o narrador e provocava um sentimento de euforia e de emoção que, ao se misturarem me contagiavam, mas o narrador não fazia ideia disso tudo.

Evidentemente, existe uma dimensão psicanalítica da maior importância, e que deveríamos aprofundar muito mais, que é o método dialógico da relação entre o entrevistador e o entrevistado, carregada de emotividade e de subjetividade. (...) Acho que a emotividade é parte de alguma coisa que nos aproxima do nosso objeto, que pode, de certa maneira, permitir que esse objeto seja desvendado, e não obscurecido. (CAMARGO. In. FERREIRA, 1994, p.81)

Apesar de não se tratar de um entrevistado, faz todo o sentido a citação acima com relação à emotividade que envolveu aquele relato. foi assim que narrador se transformou numa espécie de guia da pesquisa de um objeto que ainda estava por ser delimitado.

Como se não bastasse, o enredo envolvia ainda um conflito territorial entre a comunidade e um braço do Estado, que poderia ser qualquer um, mas tal como trabalhei na dissertação de mestrado, meu segundo trabalho com pescadores artesanais abrangendo habitação e trabalho, tratava-se de uma Força Armada. Era muita coincidência.

Na oportunidade, discuti a estratégia de fortalecimento da identidade da

Comunidade Pesqueira do Jequiá, em resposta à ameaça de remoção, para fazer frente à vizinha Estação Rádio da Marinha do Brasil, localizada na Ribeira - Ilha do Governador, Rio de Janeiro- RJ, que reivindicava o terreno.

Conforme já mencionado, na ocasião os moradores usaram a Missão do Cruzador José Bonifácio que, capitaneada por Frederico Villar entre 1919 e 1923, fundou Colônias de pescadores de Norte a Sul do país. E a antiga colônia Z-1, atual Z-10 argumentava ter sido ela a primeira a ser fundada pela própria Marinha.

Ao buscar saber mais sobre a comunidade Imbuhy, descobri que seus moradores também usavam uma estratégia de fortalecimento local e era ela justamente a bisavó do meu narrador. Pronto! Eu tinha nas minhas mãos, como num passe de mágica, a possibilidade de continuação da minha trajetória acadêmica, conforme havia sugerido a banca de seleção.

Ironia do destino ou quis Deus que eu voltasse a estudar uma comunidade que tivesse relação com uma Força Armada? Só que a essa altura eu já não era a mesma... a banca de seleção sabia disso e eu mais do que ninguém. Acreditei como nunca na liberdade acadêmica e segui em frente, atenta aos receios da minha orientadora e lutando internamente contra as paixões que me conduziram ao tema, mas não podem gerir o estudo, perseguindo uma pretensa neutralidade de caráter legitimador.

As razões pelas quais o meu narrador tanto se orgulhava da sua origem, e focava na confecção da bandeira, possuem estreita relação com o fato de ter sido forjado num ambiente que valorizava o patriotismo, cultivando o respeito aos Símbolo Nacionais, principalmente à Bandeira do Brasil, durante todo o período de formação e de carreira.

Era ele um militar, Fuzileiro Naval, que serviu à Marinha do Brasil entre 1973 e 2006, 33 anos de serviço. Formado em Engenharia Operacional Mecânica e em Ciências do Mar na Escola Naval em 1976, alcançou o último posto de carreira como Oficial Superior, Capitão de Mar-e-Guerra no ano 2000 e foi transferido para a reserva em 2006. Hoje trabalha na Escola Superior de Guerra sob regime de Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC)⁶⁰.

Apesar desse parêntese sobre a formação e profissão do meu narrador, neste

⁶⁰ É regulamentada pela Portaria Normativa nº 002-MD, de 10 de janeiro de 2017. Trata-se de uma medida de gestão de pessoal militar que tem por fim permitir a execução de atividades de natureza militar por militares inativos das Forças Armadas possuidores de larga experiência profissional e reconhecia competência técnico-administrativa.

estudo ele será mencionado, assim como todos os outros depoentes, pelo nome, pois trata-se de uma história de família que nada tem a ver com a carreira profissional, não cabendo questão de posto ou patente no tratamento.

Pouco tempo depois, ainda no mesmo ano de 2015, aconteceu algo incomum: o Programa resolveu abrir novo edital de seleção. A explicação racional foi que era desejável passar a receber os alunos no primeiro semestre para melhorar a questão da quantidade de bolsas, mas, ao que tudo indica, o universo conspirava novamente a meu favor. Dois elementos importantes: esforço e sorte. E um indispensável: fé. É como diria o ditado popular: *Deus ajuda a quem cedo madruga*.

Fiz esse processo seletivo, cuja turma teve início no primeiro semestre de 2016. Quanto ao tema, não havia dúvidas: O fortalecimento da identidade na Aldeia Imbuhy diante da ameaça de despejo, materializado naquela que confeccionou a primeira bandeira do Brasil, a bisavó do meu narrador.

Um dia antes da minha entrevista, última etapa da avaliação, grande parte da comunidade foi removida, o que apesar de ter sido sinalizado, não impediu meu ingresso.

Consolidado o tema, seria essa a primeira de tantas outras conversas com o narrador, que me abriu não só a possibilidade de continuar minha trajetória, mas me inseriu em sua família para que eu pudesse conhecer as pessoas que seriam a chave para os meus questionamentos sobre a bordadeira da primeira bandeira republicana do Brasil.

Além disso, durante todo o processo, as dúvidas que iam surgindo e ele nem sempre dava conta dos questionamentos. Bastava eu dizer que algo não se encaixava na colcha de retalhos que estávamos montando, no plural porque um trabalho com narrativas, explorando memórias, só pode ser coletivo, e ele prontamente sacava o celular, e através de sua rede social mandava minha dúvida para seus familiares, o grupo dos primos, parentes que a essa altura muito já tinham ouvido falar de mim por ele: “Jamylyle, a moça que está escrevendo um livro sobre a família”, tem uma dúvida, dizia ele. Em poucas horas ele recebia uma enxurrada de áudios e mensagens debatendo o tema e foi assim que muitas dúvidas preliminares foram esclarecidas coletivamente, apesar da distância física entre os participantes essa rede de relacionamentos familiares foi bastante útil.

E quando alguém tinha uma pista, ele me passava o telefone daquele que poderia

esclarecer. Foi assim inicialmente que fui me inserindo num caldeirão de informações que precisavam virar dados de análise. Conheci a sua prima Débora, uma jornalista que, ela sim, tinha a pretensão de escrever um livro sobre a família. Ela foi figura fundamental que me forneceu contatos e informações que buscava junto à sua mãe, a dona Lucy, uma quase centenária muito lúcida, neta da Dona Yayá que me recebeu em sua casa com prazer para entrevista, ocasião em que fui acompanhada por seu primo de segundo grau, o narrador Carlos Antonio, que me apresentou à parte da família que mantinha contato com ela. Algum tempo depois cheguei a participar da comemoração do seu centenário, conforme convite abaixo.



Figura 73: Convite do aniversário da dona Lucy, neta da Dona Yayá.

A categoria de “amiga” que aos poucos os seus parentes foram me enquadrando, demarcou um limiar de familiaridade que dificilmente acederia sem sua interveniência. *Um precário e difícil equilíbrio entre um conveniente efeito de empatia e uma inconveniente e perigosa sobrecarga da relação*, conforme apontado por Duarte (1999, p.27). Em outras palavras, o autor alerta que essas relações são salutares para a pesquisa,

mas é importante buscar manter o controle sobre sua interferência.

O que poderia parecer só um evento, teve, na verdade, grande importância para estabelecer alguns contatos e esclarecer dúvidas eventuais. Estava lá eu, numa situação um pouco mais descontraída, acompanhada do meu marido e da minha filha, mas com meu celular nas mãos, fotografando e anotando.

A medida que eu era apresentada a alguém ou interagia com os grupos, imediatamente o assunto da minha pesquisa virava o tema da conversa. E eu, confesso, vi nessa ocasião uma grande oportunidade de incentivar o debate entre os familiares sobre as inúmeras versões a respeito do tema, tentando, na medida do possível, não importunar. Enquanto os familiares estavam lá se divertindo, eu estava a trabalho.



Figura 74: Festa de aniversário da dona Lucy (centro), entre Carlos Antônio Raposo de Vasconcellos (direita) e Janylle de Almeida Ferreira (esquerda). 14.09.19. Foto: Vitor Pacheco.

Também tive acesso à outra prima de primeiro grau de seu pai, a Iza, outra neta idosa que me forneceu documentos e fez contatos interessantes que geraram outras fontes.



Figura 75: Iza de Azevedo Rowlands em sua casa no dia da entrevista. 88 anos. 17.05.2018. Foto: Jamylle de Almeida Ferreira.



Figura 76: Aniversário da Dona Lucy. Da esquerda para a direita: Carlos Antônio Raposo Vasconcellos, as irmãs Ione e Iza (nascidas Carvalho de Azevedo) e a autora. 14.09.19. Foto: Vitor Pacheco.

É que ela mantinha acesso frequente a Sérgio Gomes de Carvalho e o Cláudio Gomes de Carvalho, filhos do Sylvio Simas de Carvalho, o Piramba, que por sua vez era filho da Dona Yayá, ambos moradores do Imbuhy. E assim, sob a intervenção dela, outros documentos foram chegando às minhas mãos.

A família era grande. E como é difícil para quem é de fora saber com quem ou

de quem se está falando. Muitas vezes eu tinha que interromper o meu narrador para perguntar o grau de parentesco entre aquele sujeito da ação e a Dona Yayá. Isso era um entrave à narrativa.

Senti falta de uma árvore genealógica para minha própria consulta, ou seja, um registro dos antepassados representado de forma gráfica para demonstrar as conexões familiares entre os indivíduos.

5.1.2. A construção da árvore genealógica.

Ao iniciar a reconstituição da genealogia da família da Dona Yayá, não sabia que daria tanto trabalho também não fazia ideia de que isso me colocaria em contato com tanta gente. Ao montamos uma árvore genealógica contendo 412 pessoas, percebi que a família era maior do que eu pensava.

Como ferramenta usei o Geni⁶¹, em sua versão gratuita “*Geni Basic*”. Trata-se de uma rede social genealógica de propriedade privada israelense da empresa Myheritage, que tem como finalidade criar uma árvore genealógica mundial.

Na ferramenta é possível preencher vários campos biográficos sobre os familiares. Como o propósito de uma rede social é conectar perfis, o Geni oferece a possibilidade de convidar usuários (parentes), através de e-mail, formando um banco de dados, mas para deter o controle do processo acabei não abrindo para ninguém, eu mesma ia fazendo as inserções, o que foi mais trabalhoso, porém garantiu a segurança dos dados.

Apenas os membros podem ver as informações sobre si e as pessoas em sua rede imediata que lhes deram permissão, ou seja, os familiares. Conforme autorizado pelo meu narrador, para ter a possibilidade de construir a árvore e manipular os dados, entrei como Flora Simas de Carvalho, a Dona Yayá, e fui fazendo todas as inserções familiares. Neste caso a única impossibilidade foi colocar que ela era falecida.

Conforme eu entrava em contato telefônico com as pessoas e explicava meu interesse acadêmico, a grande maioria me fornecia informações para compor essa árvore e me colocava em contato com outros familiares. Apesar de não ter tido essa sorte em

⁶¹ Originalmente criada em 2007 para a empresa Yammer, que em julho de 2012 acabou fazendo parte da Microsoft. Em novembro do mesmo ano foi adquirida pela MyHeritage.

todos os contatos, pois houve pessoas que não foram encontradas e outras que por motivo de algum rompimento familiar ou mesmo por questões profissionais, não foram solícitas, o que quer dizer que há lacunas na árvore, mesmo assim, posso dizer que o resultado foi satisfatório.

Foi estabelecendo esse tipo de contato, um a um, por telefone que cheguei a receber até documentos por correspondência em minha residência.



Figura 77: Correspondência enviada pela Sônia para o meu endereço

Os documentos e Notícias de Jornais recebidos por correspondência relacionavam o Imbuhy e a família da Dona Yayá.

1902

Nos abaixo a Signado declarámos
que tendo feito uma dívida na venda
do Imbuhy a qual dívida os abaixo a
Signados entregaram em pagamento
da quentia de dezentos e vinte mil réis
2:20000 - um sítio de sua propriedade no
referido lugar
e por ser verdade pagamos o presente
do que vai por nos a Signado e as
testemunhas Francisco Bessa de Carvalho
Eloy Marinho

Imbuhy 25 de Junho de 1902

Francisco Bessa de Carvalho
Eloy José Pereira de Azevedo
Antônio de Francisco de Azevedo, por não saber
Francisco Bessa de Carvalho
Antônio de Francisco de Azevedo
Por não saber ler não escrevo pedindo
Pedro Joaquim da Fonseca por não saber

Doc 5/6

Figura 78: Sítio dado em pagamento de dívida na venda local em 1902, numa transação testemunhada pelos líderes dos pescadores locais. Acervo pessoal da família da Sônia.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELECTRICA - Nº 6159

Recebeu de Otto Gutierrez Simas
a quantia de 10.000 Rees mil e 00/100

relativa á: Ligação do Predio Imbuhy

Ligação do Predio Imbuhy da 10.000

com medidor do ampères

10.000

10.000

Sello do Recibo

Recbi e importância

Nietheroy, 9 de Dezembro de 1929

Nietheroy, 9 de Dezembro de 1929

[Signature]
Certo de Trabalho

[Signature]
Certo

1929
12-9

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELECTRICA Nº 8506

Recebemos de Otto Gutierrez Simas
a quantia de 55.100 cinquenta e cinco mil e 100/100
relativa á:

Ligação do predio Imbuhy

com medidor do ampères

55.100

55.100

55.100

Sello do Recibo

Total

Extrahido por [Signature]

Nietheroy, [Signature]
Certo

Figura 79: Conta de energia elétrica de residência na Aldeia Imbuhy de 1929 em nome de Otto Gutierrez de Simas. Acervo pessoal da família da Sônia.

1918 N.º 48

Collectoria de Rendas do Estado do Rio de Janeiro

EXERCICIO DE 1918

Imposto de Divida activa

A fl. _____ do livro de Receita fica debitada ao active

Collector a quantia de 24,750

que em 13 de Setembro de 1918 pagou D. Helena Gutierrez Simas

pelo imposto respectivo ao imóvel situado na localidade denominada Aldeia Imbuhy 3.º districto deste município, correspondente a 1917

Collectoria de S. Gonçalo

em 13 de Setembro de 1918

O COLLECTOR, M. V. de Sá O ESCRIVÃO, M. V. de Sá

8-11-9

Figura 80: Comprovante de Pagamento de Imposto, em nome de Helena Gutierrez de Simas, referente a Imóvel localizado a Aldeia Imbuhy realizado em 1918, referente ao ano anterior. Acervo pessoal da família da Sônia.

n. 1732
1915

Capitania do Porto do Estado d. *P. de Janeiro*

O Capitão do Porto do Estado d. *P. de Janeiro*
faz saber aos que o presente Arrolamento virem: que *Francisco Bessa de Carvalho* domiciliado em *Lombay*
declarou perante a Capitania do Porto o seguinte:

1.º Nome da embarcação *Tambuly* Armação *carroca*
2.º Comprimento *6m 42* Bocca *2m 49* Pontal *0m 40*
Tonelagem: Bruta *520K?* numero de passageiros *1,10*
Tipo da machina *—* força em cavallos nominaes *—*
e regimen *—* systema do propulsor *remes*
do construtor *—*
construção *—* data da construção *—*
e Classe *Y 40*
me do proprietario *Francisco Bessa de Carvalho*
Estação *—*

Secretaria da Capitania do Porto d. *P. de Janeiro*
em *24 de Setembro* de 1918.


Pro CAPITÃO DO PORTO

Imp. Naval

Figura 81: Registro da Capitania dos Portos documentando embarcação de pesca em nome de Francisco Bessa de Carvalho em 1918. Acervo pessoal da família da Sônia.

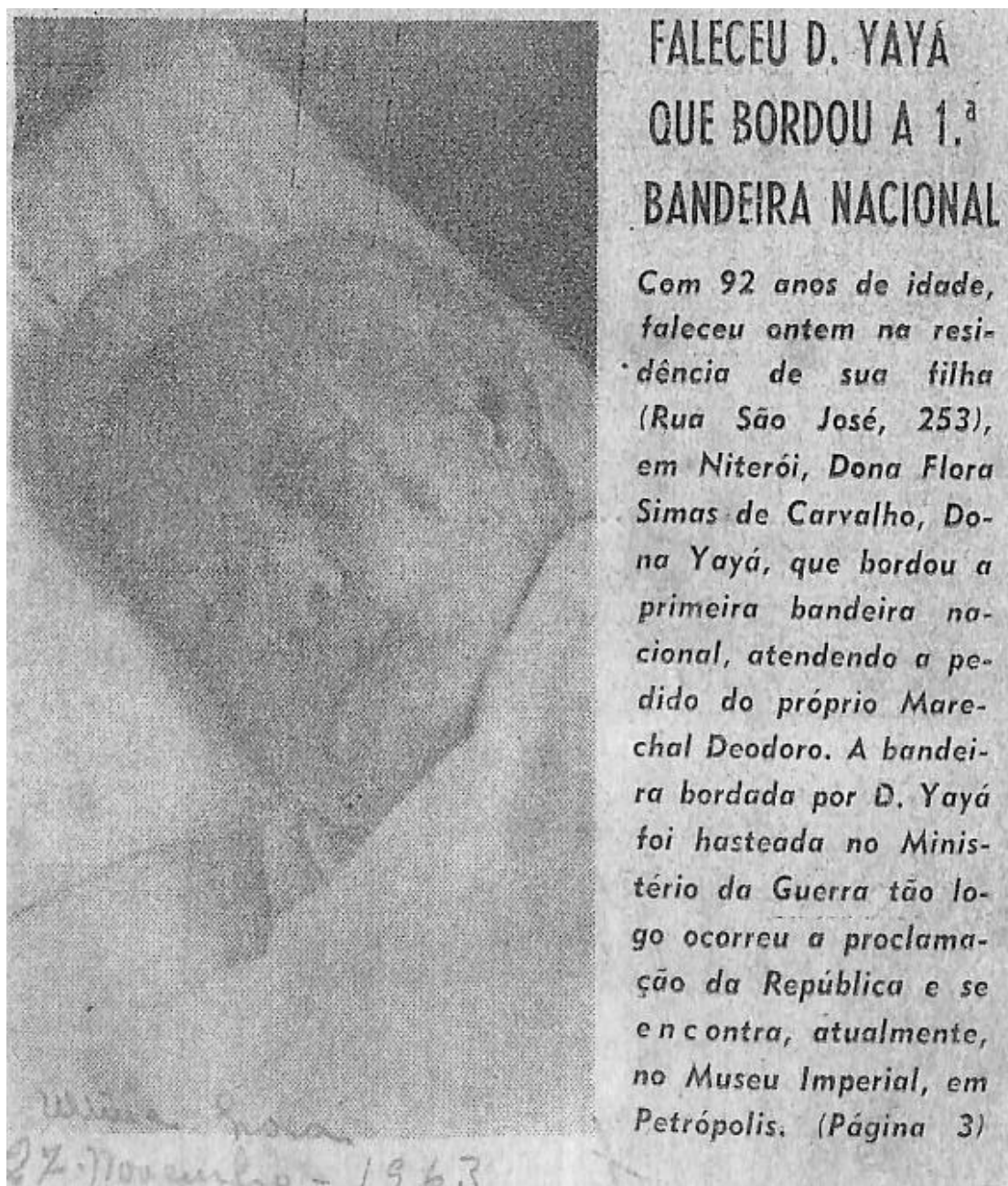


Figura 82: Recorte de Jornal enviada por Sônia sobre o falecimento da Dona Yayá.

Idosa de 80 anos luta para não perder casa onde nasceu

Aos 80 anos, a dona-de-casa Maria Presciliana Corrêa nunca imaginou que um dia teria que deixar para trás o lugar onde nasceu e criou seus descendentes. Ela é uma das dezenas de moradores de uma colônia de pescadores levantada há décadas no local onde hoje existe o Forte Imbuhi, e que protestaram na manhã de ontem para não serem despejados. **Página 4**

Figura 83: Recorte de Jornal enviado por Sônia destacando a indignação de uma idosa frente à possível remoção dos moradores da Aldeia Imbuhy.



Figura 84: Recorte de Jornal enviado por Sônia a respeito da desocupação da Aldeia Imbuhy.

Protesto contra ação de despejo na Aldeia Imbuhy

Manifestação das famílias de pescadores que querem o direito de continuar vivendo em comunidade centenária teve apoio de políticos

NATASHA MAZZACARO

«Cerca de 30 pessoas participaram de uma manifestação, na manhã deste sábado, em defesa das 32 famílias de pescadores da Aldeia Imbuhy ameaçadas de despejo. A comunidade centenária, localizada entre as fortalezas Rio Branco e Imbuhy, em Juruá, sofre uma ação de despejo movida pelo Exército, que alega posse das terras ocupadas pelos pescadores.

O protesto foi reforçado pelo deputado estadual Rodrigo Neves (PT) e pelos vereadores Leonardo Giordani (PT) e Paulo Eduardo Gomes (PSOL). Segundo o vereador petista, o deputado federal Chico D'Ángelo (PT) atende uma visita ao Ministério das Cidades. Uma comissão formada pelos aldeões deve acompanhar o parlamentar à Câmara dos Deputados, em Brasília, na quarta-feira.



Moradores exibem cartazes em que apelam para não terem de deixar suas casas

Outra estratégia do grupo é transformar a comunidade em "patrimônio imaterial" do Estado, para pressionar os militares a retirar a ação de despejo.

Segundo o deputado estadual Contê Boleto (PT),

que elaborou um documento encaminhado ao ministro da Justiça e ao comando do Exército Brasileiro sobre o assunto, "os moradores passam por humilhações e constrangimentos há anos". De acordo com ele, as famílias são submetidas a

normas rígidas impostas pelo Exército, como limite para receber parentes e amigos em suas residências, horários estabelecidos para chegarem em casa, retirada de telefones públicos do local, além de não poderem contactar suas casas. ■

Figura 85: Recorte de Jornal enviado por Sônia sobre protesto contra despejo dos moradores da Aldeia Imbuhy.

Sonia Maria Freitas de Paiva fez questão de mandar os documentos que possuía. Ela é viúva de Nelson de Carvalho de Paiva, neto da Dona Yayá, conforme pode ser observado na árvore genealógica resumida abaixo:

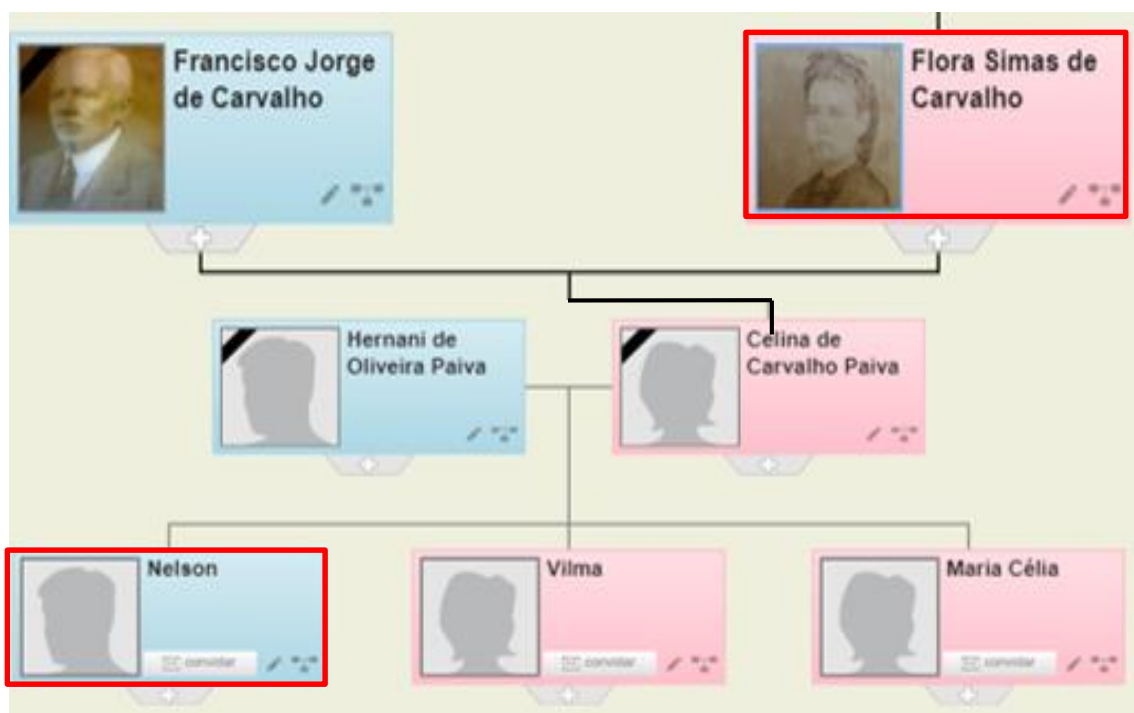


Figura 86: Nelson de Carvalho Paiva, filho de Celina Carvalho de Paiva, neto da Dona Yayá. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.

Mais do que puramente vontade de contribuir com a minha pesquisa, ela queria reparar um constrangimento sofrido na infância pela sua neta, que vinha a ser, por parte de seu marido, trineta da Dona Yayá. Ela tinha portanto interesse que o feito da Dona Yayá ganhasse ampla divulgação.

5.1.3. Reparando um constrangimento sofrido na escola.

Sonia, esposa de Nelson Carvalho de Paiva, neto da Dona Yayá, contou-me uma interessante história que ocorreu certa vez na escola de Karen de Paiva Hippertt, neta do casal, hoje com 23 anos.

Ao comentar com a professora e os colegas de classe sobre o feito do qual sua família muito se orgulhava, de que era descendente da mulher que bordou a primeira bandeira do Brasil republicano, todos teriam duvidado dela e a criança, de apenas 9 anos, teria ficado muito decepcionada, o que causou um grande mal-estar.

Bosi (1994, p. 73) nos auxilia no desvendamento da decepção da menina, ao

afirmar que “*a criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização.*”

Ainda segundo a autora (1994), crescer sob as influências de histórias e lendas antigas nos conforta e traz familiaridade com coisas que não conhecemos. Deste modo, quando a criança se depara com algo que lhe é familiar, mas que ela não teve contato, essa familiaridade provem de lembranças de seus avós ou pais, então trata-se da memória coletiva (abordada por Halbwachs (1950). Os idosos nos passam o seu conhecimento, as suas experiências. Dessa forma, é baseado nas lembranças deles que desde pequenos vamos criando nossas próprias opiniões, sentidos e visões de mundo.

De acordo com Sonia, quando a pequena Karen chegou à casa, ao tomar conhecimento do ocorrido, a família resolveu juntar documentos para comprovar a veracidade daquele fato, transmitido de geração em geração por via oral, mas passível de comprovação documental. Afinal, a história que chegou até a Karen, através da transmissão intergeracional, o avô dela conheceu através de sua protagonista, a própria Dona Yayá, que viveu a narrativa. Essa sucessiva partilha de memórias para com a geração seguinte, nas palavras de Pollak (1989, p. 01), “[...] *fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.*”

A escola, que trabalha para perpetuar os heróis nacionais, desconhecia aquele que na memória afetiva da menina era um precioso detalhe da história da Proclamação da República e pôde atualizar-se em relação à história do Brasil, bem como desfazer o mal-entendido, aquietando a família, que tinha na Dona Yayá uma figura de destaque no episódio da república, associada aos heróis de seu tempo.

A escola, auxiliada pela família é um dos principais instrumentos destinados à perpetuação do herói. É lá que datas cívicas, festejos e comemorações – sem falar das aulas – reforçam na memória das crianças a saga desses personagens especiais, fazendo a alegria dos vendedores de cartolina, com suas fitas auriverdes, decalcomanias e adesivos. (MICELI, 1998, p.18)

Atualmente muitas pesquisas são feitas pelos alunos na internet, o que gera ilustrações impressas igualmente coladas em cartolinas enfeitadas.

Seja como for, no fundo, o desejo da família era incluir a Dona Yayá entre esses heróis que a escola aclama. Contudo, em que pese a desconsideração da Dona Yayá pela escola, simbolicamente ela passou a representar, três décadas depois de seu falecimento, diante da possibilidade de desapropriação de terra, a esperança para uma comunidade inteira, da qual muitos membros são seus descendentes. Observou-se que ela cumpria a missão de fundir as múltiplas partes que compunham a realização do ideal de libertação e emancipação do agrupamento social do qual fez parte, criado e mantido por interesses e intenções múltiplas. E apesar de não ter dado a vida por esse ideal, o que é comum aos heróis, Miceli (1988, p.12) alerta que o sentimento prevalece sob todas as outras circunstâncias que pesam na consagração de um herói.

A despeito do esforço dessa família, que reside fora do Imbuhy, a informação não se propagou para as turmas dos anos seguintes, muito menos para outras escolas.

Sendo assim, a escola não

funcionou como meio de disseminação daquele conhecimento, permanecendo limitada ao conteúdo programático, mas se isso não foi possível, a bordadeira não foi de todo esquecida, a não ser por aqueles professores que têm no livro didático sua única forma de atualização.

Mas, de acordo com professores de história da educação básica⁶², é bastante comum encontrar no livro didático alguma referência à confecção da bandeira, geralmente por meio da reprodução do quadro “*A Pátria*”, pintado por Pedro Bruno em 1919 e em exposição permanente no Museu da República, que ilustra uma cena em que mulheres bordam uma bandeira do Brasil republicano.

⁶²De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, trata-se do nível da educação escolar brasileira que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.



Figura 87: “A Pátria”. Pedro Bruno (1919). Óleo sobre tela. Museu da República. Rio de Janeiro.

Há quem reforce a possibilidade de ligação entre a obra e a confecção da primeira bandeira nacional republicana:

“Esta romântica pintura de Pedro Bruno (1888 – 1949) é denominada “**A Pátria**” e **retrata a confecção da primeira Bandeira Republicana do Brasil**; a obra, bastante divulgada nos livros didáticos de **História do Brasil**, foi pintada em 1919 e faz parte do acervo do Museu da República, situado no Rio de Janeiro.” (Pátria Mineira).

Sendo assim, aquela que protagonizou a confecção da primeira bandeira republicana teria sido retratada na cena.

Um parêntese se faz necessário. Embora tenha sido mencionada no trecho acima uma corriqueira abordagem da obra “*A Pátria*” em livros diáticos de História, o feito da Dona Yayá permaneceu desconhecido por grande parte da população e até hoje neles não mereceu nenhuma linha, para livrar a Karen das memórias daquele constrangimento vivido na escola e realimentar a sua identidade.

Ora, se a obra retrata a confecção da primeira bandeira republicana, nada mais justo do que dar a Dona Yayá esse crédito. Não se sobre essa autoria houver uma disputa de memórias, pois o livro didático trabalha com informações já consolidadas. De qualquer forma seria muito rico, ao abordar a conteúdo de república, mencionar essa, entre tantas disputas de memórias que ocorreram ao longo da nossa história e originaram uma versão vencedora, algo que o professor pode fazer, independente do livro didático.

Uma pequena amostragem, composta por três livros didáticos que tratam o tema, possibilitou ter uma idéia de sua abordagem. O assunto foi encontrado em livros de 9º ano do ensino fundamental e também no ensino médio, que trabalha com conteúdo revisional.

Não se trata de uma análise aprofundada a respeito do conteúdo do livro didático, o único aspecto que nos interessa é se a abordagem do assunto passa ou não pela utilização da obra “*A Pátria*”, bem como se é feita alguma menção ou associação à confecção da primeira bandeira do Brasil republicano.

Nos três livros didáticos recentes que selecionamos, identificou-se que, ao abordar o tema, nenhum atribui à Dona Yayá o protagonismo do feito, o que denota que da época da Karen pra cá não houve avanços nessa direção.

O primeiro se trata da versão do professor do livro do 9º ano que integra a coleção Teláris, da editora Ática, de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino.

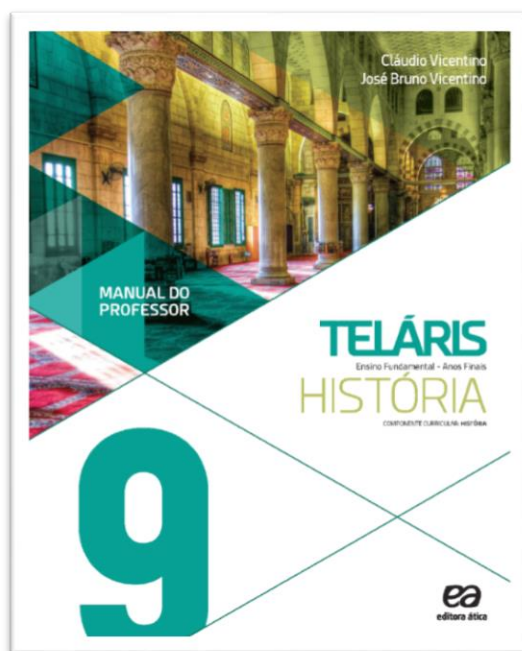


Figura 88: Livro didático do ensino fundamental da Coleção Teláris - Editora Ática em versão impressa



Figura 89: Livro didático do ensino fundamental da Coleção Teláris - Editora Ática em versão digital.

O material didático aborda o assunto a partir do quadro “A Pátria” e confere o trabalho à esposa e filhas de Benjamin Constant, o que denota o caráter político da construção da memória.



Figura 90: Ilustrações explicativas sobre o Quadro A Pátria - Livro didático do ensino fundamental da Coleção Teláris - Editora Ática.

O segundo livro é o caderno 4 de uma versão do professor do 3º ano do ensino médio do Colégio e Curso PH.

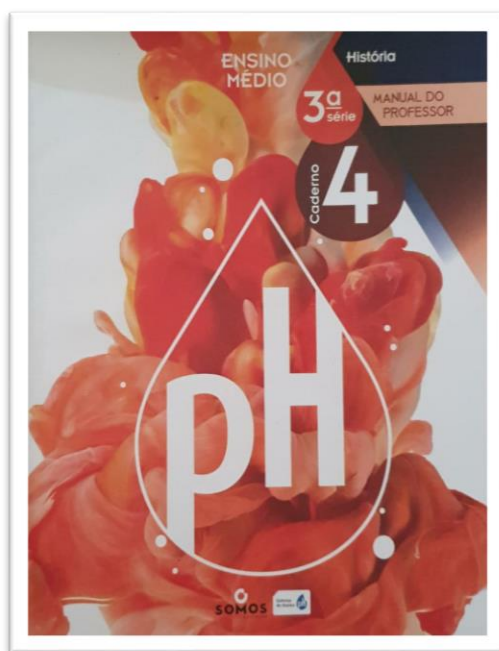


Figura 91: Livro didático do ensino médio do Colégio e Curso PH.

O material utiliza o quadro “A Pátria” para representar o nascimento da república, mas não faz nenhuma menção à autoria da bandeira.

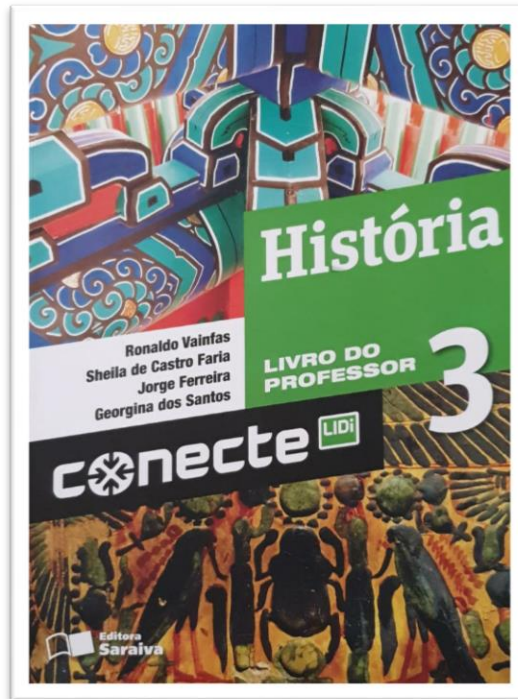


Figura 93: Livro didático do ensino médio da Coleção Conect - Editora Saraiva.

Não faz qualquer referência à obra “A Pátria”, à confecção da bandeira do Brasil republicano e muito menos apresenta qualquer informação sobre suas possíveis bordadeiras, como se pode observar na ilustração abaixo:



Figura 94: Símbolos da República no Livro didático do ensino médio da Coleção Conecte - Editora Saraiva.

De fato é um detalhe muito polêmico, mas além dos motivos já apresentados, trata-se de uma disputa que envolve duas personalidades de Niterói, onde se localiza a universidade em questão: uma moradora da cidade, a Dona Yayá, e a família do Niteroiense Benjamin Constant. Talvez valesse a pena considerar, mas entendemos que o livro tem projeção nacional e não local, o que aponta para a necessidade de uma proporcionalidade no tratamento dos temas. Em qualquer projeto de livro didático é necessário fazer escolhas, pois nem tudo pode ser aprofundado.

Para além do livro didático e dos documentos que a família enviou para a escola na época (que recentemente também recebemos), apresentamos algumas obras sobre os símbolos nacionais que fazem menção à Dona Yayá como bordadeira da primeira bandeira do Brasil republicano. É importante destacar que, pelo ano de publicação, todas já estavam disponíveis na época do episódio vivido pela Karen.

A primeira delas, intitulada *A Bandeira do Brasil: Raízes Histórico-Culturais*, de Raimundo Olavo Coimbra, teve a primeira edição publicada pelo IBGE em 1972, em comemoração a aos 150 anos da independência; a segunda em 1979, em comemoração

aos 90 anos da bandeira republicana e a terceira no ano 2000, em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil. Seleccionamos aqui a primeira e a terceira edição porque entre elas chamou a atenção a mudança do *layout* da capa.



Figura 95: Obra original e terceira edição do livro *A Bandeira do Brasil: Raízes Histórico-Culturais*, de Raimundo Olavo Coimbra – Editora IBGE.

A capa da Edição de 1972 apresenta elementos estilizados dos pavilhões nacionais de Portugal e do Brasil, fazendo alusão às raízes ibéricas brasileiras na construção de nossos elementos simbólicos pátrios, já a capa da edição de 1979 é ilustrada pela gravuraquadro “*A Pátria*”, centralizada sobre um fundo verde e com letras nas cores amarelo e branco, todas representativas da nossa bandeira. A pintura de 1919, em óleo sobre tela, de Pedro Bruno, reproduz uma cena na qual mulheres trabalham na confecção do pavilhão nacional.

Numa obra literária que atribui à Dona Yayá a confecção tanto da primeira quanto da segunda bandeira republicana (COIMBRA, 1972, p.317), informação que

permanece em todas as edições, não parece ser casual a opção por uma capa que utiliza como ilustração a gravura do quadro “A Pátria”. O autor atribui ainda à família de Benjamin Constant a confecção de outras duas bandeiras, “*destinadas às escolas Militar e Superior de Guerra*”⁶³.

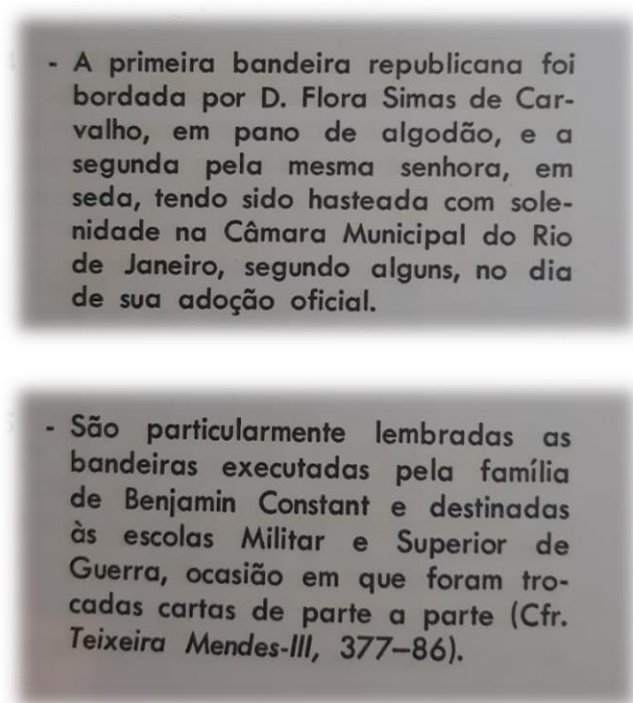


Figura 96: Detalhe da publicação de Coimbra (1972, p.317), que atribui à Dona Yayá e à família de Benjamin Constant a confecção da primeira e de duas outras bandeiras respectivamente.

Haveria na terceira edição a intenção de associar a tela com o feito da Dona Yayá, que o livro propõe como a bordadeira da bandeira que teria inaugurado a república, num merecido destaque? Ou à família do positivista Benjamin Constant, ainda que a ela o autor não tenha atribuído o protagonismo do feito?

⁶³As Escolas Militares e a Superior de Guerra compunham o ensino superior militar (formação de oficiais), sendo responsáveis por ministrar respectivamente os cursos de Infantaria e Cavalaria e de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior. A Escola Superior de Guerra, que de acordo com Carvalho (1990) foi criada em 1889, foi unificada à Escola Militar em 1898 e passou a chamar-se Escola Militar do Brasil e existiu até 1905, conforme Rodrigues (2016).

A utilização da ilustração não exclui a possibilidade de menção à ação e não necessariamente à mulher que protagonizou a cena, ou mesmo à representação e aos significados envolvidos nesse episódio da história do Brasil. Pode-se considerar ainda que o autor tivesse a intenção usar a confecção da bandeira como uma metáfora para a construção de uma república, não se tratando necessariamente da primeira bandeira. Os motivos reais dificilmente saberemos, mas começamos a entender o motivo pelo qual os moradores do Imbuhy associam a cena do quadro à Dona Yayá.

A segunda obra, intitulada *Armas, Brasões e Símbolos Nacionais: 90º Aniversário da Bandeira Nacional*, de Sebastião Ferrarini, foi publicada Instituto de Ensino Camões. Trata-se de uma obra didática de 1979 que passou pela análise do Ministério da Educação, tendo sido aprovada pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, um procedimento que reflete o período em que foi editada. Não vamos nos ater a isso, mas sim à menção feita à Dona Yayá, que justifica a seleção dessa obra para compor este subitem.



Figura 97: Livro Armas, Brasões e Símbolos Nacionais: 90º Aniversário da Bandeira Nacional, de Sebastião Ferrarini, editada pelo Instituto de Ensino Camões.

A capa da obra é ilustrada por três bandeiras que remetem às nossas tradições: a Bandeira da Ordem de Cristo, criada em 1322 por D. Dinis, 6º Rei de Portugal, a primeira bandeira ligada estreitamente às tradições históricas do Brasil. Ela é sobreposta pela bandeira que foi criada por D. Pedro I em 18 de setembro de 1822 como pavilhão pessoal do Príncipe do Reino. Em 1 de dezembro do mesmo ano, com a sagração e coroação de D. Pedro I como imperador, a coroa real, presente na bandeira, foi substituída pela imperial. A ela se sobrepõe a bandeira republicana positivista, criada em 1889.

Como demonstra a imagem acima, o autor atribui a Dona Yayá a confecção daquela que considera como primeira bandeira nacional, adotada oficialmente no dia 19 de novembro de 1889, deixando de mencionar qualquer participação dela na confecção

da bandeira hasteada no dia da Proclamação da República.

3.4. — A BANDEIRA NACIONAL



3.4. — A BANDEIRA NACIONAL

A Bandeira Nacional foi idealizada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos.

O Professor Manuel Pereira Reis, catedrático de astronomia, deu às estrelas a projeção desejada. Não existe identificação oficial das estrelas com os Estados. A transcrição conhecida é interpretação do Gen. Pollí Coelho, de rara felicidade.

A comissão designada para estudar a nova Bandeira do Brasil, composta por Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva, Demétrio Ribeiro, Couto Magalhães, Rui Barbosa, Lucena e outros fez questão de dar ênfase ao Cruzeiro do Sul.

O Lema **ORDEM E PROGRESSO**, inscrito em verde na zona branca foi resumido por Miguel Lemos. Segundo Augusto Comte, significa: "O Amor por Princípio, a Ordem por Base e o Progresso por Fim."

A primeira Bandeira Nacional, arvorada às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889, foi bordada por Dona Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro, data da sua adoção oficial.

— 67 —

A primeira Bandeira Nacional, arvorada às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889, foi bordada por Dona Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro, data da sua adoção oficial.

Figura 98: Detalhe da publicação de Ferrarini (1979, p.67), que atribui a Dona Yayá a confecção da primeira bandeira do Brasil.

A terceira obra, intitulada *Presidentes da República: Símbolos, Hinos e Canções*, de Américo J. Lacombe e Pedro Calmon, teve a pesquisa coordenada por Sebastião Pereira da Costa Filho, e foi publicada em parceria entre CEDIL/ALHAMBRA/MEC/FAE, em comemoração aos Cem anos de República e ao Centenário da Bandeira (1889-1989).

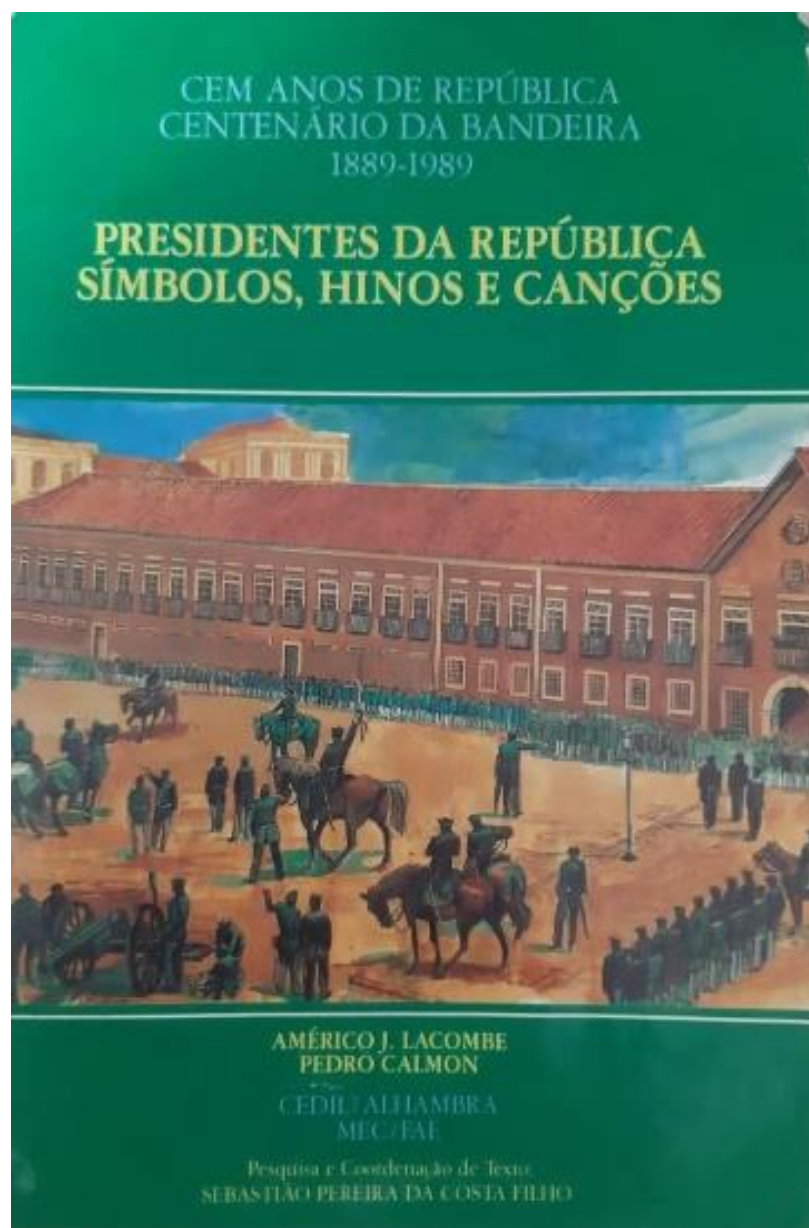


Figura 99: Livro Presidentes da República: Símbolos, Hinos e Canções, de Américo J. Lacombe e Pedro Calmon, editada em parceria entre CEDIL/ALHAMBRA/MEC/FAE.



ca, foi resumido por Miguel Lemos. Segundo Augusto Comte, significa: "O Amor por Princípio, a Ordem por Base e o Progresso por Fim." A primeira Bandeira Nacional, arvorada às 12 horas do

dia 19 de novembro de 1889, data da sua adoção oficial, foi bordada por Dona Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro.

Figura 100: Detalhe da publicação de Lacombe e Calmon (1989), que atribuem à Dona Yayá a confecção da primeira bandeira do Brasil.

Assim como na publicação anterior, os autores não fazem qualquer referência à bandeira bordada por Dona Yayá para o dia 15 de novembro de 1889, mas reconhecem sua autoria com relação à bandeira adotada oficialmente no dia 19 de novembro de 1889, em sua versão original, contendo 21 estrelas.



Figura 101: Bandeira Republicana do Brasil, criada com 21 estrelas (1889- atual)

Quatorze anos depois, temos a oportunidade de tornar público esse episódio vivido pela karen, brindando-a com a árvore genealógica que demonstra seu parentesco com a Dona Yayá, a bordadeira da primeira bandeira do Brasil, um reconhecimento que ela merecia, desde menina.

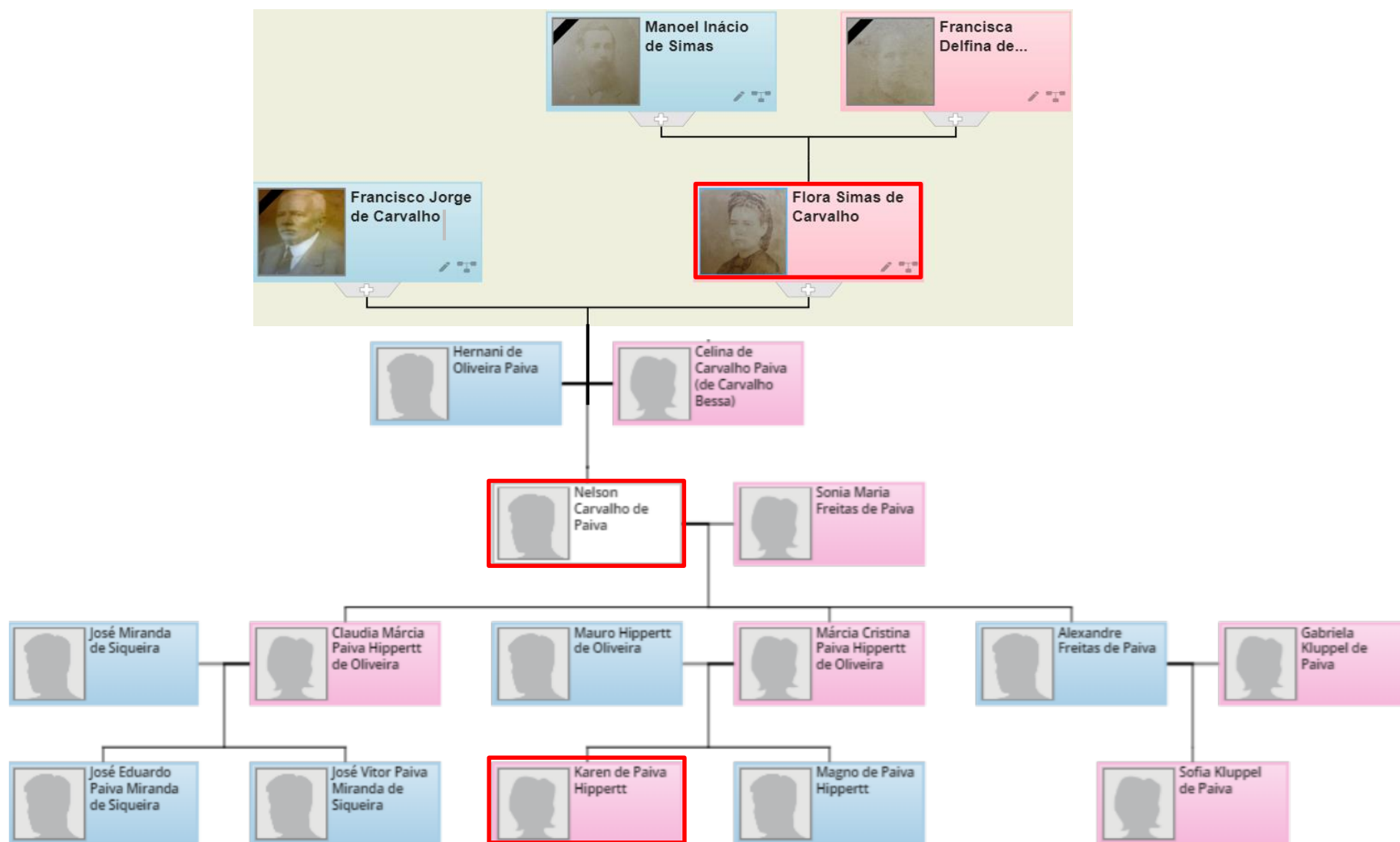


Figura 102: Árvore Genealógica demonstrando a ligação entre a Karen e a Dona Yayá. Produzido e inserido no Geni Family Tree por Jamylle Ferreira a partir de informações familiares.

O enredo, uma história de família que se confunde com a história do Brasil, confere à Dona Yayá papel de destaque na confecção da bandeira da República, recém-proclamada, e ainda carente de símbolos.

Rememorar-la aciona uma identidade que vai além dos familiares moradores do Imbuhy, um feito para o qual diversos documentos ou notícias de jornais e publicações apontam, mas faltava-lhe legitimidade acadêmica, daí o espírito colaborativo da família.

E foi atrás do rastro de que a bandeira bordada pela Dona Yayá poderia estar num Museu que chegamos ao Museu da República.

5.1.4. Pelos Museus

No dia 08 de junho de 2016 fizemos uma visita guiada ao Museu da República com o bisneto da Dona Yayá, Carlos Antônio Raposo de Vasconcelos que, apesar de não ter sido combinado, acabou se apresentando como tal. Fomos recepcionados e acompanhados pelo mediador Carlos Xavier, do Setor de Educação.



Figura 103: Mediador ao centro explicando ao grupo sobre o Museu da República. Foto: Luiza Gomes. 8/06/2016.

Até aquele momento todas as pesquisas sobre o acervo do Museu da República que tivemos contato relacionavam o quadro “A PÁTRIA”, de Pedro Bruno, óleo sobre tela, 1919, em exposição permanente no referido museu, à confecção da

primeira bandeira republicana e à família de Benjamin Constant.

Para Abreu (1991, p.94), o objetivo principal do museu, enquanto instituição consiste em “*resgatar uma tradição nacional e forjar um sentimento cívico.*” Talvez por isso a confecção da primeira bandeira republicana seja tão facilmente associada à família de Benjamin Constant e não à Dona Yayá.

Os museus nacionais surgiram no final do século XVIII, na França, tendo como principal finalidade contribuir para a valorização da nação e incentivar o amor à pátria.

A ideia de preservar o passado nacional através do patrimônio, colocado à disposição do público, passou a estar intimamente relacionada à construção da identidade nacional. E foi sob essa justificativa que o modelo do museu nacional ganhou adesão, alcançando entre o século XIX e início do século XX os países de Terceiro Mundo.

De acordo com Santos (1998, p. 180), por iniciativa de D. João VI, são criados, no Rio de Janeiro, os primeiros museus, “*da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, que foi iniciado com a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1815, e o Museu Nacional, em 1818.*”

Nesse subitem serão mencionados quatro museus a saber:

- a) o *Museu Histórico Nacional*, localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, aberto ao público em 1922 como legado da exposição internacional que celebrou o Centenário da Independência do Brasil;
- b) o *Museu Imperial*, localizado em Petrópolis, no prédio que foi residência de verão de D. Pedro II, tendo sido inaugurado em 1943;
- c) o *Museu da República*, localizado no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, criado como divisão do Museu Histórico Nacional em 1960, após a transferência da capital para Brasília, quando o Palácio do Catete deixou de ser a sede do poder executivo federal; e
- d) o *Museu Casa Benjamin Constant*, localizado no bairro de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, nas instalações da casa de chácara onde o “fundador da República”⁶⁴ viveu seu último ano de vida. Foi aberta ao público quase cem anos depois, em 1982.

⁶⁴ Título concedido a Benjamin Constant na Constituição de 1891.

Santos (1998, p. 179) chama a atenção ao fato de que *“o Estado Brasileiro tem sido, ao longo dos anos, o principal mentor e “feitor” das instituições museais, o que, naturalmente, nos leva a analisá-las através do conjunto de princípios filosóficos, políticos e doutrinários que têm orientado a política oficial do governo.*

Por outro lado, acreditando que nos Museu as pesquisas precisam estar sempre em movimento, na oportunidade fizemos muitos questionamentos sobre a cena representada no quadro “A Pátria” e citamos as inúmeros relatos que afirmavam que Dona Yayá não só teria bordado a primeira bandeira do Brasil, como a teria reconhecido no Museu Imperial, pois conforme Félix; Elmir (1998, p.20), *“os ‘diferentes olhares’ sobre a questão, de interesse para todos aqueles que trabalham com a história, deve-se transformar num elemento capaz de possibilitar a reflexão necessária para a construção “das memórias” (e não de uma memória única e oficial) e suas representações.”*



Figura 104: Salão Ministerial do Palácio do Catete. Ao fundo obra "A Pátria".

Em resposta, fomos informados que Paulo Celso Liberato Corrêa, Técnico em Assuntos Culturais do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República, estava fazendo uma pesquisa sobre a história do quadro e tinha conhecimento sobre uma cooperativa de costureiras de Niterói que poderia ter bordado a primeira bandeira republicana. Estava em preparo uma publicação sobre o tema que sairia assim que fosse liberada verba para tal.

O acervo do Museu contempla um exemplar de uma bandeira positivista bordada em 1890 e atribuída à família de Benjamin Constant.



Figura 105: Exemplar da bandeira nacional republicana confeccionada pela família de Benjamin Constant e oferecida à Escola Superior de Guerra, em 1890. Acervo do Museu da República.

Seria essa a mesma que dona Lucy afirma que, apesar de ter sido bordada pela sua avó, a Dona Yayá, teria sido erroneamente associada ao nome de outra pessoa no Museu Imperial de Petrópolis?

Lucy: (...) Toda bordada em ouro e prata, diz que ficou lindíssima. Ela está até hoje lá no Museu de Petrópolis no nome de outra pessoa.

Autora: No nome de outra pessoa, mas por quê?

Luci: Não fizeram no nome de vovó. Não sei por quê. Aí um dia a minha prima Iza falou pra vovó: **vovó lá em Petrópolis, lá no Museu tem uma bandeira lá, disseram que tem o nome de outra pessoa**, mas eu queria que a Sra. fosse comigo para a gente ver se é realmente a que a Sra. fez.

– Ah é, então me leva lá. Aí um repórter – não sei se da globo, acho que nessa época não era a rede globo não. Falou, soube do negócio e falou pra Iza, olha eu vou acompanhar vocês porque eu quero fazer uma entrevista com essa senhora. Aí Iza falou pra ele. Tudo bem, mas nós vamos lá para minha avó ver se a bandeira é realmente a que ela fez. Aí levaram vovó.

Carlos Alberto: Quem levou vovó foi a Iza?

Luci: Iza e Ione. Levaram vovó. São duas netas também da minha avó. Levaram vovó. **Chegando em Petrópolis ela olhou a bandeira e disse: eu fiz.** Aí detalhes da bandeira que ela tinha feito ela falou, falou tudo direitinho.

Em entrevista realizada com a Sra. Iza, ainda buscamos saber se o reconhecimento da bandeira por parte da Dona Yayá não se daado no Museu da República. A própria dona Iza confirmou o episódio no Museu de Petrópolis:

Autora: Teve um episódio que a dona Lucy nos contou que foi quando a Dona Yayá teria ido ao **Museu da República** e teria reconhecido lá a bandeira que ela mesma bordou. A Sra. sabe sobre esse episódio?

Iza: Em Petrópolis.

Autora: Em Petrópolis. Isso aconteceu mesmo então...

Iza: Em Petrópolis, o museu de Petrópolis. Estava lá e eu mandei pra Petrópolis os oclinhos dela com aro de coisa, mandei pra lá e o dedal. Eu fui a Petrópolis, levei. Fui lá onde tinha o Museu, entreguei ao rapaz. Ao chefe lá né. E ele disse: - eu vou botar aqui junto da história da bandeira. Depois eu não voltei mais lá. Nunca mais voltei a Petrópolis. Mas eu mandei os óculos dela, que era aquele oclinho com aquele arinho fininho que no final é que ela usou óculos, porque ela enxergava que era uma beleza.

Autora: Então essa história é verdadeira, não é? Ela foi ao museu, reconheceu a bandeira que fez.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Deve ser considerada a possibilidade de alguma confusão na indicação do museu onde as netas teriam levado a Dona Yayá para reconhecer a bandeira que bordou, ou seja, de se tratar do Museu Histórico Nacional, localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, onde o exemplar que se encontra no Museu da República ficou até 3 anos antes do seu falecimento, e não do Museu Imperial de

Petrópolis, o que aliás não faria sentido, já que tratava-se de um museu que tem por objetivo preservar o principal acervo do país relativo ao período imperial brasileiro e de uma bandeira que simboliza o período republicano.

De acordo com Corrêa (2019), a bandeira ofertada pela esposa e filhas de Benjamin Constant à Escola Superior de Guerra ali permaneceu até 1927, quando teria sido transferida para o Museu Histórico Nacional. Só em 1960, quando foi criado, no Palácio do Catete, o Museu da República, a mesma passou a compor o seu acervo:

Aquela que foi dada à Escola Superior de Guerra ali permaneceu até 1927, quando foi transferida para o acervo do Museu Histórico Nacional e depois para o Museu da República, criado como divisão daquele em 1960. A bandeira de 1,30m de altura e 1,80 de comprimento foi bordada em seda, veludo e algodão, com 21 estrelas de paetês e fios metálicos. Ela foi oferecida ao comandante da Escola Superior de Guerra com a seguinte carta, de autoria de Maria Joaquina da Costa Botelho de Magalhães, esposa de Benjamin Constant:

Cidadão tenente-general barão de Miranda Reis, M. D. comandante da Escola Superior de Guerra.

Desejando manifestar a nossa profunda gratidão à nobre e heroica mocidade da Escola Superior de Guerra, lembraram minhas filhas abaixo assinadas de bordar uma bandeira da República para oferecer a essa Escola, como sinal daquele nosso sentimento pelas numerosas e constantes provas de estima, confiança e dedicação prodigalizadas, a seu idolatrado pai, meu amado esposo, Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Realizada a idéia, peço-vos digneis transmitir a vossos comandados os nossos intuitos e aceitar para o patriótico corpo acadêmico que dirigis a oferta que lhe fazemos por vosso intermédio. Saúde e fraternidade. (Corrêa, 2019, p.29-30).

Por via das dúvidas, contactamos, no dia 07 de julho de 2017, o Museu Imperial buscando informações sobre o exemplar da bandeira republicana que teria sido bordada pela Dona Yayá. Recebemos resposta, no dia 10 de julho de 2017, da sua funcionária mais antiga, Ana Luisa Alonso de Camargo, Museóloga e Chefe do Setor de Museologia, com mais de 30 anos de serviço.

A servidora afirmou que desconhecia qualquer informação sobre o assunto, o que é coerente, pois o que estaria fazendo uma bandeira que representa o patrimônio cultural republicano num museu que preserva o patrimônio imperial?

Mas ela afirmou que outro pesquisador, do Museu da República, buscou esse mesmo dado aproximadamente um mês antes. Provavelmente se tratava de Paulo Celso Liberato Corrêa que, como um bom investigador, ao tomar conhecimento dos nossos

relatos na visita guiada, através do mediador, buscou checar as informações.

Em 2019 veio a ser publicado, sob sua coordenação, o livro citado pelo mediador na visita guiada, *República em documentos: “Pátria” – Série Documentos Museológicos n.º 3*. A maior parte dos textos da obra são de sua autoria e chama a atenção que o autor não desconsiderou a existência da Dona Yayá, o que empresta uma problemática interessante e inovadora à publicação. Temos motivos para crer que essa postura, que contraria publicações anteriores do Museu a respeito do quadro, se deva, em parte, aos nossos questionamentos.



Figura 106: Grupo no Salão Ministerial ouvindo as explicações do mediador, de frente para o Quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno e de costas para a obra “Compromisso Constitucional”, de Aurélio de Figueiredo, 1896. Foto: Luiza Gomes. 8/06/2016.

O autor relata que em 1890 a família de Benjamin Constant teria confeccionado duas bandeiras que foram oferecidas como presentes à Escola Superior de Guerra e à Escola Militar da Praia Vermelha, instituições de ensino superior do Exército. Ele defende que um desses exemplares, o que foi oferecido à Escola Superior de Guerra é o que pertence ao Acervo do Museu da República.

Costuma-se supor que “Pátria” seja, possivelmente, uma alegoria sobre a confecção da bandeira nacional republicana por parte da esposa e das filhas de Benjamin Constant (1836-1891), figura proeminente do

movimento republicano e um dos personagens centrais na proclamação do regime em 15 de novembro de 1889. Sabe-se que **em 1890 a esposa e as filhas de Benjamin Constant bordaram duas bandeiras nacionais que foram entregues como presente à Escola Superior de Guerra e à Escola Militar da Praia Vermelha**, instituições de ensino superior do Exército. (Corrêa, 2019, p.29).

No trecho acima o autor chama a atenção para a associação entre o quadro e a confecção das bandeiras por parte da família de Benjamin Constant. Em nenhum momento ele menciona ter sido qualquer dessas duas a primeira bandeira republicana, diferente da publicação de 2015 do Museu Casa Benjamin Constant, na qual além de estabelecer a associação entre o quadro e as bandeiras bordadas pelas mulheres da família de Benjamin Constant, os autores ainda as consideram como pioneiras na confecção da bandeira republicana: *“A esposa e filhas de Benjamin Constant bordaram aquela que seria considerada a primeira bandeira em tecido com a ideia de Décio Villares e Teixeira Mendes.”* (QUEIROZ, CARRILHO, LOPES, (Org), 2015, p.44).

A mesma publicação, mais adiante, faz essa associação de forma mais direta na descrição da ilustração do quadro: *“As mulheres bordando a bandeira aludem às filhas e à esposa de Benjamin Constant, que costuraram a primeira bandeira do Brasil republicano.”* (QUEIROZ, CARRILHO, LOPES, (Org), 2015, p.45).

Côrrea (2015), chama a atenção para uma costumeira associação entre a confecção da primeira bandeira republicana, as bandeiras bordadas pela família de Benjamin Constant e o quadro “A Pátria”.

Esse tipo de associação acaba fazendo parte do senso comum, mas as raízes de suas intenções podem ser muito mais profundas.

Apple (1989, p.43) afirma que a hegemonia não é um fato social acabado, mas um processo no qual grupos e classes dominantes *“buscam obter o consenso ativo daqueles sobre os quais exercem o domínio.”*

Esse processo do qual nos fala Apple (1998) se propaga cotidianamente, das mais variadas formas. Por isso a montagem da exposição é algo muito sensível. A exposição disponibiliza ao público peças do acervo que, dispostas em determinada ordem, precisam contar uma história, a chamada narrativa museológica. O problema é que elas podem sutilmente sugerir não só um sentido, mas inibir os questionamentos e conduzir a conclusões diretas e precipitadas e a medida que esse efeito é reproduzido, os

consensos vão se estabelecendo, afirmando e materializando determinados discursos através das interações entre os objetos dentro de um enredo previamente definido que pode manipular o espectador.

Um exemplo desse tipo de montagem está na associação, na década de 1960, entre o quadro “A Pátria” e o exemplar da bandeira bordado pela família de Benjamin Constant, ambos pertencentes ao acervo do museu.

Corrêa (2019, p.16) trás, como uma das ilustrações do livro que organizou, a reportagem de capa do jornal Última Hora (RJ), de 26/11/1964, intitulada *Do grito de Deodoro ao legado de Getúlio – tudo ameaçado*, de Jonas Vieira, em que essa associação foi registrada. Corrêa a descreve como “Capa do jornal carioca Última Hora do dia 26 de novembro de 1964, onde se vê **“Pátria” exposta junto com a bandeira nacional bordada pelas filhas de Benjamin Constant**. Foto de Luís Santos. Arquivo Público do Estado de São Paulo.” (grifo nosso).

Ao buscar a fonte para ler a matéria, nos deparamos com o trecho em que o jornalista afirma que na cena representada no quadro “A Pátria” a família de Benjamin Constant borda a primeira bandeira do Brasil: “*O Visitante encontra no térreo o Salão Ministerial, onde Getúlio reuniu-se pela última vez com seu ministério. Dois belíssimos quadros compõem a decoração: o primeiro com a família Benjamin Constant bordando a primeira bandeira brasileira; o segundo, reunião do Congresso votando a primeira Constituição.*” (grifo nosso).

Uma das imagens da reportagem demonstra essa associação entre o quadro e a bandeira.

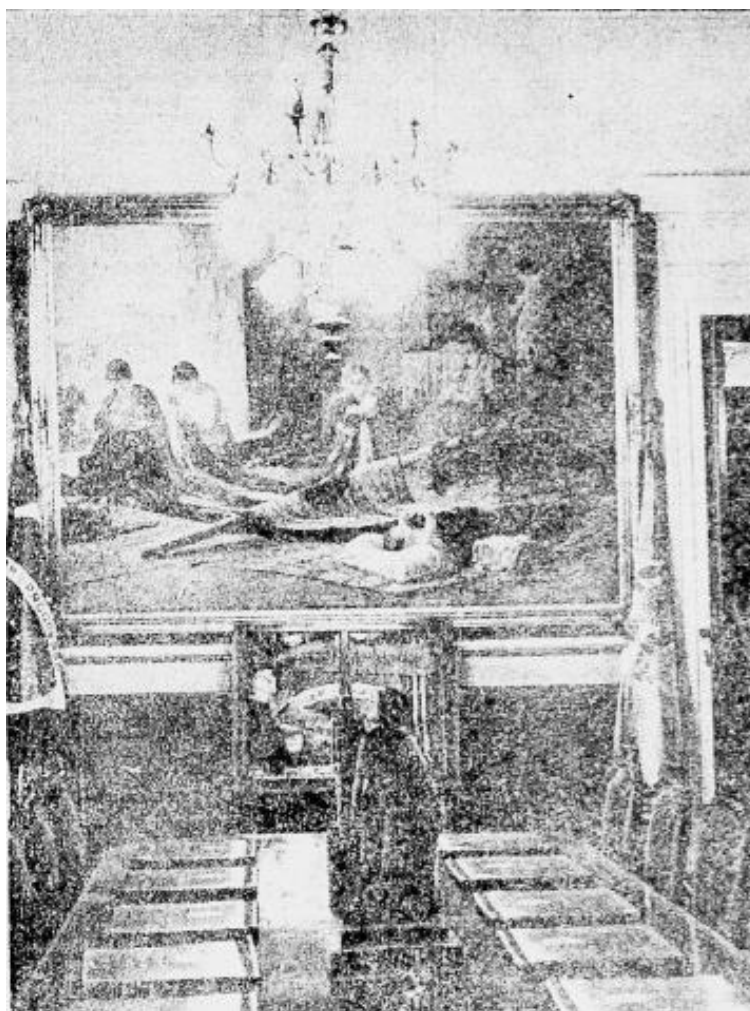


Figura 107: Quadro “A Pátria” exposto junto com a bandeira nacional bordada pelas filhas de Benjamin Constant. Jornal Última Hora (RJ) de 26/11/1964. Hemeroteca Digital da BN. Foto de Luís Santos.

Não obstante, a descrição original da imagem no registro é “*Salão Ministerial onde Getúlio se reuniu pela última vez com seu Ministério. Ao fundo um óleo com a família de Benjamin Constant bordando a primeira bandeira.*” (grifo nosso), como se o exemplar exposto fosse o da primeira bandeira republicana, representada na cena em que as mulheres da família de Benjamin Constant a bordavam.

O que Corrêa (2019) trás de inovação em seu trabalho é justamente a tentativa de colocar por terra essas associações infundadas: “*Considerando-se que as bandeiras bordadas pelas filhas de Benjamin Constant foram entregues às escolas militares em maio de 1890, pode-se afirmar que aquelas não foram os primeiros exemplares conhecidos do pavilhão nacional republicano, conforme se costuma dizer.*” (CORRÊA, 2015, p.54).

Pelo período pode-se afirmar que trata-se de exemplares diferentes daqueles bordados para a implantação da república no ano anterior, o que possibilita que as duas primeiras bandeiras republicanas que teriam inaugurado o regime (uma provisória e outra definitiva) tenham sido bordadas por outra pessoa, que poderia ser a Dona Yayá. Inclusive o autor, não deixou de considerar essa possibilidade em relação à bandeira definitiva (positivista), bordada para o dia 19/11/1989, ao ponderar que *“há relatos de que o pioneirismo dessa costura coube à pernambucana Flora Simas de Carvalho, que na época tinha 18 anos de idade e certa notoriedade como bordadeira na capital federal, onde trabalhava como florista na Rua do Ouvidor.*(CORRÊA, 2019. p.54).

Neste ponto é preciso abrir um parêntesis e chamar a atenção para um detalhe: segundo a própria Dona Yayá ela tinha 16 e não 18 anos quando bordou a bandeira. Essa divergência pode ser percebida em notas e reportagens de jornais publicados a partir da década de 1950, que informam diferentes idades, levando a errôneos cálculos da sua data de nascimento. Para citar um exemplo, o Jornal Diário Carioca de 27/11/63, ao tratar do falecimento da Dona Yayá, afirma que teria então 92 anos, logo seria de 1871 e teria bordado a bandeira aos 18 anos.

É inegável, de acordo com Carvalho (1998, p.36), a relação entre Benjamin Constant e as referidas escolas: *“Todos estão de acordo em reconhecer sua influência sobre as escolas militares (a da Praia Vermelha e a Escola Superior de Guerra, criada em 1889, sediada em São Cristóvão). Não há, também, dúvidas sobre suas convicções republicanas, mas existem sérias discordâncias quanto à importância de sua atuação a 15 de novembro”*.

5.2. Algumas famílias que fizeram história no Imbuhy

Algumas personalidades fizeram história no Imbuhy, aquelas que foram repetidas vezes lembradas pelos seus descendentes e líderes comunitários durante as entrevistas ou coleta de dados.

Essas referências contribuíam para ressaltar a antiguidade da comunidade na área.

Trata-se de personalidades que não podem ser esquecidas porque não é possível contar a história de uma comunidade que se reconhece como pesqueira sem considerar sua sociabilidade, o que não diminui em nada a importância da Dona Yayá como figura

central do fortalecimento da identidade local, inclusive essas personalidades foram contemporâneas dela.

5.2.1 Sr. Candora: um representante da influente família Brum

José Brum de Mattos, mais conhecido como Sr. Candora, foi um morador muito popular na Aldeia Imbuhy, pois era comerciante local, tinha uma venda (denominada por alguns moradores como armazém) no caminho da lagoa, perto da Guarda do Forte Imbuhy.

Ele nasceu em 16 de abril de 1876. Filho de José Manoel de Mattos e de Francisca Felizardo de Mattos, o sobrenome "Brum" parece destoar, mas teria sido adotado do padrinho, José Manoel de Brum, que pertencia a uma importante família da Freguesia de Itaipu, proprietária de terras e de escravos, alguns deles também se identificavam por esse sobrenome. Supressões e adoções de segundo nome ou sobrenome não eram raras.

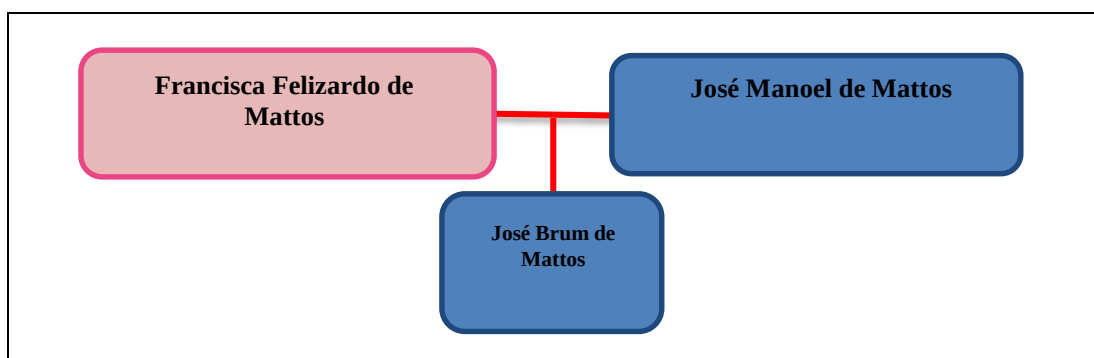


Figura 108: Pais do Sr. Candora. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos de informações familiares.

O Dr. Henrique Cesar Monteiro Barahona⁶⁵, foi quem encontrou no Livro de Batismos da Freguesia de São Sebastião de Itaipu o registro do Batizado do Sr. Candora, realizado no dia 25 de setembro de 1876. O documento informa a respeito da sua filiação e apadrinhamento. De posse desses dados, ele fez a associação entre o sobrenome da criança e o do influente padrinho. Parte de sua pesquisa tem sido verificar o sobrenome "Brum" pelos apadrinhados e agregados, alguns escravos alforriados.

⁶⁵ Pesquisador do Laboratório Cidade e Poder da UFF, que elegeu como temas de investigação, sob uma perspectiva transdisciplinar, a relação entre o Direito, a História e a Subjetividade.

A obra *Escrituras de Terras em Registros Paroquiais de Niterói: Inventário Documental dos Livros das Freguesias de São Lourenço e São Sebastião de Itaipu*, de Rodrigues e Domingues, 2008, fornece subsídios documentais sobre a questão fundiária na Niterói oitocentista. Trata-se de uma espécie de guia que apresenta o inventário dos livros Paroquiais correspondentes a essas duas freguesias e em seu terceiro capítulo há o inventário dos três livros de Paróquias que correspondem à Freguesia de São Sebastião de Itaipu (1831-1877), no qual são relacionados diversos registros de escrituras de terras⁶⁶em nome dessa família, a saber:

Em 01/09/1851 - “*Escriptura de divida, obrigação e hypoteca que faz Joaquim Manoel Brum a Henrique Mouleron.*” (Rodrigues, Domingues, 2008, p. 149, grifo nosso).

Em 24/07/1856 – “*Escriptura de venda de benfeitorias, paga e quitação, que faz Francisco Antonio Pereira Muniz a José Manoel Brum.*” (Rodrigues, Domingues, 2008, p. 151, grifo nosso).

Em 18/10/1872 – “*Escriptura de venda d’huma darra de terras, com casa de telhas mais bemfeitorias de arvoredos que faz Joaquim de Brum a Drumond Luiz do Valle.*”(Rodrigues, Domingues, 2008, p. 154, grifo nosso).

Em 02/05/1876 – “*Escriptura de venda da mettade d’huã casa que faz Drumond Luiz do Valle a João Joaquim de Brum.*” (Rodrigues, Domingues, 2008, p. 160, grifo nosso).

A família Brum aparece entre as autoridades de Niterói em 1885:

⁶⁶ hipoteca, venda, aforamento, contrato de parceria, pagamento, quitação, posse, cessão e transpasse de propriedades

14	AUTORIDADES DA PROVINCIA	
	Mesas de Rendas e Collectorias Geraes.	
	MUNICIPIOS.	
	Angra dos Reis.	Nictheroy.
	Administrador.—Antonio Francisco Corrêa	Collector.—Dr. Francisco Leocadio de Figueiredo.
	Vianna, 3.	Escrivão.—Antonio Joaquim Brum.
	Escriv.—Firmino Julio de Moraes Carneiro.	Nova-Friburgo.
	Araruama.	Collector.—Carlos Vieira da Costa.
	Collector.—Joaquim José Sanabio.	Escrivão.—Domingos Teixeira da Cunha
	Escrivão.—Joaquim Ferreira dos Santos.	Lousada.
	Barra-Mansa	

Figura 109: Almanake Laemmert, 1885, p. 983.

Em 30 de julho de 1898 o Sr. Candora casou-se com Etelvina Luiza da Cunha, filha de outra família que habitava o Imbuhy. Após o casamento ela passou a se chamar Etelvina da Fonseca Mattos. Trata-se de um casamento entre aldeões.

O casal teve cinco filhos: Lucildes Fonseca Mattos, Welfrides Fonseca Mattos, José da Fonseca Mattos, Ormenzinda Fonseca Mattos e Palmerindo Fonseca Mattos, todos nascidos no Imbuhy. Dentre eles, somente um permaneceu morando na localidade após o casamento: Welfrides Fonseca Mattos, também conhecido como Doca. Ele casou-se com Alice da Fonseca Mattos (nascida Andrade Ribeiro⁶⁷) e com ela teve Francisco de Andrade Mattos, Maria da Gloria de Andrade Mattos, Wilsom de Andrade Mattos e Vanda Maria de Andrade Mattos.

Segundo a neta Vera Lúcia, no tempo do Sr. Candora as casas não tinham número. A primeira casa dele ficava no final do Campo de futebol do Forte Imbuhy.

De acordo com o laudo de vistoria exigido na “Ação de Reintegração de Posse”, assinado pelo Engenheiro Civil Mario Pinheiro Motta, em cumprimento às exigências feitas pelo ofício nº 32 de 26 de janeiro de 1950, em 02 de dezembro de 1911 o Sr. Candora passou a morar num sítio, adquirido de Jacintha [Maria Viçoso] de Fontes Soares, filha de Sotero José Viçoso, apontado pelo Almanake Laemmert como proprietário da região na década de 60 do século anterior, e viúva de Antonio Fontes Soares. A casa original da propriedade, inicialmente era identificada pelo nº 28.

Ainda de acordo com o laudo, em 12 de março de 1929 o Sr. Candora vendeu o sítio para Enedina Eponina Tavares.

⁶⁷De acordo com o MyHeritage.

Vinte e cinco anos depois, a 9 de fevereiro de 1954, um dos filhos dele, Welfrides Fonseca Mattos, e Otto Bastos compraram a propriedade.

O laudo aponta que o registro da escritura só foi realizado em 29 de julho de 1957.

Observe a reprodução do quadro no qual o Engenheiro disponibilizou essas informações, onde está descrita a área de terra em questão, conforme título de propriedade/ocupação/exploração da área, bem como o histórico de negociações.

11-11-1889	2-12-911	5-2-913	29-7-957
Antonio Fontes Soares (Espólio)	Jacintha de Fontes Soares	Jacintha de Fontes Soares	Jacintha de Fontes Soares
Jacintha de Fontes Soares	José Brum de Mattos	José Brum de Mattos	José Brum de Mattos
(Fls. 17) (1) Terrêno de falecimento: Faleceram s/ testamento no dia 23.7.1888 – Deixou viúva e filhos:- Hum sítio em terras próprias no lugar denominado Imbuhy dividido por um lado com J.J. de Souza, pelo outro com Damasia de tal em estrada que sobe para serra e frente com a referida estrada do Imbuhy e fundos até a vertente etc..	(Fls. 15) (2) É possuidora de um pequeno sítio no caminho que dá para Barra de Piratininga se dirige para a praia do Imbuhy – com duas pequenas casas de vivenda edificadas sobre esteios com parede de p. a pique cobertas de f. de zinco -----tudo em terras próprias – faz rumo p.l. direto com o sítio de Eloy Pereira Meirelles e pelo l. esquerdo com o sítio de José Siqueira Campos, Flausina Chaves, Demathildes Constança da Silva e caminho da serra e p.f. com o caminho que se dirige a praia do Imbuhy.	(Fls. 14) (3) (Retificação da Sentença de 2.12.911) “Um pequeno sítio etc. Pela presente escritura vem declarar que as terras do mesmo sitio e que são próprias não tem em parte a confrontação declarada na citada escritura, mas sim a ora declarada e medição seguinte: - a frente faz na estrada que de Imbuhy vai para a Barra de Piratininga, medindo por essa estrada 139,60m. A começar no m. da pedra que existe do lado direito de quem sobe do mesmo sitio limitando por esse lado direito e tem linha reta com Eloy Pereira Meirelles; do outro lado a esq. de quem sobe faz linha com o caminho da serra até encontrar os terrenos de Dna. Flausina Chaves no limite aos fundos seguido este limite com Dna. Demetilde de tal que fica em seguida a Dna. Flausina até chegar as terras do dito Eloy Meirelles. Disse mais ao outorgante que por essa escritura fica retificada aquela escritura). etc.. Retificação	(Fls. 25) (13) Registro em 29.7.57 das escrituras de (2.12.911) e (5.12.913) Indicados nas colunas 2 e 3 “Sitio com casas e terras próprias no caminho de Piratininga que se dirige para a praia do Imbuhy, vai a Barra de Piratininga, compreendendo pela frente onde mede 139,60m. pela estrada do Imbuhy, vai a Barra de Piratininga a começar do marco da pedra que existe do lado direito como quem sai do sitio. “as mesmas caract. e confrontações indicadas na coluna anterior”.

12-03-929	12-3-929	12-2-930	29-7.957
José Brum de Mattos	José Brum de Mattos e s/m	José Brum de Mattos e s/m	Jacintha de Fontes Soares
Enedina Eponina Tavares	Enedina Eponina Tavares	Enedina Eponina Tavares	José Brum de Mattos
(Fls. 8) Características e confrontações: Tendo referido terreno as confrontações seguintes: À frente faz na estrada do Imbuí que vai para Barra de Piratininga medindo por esta estrada 139,6m a começar do marco de pedra que existe do lado direito de quem sai do mesmo sitio... “As mesmas características indicadas nas colunas anteriores.”	(Fls. 11) Características e confrontações: Tendo referido terreno as confrontações seguintes: À frente faz na estrada do Imbuí que vai para Barra de Piratininga medindo por esta estrada 139,6m a começar do marco de pedra que existe do lado direito de quem sai do mesmo sitio... “As mesmas características indicadas nas colunas anteriores.”	(Fls. 13) (Registro) Características e confrontações: Tendo referido terreno as confrontações seguintes: “Terreno próprio com um alqueire e meio mais ou menos, com 7 casas, frente para a estrada do Imbuí que vai para Barra de Piratininga, onde mede 139,60m a começar do marco de pedra que existe do lado direito de quem sai do mesmo sitio... “As mesmas características indicadas nas colunas anteriores.”	(Fls. 6) Características e confrontações: Compreende esse imóvel um alqueire e meio mais ou menos, com frente para a estrada do Imbuí, que vai para Barra de Piratininga medindo por esta estrada 139,6m a começar do marco de pedra que existe do lado direito de quem sai do mesmo sitio... “As mesmas características indicadas nas colunas anteriores.”

Tabela 1: Tabelas contidas no Laudo do Engenheiro Mario Pinheiro Motta. Sem data

Dentre os documentos fornecidos pela Associação de moradores, há ainda um registro da década de 1940 a respeito de um sítio adquirido pelo Sr. Candora que não encontra correspondência na tabela acima. Parece se tratar de uma tentativa de registro de uma negociação (vide ANEXO 16).

Inicialmente o Sr. Candora habitou com a família a casa original, mais tarde, construiu no mesmo terreno, em frente a essa casa, uma outra residência, onde passou a viver, tendo ficado a primeira para o filho Welfrides.

Segundo a neta Vera Lúcia, na década de 1960 ele abandonou a casa e foi morar em Jurujuba com um primo, onde tempos depois faleceu. Ainda de acordo com ela, no local há vestígios como louças e também as ruínas de uma espécie de cisterna.

Já o filho José da Fonseca Mattos foi trabalhar em Minas Gerais. Lá ele conheceu e casou com Lourdes de Araújo Mattos. Posteriormente foi transferido para Teresopolis, onde nasceu a filha única do casal, Vera Lúcia de Araújo Mattos. Dois anos depois ele foi transferido para o Rio, quando a família passou a morar no Imbuy, inicialmente na casa do morador Otávio. Logo depois, seu irmão Welfrides, mudou-se da Aldeia Imbuhy e José voltou a residir na casa da família, agora com a esposa e a filha.

O casamento de uma das filhas do Sr. Candora, Lucildes Fonseca Mattos, é um exemplo das uniões entre Aldeões e Militares. De acordo com o Histórico Local, produzido pela Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy (sem data, p.2), *“ela casou-se com um militar que mais tarde chegou a comandar o Forte Barão do Rio Branco: o Major Agostinho Bastos.”*

Nunes (2017), ao caracterizar a população local, talvez tenha sido muito específico ao afirmar que *“os moradores da Aldeia do Imbuhy são, em sua grande maioria, descendentes da dona Flora e de militares de baixa patente que se casaram com moradoras da aldeia ou que, servindo no Forte do Imbuhy, conseguiram, após dar baixa, construir uma casa na aldeia”*.

A primeira parte da sentença, que tange à Dona Yayá, pode ser lida inicialmente pela sua relação com os militares, já que há relatos de que seu pai era militar, além do sobrinho Otto Gutierrez Simas, também morador da Aldeia e militar, e depois do casamento com “Chico Bessa”, a família da Dona Yayá passa a representar também os antigos pescadores do local. Chamamos a atenção para um fato: o casamento dela (descendente de militar com o líder dos pescadores local), de certa forma representa a

união entre militares e pescadores.

A segunda parte da sentença, seguramente não é o caso da filha do comerciante Sr. Candora, pois trata-se de um casamento entre um oficial e uma moradora, que após o matrimônio não permaneceram no Imbuhy, mas evidencia que a proximidade entre quartel e comunidade acabou, muitas vezes tendo como consequência a união entre militares e civis.

As situações são tão diversas e singulares, que preferimos não falar em patente, como colocado por Nunes (2017), mas apontar, de forma mais geral, uma população constituída, entre outros eixos, por descendentes de militares. Vide ainda o caso do militar Bonifácio Gomes da Costa, o primeiro Comandante do Forte Imbuhy, que apesar de não ter se casado com uma moradora, também deixou descendentes na área.

Márcia Motta (2017, p.2), caracteriza a população local como formada por *“descendentes de militares, funcionários públicos e antigos pescadores do local”*. Podemos acrescentar os comerciantes locais, pois há relatos de vendas, restaurantes e armazéns na área. O Sr. Candora, por exemplo não se encaixaria em nenhuma das outras categorias.

Os moradores relatam que de vez em quando eram realizados pela autoridade militar os chamados recadastramentos (equivalente a uma espécie de Censo interno), ou seja, coleta de dados sobre a população que possibilitava contabilizar o número de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como viviam essas pessoas. Não tivemos acesso a esses dados, mas o importante é levar em conta que a informação é sempre uma forma de controle por parte do Estado. É a partir dela que se realizam planejamentos, políticas públicas, concessões, restrições, etc.

Baseado nas informações obtidas nesses Censos, os números das casas da Aldeia foram mudando ao longo do tempo, de acordo com a deliberalidade dos Comandos. A Casa original da propriedade ficava inicialmente sob o número 28, posteriormente 266 e, por último, 32.

Provavelmente é considerando a numeração das casas que Nunes (2017, p. 39) afirma que *“na década de 80 existiam mais de duzentas famílias morando no Imbuhy”*.

A redução do número de famílias tem eco na fala dos entrevistados com relação à quantidade de aldeões: eles afirmam que tanto as restrições (vistas no item 3.1) quanto as reestruturações fazem parte das pressões internas que contribuíram para que a

comunidade, que segundo eles teria chegado a contar com 800 aldeões residentes (em período não informado), diminuísse tanto ao longo do tempo, contando ao final com aproximadamente 150 pessoas, distribuídas em 32 casas antes das seguidas remoções. De acordo com Márcia Motta (2017), há “*múltiplas maneiras de se expulsar*”. As formas variam das mais subjetivas às jurídicas.

Sem mencionar especificamente números, a Sra. Iza confirma que no passado havia muitas casas no Imbuhy.

Autora: E a comunidade lá era grande?

Iza: Era. Tinha bastante casas. Era tudo juntinho. Já no final tinha menos né, muito pouco.

Autora: Entendi. É isso também que a comunidade diz né, que tinha muitas casas há um tempo atras e aí as pessoas foram saindo.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Ainda sobre o trecho acima, mais recentemente a Sra. Iza diz que a comunidade estava bem menor e abaixo comenta sobre as famílias que permaneciam vivendo na área. Ela se refere àquelas que à época, ainda com suas casas de pé, aguardavam a decisão judicial e se mantinham lutando *in loco*.

Autora: A Sra. ainda conhece alguém ou teve algum contato recente com alguém de lá do Imbuhy?

Iza: Não. Só tem meus primos né, que vieram todos... já não tem mais... tem lá parece que quatro ou cinco casas.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

No trecho acima, quando a Sra. Iza afirma que os primos “*que vieram todos... já não tem mais...*” é porque ela tinha conhecimento de que todos os descendentes da Dona Yayá já haviam sido removidos. Entre as casas que ela mencionou ainda no mesmo trecho (“*tem lá parece que quatro ou cinco casas*”) estava a dos descendentes do Sr. Candora.

O Jornal O Globo trouxe, em matéria intitulada *Justiça determina despejo de*

*famílias da Aldeia Imbuhy, do dia 06 de abril de 2019, a informação de que o livro de notas da antiga Freguesia de São Sebastião de Itaipu, pertencente ao Arquivo Legislativo da Câmara Municipal de Niterói, atesta que as transações de terras já eram realizadas na região desde 1831 e aponta vestígios da família paterna da Vera Lúcia – Brum de Mattos – desde 1851. Tudo portanto bem antes do início da construção do Forte (1863). Essa foi uma interessante descoberta de Barahona em relação à antiguidade dos moradores na área. De posse dessa documentação Vera Lúcia recorreu da decisão, no entanto, a justiça não considerou os documentos como novos e afirmou que os mesmos “*apenas se propõem a reforçar o que já vêm sustentando os particulares desde o início da lide – sua posse mansa e pacífica sobre a área.*”*

Não foi considerada a alegação de que se tratava de posse mansa e pacífica, sustentada no fato de que os antepassados da Vera Lúcia ocuparam a área desde o século XIX, não tendo sofrido qualquer reclamação.

A Justiça entendeu ainda que não se tratava de ocupação clandestina, mas afirmou que a instalação da casa se deu por autorização do Comando do Forte Imbuhy, tendo gerado expectativa ao longo desses anos: “*o instituto em tela se caracteriza não como posse, mas como mera ocupação, tolerada pela administração.*”

Em 20 de setembro de 2019, aos 67 anos de idade, Vera Lúcia deixou o imóvel onde viveu por toda a vida, em cumprimento à determinação judicial, na qual foi dado ganho de causa à União, que alegou que “*a posse imemorial das terras, ora reintegradas, pertenceriam à Fazenda Nacional, desde 1863*” e que essa decisão do STF teria sido averbada no Cartório do 15º do registro de Imóveis, sob nº 287, fls. 55, Livro 3.



Figura 110: Vera Lúcia segurando livro de notas da antiga Freguesia de São Sebastião de Itaipu. O Globo. 06 de abr. de 2019. Foto Fábio Guimarães.

Apesar da perda judicial, ela ainda recorre na justiça por uso capião.

5.2.2 Bonifácio Gomes da Costa e o espólio de Adelaide Viçoso Ramos

Entre as casas da Aldeia Imbuhy recentemente demolidas, a de número 26 foi uma das mais antigas que tivemos notícia.

Ela foi adquirida por Bonifácio Gomes da Costa, o primeiro Comandante do Forte Imbuhy e pertencia ao espólio de Adelaide Viçoso Ramos, filha de Sotero José Viçoso e viúva de Manoel José da Silva Ramos, por sua vez uma das famílias mais antigas da área, apontada nos registros no Almanake Laemmert, conforme colocado pela bisneta Lúcia:

Lúcia: um espólio que é citada a família, a cadeia sucessória nós conseguimos ver que era desde 1800... desde o século XIX, 1867... nós vemos os nomes dessa família que o meu avô depois veio a comprar propriedade né.
Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58 anos.
Entrevista realizada em 27/02/2018

O Capitão-Tenente Bonifácio Gomes da Costa comandou o Forte entre 24 de maio de 1901 e 5 de julho de 1906 e foi nesse período que alugou a propriedade, que foi comprada pelo seu filho Sylvio na década de 1950 e permaneceu na família até 01 de dezembro de 2017, quando, por determinação judicial, foi demolida pelo Exército.

Lúcia: “[...] ele foi designado para acompanhar a finalização das obras do Forte e inaugurar. Ele inaugurou, foi o Comandante que inaugurou o Forte do Imbuhy em 1901. Só que já existia ali no Imbuí, já existia uma Aldeia né, de pescadores e tinha também é.... na verdade era uma área que tinha pescadores né, ali na beira da praia e tal e também tinha proprietários né, tinha é.... as pessoas também que tinham a sua origem, seu direito encima de propriedade tá, e inclusive nós conseguimos comprovar isso através dos documentos da nossa compra da propriedade.”

Sobre os registros da família no Almanake Laemert e a inauguração do Forte, a entrevistada nos fala:

Lúcia: No Almanake, a família Sotero Viçoso... A família Viçoso né, e que inclusive no Almanake é citado um inspetor de quartirão Antônio Viçoso e tem outras citações também em vários anos e o Almanake Laemert documentava todos os grandes acontecimentos fatos da época, das províncias do Brasil como se fosse o nosso diário oficial atualmente, e com informações fidedignas e sérias, então incontestados usados por historiadores e... aí nós vemos ali que eles citam, falam até de quando foi interrompida a construção do Forte que a pedra fundamental 1863 mas na época da guerra do Paraguai que suspenderam, eles interromperam e só retomaram a construção do forte no final do século XIX tá, e foi inaugurado em 1901, então foi assim.

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58anos.
Entrevista realizada em 27/02/2018.

Bonifácio Gomes da Costa nasceu em 1866. Era filho de Miguel Gomes da Costa e Rosa Lopes da Costa e foi casado com Sara Braga⁶⁸, com quem teve quatro filhos: Sylvio Braga e Costa, Laura Braga e Costa, Henrique Braga e Costa e Helena Braga e Costa.

⁶⁸ Sobrinha e comadre de Machado de Assis, que teria deixado sua herança material a Laura, filha dela com Bonifácio Gomes da Costa, sua sobrinha neta e afilhada. Produzido por Jamylle de Almeida Ferreira.

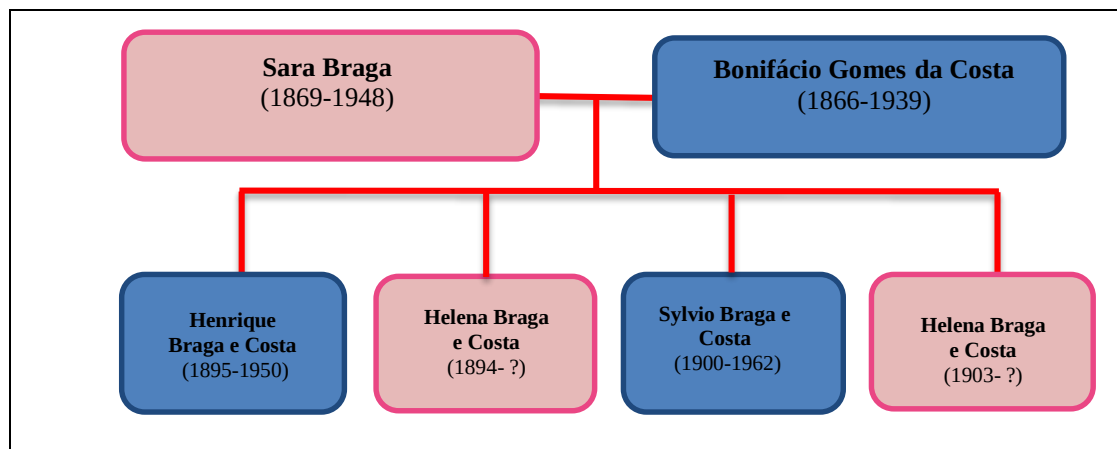


Figura 111: Prole de Bonifácio Gomes da Costa. Produzido por Jamylle de Almeida Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch.

Lucia: Minha família foi morar... entrou na história do Imbuí através do primeiro Comandante do Forte do Imbuí, que era o... na época ele era Major né, Major Bonifácio Gomes da Costa, e casado com a minha bisavó, ele era o meu bisavô, bisavô Sara.

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58 anos.
Entrevista realizada em 27/02/2018.

O registro do imóvel só foi feito na década de 1950 por um dos filhos do Bonifácio, o também militar, Major Sylvio Braga e Costa, avô da Lúcia:

Autora: E a sua família possui documento Lucia, comprovando o domínio da terra?"

Lucia: Sim, porque nós mostramos que não houve em momento algum possibilidade de o Exército exercer é... dá união exercer a posse ali porque nós provamos o tempo todo que tá... dos proprietários iniciais, dos espólio da Adelaide Viçoso que consta inclusive a família nos próprios... no próprio Almanake né do século XIX, do espólio foi que foi passada a propriedade, quer dizer, foi feita a transferência do domínio pra família do meu avô, em 1951 então...

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58anos.
Entrevista realizada em 27/02/2018.

Tanto o avô quanto o bisavô materno da Lúcia, envolvidos na querela da Aldeia Imbuhy, estão representados no esquema abaixo:

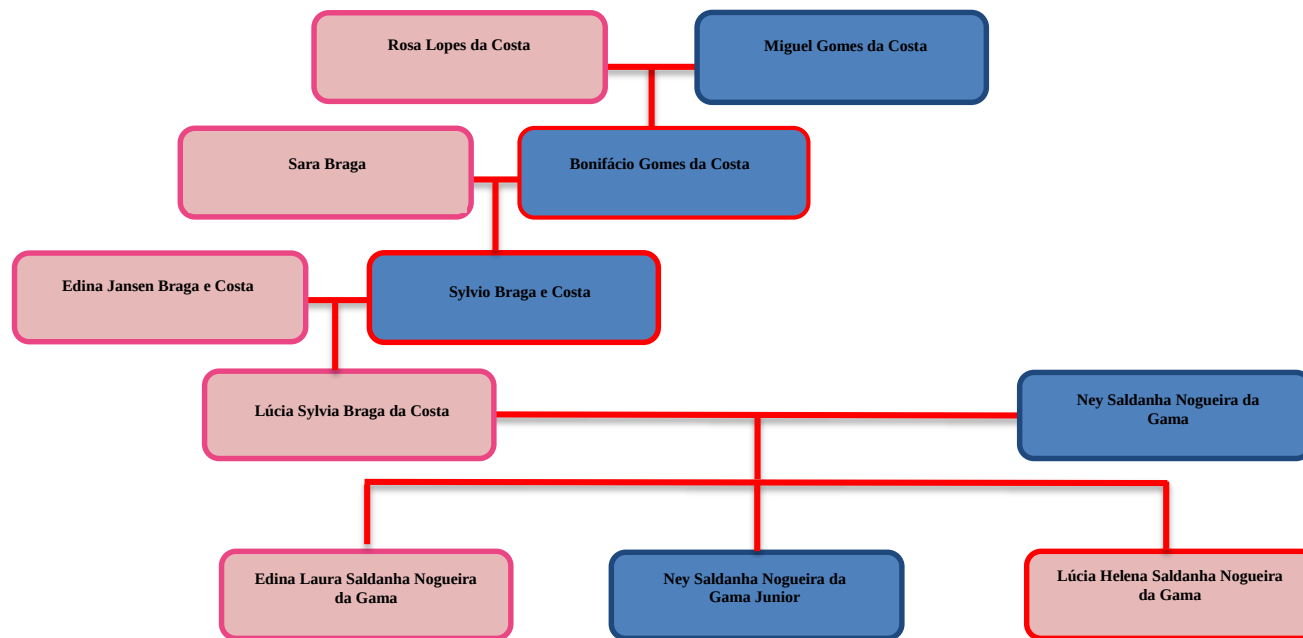


Figura 112: Árvore Genealógica de Bonifácio Gomes da Costa. Produzido por Jamylle Ferreira a partir de dados extraídos do familysearch e do Geni.

5.2.3 Otto Gutierrez de Simas

Otto Gutierrez de Simas nasceu em 22 de agosto de 1882 em Paranaguá. Ele foi o primeiro filho de Fernando Machado de Simas e Helena Gutierrez Simas.

Seu pai após o curso de Humanidades, natural de Paranaguá, formou-se em farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro. Atuou em Antonina e mais tarde em Paranaguá e a mãe era sobrinha do Comendador Correa Junior. O casal uniu-se em matrimônio em 7 de janeiro de 1882 e além de Otto teve outros sete filhos: Hugo Gutierrez de Simas (1883-1941), Raul Gutierrez Simas (1884-1952), Léo Gutierrez Simas (1889- ? - Petrópolis), Loé Gutierrez de Simas (1889-1966), Rubens Gutierrez de Simas (?), Renê Gutierrez Simas (?), Ruth Gutierrez Simas (?) Entre eles pelo menos Loé e Hugo eram militares da Marinha.

Há registros de que em 1887 teria se mudado para Petrópolis e depois para o Rio de Janeiro. Pela local do registro de nascimento dos filhos é possível ter uma ideia da trajetória do casal, em 1889, por exemplo o filho Léo nasceu em Petrópolis.

Há registros orais da passagem da família (Pai da Dona Yayá e filhos) por Petrópolis a serviço da família real.

Apesar dos registros orais de que Otto era primo da Dona Yayá, ele vinha a ser sobrinho dela, pois seu pai era filho de Manoel Inácio de Simas, portanto irmão da Dona Yayá. Faz sentido que Fernando seja irmão dela, pois informalmente a família chegou a fazer referência a um parente que atuava na área de farmácia.

No canto da praia morava um marechal, primo de vovó, Otto Simas de Carvalho, marechal. Lembra do Otto Simas de Carvalho? Quando descia o Samanguaiá embaixo a primeira casa que tinha quando chegava no Imbuhy era do Marechal, era no princípio da praia. O canto da praia todo era dele, pois jogaram embaixo. O genro dele era Brigadeiro e jogaram embaixo a casa dele. Levou daqui e dali, puxou daqui e dali, tal e coisa, jogaram embaixo.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Como se pode ver, Otto Gutierrez de Simas é citado como um militar de alta patente que habitou o Imbuhy (algumas vezes como como Marechal, conforme acima e outras como Coronel, conforme abaixo).

Aiton: (...) e outra coisa, tinha um Senhor lá, era o Otto, era Coronel Otto,

ele tinha documento, tá. O filho dele morava em São Paulo. Ele faleceu, o filho dele foi pra São Paulo. Eles tinham a documentação todinha, mas ele foi pra São Paulo e deixou a cargo do primo dele, tá. Inclusive tem uns postes de luz que passam pelo terreno dele e ele me mostrou até esse documento do quartel pedindo autorização para colocar esses postes dentro do terreno dele. E eles tinham a escritura. Só que o filho foi pra São Paulo e deixou na mão do primo e parece que ele perdeu prazo né, aí o quartel se apoderou, mas eles tinham documento de tudo.

Sr. Ailton Navega, 68 anos.
Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy,
Entrevista realizada em 30/11/2017.

No trecho cima Ailton faz referência à legalidade do terreno do Otto, mencionando escritura e um documento emitido pela administração do Forte pedindo autortização para passar postes pela propriedade, quando o entrevistado explica em que contexto as terras foram retomadas pelo Forte.

Destacamos abaixo o trecho do documento em que o Exército solicita permissão à família Otto Gutierrez de Simas para passar por suas terras a Rede de Telégrafo (vide ANEXO 9).

Tendo esta região iniciado os trabalhos da linha de alta tensão para a fortaleza do Imbuhy e havendo conveniência no traçado, passando por terrenos de vossa propriedade, peço-vos a necessária permissão para assentamento de trez postes no referido terreno. (COMUNICAÇÃO, 1915).

Há regitro da passagem do espólio de Helena Gutierrez Simas para o filho Otto Gutierrez de Simas.

6. DONA YAYÁ, A MORADORA QUE BORDOU A PRIMEIRA BANDEIRA DO BRASIL: UM TÍTULO EM DISPUTA

Neste capítulo a proposta é apresentar a bordadeira Flora Simas de Carvalho, conhecida como Dona Yayá, que foi eleita durante a batalha judicial como principal representante da comunidade, pela participação na implantação da República por meio do seu trabalho.

Ela, que vinha de uma família de militares, foi associada aos símbolos nacionais por ter confeccionado, em 1889, a primeira bandeira republicana. Mais tarde ela casou-se com um pescador local e constituiu família na Aldeia Imbuhy, localizada numa área de servidão militar que fica dentro do bairro pesqueiro de Jurujuba.

A antiga moradora é tida como referência para os moradores da comunidade, composta até recentemente por 40% de seus descendentes.

Moradores e familiares afirmam que a bandeira foi bordada no Imbuhy, mas há controvérsias.

Do nosso ponto de vista a importância do episódio de confecção da primeira bandeira republicana independe se a Dona Yayá já vivia no Imbuhy na época, já no imaginário dos moradores isso fazia toda a diferença. No fundo, para eles, valores como o patriotismo e o civismo do Exército republicano não permitiriam expulsar a comunidade onde teria sido bordado o primeiro símbolo nacional republicano. Ledo engano.

Além disso, moradores e familiares reconhecem o quadro a Pátria, uma obra pintada por Pedro Bruno trinta anos depois, em 1919, como uma representação da Dona Yayá bordando a primeira bandeira republicana do Brasil.

Não há dúvidas de que ela tenha executado o trabalho, mas não necessariamente a cena pintada pelo artista representou exatamente esse momento. Outras bandeiras foram produzidas, por ela e por outras bordadeiras. Inclusive a matéria *Bordou os Dois Primeiros Pavilhões da República*, do Jornal o Globo de 17 de abril de 1958 afirma que “Muitas outras bandeiras saíram do bastidor da jovem bordadeira, algumas riquíssimas, recamadas com fios de ouro, mas por nenhuma delas a môça recebeu mais entusiásticas e calorosas felicitações do que por aquelas duas primeiras.”

É importante pontuar que longe de pretender confrontar a versão construída pelos

moradores, reconhecemos que essa tentativa de reconstrução, apesar das controvérsias que vez ou outra desconsideram elementos da cronologia histórica, baseou-se em inúmeros subsídios verdadeiros e cumpriu o seu principal objetivo, revelar um passado comum, impendendo o triplo papel de tornar a causa pública e conquistar o apoio da população niteroense, envolver e convencer o opositor sobre a importância da comunidade para a história nacional e, por último se autodeclarar como população tradicional pesqueira pertencente a um bairro que já carrega esse DNA. Vejamos:

1) destacar o feito de uma moradora diante da ínfima, quase nula participação do povo no episódio do 15 de novembro de 1889, estendendo à comunidade a participação no evento, mesmo que restrita ao trabalho,

2) Considerando que a eficiência, a eficácia e mesmo a sobrevivência das Forças Armadas decorrem de um fervoroso culto aos valores militares, estando entre eles o patriotismo e o civismo (amar e defender a Pátria e cultuar os símbolos nacionais, bem como os valores e tradições históricas respectivamente), diretamente ligados ao respeito pelos símbolos nacionais, era esperado que a história da moradora que bordou a primeira bandeira republicana atingisse os fundamentos mais elementares do Exército republicano, causasse comoção institucional e fortalecesse o direito de permanência da Comunidade;

3) recuperar a condição de comunidade tradicional pesqueira⁶⁹, representada na esposa do líder dos pescadores local.

O importante é que essa reconstrução ajudou a compor a identidade comunitária e a justificar a sua resistência.

O que nos interessa é demonstrar é que a população reivindica para si, através da memória, da identidade e da história oral, a valorização e o reconhecimento atribuídos à Dona Yayá por ter bordado a primeira Bandeira Republicana, em 1889, o que fez dela uma importante representante local da história nacional.

6.1 Quem foi a Dona Yayá?

Flora Simas de Carvalho, nascida Flora Francisca de Simas, mais conhecida

⁶⁹ Essa condição poderia garantir instrumentos legítimos de luta.

como Dona Yayá nasceu no dia 17 de março de 1873⁷⁰ em Recife- PE e faleceu aos 90 anos, no dia 27 de novembro de 1963 em Niterói- RJ.

Isso considerando datas oficialmente registradas. No passado era comum divergências de dias, meses e até anos entre a data do nascimento real e a data oficializada pelo registro propriamente dito.

Abaixo uma fotografia da protagonista cedida por uma das netas entrevistadas, a Sra. Iza de Azevedo Rowlands, que abriu seu arquivo pessoal após alguns contatos com a família, para nos ajudar a contextualizar a história da comunidade, que ganhou dinamismo e importância a partir da associação à vida de sua avó.

⁷⁰Há controvérsias sobre o ano de seu nascimento. O Jornal A Cruz de 25/03/1956, p.2 aponta que ela comemorou no mesmo ano a passagem de seus 82 anos, logo teria ela nascido em 1874. O Jornal Diário da Noite, de 20/11/1959, p.2 indica que Dona Yayá tinha 86 anos na data de sua publicação, então ela teria nascido em 1873, o Jornal Diário Carioca de 27/11/63, p.9 aponta que na data de seu falecimento teria 92 anos de idade, logo teria nascido em 1871, A matéria do Jornal do Brasil de 27/11/63, p.13 apesar de apontar que Dona Yayá tinha 92 anos menciona que teria nascido em 1861, num claro erro matemático e, por fim a maior discrepância está no registro do myheritage, que deveria ser a fonte mais confiável por considerar os documentos cartoriais, mas nela seu nascimento está registrado no ano de 1854.

Consideraremos que tenha nascido em março do ano de 1873, pois somado aos 16 anos que ela teria em novembro de 1889, quando, de acordo com os moradores, bordou a primeira bandeira republicana resulta na soma exata.



Figura 113: Acervo Familiar. Fotografia de Dona Yayá na juventude e anotações pessoais no verso. Fornecida pela neta Iza em 2018. Rio de Janeiro. Data não informada.

Dona Yayá, era filha do Sr. Manoel Inácio de Simas e da Sra. Francisca Romana de Simas.



Figura 114: Árvore Genealógica da Dona Yayá. Detalhe: Pais. Geni family tree. Jamylle de Almeida Ferreira

De acordo com o Projeto de Resolução n.º 81/2015 o Sr. Simas, pai da Dona Yayá, era militar e morava em São Cristóvão, onde viviam seus familiares. Ele desenhava muito bem, tinha uma postura contestadora, e usava sua habilidade para fazer charges criticando o poder da época. Devido às suas convicções humanitárias, teria sido perseguido politicamente, e teve que sair do Rio de Janeiro às pressas, indo morar em Recife- PE, motivo pelo qual Dona Yayá, a filha mais velha do casal era pernambucana:

Segundo depoimento de sua neta Lucy, o pai de Dona FLORA SIMAS DE CARVALHO (Dona Yayá), Sr. SIMAS, era um militar contestador, abolicionista, que desenhava muito bem, e fazia muitas charges criticando o Poder da época. Devido às suas convicções humanitárias, foi perseguido politicamente, e teve que sair do Rio de Janeiro às pressas (ele morava, até então, em São Cristóvão), indo para o Recife, em Pernambuco. Por esse motivo, D. FLORA, (filha mais velha de uma família de cinco), nasceu fora do Rio.

As informações acima foram checadas, mas nem tudo confirmado, algo comum quando se trata do resgate da história local via oralidade.

Na entrevista que nos concedeu, a Sra Lucy, fonte das informações que constam no Projeto, reafirmou que o Sr. Simas era revolucionário, mas negou que era militar. Entretanto, disse que ele pertencia a uma numerosa família de militares.

Lucy: (...) o pai dela era o Simas, família rica que morava em São Cristóvão.

Antigamente São Cristóvão era um lugar na cidade o lugar mais grã-fino onde só moravam os Generais, os Coronéis, só gente da alta sociedade, era São Cristóvão não tinha negócio de Copacabana nem Ipanema nem Leblon, nada disso. Era São Cristóvão. Moravam lá no palacete, família muito numerosa e o pai da minha avó era dessa família. Mas ele era meio destrambelhado. Ele não seguia o ritmo da família. Lá a maioria das pessoas da família eram todos militares.

Autora: E ele não era militar?

Lucy: Ele não era nada. Ele bebia... Ele era assim meio revolucionário, sabe como é? E ele brigava por esse negócio da escravidão. Ele tomava parte, ele brigava na rua, tomava parte nessas coisas (...)

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.

Entrevista realizada em 18/10/2016.

Ela contou ainda o que sabia sobre a mudança dele para Pernambuco:

Lucy: *O pai dela ele era revolucionário, aquela coisa. Então ele foi fugido para Pernambuco porque aqui no Rio avisaram a ele, olha Simas você sai daqui porque estão querendo prender você. Lá em Recife ele conheceu a vovó Chiquinha. Uma moça linda, cabelo no meio das costas, preto, morena índia, 15 anos. Ele se encantou com a menina e casou com ela. Logo que ele saiu arranhou logo cinco filhos.*

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

A Sra. Lucy afirmou que os pais da Dona Yayá se conheceram em Recife, mas conforme Registro da Igreja Católica o casamento ocorreu em 8 de setembro de 1833 na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, Florianópolis - SC. (Vide ANEXO 17).

Pelo trecho abaixo percebe-se que a mãe dela tinha 15 anos quando da oficialização do matrimônio.

Francisca Romana da Pureza⁷¹, nasc. a 08.02.1818 e bat. a 20. 12. 1818, casou-se a 08.09.1833, com o Major Manoel Inacio de Simas, filho de Domingos Antonio de Simas e de D. Delfina Rosa, nat. da Ilha do Pico. Passaram a residir em Paranaguá. (PIAZZA, 1982, p.76).

Ao que tudo indica tratou-se de um casamento entre famílias de militares, pois ainda de acordo com Piazza (1982, p.73-76) Francisca Romana da Pureza era filha de Francisca Romana Pureza de Souza (filha do Tenente Francisco Machado de Souza e de Ana Francisca Flora⁷² de Faria) e do Professor de primeiras letras João Lopes Falcão, que teve o posto de Major da Guarda Nacional, e era um dos sete filhos que tiveram o Coronel Paulo Lopes Falcão e Maria da Conceição Costa.

O Projeto de Resolução nº 81/2015 citado acima também aponta que o Sr. Simas, Pai da Dona Yayá era militar, mas algumas notícias de jornais posteriores sobre a Dona Yayá o caracterizam como fotógrafo. Supõe-se que ele tenha passado a exercer uma segunda profissão.

⁷¹ A avó da Dona Yayá, Francisca Romana Pureza de Souza morreu em consequência de complicações do parto aos 39 anos, dois dias depois do nascimento da mãe dela. (Ver PIAZZA, Walter F., 1982).

⁷² Faz sentido que nome da Dona Yayá tenha sido inspirado na bisavó materna dela, mas ao invés de Francisca Flora, Flora Francisca. Francisca foi nome dado também à avó e à mãe dela.

Em seu relato, a moradora Lúcia Helena o apontou como fotógrafo e militar:

Lúcia: [...] e Dona YaYa né, pelas informações que a minha família..., que era uma família de militares também, conta que ela também a... **o pai dela era... ele era... ele era fotógrafo, mas ele era militar, ele era da corte.**

Sra. Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, 58anos.

Entrevista realizada em 27/02/2018.

A matéria do Jornal do Brasil de 27/11/63, intitulada *Mulher que bordou primeira bandeira republicana morre com 92 anos no E. do Rio*, aponta que Dona Yayá nasceu em Pernambuco e no ano seguinte ao seu nascimento, seu pai, que ainda segundo o jornal, era um fotógrafo profissional, mudou-se com a família para a Côrte, no Rio de Janeiro, onde tornou-se fotógrafo da Casa Imperial.

O Jornal confirma parte do que a moradora Lúcia Helena nos contou sobre o pai da Dona Yayá ser fotógrafo da Corte, mas não diz nada sobre ele ser militar.

Mulher que bordou primeira bandeira republicana morre com 92 anos no E. do Rio

Niterói (Sucursal) — Morreu, ontem, em Niterói, aos 92 anos de idade, Dona Flora Simas de Carvalho que, a pedido do Marechal Deodoro da Fonseca, bordou o primeiro Pavilhão Nacional republicano, hasteado no Palácio da Presidência, no dia da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Dona Flora, que bordou, também, a bandeira republicana, hasteada 4 dias depois, morreu na residência de sua filha Alice Azevedo, na Rua São José, 253 e foi sepultada, sem qualquer solenidade, apesar da ligação de sua vida com a História, às 17 h 30 m, no Cemitério do Marui.

NAO VIU

Este ano pela primeira vez Dona Flora não viu passar o Dia da Proclamação da República e o Dia da Bandeira — estava em estado de coma há mais de 40 dias — datas que sempre comemorou cercada de netos e bisnetos, para os quais contava os detalhes históricos, que, se não a fizeram rica e famosa, sempre a alegraram, segundo seus familiares.

Dona Iaiá, como era conhecida na intimidade, levou para o túmulo uma grande mágoa — a de ter sido esquecida, passando os dias da alegria do País livre do Império.

Sua família não conseguiu cumprir seu desejo, de ser sepultada com o caixão coberto por uma Bandeira Nacional. A Bandeira cujas estrelas e cujo lema — ORDEM E PROGRESSO — foram bordados por Dona Flora é a que se encontra em exposição no Museu Imperial de Petrópolis.

HISTÓRIA

Dona Iaiá nasceu em Pernambuco no dia 17 de março de 1961, filha de um fotógrafo profissional, que trouxe, no ano

seguinte no seu nascimento, a família para a Corte, no Rio de Janeiro, onde se tornou fotógrafo da Casa Imperial.

Valendo-se do seu prestígio matriculou a filha em Petrópolis onde mais tarde participou da corte, como florista da família imperial.

A GLÓRIA

Mas foi como bordadeira, aos 16 anos, que ela entrou na história. Seu pai, embora amigo dos imperadores, estava ligado à causa republicana, tendo amizade com o Marechal Deodoro da Fonseca, o qual, sabendo das aptidões de Flora, pediu-lhe que bordasse a bandeira que seria hasteada no Palácio da Presidência na Proclamação da República.

A primeira bandeira foi bordada em cetim e 4 dias depois Dona Flora teve de bordar outra, em algodão, para ser hasteada, na Câmara Municipal.

Dona Flora Simas de Carvalho teve 8 filhos que lhe deram 42 netos, e 53 bisnetos e tetranetos. Seu marido, o comerciante Francisco Bessa de Carvalho, morreu há 30 anos, com a idade de 75 anos.

Figura 115: Jornal do Brasil. 27/11/63, p.13

No mesmo dia o Diário Carioca também apontava Manoel Inácio de Simas como Fotógrafo.

Morre a la. bordadeira da bandeira do Brasil

NITERÓI. — Aos 92 anos de idade faleceu ontem, nesta cidade, a sra. **Flora Simas de Carvalho**, tendo o féretro saído de sua residência na Rua São José, onde vivia em companhia de sua filha, sra. Alice Azevedo.

A sra. Flora Simas de Carvalho, que ganhou notoriedade em virtude de ter sido a bordadeira da primeira bandeira da República, nasceu no dia 17 de março de 1871, em Pernambuco. Filha do fotógrafo profissional Manoel Inácio de Simas veio muito cedo para o Rio de Janeiro, tendo sido aluna interna num colégio de

Petrópolis. Ao bordar o pavilhão da República, d. "Iaiá", como era conhecida, ainda era solteira, tendo casado algum tempo depois com o comerciante petropolitano Francisco Bessa de Carvalho.

A sra. Flora Simas de Carvalho deixa uma prole numerosa, constando de 4 filhos, 42 netos, 52 bisnetos e 3 tetranetos.

Segundo afirmação de d. Alice Azevedo o maior desejo da famosa bordadeira era o de ter o seu caixão coberto com a bandeira que bordou. Atualmente a bandeira nacional por ela bordada e aplicada está em exposição no Museu de Petrópolis.

Nova crise de energia ameaça

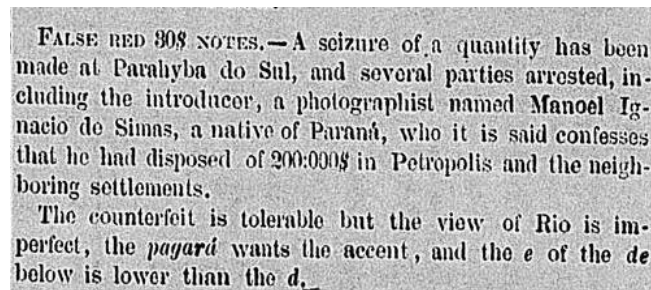
Figura 116: Jornal Diário Carioca. 27/11/63, p.09

Já em 7 de abril de 1860 o Correio Mercantil noticia um homem de nome Manoel Ignácio de Simas entrando em Paranaguá com mulher e três filhos. Dona Yayá ainda nem era nascida.

ENTRADAS NO DIA 6.	
Genova— 65 ds., pol. sarda <i>Victoria</i> , 152 tons., m. G. Lan Michel, equip. 9: c. vinho e aguardente á ordem; passags. 7 italianos.	
Cardiff— 56 ds., barc. ing. <i>Highland Mary</i> , 501 tons., m. T. William, equip. 14: c. carvão á Scott Hett e Comp.	
Paranaguá— 8 ds., barc. <i>Iris</i> , 309 tons., m. Leandro Eugênio de Oliveira, equip. 13: c. madeira a Veloso & Vianna; passags. Manoel Ignácio de Simas , sua mulher, 3 filhos e 7 escravos, João Fernando Clopp.	

Figura 117: Correio Mercantil. 7 de abril de 1860.

A pesquisa em Jornais da época revelou que um homem de mesmo nome e fotógrafo estava entre os acusados de introdução de notas falsas no Rio de Janeiro, presos nos dias 29, 30 e 31 de março do ano de 1866, sete anos antes do nascimento da Dona Yayá, conforme se pode ver nas notícias abaixo:



FALSE RED 90\$ NOTES.—A seizure of a quantity has been made at Paratyba do Sul, and several parties arrested, including the introducer, a photographer named Manoel Ignacio de Simas, a native of Paraná, who it is said confesses that he had disposed of 200:000\$ in Petropolis and the neighboring settlements.

The counterfeit is tolerable but the view of Rio is imperfect, the *pagará* wants the accent, and the *e* of the *de* below is lower than the *d*.

Figura 118: The Anglo- Brazilian Times (RJ). 07 de abril de 1866, p.2

Notas falsas.—Apparecêrão notas falsas na provincia do Rio de Janeiro. A esse respeito dizem ao *Jornal do Commercio*:

“ Nos dias 29 e 30 de Março as autoridades policiaes nesta villa procedêrão a differentes prisões, e a varias buscas em casas particulares para descobrimento dos autores do crime de introdução de notas falsas na circulação, constando que forão encaminhadas por uma denuncia vinda de Vassouras, dada por um introductor que alli se acha preso, por se lhe haver encontrado 3:600\$000 pouco mais ou menos, em notas de 30\$000 vermelhas, cuja somma fôra aqui comprada por 500\$000 em notas legitimas.

“ A diligencia nesta villa foi dirigida pelo dr. Miguel Calmon (juiz municipal) e dr. Carneiro (subdelegado), e conseguiu-se um importante resultado, capturando-se o principal introductor e as provas evidentes do crime. Em casa desse individuo, que ostensivamente vivia da profissão de photographo, encontron-se de baixo do travesseiro da cama 4:800\$ e tantos mil réis em notas da mesma especie, diz-se que mui bem feitas, com o pequeno defeito em um cifrão, mas gravadas em péssimo papel, que humedecido se descolla em tres folhas mui finas.

“ O introductor photographo, residindo no centro da villa, chama-se Manoel Ignacio de Simas. E' brasileiro, natural da provincia do Paraná. Com este se acha preso a amasia, e um pardo, escravo, que tem dado á policia, diz-se, importantes esclarecimentos,

“ As prisões e buscas continuão. A policia tem cumprido o seu dever com tino e energia.”

Figura 119: Diário de São Paulo. 11 de abril de 1866, p.3.

— Escreveram da Parahiba do Sul ao *Mercantil* de Petropolis :

« Acham-se recolhidos á cadeia desta villa, Manoel Ignacio de Simas, pelo crime de fabricante de notas falsas, tendo sido encontrado em seu poder cerca de 3:000\$ em notas de 30\$, assim como mais algumas pessoas que se achavam envolvidas nessa fatal empreza. A autoridade tomou conta das machinas e mais accessorios e prosegue nas necessarias pesquisas. »

— A respeito de dinheiro falso o *Parahybano*, diz o seguinte :

« Nos dias 29, 30 e 31 do mez proximo passado foram presos 16 individuos, como autores e complices do crime de moeda falsa.

« Entre as pessoas que se acham reclusas, conta-se Manoel Ignacio de Simas, brasileiro e retratista, em cuja casa encontrou-se quantia superior a quatro contos de réis em notas falsas de trinta mil réis, estampa encarnada.

« Ha mais de um anno pesam sobre Simas vehementes suspeitas de moedeiro falso.

« Mas as nossas autoridades dormiam o somno da indolencia e incuria, e somente depois de terem recebido das de Vassouras as mais minuciosas informações, foi que se dispuzeram a cumprir o seu dever.

« Consta-nos que algumas das pessoas detidas são inteiramente innocentes, e uma destas já foi solta logo depois de interrogada.

« Cumpre mais acrescentar que Simas em seu interrogatorio declarou ter recebido 200:000/, dos quaes restava somente em seu poder a quantia apprehendida. »

Figura 120: Jornal de Recife. 13 de abril de 1866, p.2

Escrevem-nos da Parahyba do Sul : « Nos dias 29 e 30 de março as autoridades policiaes nessa villa procederam a differentes prisões, e a varias buscas em casas particulares para descobrimento dos autores do crime de introdução de notas falsas na circulação, constando que foram encaminhadas por uma denuncia vinda de Vassouras, dada por um introductor que alli se acha preso, por se lhe haver encontrado 3:600\$ pouco mais ou menos, em notas de 30\$ vermelhas, cuja somma fôra aqui comprada por 500\$ em notas legitimas.

« A diligencia nesta villa foi dirigida pelo Dr. Miguel Calmon (juiz municipal) o Dr. Carneiro (subdelegado), e conseguindo-se um importante resultado, capturando-se o principal introductor e as provas evidentes do crime. Em casa desse individuo, que ostensivamente vivia de profissão de photographo, encontrou-se debaixo do travessão da cama 4:800\$ e tantos mil réis em notas da mesma especie, diz-se que moi bem feitas, com o pequeno defeito em um cifrao, mas gravadas em pessimo papel, que humedecido se descolia em tres folhas mui finas.

« O introductor photographo, residindo no centro da villa, chama-se Manoel Ignacio de Simas. E' brasileiro, natural da provincia do Parana'. Com este se acha presa a amasia e um pardo, escravo, que tem dado a policia, diz-se, importantes esclarecimentos.

« As prisões e buscas continuam. A policia tem cumprido seu dever com tino e energia. »

Figura 121: Diário de Pernambuco. 14 de abril de 1866, p. 2

beteu na boca.—50. As autoridades da Parahyba do Sul, effectuárão as prisões de alguns moedeiros falsos, que ali tinham introduzido notas falsificadas na circulação. O introductor, ostensivamente photographo, chama-se Manoel Ignacio de Simas; em casa deste encontrou-se debaixo do travessão da cama, cerca de 4:800\$ em notas falsas.—1

Figura 122: Folhinha de modinhas. 1867. p.186.

Esse mesmo homem, que é citado como natural do Paraná acima, esteve preso no Presídio da Ilha de Fernando de Noronha entre 1868 a 1878.

Cercado por água e distante 545 quilômetros de Recife, o local já funcionava como prisão, onde os criminosos podiam circular livremente, desde 1737, tendo sido, de

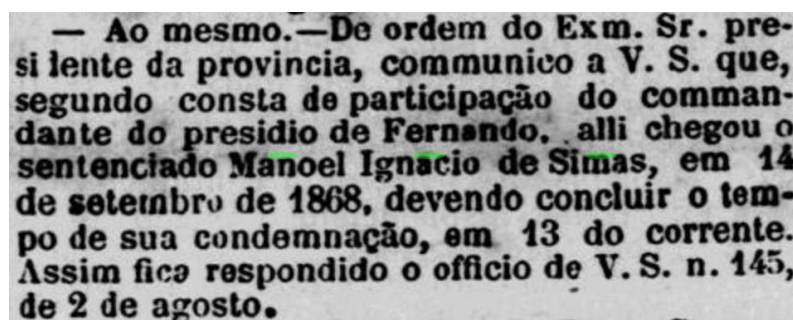
acordo com informações do IPHAN⁷³ o destino de presos políticos, como os ciganos (em 1739), os farroupilhas (em 1844) e os capoeiristas (em 1890).

A lei n. 52, de 3 de outubro de 1833 definiu a ilha como local para o cumprimento das sentenças de condenados por fabricação, introdução e falsificação de notas, cautelas, cédulas e papéis fiduciários. Nesses casos, ela previa a aplicação de trabalhos públicos forçados (pena de galés).

A partir do decreto n. 2.375, de 5 de março de 1859, os militares condenados a seis anos ou mais de trabalhos públicos ou de fortificações, ou a pena de galés por mais de dois anos, e os degredados passaram a cumprir pena no presídio.

O fato de ter cumprido pena nesse presídio aumenta as chances de o Sr. Simas se tratar de militar.

Quanto ao período da pena, a nota abaixo esclarece que ela começou a ser cumprida em 1868 e a conclusão se daria no mesmo ano da publicação, 1878.



— Ao mesmo.—De ordem do Exm. Sr. presidente da provincia, communico a V. S. que, segundo consta de participação do commandante do presidio de Fernando, alli chegou o sentenciado Manoel Ignacio de Simas, em 14 de setembro de 1868, devendo concluir o tempo de sua condemnação, em 13 do corrente. Assim fica respondido o officio de V. S. n. 145, de 2 de agosto.

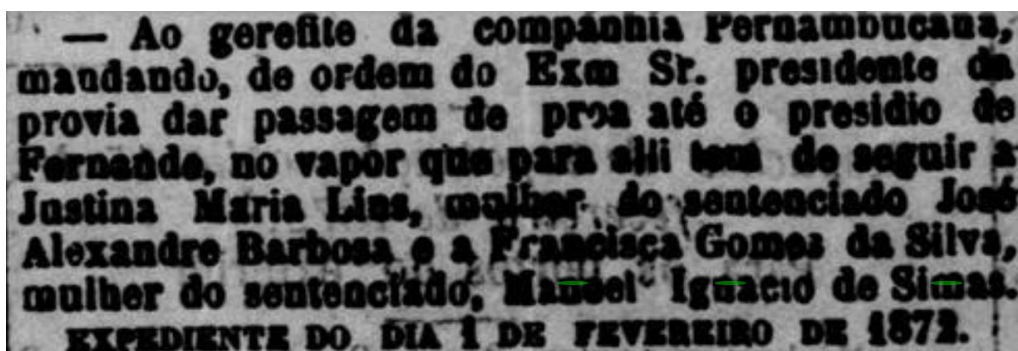
Figura 123: Diário de Pernambuco (PE) 1870-1879

O período de dez anos que o Sr. Simas ficou preso não impediu a família de continuar a crescer. Isso é razoável graças à possibilidade de visitas.

Identificamos a visita de uma mulher, dita sua esposa, de primeiro nome identico ao da mãe da Dona Yayá, Francisca, bastante comum, mas com sobrenome diferente do que consta em seus registros: Gomes da Silva ao invés de Romana de Simas, o que pode de se tratar de uma divergência na notícia. Mas mesmo que essa não fosse a mulher dele,

⁷³ Arquipélago de Fernando de Noronha - Pernambuco (PE). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1662/>. Acesso em 07.01.2020.

a notícia demonstra que era permitido o acesso aos presos de Fernando de Noronha.



— Ao gerente da companhia Pernambucana, mandando, de ordem do Exm Sr. presidente da provia dar passagem de praa até o presidio de Fernando, no vapor que para alli tem de seguir a Justina Maria Lins, mulher do sentenciado José Alexandre Barbosa e a Francisca Gomes da Silva, mulher do sentenciado, Manoel Ignacio de Simas.
EXPEDIENTE DO DIA 1 DE FEVEREIRO DE 1872.

Figura 124: Diário de Pernambuco. 17/02/1872, p.1

Abaixo uma fotografia cedida pela Sra. Iza de Azevedo Rowlands retrata sua bisavó, a Sra. Francisca, mãe da Dona Yayá. Segundo ela, ainda criança, Dona Yayá é quem está sentada em seu colo. Para que isso seja possível, ou a data de 1864, anotada no verso da fotografia, foi entendida e registrada errado, devendo ser 1874 – quando Dona Yayá já tinha um ano – ou a criança no colo da Sra. Francisca era outra, nove anos antes do nascimento da Dona Yayá.



Figura 125: Acervo Pessoal. Mãe da Dona Yayá com ela no colo e anotações pessoais no verso, onde consta a informação “1864 mãe de vovó Flora”. Fornecida pela neta Iza em 2018. Data e local não informados.

Diferente do que foi veiculado, Dona Yayá não era a filha mais velha do casal. Havia somente um irmão mais novo do que ela. Não parece ser coincidência somente Dona Yayá, nascida em 1873, e Antonio Francisco Simas, nascido em 1878 serem Pernambucanos, enquanto todos os outros irmãos eram Paranaenses (mais especificamente Parnanguaras⁷⁴), de acordo com os registros civis e batismais.

Sendo assim, os pais dela teriam deixado o Estado de Pernambuco após o nascimento do caçula, ocorrido no mesmo ano da libertação do Sr. Simas, logo Dona Yayá não tinha apenas um ano..

Abaixo o retrato do Sr. Simas feito em Pernambuco e cedido por uma das entrevistadas, a Sra. Iza de Azevedo Rowlands, sua bisneta, onde consta a anotação a caneta indicando o ano de 1881, o que sugere que até então a família ainda estava em Pernambuco.

⁷⁴ Gentílico de Paranaguá.

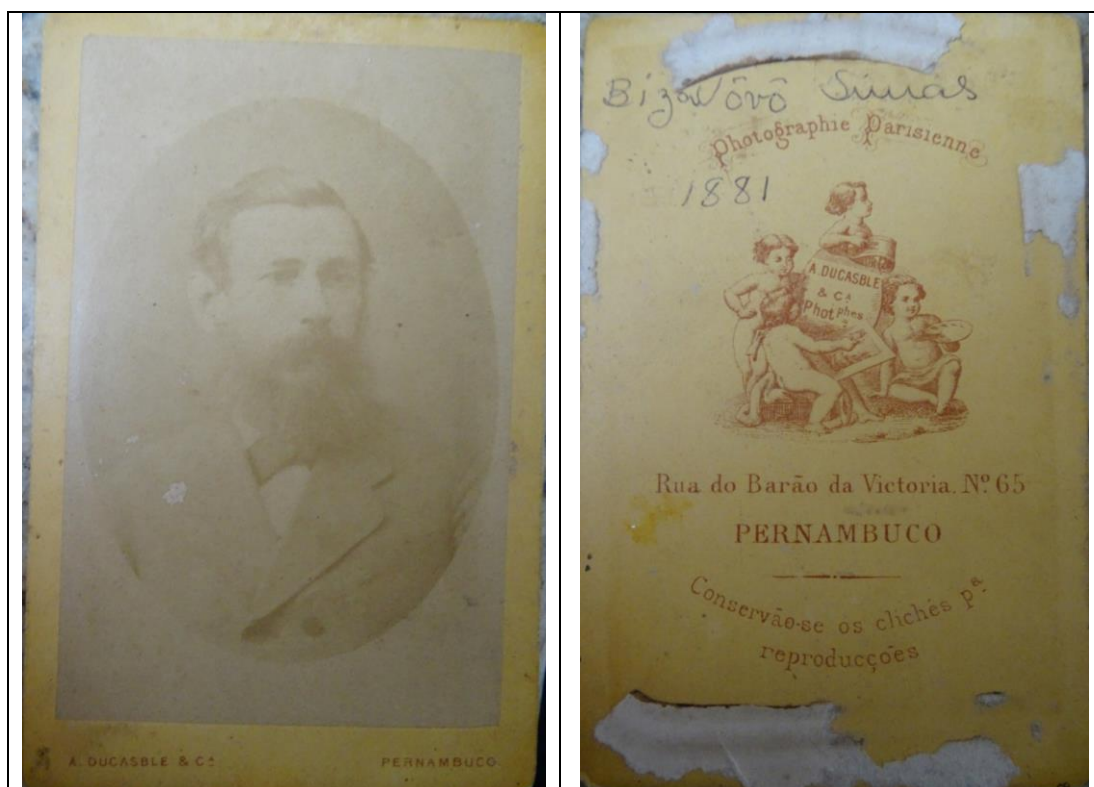


Figura 126: Acervo Pessoal. Pai da Dona Yayá e anotações pessoais no verso, onde consta a informação “Bizavovô Simas 1881”. Fornecida pela neta Iza em 2018. Pernambuco.

Entretanto, não é impossível que a inscrição manual do ano, que parece ter sido feita pela neta (“*bisavovô Simas 1881*”), esteja errada.

Abaixo detalhe da árvore genealógica obtida no FamilySearch.org mostrando os irmãos da Dona Yayá.

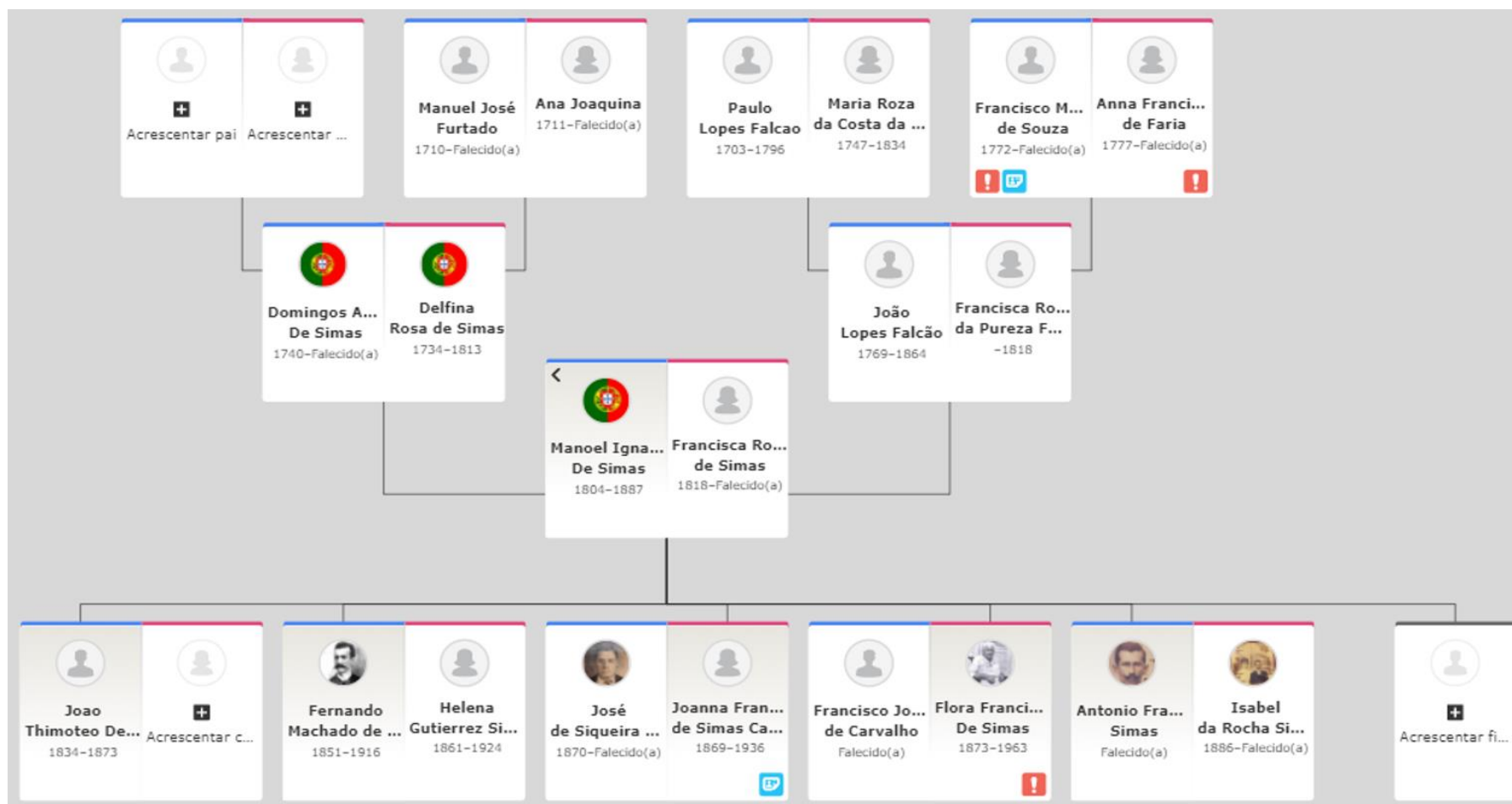


Figura 127: Família da Dona Yayá. Disponível em: <familysearch.org/tree/pedigree/landscape/G9ps-G82>. Acesso em 30.08.2020

Na árvore acima é possível observar um total de cinco filhos, já incluindo a Dona Yayá.

Elaboramos uma árvore genealógica considerando, além das informações obtidas na consulta ao FamilySearch.org, resgatadas em registros históricos (nascimento, casamento e óbito das pessoas relacionadas à Dona Yayá⁷⁵), que informam dados como nome, data de nascimento/idade, filiação, cônjuge, ocupação/ profissão, data, local do registro, etc., as informações obtidas através da família, comparadas e complementadas pelas notícias de jornais.

⁷⁵Registros da Igreja Católica, no qual constam informações sobre o casamento dos pais da Dona Yayá (8/9/1833- Nossa Senhora do Desterro, Florianópolis - SC);

Registro do casamento da Dona Yayá (14/01/1893), do irmão Antônio Francisco de Simas (27/09/1907) e do filho Hugo Simas de Carvalho (23/08/1920); e

Registro do óbito do irmão Fernando Machado de Simas (15/9/1916), da filha Alice Carvalho de Azevedo (29/09/1994) e da filha Dilla de Carvalho Saramago (26/12/2009).

Nem todos os dados são precisos. Os maiores problemas são a variedade de nomes para a mesma pessoa e as estimativas de anos de nascimento (bastante imprecisas).

Não são raras as supressões e acréscimos de nomes/sobrenomes. A mesma pessoa pode constar de diferentes formas, o que não se restringe às mudanças dos nomes femininos de solteira para casada, mas também se verifica com nomes masculinos, dificultando a busca.

Um exemplo é a diferença do nome da mãe da Dona Yayá nos registros do casamento e dos filhos.

No primeiro verifica-se que a noiva, chamava-se Francisca Romana da Pureza, era filha do Major João Lopes Falcão e da também Francisca Romana da Pureza. Enquanto nos registros de casamento da Dona Yayá e de Antônio Francisco de Simas consta como nome da mãe Francisca Romana de Simas. A mesma pessoa aparece no registro de Fernando Machado de Simas como Francisca Romana Falcão de Simas. Também há referência a ela como Francisca Romana Machado e Simas.

Outro exemplo é a estimativa do ano de nascimento de Fernando Machado de Simas. Ele seria mais velho que a Dona Yayá se nascido, conforme consta em 1851, o que de acordo com a família, não procede, Dona Yayá era a irmã mais velha de seis irmãos. Já a data de nascimento de Antônio Francisco de Simas é estimada em 1878 com grande probabilidade de acerto, já que verifica-se na imagem do livro de registros a idade de 29 anos quando da celebração do ato.

Um terceiro exemplo, relacionado aos registros dos acontecimentos, é a data de falecimento do pai da Dona Yayá. Consta falecimento dia 01/12/1887, o que é impossível, já que foi ele quem pediu que ela bordasse o pavilhão nacional republicano em 1889. Além disso, no registro do casamento dela, em 1893, bem como no do irmão, Antônio Francisco de Simas, realizado em 1907, consta somente a mãe como falecida. A não ser que se tratassem de dois Manoel Ignacio de Simas, mas o fato de ser pai de Fernando Machado de Simas, formado em farmácia no Rio de Janeiro e este ter atuado em Paranaguá e ser casado com Helena Gutierrez de Simas, sobrinha do Comendador Correa Junior, ter tido com ela seis filhos, entre eles Otto Gutierrez de Simas, militar de alta patente que habitou o Imbuhy possibilita atribuir tudo isso ao pai da Dona Yayá, pois apesar das incorreções pontuais, há muitas convergências nos registros, levando a concluir que se tratava da trajetória de uma única pessoa e não um homônimo.

Há registro da passagem do espólio de Helena Gutierrez Simas para o filho Otto Gutierrez de Simas.

Faz sentido que Fernando seja irmão da Dona Yayá, pois a família faz referência a um parente que atuava na área de farmácia.



Figura 128: Árvore Genealógica da Dona Yayá. Detalhe: Irmãos. Geni family tree. Elaborada por Jamylle de Almeida Ferreira

Não se pode deixar de mencionar a nota de felicitações publicada no ano de 1876, pelo casamento do Tenente Faustino Martins Bastos com uma jovem também chamada Flora de Simas, filha de um Capitão de nome Manoel Ignacio de Simas, em Paranaguá.

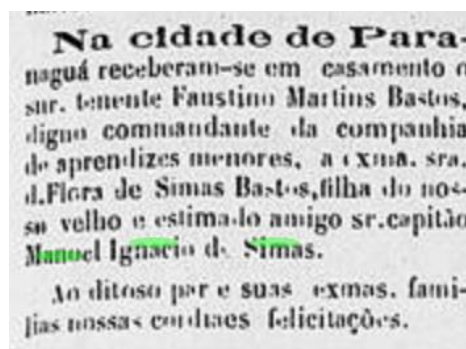


Figura 129: Província do Paraná. 1876.

Apesar dos nomes, não parece se tratar das mesmas pessoas. O marido da Sra. Francisca Romana da Pureza já era Major quando se casou, em 1833, e a Dona Yayá era criança em 1876, ano em que aconteceu o casamento citado acima, quando contava com apenas 3 anos de idade.

Há a possibilidade desse Manoel Ignacio de Simas ser um irmão mais velho da Dona Yayá, batizado com o mesmo nome do pai, pois há um registro de uma árvore genealógica incompleta em que o casal Manoel Ignacio de Simas e Francisca Romana de Simas parecem ter tido um filho com esse nome, nascido em 1838, mas neles não consta essa que seria uma filha da do casal e sobrinha da Dona Yayá. E como não houve confirmação nem a família, nem dos moradores, ele não foi incluído na árvore.

Depois desse parêntese necessário, voltemos a abordar a trajetória da família Simas, que como vimos, parece ter voltado ao Rio de Janeiro só após 1878.

Ainda de acordo com o Projeto de Resolução nº 81/2015, p.2 “segundo D. Lucy, a mãe de D. Flora não se adaptou ao Rio, voltando para o Recife, tendo morrido de tuberculose, logo depois”.

Em entrevista a Sra. Lucy deu uma outra versão para a morte da dona Francisca:

Lucy: Um dia ela estava lavando – antigamente usava-se muito terno branco né, de linho. Ela lavou o terno do marido, botou na corda. Lá no norte chove de repente, chove muito né... dá aquela tempestade depois passa. E ela estava passando roupa, terno, terno branco né. E ela viu que ia chover e ela correu para apanhar o terno que estava pendurado na corda, aí minha filha, pegou uma tuberculose galopante que matou ela em menos de 15 dias. Aí ele já estava lá também devendo, já queriam pegar ele lá pra vender, aí não teve jeito. Aí ele veio embora pro Rio com os filhos.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Segundo dona Lucy, inicialmente a família morou em Santa Tereza.

Lucy: Foi aí que eles foram morar lá no coisa, onde eles moravam...

Autora: No Imbuhy ou em São Cristóvão?

Lucy: Oi?

Autora: Eles vieram direto para o Imbuhy ou São Cristóvão?

Lucy: Quando ele veio do norte ele veio direto para morar na cidade

Carlos Alberto: Santa Tereza?

Lucy: Hein?

Carlos Alberto: Santa Tereza?

Lucy: Santa Tereza, é... Morava em Santa Tereza.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Com o falecimento da Sra. Francisca, a jovem Yayá teria assumido o posto de matriarca da família “*e os irmãos mais novos foram criados por ela*”. (Projeto de Resolução n.º 81/2015).

Lucy: Quem ficou tomando conta dos irmãos era vovó. Tinha o que?... 12, 13 anos.

Autora: Então ela era a mais velha?

Lucy: Ela era a mais velha.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Como se pode observar pelo trecho do depoimento da Sra. Lucy acima, ela

permanece afirmando que Dona Yayá era a mais velha entre os irmãos.

Ainda de acordo com a Sra. Lucy, Dona Yayá teria aprendido a bordar num colégio de Freiras do bairro onde ela e as irmãs estudaram.

Lucy: Então ficou morando em Santa Tereza, estudando em colégio de irmãs em Santa Tereza, ela e as irmãs

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.

Entrevista realizada em 18/10/2016.

Já a Sra. Iza afirma que Dona Yayá tinha três irmãs e nos fornece o nome de duas delas, mas diz que não havia irmãos, do sexo masculino:

Autora: A Sra sabe quantas irmãs ela tinha?

Iza: Tinha...vovó Joana (eu chamava de vovó), vovó Olímpia,... e ela.

Autora: Eram três elas, né.

Iza: Três. É porque uma já tinha morrido, eram quatro moças.

Autora: Entendi. E tinha irmão também?

Iza: Não.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos

Entrevista realizada em 17/05/2018.

Quando ela diz que uma irmã já tinha morrido é porque muito provavelmente não teria chegado a conhecer, mas de fato só conseguimos identificar, através dos relatos, as duas irmãs citadas pela Sra. Iza, além de três irmãos.

Não há registros da passagem da Dona Yayá pelos colégios da região, mas a Sra. Lucy estava bastante segura de que ela e as irmãs teriam estudado em Santa Tereza e reafirmou:

Lucy: Como ela estudou no colégio de freiras lá em Santa Tereza, onde ela morava, ela aprendeu a bordar com fios de ouro, prata, essas coisas né, porque antigamente usava assim né.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.

Entrevista realizada em 18/10/2016.

Há ainda registros de que Dona Yayá teria estudado em Petrópolis, pois seu pai, apesar de apoiar a causa republicana, tornou-se fotógrafo da Casa Imperial: *“Filha do fotógrafo profissional Manoel Inácio de Simas veio muito cedo para o Rio de Janeiro, tendo sido aluna interna num colégio de Petrópolis”*. (Jornal Diário Carioca. 27/11/63, p.09).

Por outro lado, a matéria do Jornal O Globo, *Bordou os Dois Primeiros Pavilhões da República*, de 17 de abril de 1958, afirma que: *“Dona Flora fez os seus estudos primários e logo depois aprendeu a bordar e a fazer flores de pano no ‘atelier’ de Madame Rosenval, famosa florista francesa que residia em Botafogo e tinha loja na Rua do Ouvidor”*.

Dona Yayá teria chegado a participar da Corte como florista da família imperial:

“(...) filha de um fotógrafo profissional que trouxe, no ano seguinte ao seu nascimento, a família para a Corte, no Rio de Janeiro, onde se tornou fotógrafo da Casa Imperial.

Valendo-se do seu prestígio, matriculou a filha em Petrópolis, onde mais tarde participou da corte como florista da família imperial.

(...) Seu pai, embora amigo dos imperadores, estava ligado à causa republicana, tendo amizade com o Marechal Deodoro da Fonseca, o qual, sabendo das aptidões de Flora, pediu-lhe que bordasse a bandeira que seria hasteada no Palácio da Presidência na Proclamação da República”.

(JORNAL DO BRASIL, 27/11/63, p.13)

Essa notícia faz sentido porque há registros sobre a trajetória de Fernando Machado Simas, irmão da Dona Yayá, que aponta inclusive que ele morou um tempo em Petrópolis:

Após o curso de Humanidades, formou-se em Farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro. Exerceu a profissão em Antonina, indo mais tarde para Paranaguá. Em 1887 mudou-se para Petrópolis e a seguir para o Rio de Janeiro. Estabelecido sempre com farmácia, ganhou enorme prestígio profissional. Regressou a Paranaguá para intensificar a campanha pela abolição e pela república. (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Cadeira 23 – Patrono: Fernando Machado Simas (1851-1916). Disponível em <http://academiaparanaensedeletras.com.br/caadeira-23/caadeira-23-patrono/> Acesso em: 01.07.2020)

Aparentemente Fernando Machado Simas tinha as mesmas convicções políticas que o pai:

Em 1887 instalou, com outros companheiros, o Clube Republicano e manteve-se no movimento revolucionário até a instauração do novo regime, pelo qual dera tanto de si próprio. Da sua ilustre descendência, importa destacar a figura de Hugo Simas, seu filho, que se tornaria dos maiores juristas brasileiros, primeiro ocupante da Cadeira 23 desta Academia. Vitoriosos os dois movimentos, Fernando Simas elegeu-se deputado federal à Constituinte Republicana de 1891. (INSTITUTO MOISES SOARES. Disponível em: <<http://msinstituto.blogspot.com/2016/07/fernando-machado-simas-nasceu.html>> . Acesso em 20 de jun. de 2020)

Ao voltar de Pernambuco, não se sabe exatamente o período no qual o Sr. Simas teria morado com a família em Petrópolis e em Santa Tereza. O que se sabe é que em razão de um envolvimento entre a filha Yayá e um português que o desagradou, ele decidiu ir morar na Aldeia Imbuhy, na época já constituída por pescadores.

No Projeto de Resolução n.º 81/2015, (p.2) consta que, segundo depoimento da Sra. Lucy, a finalidade da mudança era justamente “*isolá-la e inviabilizar o seu romance*”, o que foi mantido por ela no depoimento que nos prestou:

Lucy: (...) e depois ela começou a namorar um moicano português. Vovô, com raiva que ela queria namorar o português, ele pegou a família e levou para o Imbuhy.

Autora: Ah sim. Rsrs.

Lucy: Exilou vovô no Imbuhy. Vovô não tinha mais do que 13 ou 14 anos. E ele deixou a família lá e sumiu para o Rio. Ele sumiu para o Rio, entendeu? E ela ficava com os irmãozinhos lá no Imbuhy, num lugar onde ela não conhecia ninguém, era novinha, criando os irmãozinhos.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.

Entrevista realizada em 18/10/2016.

Quanto à idade da Dona Yayá que nos foi informada em entrevista pela própria Sra. Lucy quando da mudança para o Imbuhy, conforme pode ser conferido no trecho do depoimento acima, “*13 ou 14 anos*”, ela diverge da que consta no Projeto de Resolução n.º 81/2015, (p.2): “*Dona Yayá estava com 18/19 anos (segundo D. Lucy), quando foi para a Aldeia.*”

A fotografia abaixo cedida pela Sra. Iza de Azevedo Rowlands retrata sua avó, a Dona Yayá, ainda jovem.



Figura 130: Acervo Pessoal. Dona Yayá e anotações pessoais no verso, onde consta a informação “Vovó Flora Simas de Carvalho”. Fornecida pela neta Iza em 2018. Data e local não informados.

Entrevistamos a Sra. Lucy, um ano depois de divulgada a história da sua avó pelo referido projeto de Resolução, que concedeu à bordadeira da primeira bandeira da República o título de benemerita do Estado do Rio de Janeiro “Post Mortem”. Pode ser que ela já tivesse assimilado a informação divulgada no próprio projeto sobre o ano da chegada da Dona Yayá ao Imbuhy e automaticamente recalculado sua idade, daí a divergência entre a idade informada na justificativa do projeto e a informada na entrevista que nos concedeu.

A história oral também vai sendo contruída no meio do caminho, durante a vida do entrevistado. Ela é sempre uma versão inacabada.

Na ânsia de reconstituir sua própria história, Dona Yayá foi vinculada erroneamente até 2015 pelo imaginário dos moradores à origem da comunidade, em 1886. Muitas associações foram feitas nesse sentido e há inúmeros exemplos que reproduzem a relação entre o estabelecimento da família da Dona Yayá e a origem

da Aldeia Imbuhy.

A imprecisão de datas com relação à ocupação da Aldeia Imbuhy pela família Simas pode até mesmo ter sido um engano, mas mesmo que não tenha sido, é perfeitamente compreensível esse ajuste, já que Dona Yayá era a única figura simbólica que poderia fazer frente a qualquer ameaça de remoção vinda do Exército, essencialmente republicano, pois, de acordo com Catroga (2015, p.24) *são os estímulos do exterior, tais como os suportes materiais, sociais e simbólicos que podem reavivar os registros interiores.*

Para o autor “*o homem conta histórias como protesto contra sua finitude.*” (CATROGA, 2015, p.8)

Ainda não se conhecia suficientemente a história local, ela estava em descoberta. Nessa fase é comum nos depararmos com informações inconsistentes que vão sendo testadas para desvendar as incógnitas, tal como um problema matemático. A complexidade e riqueza desse processo está no fato de que ao mesmo tempo novos dados vão sendo descobertos, versão a versão. Enquanto isso, a identidade vai sendo gestada. E aos poucos vai se estabelecendo uma versão coletiva mais ajustada.

De acordo com Alberti (2004, p.13) é justamente isso o que a história oral tem de mais precioso: *a possibilidade de reconstruir a história através de suas múltiplas versões, captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do autor.*

Delgado (2003, p.18) afirma que a memória teria a capacidade de, segundo a tradição bejaminiana, refundar mitos de origem.

O mesmo Projeto de Resolução n.º 81/2015, (p.1), ao registrar a versão “legitimada” pelos moradores, aponta que a família da Dona Yayá teria ido morar na Aldeia em 1886⁷⁶, (o que daria uns 13 anos de idade): “*desde o fim do século XVIII, há registros de nascimentos na área da Aldeia de Moradores do Imbuhy, mas a história oficial relaciona a origem da aldeia à vinda da família SIMAS DE CARVALHO [nome que passou a ser usado pela Dona Yayá após o casamento], em 1886.*” (grifo nosso).

O texto “*Um breve histórico sobre a Aldeia de Pescadores do Imbuhy*”,

⁷⁶Ver ainda “Um breve histórico sobre a Aldeia de Pescadores do Imbuhy”, produzido pela Associação de Moradores. Sem data (por volta de 2015) e o Projeto de Resolução n.º 81/2015 “a história oficial relaciona a origem da aldeia à vida da família SIMAS DE CARVALHO, em 1886).

produzido pela Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy (AsMAI, por volta de 2015) também aponta o ano de 1886 como o da chegada da família à Aldeia.

O Blog do Axel Graef, em 30/06/2015 noticiou o pionerismo da Dona Yayá na área em 1886:

Os familiares de **Flora Simas de Carvalho, a Dona Yayá, bordadeira da primeira bandeira da República e uma das pioneiras entre os moradores da Aldeia Imbuhy, em 1886**, receberam, nesta segunda-feira (29), na Câmara de Vereadores de Niterói, em nome da matriarca, o título de benemerita do Estado do Rio de Janeiro “post mortem”. O título foi concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e a iniciativa da homenagem foi do deputado estadual Waldeck Carneiro (PT). (BLOG DO AXEL GRAEL. Aldeia Imbuhy: Dona Yayá, bordadeira da primeira bandeira da República, é homenageada em Niterói. Disponível em <http://axelgrael.blogspot.com/2015/06/aldeia-imbuhy-dona-yaya-bordadeira-da.html> Acesso em 20 de set. de 2019).

Mais recentemente Nunes (2017) também percebeu a tentativa dos moradores de relacionar o surgimento da Aldeia Imbuhy ao ano em que supostamente Dona Yayá teria se mudado para a área:

Não se sabe ao certo, o ano de surgimento da Aldeia do Imbuhy. Tem sido informado erroneamente em algumas matérias de jornais e sites de notícias, como sendo o início da formação da colônia de pescadores do Imbuhy o ano de 1886 por ser este o ano em que Dona Flora Simas foi morar nesta colônia e como sendo a moradora mais famosa a data acabou ficando de referência para os moradores, que sem conhecimento histórico da sua aldeia, acabou reproduzindo-o pela oralidade. (NUNES, 2017, p.24-25)

Inicialmente a comunidade busca se diferenciar através da apropriação do feito de uma das suas moradoras na proclamação da República. Esse ano de referência (1886) garantiria que Dona Yayá teria se mudado para a área antes de ter bordado as duas bandeiras republicanas de 1889, ou seja, elas teriam sido bordadas na própria Aldeia Imbuhy, três anos depois da chegada da família, quando a Dona Yayá tinha 16 anos, o que já foi inclusive reproduzido por pesquisa acadêmica: “O Sr. Simas (...) levou-a para morar na Aldeia do Imbuhy (...). Foi lá que, a pedido do marechal Deodoro da Fonseca, dona Flora confeccionou a primeira bandeira da República”. (NUNES, 2017, p. 35-36).

Segundo conta a versão dos moradores, transmitida via oralidade e que, ao longo do tempo, foi sendo registrada em publicações, tais como jornais e revistas, trabalhos acadêmicos e etc., Dona Yayá já vivia no Imbuhy quando confeccionou as bandeiras da República.

Isso era pouco provável pela própria dificuldade de deslocamento diário entre a casa e o trabalho, já que há relatos de que “*naquela época, ela trabalhava como florista na rua do Ouvidor.*” (REPUBLICANDO - BOLETIM DO MUSEU DA RESPÚBLICA ano 9 nº 9, p.1). Faz sentido que Dona Yayá tenha bordado a bandeira aos 16 anos, em novembro de 1889 e chegado à Aldeia posteriormente. Ao considerarmos sua idade inicialmente informada pela Sra Lucy, no Projeto de Resolução n.º 81/2015, entre 18 e 19 anos, quando do estabelecimento da família, concluímos que a mudança teria se dado por volta de 1891.

Não faria sentido que Dona Yayá trabalhasse na região central do Rio de Janeiro e morasse no Imbuhy e sim em Santa Tereza por exemplo, onde teria estudado, ou mesmo em São Cristóvão, onde morava a família do Sr. Simas, numa proximidade possível a ser percorrida diariamente entre casa e trabalho, pois apesar dos registros de caminhos que interligavam as freguesias a partir do séc. XVII, o acesso à freguesia de Itaipu era difícil e a distância era grande: “*Para esse lugar [Freguesia de Itaipú] ou se vai por caminho de terra, passando pelo districto da Freguezia de S. João de Carihy, ou por mar, saindo a barra da Cidade.*” (Araújo, 1820, p.96).

Não é por outro motivo que, ainda de acordo com Araújo (1820, p.97), os gêneros produzidos na região eram escoados pelo interior da enseada ou pelo mar aberto:

Alguns engenhos de assucar subsistem n'este territorio, productos de canas doces, de mandioca, milho, feijão, arroz, e outros legumes, que se exportam á Cidade pelo interior da Enseada, ou por fóra da barra, em lanchas, quando as cargas sam mais volumosas.

E durante muito tempo a vida de quem vivia na Aldeia se dava no entorno da própria Aldeia, pois não havia estradas que facilitasse a locomoção diária em direção a atividades externas. E essa dificuldade de acesso e locomoção permaneceu por

muito tempo na região, conforme se pode perceber quando Wehrs (1985, p. 309) se refere aos anos 1940-1942:

Para as Praias de Adão e Eva ou as oceânicas de Itaipu, Piratininga e Itacoatiara, desertas e com apenas alguns casebres de pescadores nas proximidades só se ia em excursão para todo um dia; até lá não havia linha de ônibus e os pontos extremos servidos por esse meio de transporte, eram Jurujuba e Viradouro.

Isso para o pescador, que já faz do porto a extensão da casa e da casa a extensão do porto nunca foi problema, não impossibilitava a existência de uma população local na área do Imbuhy. Por isso não é nenhum absurdo dizer que já havia pescadores na localidade bem antes da chegada da Dona Yayá. E a Sra. Lucy parece concordar com essa afirmativa:

Autora: Tem um projeto de resolução que eu pesquisei também que diz que desde o fim do século XVIII já havia registros de nascimentos lá na área do Imbuhy, então isso quer dizer que há muito tempo *já havia registros de nascimentos lá, antes mesmo da sua avó chegar por lá.*

Lucy: *Muito antes, muito antes. Antigamente era um lugar onde só tinha pescador. Toda a praia, de fora a fora, ela só tinha pescador.*

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Desde 2007, o decreto 6.040, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, tornou possível recuperar a condição de comunidade tradicional.

Apesar de não especificar a categoria de comunidade tradicional pesqueira, decreto permite a autodeclaração de grupos culturalmente diferenciados, os chamados Povos e Comunidades Tradicionais: *VI - reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos*, mas a causa dos moradores precisava ganhar uma importância nacional, o que foi almejado a partir do destaque da mulher do líder dos pescadores local que, de acordo com relatos,

exercia o papel de matriarca da comunidade:

Iza: Todos lá tinham ela como curandeira, porque ela cuidava com chá.

Autora: Entendi.

Raposo: vc sabia disso?

Autora: Não, não sabia

Iza: ...Com chá. Era chá de pitanga, chá de capim limão... Ela tinha sempre no quintal tudo isso...erva cidreira...

Autora: Será que é por isso que as pessoas dizem que ela era a matriarca da comunidade?

Iza: Era..., a matriarca, de todo mundo lá. Até hoje falam nela.

A garota que assumiu precocemente o papel de matriarca da família, já que cuidava praticamente sozinha da casa e dos irmãos, quatro anos antes de se tornar esposa de Chico Bessa teria bordado a primeira Bandeira do Brasil Republicano. Esses fatores garantiram a ela o papel de protagonista da comunidade.

6.2 “Bordadeira da primeira bandeira do Brasil Republicano”, o título que refletiria a importância nacional da Aldeia Imbuhy

A Bandeira Nacional, está entre os símbolos republicanos. E eles representam a identidade de uma nação.

Segundo a Constituição Federal, os quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil são o Hino Nacional⁷⁷, o Brasão da República⁷⁸, o Selo Nacional⁷⁹ e a Bandeira Nacional cuja apresentação e uso são regulados pela Lei nº 5.700 de 1º de setembro de 1971.

Antes da bandeira atual, o Brasil teve um total de 12 bandeiras oficiais:

A figura a seguir retrata as doze bandeiras anteriores à atual, a saber:

⁷⁷ Trata-se de uma junção entre a composição musical do maestro Francisco Manoel da Silva, conservada como o Hino Nacional em 1890, por meio do Decreto nº 171 e a letra escrita por Osório Duque Estrada em 1909, que somente às vésperas do 1º Centenário da Independência, em 6 de setembro de 1922, foi oficializada, pelo Decreto nº 15.671.

⁷⁸ O Brasão de Armas do Brasil foi encomendo pelo primeiro presidente da República, marechal Manuel Deodoro da Fonseca, ao engenheiro Artur Zauer. É composto por escudo azul-celeste, apoiado sobre uma estrela de cinco pontas, com uma espada em riste, rodeado por uma coroa formada por um ramo de café frutificado e outro de fumo florido sobre um resplendor de ouro. O símbolo trás a inscrição República Federativa do Brasil e marca a data da proclamação da república, 15 de novembro de 1889.

⁷⁹ Símbolo baseado na esfera da bandeira nacional, circulado por uma faixa com os dizeres “República Federativa do Brasil”, todo em preto e branco. É usado para autenticar os atos de governo, bem como os diplomas e certificados expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas.

1. Foi usada nas caravelas durante o desbravamento do interior brasileiro. Era um símbolo nacional português.
2. Foi criada do Dom João II. Nela a Cruz de Cristo ficava atrás das armas portuguesas. A imagem formava o escudo português.
3. A Cruz de Cristo foi retirada da bandeira. Sobre o escudo português foi colocada uma coroa real de ouro.
4. Ao escudo de Portugal foram acrescentados ramos verdes. A bandeira é do período das invasões holandesas no Nordeste.
5. Foi criada após a restauração da independência portuguesa. O escudo se manteve, a novidade foi a margem azul em homenagem à padroeira de Portugal: Nossa Senhora da Conceição.
6. Foi primeira bandeira exclusiva do Brasil, quando o país foi elevado a principado pelo fato de Dom João IV ter dado ao filho Teodósio o título de "Príncipe do Brasil".
7. Foi usada na terra recém-descoberta e adotada no Brasil até meados do século XVII.
8. Foi alterada a cor do fundo, retirado o símbolo religioso e mantido o brasão português com a coroa real de ouro.
9. Foi criada em decorrência da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido em 1815. Recebeu a esfera armilar e um fundo azul.
10. Em razão da ausência de Dom João VI, que estava no Brasil, foi declarado o Governo Constitucional em Portugal. As duas cores (branco e azul) simbolizavam o laço nacional.
11. Foi criada em 1822, por decreto, e manteve-se inalterada até a Proclamação da República.
12. Foi a de vida mais curta, durou apenas quatro dias.



Figura 131: Bandeiras do Nacionais anteriores à atual.

A Bandeira Nacional atual foi idealizada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Vilares. Ela foi inspirada na Bandeira do Império, desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret.



Figura 132: Bandeira Nacional Republicana⁸⁰

A referida bandeira só oficializada quatro dias após a Proclamação da República, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro, tendo sido estabelecida como símbolo do Brasil pelo Decreto n.º 04, de 19 de novembro do mesmo ano, que definia também como símbolos nacionais as armas nacionais, os selos e os sinetes da República.

De acordo com Ferrarini (1979, p.67-69), o primeiro exemplar da Bandeira Nacional atual foi bordado por Dona Yayá e hasteado às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889.

Mas o dia da bandeira só passou a ser oficialmente comemorado a partir de 19 de novembro de 1908, por iniciativa de membros do Congresso Nacional em resposta a

⁸⁰Disponível em <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/bandeira/bandeira-nacional>>. Acesso em: 01.01.2018.

um incidente ocorrido na Argentina, em que uma bandeira do Brasil teria sido rasgada em protesto contra o nosso governo. Além disso tratava-se de uma festa cívica que teria o claro propósito de reavivar o sentimento patriótico da população. (MUSEU DA REPÚBLICA)⁸¹

A Aldeia Imbuhy abrigou, por mais de 60 anos a bordadeira das duas primeiras bandeiras republicanas, afirmam os moradores, amparados em notícias de jornais. Passaremos a tentar entender como se deu esse feito.

D. Yayá bordou a primeira bandeira brasileira, tendo na tarefa, perdido toda uma noite de sono. E que seu pai, não obstante a amizade que tinha com os Imperadores devido ao exercício profissional estava também ligado à causa republicana. Gostava dos Imperadores, mas queria a implantação da República. E desta maneira se ligou aos líderes do movimento. Fêz amizade com Deodoro da Fonseca, que lhe recomendou para transmitir um recado a D. Yayá:

- Olha Manuel Inacio de Simas (era como se chamava o pai de Yayá), **quero que tua filha seja a bordadeira da bandeira que vou hastear no Ministério da Guerra, quando for proclamada a República, o que deverá acontecer amanhã.**

Era então o dia 14 de novembro de 1889. Manuel Inacio não perguntou mais nada. Foi a casa e deu o recado à filha. Era missão que tinha que ser cumprida de qualquer maneira. Com ela, o seu nome estaria ligado à História da Pátria. Flora não se fêz de rogada. E **numa madrugada fêz todas as aplicações na bandeira (de cetim)**, recebendo por seu trabalho a quantia que na moeda atual corresponderia a oito cruzeiros. **Bordou a “Ordem e Progresso” e depois as estrelinhas, representando os Estados.** Como o trabalho ficasse muito bom, **Yayá, teve, um dia depois de bordar uma bandeira em algodão, para ser hasteada, solenemente, no dia 19 de novembro, quatro dias depois da Proclamação da República, na Câmara Municipal,** que funcionava na cidade do Rio de Janeiro, hoje, estado da Guanabara, pelo que recebeu 16 cruzeiros. (Jornal Última Hora de 20/11/63)

Há muita divergência sobre a bandeira nacional alvorada no dia 15. A república foi proclamada de forma confusa, com pouca participação popular, sem resistência.

O povo seguiu curioso os acontecimentos, perguntou-se sobre o que se passava, respondeu aos vivas e seguiu a parada militar pelas ruas. Não houve tomadas de bastilhas, marchas sobre Versalhes nem ações heroicas. O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil.

⁸¹ Dia da Bandeira. Disponível em <<http://museudarepublica.museus.gov.br/sem-categoria/19-de-novembro-conheca-a-historia-do-dia-da-bandeira/>>. Acesso em 01.02.2019.

Confeccionada antes da adoção oficial da bandeira definitiva do regime republicano, questiona-se sobre qual teria sido a bandeira bordada por Dona Yayá para o dia 15.

Consideremos uma matéria para a qual a própria Dona Yayá concedeu a entrevista. Para além das respostas possíveis de apreender, o trecho fornece pistas que indicam caminhos para direcionar a investigação, em busca de uma versão mais concreta para a sua participação nos acontecimentos da República:

Ficou uma noite inteira acordada bordando vinte e uma estrelas das milhares que via no céu. Uma **bandeira de algodão, a primeira da República, foi hasteada no dia 15 de novembro dentro do Quartel General**. A florista ficou emocionada, aponto de chorar, quando recebeu um abraço de agradecimento do Marechal Deodoro da Fonseca. **O segundo pavilhão da república foi hasteado no prédio da Câmara Municipal, desta vez em sêda**. Atualmente a primeira bandeira republicana repousa no Museu Histórico.

–**Recebi oito mil réis (oito cruzeiros) pela de algodão e dezesseis mil réis (dezesseis cruzeiros) pela de sêda.**
(Fonte: O Mundo Ilustrado⁸². Sem data precisa, GRIFO NOSSO.)

Apesar de o jornalista ter reescrito parte do depoimento da Dona Yayá na terceira pessoa, reproduzindo integralmente apenas um trecho da sua fala, o relato dos fatos tende a ser muito mais confiável do que quando se dispõe de uma entrevista de terceiros.

Na matéria da Revista *O Mundo Ilustrado* (sem data definida), produzida a partir de entrevista concedida pela própria Dona Yayá, não há indicações de que ela tenha bordado o lema positivista “Ordem e Progresso” já na primeira bandeira, hasteada no dia 15. Ela não menciona nada nesse sentido, só as 21 estrelas, existentes tanto numa versão da bandeira americana quanto na bandeira positivista original.

Ao contrário, na matéria anterior, suas filhas, Alice e Francisca, em entrevista concedida ao *Jornal Última Hora* de 20/11/63, ao narrarem os fatos, afirmam que ela teria bordado logo na primeira bandeira o lema positivista “Ordem e Progresso”, o que

⁸²Circulou no Rio de Janeiro entre 1952 e 1957.

é impossível, já que no dia 14, quando Dona Yayá teria iniciado os trabalhos, a bandeira atual ainda não estava definida, tendo sido instituída somente no dia 19.

Teriam as filhas da Dona Yayá se confundido com relação a ela ter bordado o lema positivista já na bandeira hasteada no dia 15? Muito provavelmente.

Em se tratando de memória, não se pode afastar essa possibilidade. Com a entrevista concedida pela Própria Dona Yaya ao jornal, é possível perceber que suas filhas parecem ter invertido também os tipos de pano entre a primeira e a segunda bandeira. Sendo assim, o que as impediria de terem se confundido em mais algum detalhe?

Com relação às entrevistas de história oral, Ferreira (1998, p.10) aponta que *“as distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central.”*⁸³

Mas essas distorções podem ser ainda maiores considerando que as entrevistadas em questão não viveram ou presenciaram o fato. Trata-se de uma entrevista concedida à imprensa anos atrás, movida por preocupações bem diferentes dos objetivos da pesquisa em tela, e sobre a qual não tivemos qualquer poder de intervenção, uma característica marcante do trabalho com a história oral, em que as trocas entre entrevistador e entrevistados são fundamentais. Foi justamente visando atenuar essa variável que buscamos uma matéria produzida a partir do depoimento da própria Dona Yayá.

Nesse sentido, Ribeiro (2015, p.75)⁸⁴ aponta que também no jornalismo os relatos produzidos por meio da história oral ajudam a recuperar informações sobre fatos e processos que só podem ser conhecidos pela narrativa daqueles que os viveram diretamente ou os presenciaram, mostrando-se extremamente úteis na obtenção de dados sobre o passado, inexistentes em arquivos e em documentos de outra natureza.

Os depoimentos concedidos à jornais e revistas fazem parte das fontes primárias que exploramos, pois apesar de a imprensa não ser nosso objeto, levamos em consideração o fazer da história oral intrínseco a esse material, já que a nós não é possível entrevistar a própria Dona Yayá, que viveu diretamente o fato relacionado ao

⁸³ENTRE-VISTAS: Abordagens e usos da história oral. FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998.

⁸⁴ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. In Revista Contracampo, v.32, n.2, ed. abril-julho, ano 2015. Niterói: Contracampo, 2015. Págs. 73-90

fortalecimento da identidade comunitária que se processou a partir da década de 1990.

As netas, Lucy e Iza, que conviveram diretamente com ela, falecida há 57 anos atrás), mas elas, assim como suas filhas Alice e Francisca (já falecidas), não viveram ou presenciaram o fato, entretanto conviveram muito com a Dona Yayá.

Tanto a Iza quanto a Lucy fazem parte da segunda geração originada a partir da matriarca, mas assim como os depoimentos da geração anterior, disponíveis nas notícias de jornais, as entrevistas realizadas com elas não foram capazes de fornecer qualquer indicação acertiva a respeito da primeira bandeira, bordada por Dona Yayá para o dia 15/11/1889, tal como os materiais utilizados nos trabalhos, a quantidade de estrelas bordadas, o tipo de pano, as formas bordadas, etc. Mas, como vimos, isso não configura um problema. A riqueza da história oral vai muito além da comparação entre a historiografia e os depoimentos.

A única bandeira que conhecemos que poderia responder à polêmica da primeira bandeira confeccionada por Dona Yayá é a chamada Bandeira Provisória da República, uma variação da bandeira americana, sugerida por Lopes Trovão, que contém as 21 estrelas documentadas no referido registro, já que a bandeira positivista não havia sido ainda definida.

A Bandeira Provisória da República é composta por 7 listras verdes e 6 listras amarelas, iniciando na cor verde, intercalada com a amarela, até terminar em verde novamente; possui um quadrilátero azul no canto superior esquerdo e dentro dele 21 estrelas brancas.

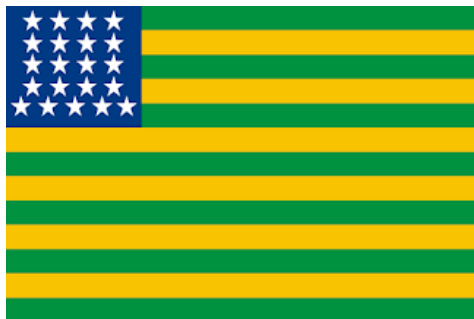


Figura 133: Bandeira Provisória da República. (15 a 19 de novembro de 1889).

A versão acima teria sido inspirada na bandeira original do Clube Lopes Trovão,

a diferença estava no fato de a bandeira do Clube ser composta por um quadrilátero negro, contendo quatro grupos de cinco estrelas, totalizando 20 estrelas.

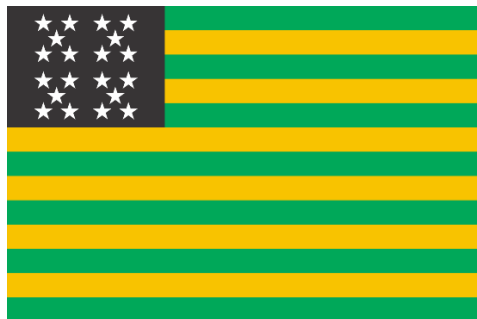


Figura 134: Bandeira do Clube Lopes Trovão.

Carvalho (1990, p.111) confirma a existência das “*duas versões de bandeira que se inspiravam no modelo americano*”. Segundo o autor, elas se diferenciam apenas pela cor do quadrilátero, localizado no canto superior esquerdo e na quantidade de estrelas existentes dentro dele: o da bandeira original do Clube Lopes Trovão, seria preto com 20 estrelas e o outro, da sua adaptação, seria azul com 21 estrelas. *Uma delas foi levada pelos republicanos civis às ruas no dia 15, de maneira algo improvisada.*”(Ibidem).

Dessas duas versões que Carvalho destaca, há três cópias conhecidas. A primeira delas é a própria bandeira do Clube Lopes Trovão, confeccionada no ano anterior e hasteada no dia da proclamação na Câmara Municipal:

A História dessa bandeira, que pode ser considerada a bandeira da proclamação, pois foi hasteada por José do Patrocínio na Câmara Municipal e lá permaneceu até o dia 19, é esclarecedora das dúvidas dos republicanos. Ela era cópia da bandeira norte-americana. Segundo vários depoimentos ao jornal *O Paiz* em novembro de 1912, especialmente o do capitão Maximiano de Souza Barros, pode-se inferir que **fora feita pelos sócios do Clube Republicano Lopes Trovão para a recepção desse líder republicano, quando regressou da Europa, em 1888. Em novembro de 1889 estava guardada no Clube Tiradentes, que se reunia no mesmo local que o Clube Lopes Trovão. Nela se conservavam, nas faixas horizontais, as cores verde e amarela da bandeira imperial. **O quadrilátero, por sugestão de Fávila Nunes, era de fundo negro, para homenagear a raça negra. As estrelas foram bordadas em miçangas brancas.**Foi confeccionada em uma alfaiataria de propriedade do próprio capitão Souza Barros. (Carvalho, 1990, p.111)**

Trespach (2017), ao mencionar esse mesmo exemplar da bandeira, só discorda parcialmente em relação à sua confecção que, segundo ele, teria sido iniciada pela família Emílio do Amaral Ribeiro, tendo somente a conclusão se dado pela alfaiataria do capito Maximiano de Souza Barros, (na Rua Sete de Setembro, 90, “o quartel-general republicano”). O autor o descreve como uma cópia de The Stars and Stripes (estrelas e faixas), a bandeira estadunidense, mas destaca que suas listras horizontais tinham as cores brasileiras no lugar do vermelho e branco da original norte-americana e acrescenta ainda que fora levada pelo estudante Domingos Mascarenhas.

De acordo com Carvalho (1990, p.112), essa bandeira se encontra no Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, localizado na Gávea.



Figura 135: Bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão. Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro.

A segunda cópia que ficou conhecida foi a da bandeira ostentada em desfile na tarde do próprio dia 15 por um grupo de comerciantes liderados pelo fotógrafo Augusto Malta:

Carvalho (1990, p.112) teve acesso ao depoimento do fotógrafo ao Jornal *O Paiz*, de 19/11/1912, no qual o mesmo relata que liderou um grupo pequeno, mas entusiasta de empregados do comércio, que **“confeccionou rapidamente, para uso próprio, outra bandeira, copiada do Clube Lopes Trovão. Cada um deu cinco mil-réis, compraram o material, fizeram a bandeira e a desfilaram à tarde pela rua do Ouvidor, contornando o largo do Paço e dando vivas à República.”**

Ao localizar o relato de Malta no referido Jornal, percebemos que ele descreve minimamente a bandeira, sem informar sobre a cor do quadrilátero, mas nos deparamos com apontamentos sobre o local onde foi confeccionada, o desconhecido paradeiro do exemplar e confirmamos que de fato não se tratava da bandeira hasteada na Câmara Municipal, ainda que dela tenha sido copiada:

Sr. Redactor – Os autores de três cartas estampadas hoje neste jornal falam de um grupo de republicanos que, no dia 15, percorreram as ruas conduzindo uma bandeira com listras verdes e amarelas, semelhante á bandeira da America do Norte.

Fiz parte desse grupo e fui o portador da bandeira. Eramos um punhado de empregados no commercio; nos reunimos após o debandar das tropas em uma casa de pensão á rua do Ouvidor, entre Quitanda e Ourives, (...) e depois de termos feito um rateio para as despesas, cabendo a cada um de nós 5\$, fui eu o encarregado e mais dois companheiros para, dentro de prazo curto, confeccionarmos uma bandeira, o que fizemos executar em casa de uma família na rua do Senado, defronte do corpo de bombeiros

A tarde, estávamos de volta com a bandeira, e organizamos o préstito na citada pensão. Á rua do Ouvidor, e, descendo a mesma rua, contornamos o paço imperial da cidade, dando vivas á *Republica*.

Não me recordo bem onde debandamos, mas tenho uma vaga lembrança de que alguém nos veio pedir, quando contornávamos o paço, para nos dispersarmos. Lembra-me que entreguei a bandeira a alguém para guardá-la.

O nosso grupo não era grande, não era a grande massa popular, a que se refere um dos missivista do Paiz, porque no dia 15 ainda era perigosa a nossa ostensiva e espontânea manifestação. (...)

A bandeira hasteada na Camara Municipal nada tinha a ver com a nossa. Confeccionámol-a, como dissemos, á tarde, copiando os característicos assignalados naquella que desde pela manhã fora hasteada na Municipalidade.

A terceira cópia que ficou conhecida foi a da bandeira içada a bordo do navio o Alagoas, que levou a família real para o exílio, no dia 17/11/1889 e fora retirada quando o navio passava por São Vicente. Nela sim, de acordo com Carvalho (1990, p.112), o

quadrilátero era azul:

Essa bandeira, que Tobias Monteiro julgava ser a que fora hasteada na Câmara, era na verdade cópia dela. Não podia ser a mesma, porque o navio partiu antes que a outra fosse retirada. Além disso, segundo a descrição de Tobias Monteiro, **o quadrilátero era de cor azul** e não negra.

A referida bandeira, que acompanhou a família real no dia 17, não poderia ser a mesma que fora hasteada na Câmara no dia 15 e só arriada no dia 19, tendo sido então substituída pela bandeira definitiva do Brasil Republicano confeccionada por Dona Yayá.

De acordo com o autor (CARVALHO, 1990, p.112), com toda a probabilidade, a bandeira içada a bordo do navio Alagoas é a que esteve no Museu Naval e hoje se encontra no Museu da República. Corrêa (2019, p.56), pesquisador do Museu da República garante ser essa a bandeira que faz parte do acervo do referido Museu.



Figura 136: Bandeira içada no navio Alagoas. Museu da República.

Consideremos ainda uma quarta cópia da referida bandeira nacional, listrada em verde e amarelo, na versão de fundo azul, contendo vinte e uma estrelas, denominada por Ferrarini (1979, p.55) como Primeira Bandeira da República Federativa do Brasil. Essa bandeira teria sido hasteada na redação do Jornal *A cidade do Rio*⁸⁵, que de acordo

⁸⁵Jornal diário vespertino de 4 páginas.

com Vasconcelos (2011) teria sido fundado por José Carlos do Patrocínio em 28 de setembro de 1887⁸⁶ e instalado à Rua do Ouvidor, nº 74, região central dos acontecimentos da proclamação da República

Apesar de afirmar que se tratava da bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, o autor não faz nenhuma menção a qualquer versão de fundo negro com apenas 20 estrelas, como era a versão original desta bandeira, disponibilizando uma ilustração que nos faz crer que se refere à sua adaptação: “*segundo a tradição, José do Patrocínio e outros hastearam na redação do jornal A Cidade do Rio, depois, na Câmara Municipal, a bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão. (...) foi posta no navio Alagoas que transportou D. Pedro II e sua família Imperial ao exílio para a Europa.*”

Supõe-se que o autor esteja fazendo referência a:

a) dois exemplares: a bandeira hasteada na redação do jornal A Cidade do Rio, que pode ter sido usada posteriormente no navio Alagoas, e a bandeira hasteada na Câmara Municipal; ou

b) três exemplares: a bandeira hasteada na redação do jornal A Cidade do Rio, a bandeira hasteada na Câmara Municipal e a bandeira hasteada no navio Alagoas.

Não faz muito sentido que uma mesma bandeira tenha sido hasteada e arriada por três vezes em pontos diferentes num único dia.

O autor não cita a autoria do trabalho manual empregado nessa bandeira. Não foi encontrada, em nenhuma outra publicação, qualquer registro sobre a suposta autoria dos bordados.

As obras de Coimbra (1979) e Lacombe e Calmon (1989), cada uma também faz referência a uma bandeira usada na Proclamação da República, mas é difícil apontar se estão se referindo à alguma das bandeiras acima ou à bandeira que Dona Yayá diz ter sido arvorada no Ministério da Guerra. Isso porque os dados não nos permitem fechar as lacunas.

Coimbra (1979), atribui à Dona Yayá a confecção de uma bandeira bordada em tecido de algodão que teria inaugurado o regime republicano, no dia 15 de novembro de 1889, mas omite a informação sobre o local do seu hasteamento. Sob o título de Estados Unidos do Brasil, Lacombe e Calmon (1989) fazem menção a uma bandeira listrada em verde e amarelo, com 21 estrelas num quadrilátero azul, mas não citam a autoria do

⁸⁶ Quando a assinatura da Lei do Ventre Livre fazia 15 anos.

trabalho manual, além de não informarem sobre o local de seu hasteamento.

Todas as abordagens se esquivam das inúmeras polêmicas que o acontecimento envolve, um grande desencontro de versões, refletindo os questionamento que, associados ao silêncio da Dona Yayá até a década de 1950, conduzem a um apagamento, provocado pela inexistência da sua versão nos jornais que serviriam de base para a historiografia.

As dúvidas sobre as bandeiras daquele 15 de novembro de 1889 inspiraram uma série de depoimentos ao Jornal *O Paizem* novembro de 1912. Na oportunidade, diversos leitores testemunharam sobre a bandeira provisória, mas entre eles há muitas controvérsias e inconsistências (ver notas em CARVALHO, 1990, p.150-151) geradas por uma disputa de memórias. E quando se estabelece/constrói uma versão, automaticamente outras caem no esquecimento.

Nessa época Dona Yayá já vivia isolada na longínqua comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy. Talvez por isso não haja nenhum depoimento com sua versão.

Autora: Numa época em que a urbanização ainda não tinha tomado conta da cidade de Niterói, que as coisas ainda... com poucos ônibus, poucos meios de transporte, as distâncias acabavam ficando maiores, não é mesmo? E a gente fica com essa impressão de que o Imbuhy era um pouco isolado.

Iza: Era isolado. Não tinha condução, não tinha nada. Era a pé da Jurujuba, do Forte Rio Branco até lá dentro levava uns 40 minutos a pé.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Abaixo as fotografias⁸⁷, publicadas em 2017 na obra *O Brasil* de Carlos Rodolpho Fischer, do Instituto Butantan registraram a vida simples que levavam os moradores do Imbuhy.

⁸⁷FONTE DAS IMAGENS: *O Brasil* de Carlos Rodolpho Fischer / Adilson Mendes e Paulo Henrique Nico Monteiro (organizadores). – São Paulo: Instituto Butantan: Centro de Desenvolvimento Cultural, 2017.



Figura 137: Carlos Rodolfo Fischer. Imbuhy 15.12.1912. Fonte: Instituto Butantan: Centro de Desenvolvimento Cultural, 2017.



Figura 138: Carlos Rodolfo Fischer. Vila de Pescadores em Imbuhy ao luar 04.08.1912. Fonte: Instituto Butantan: Centro de Desenvolvimento Cultural, 2017.

Elas já constavam do trabalho quando, em 01 de julho de 2020, recebemos,

como contribuição de Marcelo Carvalho, a segunda imagem. O mesmo relatou que a referida fotografia tem circulado nos grupos da família Carvalho (descendentes da Dona Yayá), alimentando a nostalgia, o que comprova que os moradores vêm na pesquisa uma forma de recuperar as histórias perdidas dos pescadores antigos, para que a sua própria história não se apague com o tempo.

6.3 De esposa do líder dos pescadores local a matriarca do Imbuhy: a condição de comunidade tradicional pesqueira

A história oral colocava Dona Yayá no papel da esposa do Líder dos pescadores local. Esse tipo de narrativa era tão difundida entre os moradores que qualquer pessoa, independente de pertencer ou não à família Simas e/ou à Carvalho era capaz de reproduzi-la.

Ele [o pai da Dona Yayá] teria levado ela pra lá pra Aldeia e ela veio a se casar com o líder dos pescadores, então foi assim, mas já existia o líder, inclusive era o **Francisco Simas de Carvalho** que tinha um... **exercia uma liderança grande, dividia essa liderança com um outro que era o Elói Meireles**, eram os dois e eles alternavam os dias que o grupo entrava no mar né, e quando era um cardume muito grande, aí primeiro entrava aquele grupo que tava previsto pra aquele dia e depois o outro poderia... tem um termo dentro que os pescadores usam pra pegar tipo a rebarba né, pegar o que sobra quando o pescado era grande, é interessante a história da Aldeia como uma Aldeia de pescadores. Eu acho interessantíssima.

Ao citar o líder dos pescadores, Lúcia quis dizer Francisco Bessa de Carvalho e não Francisco Simas de Carvalho, como registrado acima. Simas era o sobrenome do pai da Dona Yayá.

De acordo com a Sra. Lucy e a Sra. Iza foi na Aldeia Dona Yayá conheceu Francisco Bessa de Carvalho, o “Chico Bessa”, a quem chamava de Chiquinho:

Autora: E o nome do marido dela, a Sra lembra?

Iza: Francisco Bessa de Carvalho.

Sra.. Iza de Azevedo Rowlands, 88 anos
Entrevista realizada em 17/05/2018.

Lucy: Foi quando ele conheceu vovó. Aí falou com vovó e vovó falou com ele: olha Chiquinho... (ela chamava ele de Chiquinho), olha Chiquinho, eu só posso resolver a minha vida depois que minhas irmãs casarem...

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

A Sra. Lucy afirmou que Dona Yayá era a mais velha entre os irmãos e só se casou depois que as irmãs casaram:

Lucy: Aí um dia ela falou para ele: - Simas vou conversar com você.
Ela disse: - Olha, minhas irmãs estão crescendo, uma já está com 12 para 13 anos e a outra com 14 para 15. Vou dizer uma coisa para você: quando minhas irmãs casarem eu vou cuidar de mim. Ela falou para ele.
Ela era a irmã mais velha.
Aí ele virou pra ela e falou assim: - Ué Yayá, você quando suas irmãs casarem você vai cuidar de você e quem é que vai cuidar dos meninos?
Ela, vovó para ele: - Os meninos são homens que se virem.
Naquela época... Aí a tia Joana casou com 13 anos e a tia Olívia casou com 14 anos. A essa altura ela já estava com 16 para 17. Já estava de olho em vovô. Simas... Francisco Simas de Carvalho, Francisco de Carvalho. Não, vovó era Carvalho, é. É...Chico Bessa: Francisco Bessa de Carvalho, Francisco Bessa de Carvalho, meu avô.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Durante a entrevista, tivemos ainda a oportunidade de presenciar um entendimento sobre a versão que estava sendo contada entre os primos de segundo grau, Carlos Alberto (filho do Sr. Ney) e a Sra. Lucy, bisneto e neta da Dona Yayá respectivamente:

Carlos Alberto: (...) Ela era nova, solteira e cuidava das irmãs mais novas. Quando as irmãs mais novas casaram, aí ela se deu o direito de casar.

Lucy: Justamente você vê como era a responsabilidade dela, que ela sentia pelas irmãs: - Depois que as minhas irmãs casarem vou cuidar de mim. Aí o pai ficou assim.: - ué, mas você não tem namorado
- Tenho...um pretendente sim Sr.

Aí convidou o vovô pra conhecer o pai dela. Aí vovô era um velho maravilhoso né, alinhado, chic, bonito, educado. Chegou lá o Simas baixou a crista pra ele.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.

Tanto o depoimento é uma versão “personalizada”, que se mistura à opinião do depoente que a Sra. Lucy se refere ao avô quando foi conhecer o pai da Dona Yayá, como “*um velho maravilhoso*”, provavelmente uma mistura entre a visão dela sobre ele já mais velho, quando era ainda uma menina, e uma reprodução das histórias de família.

É importante ressaltar que a forma que a mente organiza as informações e elas são verbalizadas não diminui a validade do depoimento, ao contrário, enriquece.

O pretendente da Dona Yayá, para quem o Sr. Simas, nas palavras da Sra Lucy, “*baixou a crista*”, era filho de Francisco Jorge de Carvalho e Thereza Senhorinha Christina de Carvalho.

Segundo uma das netas, a Sra. Iza, ele era viúvo, já tinha um filho do primeiro casamento chamado Orlando.

Ele morava na área de Jurujuba conhecida como Samanguaiá e sua família era envolvida com a pesca. Dona Lucy também falou um pouco sobre a família:

Lucy: O marido de vovó era filho de um casal de portugueses que morava lá no Imbuhy, lá no alto da serra. Eles compraram uma gleba. Lá em cima eles tinham, eles criavam gado, tinham fruta, tinham legume, moravam lá encima. E vovô morava lá com os pais, mas ele descia muito pra... porque lá encima ia fazer o que? Lá não tinha nada pra ele ver... só o pai e a mãe. Ele descia para o Imbuhy ou pra Jurujuba.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Ele era o Líder dos Pescadores da Aldeia, e sua família morava numa fazenda (CARVALHO), No Caminho do Samanguaiá (Charitas/Pedreira), onde havia uma passagem para os civis chegarem à Aldeia, sem precisar passar pela entrada do Forte Rio Branco. (PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 81/2015, p.2).

Em 04 de janeiro de 1893, eles se casaram, Dona Yayá aos quase 20 anos e Chico Bessa aos 30 anos, de acordo com o registro de Casamento (vide ANEXO).

Aí as meninas casaram muito cedo e vovó uns dois anos depois vovó casou.
Aí continua no Imbuhy. Ela morou no Imbuhy 63 anos.

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.

Entrevista realizada em 18/10/2016.

No registro de casamento ele é identificado como Francisco Jorge de Carvalho e anos mais tarde, no registro de casamento dos filhos Hugo Simas de Carvalho, Alice Carvalho de Azevedo e Dila de Carvalho Saramago, como Francisco Bessa de Carvalho, mesmo nome fornecido pelas netas Iza e Lucy. Supõe-se que o nome dele era Francisco Jorge Bessa de Carvalho ou Francisco Jorge de Carvalho, como o pai e o sobrenome “Bessa”, que não consta no nome dos pais, tenha sido adotado de outra família da região, como costume na época.

Quanto ao local de moradia do casal, de acordo com o Projeto de Resolução n.º 81/2015, p.2, *“quando eles se casaram, foram morar numa casa junto à pedra do Canto, dentro do Imbuhy. Onde hoje tem um grande descampado, junto ao brejo, havia muitas casas de moradores e tinha inclusive, o comércio do Sr. Candora.”*

As netas da Dona Yayá também chegaram a comentar informalmente sobre uma primeira casa que ela habitou.

O Projeto de Resolução n.º 81/2015, p.2 aponta que *“o Comando negociou a transferência da Aldeia para o outro lado, por questões de estratégia militar, para melhor guardar a entrada da barra.”*

Vera Lúcia, neta do Sr. Candora, que morou na Aldeia por mais de 60 anos e foi uma das últimas moradoras a ser removida, fez menção à essa mudança negociada entre os moradores e a administração do Forte, pela qual também passou sua família.

Foi na Aldeia Imbuhy que nasceram e foram criados os sete filhos do casal Yayá e Chico Bessa: Francisca, Hugo, Roberto, Alvaro, Alice, Celina e Dilla.

Dentre eles somente Hugo, Roberto e Alice moraram no Imbuhy após o casamento.

O filho Hugo foi quem mais herdou a veia de pescador no Imbuhy, mas a família manteve sua estreita relação com a pesca e com os militares. É o que demonstra a foto abaixo.



Figura 139: Dona Yayá entre a filha Alice de Carvalho Azevedo, o filho pescador Hugo Simas de Carvalho e o neto militar Francisco Simas de Carvalho (soldado do Forte). Jornal O Globo, 17 abr. 1958.

Essa fotografia é muito sugestiva. O neto Francisco Simas de Carvalho, que aparece na fotografia, traja uma vestimenta militar. Ele é filho do pescador Hugo Simas de Carvalho e de Martinha Rosa de Carvalho, que moraram por muitos anos juntos antes de se casarem oficialmente, em 1940, conforme anexo 6.

6.4 A associação entre o Quadro a Pátria e a primeira Bandeira do Brasil

Não se ama uma terra senão quando
alguma coisa sagrada a ela nos
prende – algum sacrifício, ou alguma
tradição gloriosa.
Rocha Pombo.⁸⁸

Os moradores do Imbuhy afirmavam que eram remanescentes da comunidade onde morou mulher que bordou a primeira bandeira do Brasil. Parte deles é parente da Dona Yayá.

É comum ainda a associação entre a confecção da primeira Bandeira Nacional Republicana e a cena reproduzida no quadro “A Pátria”, pintado por Pedro Bruno em 1919.

6.4.1 O significado da polêmica cena do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno

O quadro “A Pátria” é cheio de simbolismos e mensagens subliminares. Ele retrata uma cena em que há cinco mulheres e quatro crianças no interior de uma casa bordando a bandeira republicana. Parte das mulheres divide o tempo entre os cuidados com os filhos e o bordado, atividades domésticas consideradas à época como exclusivamente femininas.

Sobre a Cena, temos:

“[...] a cena acontece no interior de uma residência, no final do Século XIX, em tempos pré-industriais, e as **mulheres**, portas adentro, bordam e costuram o nosso maior símbolo pátrio; **uma delas amamenta um bebê** (representação da República que nasce). Na parede, ao fundo, meio a demais detalhes, está o retrato de Deodoro; Tiradentes está representado num quadro afixado na parede com o seu derradeiro momento (de camisolão e com a forca ao lado); sobre a mesa a imagem da Imaculada Conceição e crianças estão no meio do ateliê. Com a cabeça num travesseiro, **um menino brinca com a estrela**; outra **menina, ternamente agarra-se à bandeira em construção** e, discretamente, no canto esquerdo, há um homem idoso, quase que imperceptível na sombra, representando o passado monárquico a ser esquecido; **tradicionalmente essa figura é interpretada como sendo a família de Benjamin Constant**, que, num quadro postado sobre mesa, está com fardamento da época da Guerra do Paraguai. Como percebemos, a tela

⁸⁸O historiador, escritor, José Francisco da Rocha Pombo (1857 – 1933) No Estado do Paraná.(Rocha Pombo, 1917).

(1,90 X 2,78 metros) é carregada de muitos simbolismos e retrata de forma alegórica a "construção positivista da República" a partir da família e a exploração da esperança de novas gerações (simbolizada nas crianças) num país do futuro.

("A Pátria" - Tela de Pedro. Disponível em <www.patriamineira.com.br> Acesso em 03.01.2020)

O sentido da utilização da alegoria feminina para representar a república, remonta à Roma antiga, quando era associada à liberdade.

Como resultado da Revolução Francesa e da abolição da monarquia, a partir de 1792, a alegoria feminina passou a representar, no imaginário francês, a república. Mais tarde, no período que precedeu a Terceira República, em oposição ao Império de Napoleão III popularizou-se na figura de Marianne. De acordo com Carvalho (1990, p. 78), *Marianne passou a personificar a República, unificando formas anteriores de representação.*

Mas, se nesses países a figura feminina está associada à lutas, à liberdade, aos ideais da revolução, à república e à pátria, em oposição à monarquia masculina, em que a nação é representada pela figura do próprio rei; no Brasil, onde a eventual herdeira do trono era uma mulher, a alegoria feminina deveria ser usada com cautela pelos republicanos, conforme observado por Carvalho (1990, p.79), pois essa situação particular não permitia a oposição total entre o império e a república. Empoderar a figura feminina poderia ser um entrave à instituição do regime republicano.

Em relação a esse impasse, sobre os republicanos brasileiros de orientação francesa, Carvalho (1990, p.78-79) afirma que “*estavam, é certo, em pequena desvantagem se comparados aos franceses (...). Mas a desvantagem foi diminuída por meio da tentativa de anular a figura de Isabel, mostrando-a como simples joguete nas mãos do conde D’Eu.*”

Ainda de acordo com Carvalho (1990, p. 57), *a promoção de Deodoro e Floriano a heróis de guerra foi posterior a sua participação na proclamação da República, já era parte do processo de mitificação das duas figuras.*

Nasce então uma república conservadora, pintada como maternal, protetora, segura, esperançosa. Trata-se de uma república, feita não por mulheres revolucionárias, mas a partir do ambiente doméstico, e sua contribuição social não atingia a esfera política, do poder, restringindo-se ao papel de esposas, mães, donas de casa.



Figura 140: Comparação entre as obras "A Liberdade Guiando o Povo". Eugène Delacroix (1830). Óleo sobre tela. Museu do Louvre, Paris e "A Pátria". Pedro Bruno (1919). Óleo sobre tela. Museu da República. Rio de Janeiro.

Nas alegorias femininas acima salta aos olhos a diferença de atitude entre as mulheres representadas nos quadros.

Na primeira alegoria, observa-se na mulher uma atitude de comando em direção à causa maior, que é a liberdade, pela qual carrega na mão direita a bandeira tricolor e na esquerda um fuzil com baioneta calada e não se intimida em meio aos mortos e nem com o peito desnudo. Na segunda observa-se a atitude de resignação e submissão das mulheres em relação ao destino. Elas usam sua sensibilidade em atividades caseiras, tais como cuidar da família, da casa, bordar, costurar.

Quanto às crianças que mencionamos compor a cena, elas representam o futuro.

Apesar de a comunidade e até mesmo parentes da Dona Yayá que viviam fora da Aldeia Imbuhy afirmarem que ela foi a autora do bordado da primeira Bandeira Nacional Republicana, não só esse feito como também sua representação no quadro é disputado com a esposa e filhas de Benjamin Constant.

Na cena estaria representada bordando a bandeira a Dona Yayá em 1889, a esposa e filhas de Benjamin Constant em 1890 ou simplesmente, como afirmou Pedro Bruno, a República que nascia, feminina, em oposição ao antigo regime monárquico patriarcal, nada tendo a ver com essas mulheres que disputam o feito?

6.4.2 Duas matriarcas em disputa pelo protagonismo da cena representada no quadro A Pátria

Durante a entrevista mostramos a imagem do quadro à Sra. Lucy.



Figura 141: Quadro “A Pátria”. Pedro Bruno (1919). Óleo sobre tela. Museu da República. Rio de Janeiro.

Imediatamente ela fez referência à Dona Yayá e irmãs, segundo ela, representadas na cena:

Lucy: Vovó ali bordando e parece que as irmãs. Ela além de fazer as coisas de casa...

Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos.
Entrevista realizada em 18/10/2016.

Na matéria intitulada *Bordou os Dois Primeiros Pavilhões da República*, o

Jornal O Globo, de 17 de abril de 1958, trás ainda, além da narrativa sobre a confecção das duas bandeiras, detalhes que a dona Yayá acrescentou depois, tais como: “*na confecção dos dois históricos pavilhões foi auxiliada por duas irmãs igualmente hábeis e conhecedoras do ofício*”. O registro é rico porque se trata da própria dona Yayá, confirmando em vida a participação das suas irmãs na confecção dos pavilhões.

Na literatura podemos observar que a autoria da confecção da primeira Bandeira Nacional Republicana é disputada entre a família de Benjamin Constant e a Dona Yayá. Trata-se de duas mulheres tidas como fortes, porque em algum momento de suas vidas tiveram que assumir a família, daí matriarcas. No caso da Dona Yayá essa designação ultrapassa a instância familiar e alcança a instância comunitária.

A versão divulgada pelo Museu Casa de Benjamin Constant afirma o pionismo da família na confecção da referida Bandeira Nacional Republicana:

A esposa e as filhas de Benjamin Constant bordaram aquela que seria considerada a primeira bandeira em tecido com a ideia de Décio Villares e Teixeira Mendes. A nova bandeira, detentora de memória afetiva, conseguiu vingar, mesmo criticada por grupos contrários ao positivismo. (QUEIROZ, CARRILHO, LOPES, 2015, p. 43-44).

Mas *Lacombe e Calmon* (1988), garantem que o trabalho manual teria sido executado por Dona Yayá:

A primeira Bandeira Nacional, arvorada às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889, data de sua adoção oficial, foi bordada por dona Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro.

Já de acordo com Coimbra (1972, p.317), Dona Yayá teria de fato bordado não só a primeira, mas também a segunda bandeira. Segundo o autor, além das duas, outras bandeiras teriam sido bordadas pelas filhas e esposa de Benjamin Constant:

A primeira bandeira republicana foi bordada por D. Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, e a segunda pela mesma senhora, em seda, tendo sido hasteada com solenidade na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, segundo alguns, no dia de sua adoção oficial.

São particularmente lembradas as bandeiras executadas pela família de Benjamim Constant e destinadas às escolas Militar e Superior de Guerra, ocasião em que foram trocadas cartas de parte a parte (Cfr. Teixeira Mendes-III, 377-86).

De fato, no item 6.2 foram apresentados elementos suficientes para acreditarmos que o trabalho manual de confecção da primeira Bandeira do Brasil Republicano teria sido executado por Dona Yayá.

Quanto à representação da cena no quadro não há elementos que garantam que se trate da família dela.

Como vimos, a família da Dona Yayá era composta por três mulheres, ela e mais duas irmãs, além de três irmãos e no quadro estão representadas cinco mulheres, algumas já mães, sendo uma delas aparentemente a mais madura, e quatro crianças. Antes mesmo de considerar que a própria Dona Yayá, à época uma adolescente de 16 anos, não encontra correspondência na imagem, pergunta-se: quem seriam as outras duas mulheres, entre elas uma que aparenta ter mais idade, já que a mãe da Dona Yayá já havia falecido?

Quem seriam as crianças, já que dois de seus irmãos eram mais velhos e apenas o caçula tinha em torno de 11 anos? Trata-se de sobrinhos? A conta não fecha.

Difícilmente a obra representou o feito da Dona Yayá, pois na época que o quadro foi pintado, em 1919, trinta anos depois do feito, ela já se encontrava vivendo no Imbuhy, casada com o líder dos pescadores local, respirando a comunidade, envolvida com suas práticas e com reduzido contato com o mundo externo, tanto é que embora em 1912 tenham sido divulgadas informações nos jornais sobre a polêmica da confecção da primeira Bandeira Nacional Republicana, não foi escrita uma linha sequer contando a sua versão.

Além disso, ela não tinha prestígio político, nem manteve qualquer relação com os heróis republicanos que estavam sendo formatados para compor uma “história oficial” e construir a identidade nacional, permanecia anônima, isolada dentro de uma Aldeia de Pescadores cunprindo outros papéis. Já a Maria Joaquina Bittencourt Costa, viúva de Benjamin Constant era bem diferente. Ela sim, encaixava-se num perfil que valeria a pena representar para que, de certa forma, o marido fosse homenageado como um dos idealizadores da república.

A partir das informações genealógicas extraídas do Geni family tree, percebemos

queo casal Benjamin Constant e sua esposa, Maria Joaquina teve um total de oito filhos, sendo cinco do sexo feminino e três do sexo masculino, mas nem todos chegaram à idade adulta. Dos três filhos homens do casal, Benjamin Constant Filho foi o único que não faleceu ainda na primeira infância⁸⁹. Leopoldo morreu em 1871, com apenas com 1 ano de idade e Cláudio em 1878, com 3 anos.

Uma mulher ao fundo parece a mais velha da cena e, apesar de aparentar uma idade mais avançada que a de Maria Joaquina, suponhamos que o exagero, expresso nos cabelos acinzentados, quisesse deixar evidente a diferença de idade entre ela, que com os seus 42 anos inclusive já era avó, e as outras mulheres.



Figura 142: Mulher mais madura bordando. Detalhe do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno (1919).

As outras quatro mulheres seriam suas filhas, Aldina⁹⁰, que tinha 26 anos; Adozinda⁹¹, entre 23 e 24; Alcida⁹², 21 e Bernardina⁹³, 17 anos.

Aldina e Adozinda na época já tinham filhos, então pode ser que seus filhos

⁸⁹A primeira infância compreende o período que vai do nascimento aos 6 anos de vida.

⁹⁰Nascida em 04/05/1864.

⁹¹Nascida em 1866, sem data precisa.

⁹²Nascida em 15/02/1869.

⁹³Nascida em 15/04/1873.

estivessem compondo a cena, reforçando ainda mais, conforme nos lembra Corrêa (2015, p. 36), os papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino: de mãe, trabalhadora doméstica, esposa, fontes de afeto, alimento e proteção dos homens.

Aldina teve um total 5 filhos, sendo que em 1890 tinha dois meninos, um com 6 e outro com 5 anos, e uma menina de 1 ano, conforme tabela abaixo:

Karl Fraenkel	Aldina Botelho de Magalhães (1864-1938)	Prole	Nascimento	Idade em 1890
		Claudio Alfredo de Magalhães Fraenkel	1885	5 anos e 1 mês ⁹⁴
		Walter Carlos de Magalhães Fraenkel	1886	4 anos ⁹⁵
		Edite de Magalhães Fraenkel	1889	8 meses ⁹⁶
		Benjamin Constant de Magalhães Fraenkel	1891	-
		Carlos de Magalhães Fraenkel	1902	-

Tabela 1: Netos por parte da filha Aldina. Elaborado a partir dos dados disponíveis em <www.geni.com>. Acesso em 01.01.2019.

No colo de uma das mulheres há um bebê sendo amamentado. Nada impede que seja Aldina amamentando a filha Edite, de 8 meses.



⁹⁴Nascido em 19/03/1885.

⁹⁵Nascido em 12/05/1886.

⁹⁶Nascida em 05/09/1889.

Figura 143: Mulher sentada amamentando um bebê. Detalhe do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno (1919).

Adozinda teve 9 filhos, segundo informações do sítio eletrônico do Museu e casa Benjamin Constant, que não os enumera nem denomina. Mas só quatro estão registrados no Geni family tree. Pelas datas de nascimento podemos inferir que à época ela já tinha dado a luz a três meninos, um de 4 anos, outro de quase 3 anos e o terceiro de 7 meses, e sua caçula na época tinha 1 ano e 8 meses.

Álvaro Joaquim de Oliveira	Adozinda D. de Magalhães (1866-1942)	Prole	Nascimento	Idade em 1890
		Adozindo Magalhães de Oliveira	1886	4 anos e 1 mês ⁹⁷
		Álvaro Joaquim de Oliveira Filho	1887	2 anos e 11 meses ⁹⁸
		Adozinda Magalhães de Oliveira	1888	1 ano e 8 meses ⁹⁹
		Benjamin Magalhães de Oliveira	1889	7 meses ¹⁰⁰
		Irene Magalhães de Oliveira ¹⁰¹	1892	-
		Serafita Magalhães de Oliveira	1893	-
		Eduardo Magalhães de Oliveira	1895	-
		Alcindo Magalhães de Oliveira	1896	-
		Helena Magalhães de Oliveira	1902	-

Tabela 2: Netos por parte da filha Adozinda. Elaborado a partir dos dados disponíveis em <www.geni.com>. Acesso em 01.01.2019.

Na esteira estendida no chão, deitado, brincando com uma estrela, há um segundo bebê que parece um pouco mais crescido que o primeiro que está sendo amamentado. Sendo Álvaro Joaquim de Oliveira Filho, de 2 anos e 11 meses, o segundo

⁹⁷Nascido em 14/03/1886.

⁹⁸Nascido em 10/06/1887.

⁹⁹Nascida em 12/08/1888.

¹⁰⁰ Nascido em 23/09/1889.

¹⁰¹ Consideramos o nome de nascimento, conforme obra Brasil Genealógico. Após o casamento, seu nome passou a ser Irene da Costa Barros. Embora o Geni considere o nome de casada, não atribui marido nem filhos a ela, diferente da obra citada, que enumera os 8 filhos que teve com o marido, Armando Matias da Costa Barros.

mais novo dos netos de Maria Joaquina, pode ser que ele seja o menino representado, mas na imagem do quadro a criança aparenta menos idade. Deve-se considerar os exageros possíveis a uma alegoria como esta.



Figura 144: Bebê deitado brincando com um adorno da bandeira. Detalhe do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno (1919).

Podemos supor que a terceira criança identificada na cena, nos braços de uma das mulheres, e aparentemente um pouco maior que os outros dois bebês já mencionados, seja Adozindo Magalhães de Oliveira, o filho mais velho de Adozinda, de 4 anos. Estaria ele nos braços dela, conforme detalhe do quadro “*A Pátria*” abaixo:



Figura 145: Mulher de pé com uma criança nos braços, aparentemente beijando-a. Detalhe do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno (1919).

Alcida¹⁰² e Bernardina tiveram 11 e 10 filhos respectivamente, de acordo com o informações do sítio eletrônico do Museu e casa Benjamin Constant, que não os enumera nem denomina. Mas só 10 e 6 estão registrados no Geni. Considerando os dados que temos disponíveis, à época ainda não haviam dado a luz a nenhum bebê. Por eliminação, as duas mulheres sem filhos seriam elas, mas não é possível identificar qual seria uma ou outra.

¹⁰²O Marido dela, José Bevilacqua foi um dos principais responsáveis pela família após a morte de Benjamin Constant. Eles ficaram morando na casa da família e cuidaram de Maria Joaquina até seu falecimento, em 1921.

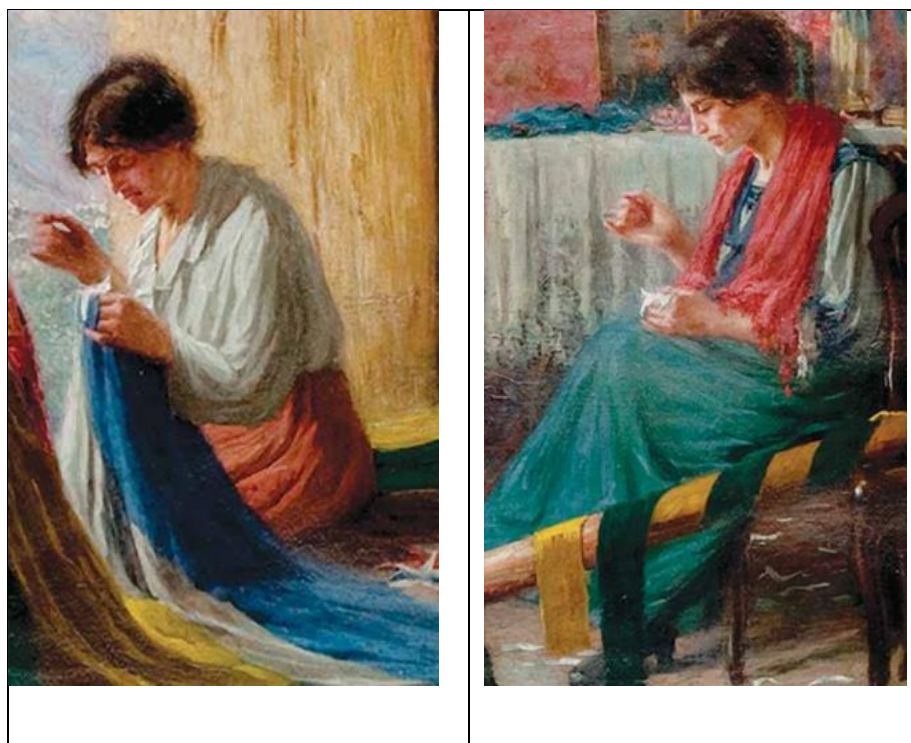


Figura 146: Mulheres que não estão associadas a crianças na cena. Detalhes do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno (1919).

		Prole	Nascimento	Idade em 1890
José Bevilacqua	Alcida Constant Botelho de Magalhães (1869-1957)	Aracy Constant Bevilacqua ¹⁰³	1892	-
		Alcida Constant Bevilacqua	1893	-
		Benjamin Constant Bevilacqua	1897	-
		Pery Constant Bevilacqua	1899	-
		Marina Constant Bevilacqua	1901	-
		Cecy Constant Bevilacqua	1902	-
		José Constant Bevilacqua	1904	-
		Aldina Constant Bevilacqua	1907	-
		João José Constant Bevilacqua	1909	-
		Diva Constant Bevilacqua	1910	-
		Beatriz Constant Bevilacqua	1913	-

Tabela 3: Netos por parte da filha Alcida. Elaborado a partir dos dados disponíveis em <www.geni.com>. Acesso em 01.01.2019.

João de Albuqu erque	Bernard ina	Prole	Nascimento	Idade em 1890
		Benjamin Constant de Magalhães Serejo	1897	-

¹⁰³ Após o casamento com o primo, Walter Carlos de Magalhães Fraenkel, tendo adotado o sobrenome dele, passando a chamar-se Aracy de Magalhães Fraenkel.

	Rubens Constant de Magalhães Serejo	1899	-
	Fabricio Constant de Magalhães Serejo	1900	-
	Benjamin Cesar de Magalhães Serejo	1901	-
	Mário Constant de Magalhães Serejo	1903	-
	João Constant de Magalhães Serejo	1904	-
	Dinah Constant Serejo	1906	-
	Thereza Constant Serejo	1908	-
	Heloiza Constant de Magalhães Serejo	1912	-
	Leopoldo Henrique Constant de Magalhães Serejo	1914	-

Tabela 4: Netos por parte da filha Bernardina. Elaborado a partir dos dados disponíveis em <www.geni.com>. Acesso em 01.01.2019.

Bernardina construiu uma casa ao lado da casa da família que se chama “Casa de Bernardina”, hoje sede do Museu e Casa Benjamin Constant.

Em que pese a descrição de Pedro Bruno, autor do quadro, ao revelar que a criança posicionada em seu centro seria um menino, a quarta e última criança representada na cena. Apesar disso, ela aparenta ser uma menina que abraça o pavilhão nacional, podendo ser Aracy, a filha caçula de Benjamin Constant e Maria Joaquina, que nascida em 1882, estaria com 8 anos à época em que a família teria bordado o pavilhão.



Figura 147: Maior criança da cena, de pé abraçada à bandeira. Detalhe do quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno (1919).

É fato que a criança aparenta menos de 8 anos, o que cabe numa representação feita quase trinta anos depois do fato.

No ano de seu nascimento teria sido registrada a fotografia de família abaixo:



Figura 148: PACHECO, J. Insley. Benjamin Constant Botelho de Magalhães em família. 1882. Carté-cabinet, albumina, fotopintura, 10,5×16,5cm, Rio de Janeiro. FBC. F.014. Museu Casa Benjamin Constant.

Apesar de não haver precisão sobre o mês em que a fotografia foi registrada, presumi-se que tenha sido no início de 1882, pois não aparece a caçula da prole do casal, Aracy, que nasceu em abril. Muito provavelmente a família ainda era composta por sete pessoas: em pé, da esquerda para direita, vê-se: Adozinda, Aldina e Maria Joaquina. Sentados: Alcida, Benjamin Constant, Bernardina em seu colo (até então a caçula) e Benjamin Filho.

Não era comum registrar uma foto de família faltando um membro, conforme vai ser possível observar na foto seguinte.



Figura 149: PACHECO E FILHO. Família Benjamin Constant. 1892. Carté-cabinet, albumina, 10,6×16,4cm, Rio de Janeiro. FBC. F.046. Museu Casa Benjamin Constant.

Tanto é verdadeiro que numa fotografia de família não costumava faltar ninguém, que no registro acima, realizado após o falecimento de Benjamin Constant, temos a viúva Maria Joaquina, as cinco filhas, o filho Benjamin Constant Filho e o próprio patriarca, que teve seu lugar preservado na foto da família através de um quadro. Na foto, dois anos depois que bordaram a bandeira, a caçula Aracy, já com dez anos está sentada na frente da representação do pai, como se no colo dele estivesse.

Aracy que teria perdido o pai no ano anterior, 1891, quando tinha apenas 9 anos, não chegou a se casar, nem teve filhos. Ela residiu na casa da família até a morte em 1961, aos 79 anos.

De acordo com o sítio do Museu Casa Benjamin Constant¹⁰⁴, após seu falecimento, seu sobrinho neto, o General Pery, solicitou ao SPHAN o retorno do terreno e das casas para a União com vistas à transformação no futuro Museu Casa de Benjamin Constant.

¹⁰⁴A família de Benjamin Constant. Disponível em <<https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/familia/>>. Acesso em 20.08.2019.

Em 1890, quando teriam bordado as bandeiras republicanas com as quais presentearam a Escola Superior de Guerra e a Escola Militar da Praia Vermelha, a esposa, Maria Joaquina, tinha 42 anos; a filha Aldina, nascida em 1864, estaria com 26 anos; a filha Adozinda, com 24; Alcida com 21; Bernardina com 17 e Araci com 8 anos de idade.

Abaixo a árvore genealógica que consta no sítio do Museu Casa Benjamin Constant

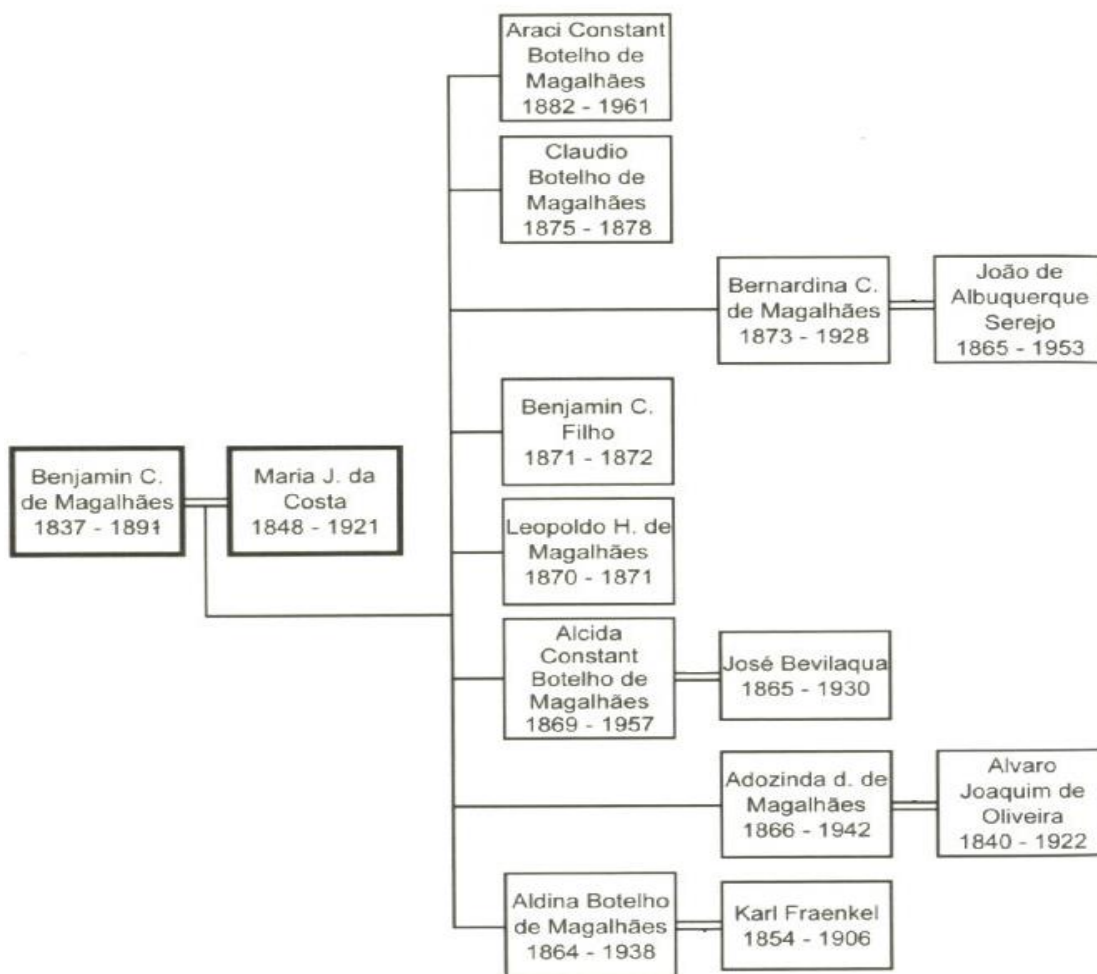


Figura 150: Família de Benjamin Constant. Museu Casa Benjamin Constant. 01.05.2020

Destacamos que embora a interpretação do quadro possa apontar para a família de Benjamin Constant, diferente do que afirma o Museu Casa Benjamin Constant, a bandeira bordada em 1890 pela família não foi a primeira do regime republicano.

A bordadeira tanto de um exemplar da primeira Bandeira Provisória do regime republicano quanto da primeira Bandeira Nacional definitiva foi a Dona Yayá, em 1889

logo o quadro não faz alusão à confecção da primeira Bandeira Nacional Republicana.

Conclusão

A Aldeia Imbuhy, comunidade localizada entre dois Fortes militares, o Rio Branco e o Imbuhy, situados no bairro tradicionalmente pesqueiro de Jurujuba, na cidade de Niterói- RJ era composta por 32 famílias e no período de cinco anos, entre 2015 e 2020 foi extinta.

Aquele espaço geográfico, de acordo com os ensinamentos de Milton Santos, poderia ser classificado como um “território usado”, no sentido da sua pluralidade e possibilidade de assegurar a existência (material e imaterial) de diversos atores.

O referido espaço não deixava de ser também um “território normado”, controlado por regras, com algumas restrições justificadas pela necessidade de manter a segurança no local, resultando numa dimensão considerada por alguns como repressiva e arbitrária e era parte do cotidiano dos moradores. Apesar de reclamarem do que consideravam excessos, os moradores não viam incompatibilidade entre os dois usos: o militar e o civil.

Entretanto eles alegam que as restrições acabaram fazendo com que sua realidade mudasse e muitos moradores se vissem obrigados a buscar outras formas de sustento e outros ainda fossem buscar outros lugares para viver.

O desequilíbrio de poder é um fator capaz de promover divergência, resistência e conflito. No jogo de forças, de posse da máquina pública, comumente é favorecido o lado que representa o Estado. Lutar contra ele é um grande desafio, pois, como disse o Presidente da Associação de Moradores local, “justiça e poder caminham lado a lado”.

O espaço em questão foi formalmente disputado entre a União e a Comunidade por mais de duas décadas.

Distintas são as interpretações sobre a sua história de ocupação local e elas são marcadas por um contexto que guarda relação com personalidades e acontecimentos locais e nacionais.

A versão enfatizada aqui se alimenta de uma demanda comunitária e privilegia um ponto de vista, no qual a Dona Yayá, esposa de um importante pescador local que na juventude bordou a primeira bandeira do Brasil, é colocada em destaque, o que não quer dizer que as outras personalidades sejam menos importantes nem que sua família tenha dado origem à comunidade, como chegou a ser disseminado.

O fato é que não se pode desconsiderar a expressiva quantidade de descendentes

desta senhora na comunidade, 40%, de acordo com moradores. Mesmo assim, levemos em conta que se trata de um recorte que resgata um sujeito como representante da identidade local a partir da memória, que passa a ser um instrumento usado pelos moradores da comunidade em sua estratégia para manter a ocupação histórica que lhes estava sendo negada, mas a versão construída por eles não está livre de polêmicas (aliás nenhuma está) e compete com a versão “oficial”, amparada pelo poder e já institucionalizada pelo Estado. E esta trabalha em prol do apagamento das múltiplas versões, para calar as narrativas, para produzir o esquecimento e desmobilizar os territórios em detrimento de um único território, uma prática que, num país de tanta diversidade como o nosso, mais exclui do que inclui. Trata-se de uma história da resistência no seio de uma disputa de narrativas.

Salientamos que a valorização das narrativas dos moradores da Aldeia Imbuhy e parentes da Dona Yayá não significa desconsiderar outras fontes e até mesmo as controvérsias. Elas precisaram ser citadas. E ainda que essa versão da história da comunidade tenha sido construída considerando os relatos orais, ela precisava ganhar coerência dentro do que já havia sido publicado e da própria História. Afinal, o relato oral pode mudar de acordo com o presente, com o contexto, o que não inviabiliza a extração das informações primordiais. Já a escrita é um instrumento mais permanente e extremamente necessário para consolidar uma versão, entretanto para produzir uma versão escrita não basta transcrever os depoimentos, mas questioná-los, compará-los, buscar respostas para as divergências, sem perder de vista a disputa de versões estabelecida.

Dona Yayá é tida como a matriarca da Aldeia Imbuhy, o que em algum momento pode ter sido confundido com o fato de ela ter dado origem à comunidade. Acontece que ao invés de essa informação beneficiar os moradores, ela atrapalhou. Posteriormente foi descoberto que a comunidade era muito mais antiga. Quando a família da Dona Yayá se estabeleceu na área já havia pescadores no local, inclusive também é antiga a questão da passagem para chegar até a comunidade. Só que uma dessas famílias antigas era a do líder dos pescadores local, Francisco Bessa de Carvalho, que veio a ser o marido da Dona Yayá, eis que com o casamento ela passa a pertencer de fato à uma das mais antigas famílias que se tem notícia na localidade.

Há controvérsias sobre o ano de chegada da Dona Yayá à Aldeia Imbuhy.

Diversos registros apontam que, de acordo com os moradores, a família dela teria se estabelecido na área em 1886, o que sutilmente sugere que as bandeiras do Brasil teriam sido confeccionadas na comunidade. Descartamos essa possibilidade, pois em 1889, quando aos 16 anos ela bordou as bandeiras republicanas, tanto seu pai quanto ela, exerciam atividade na região central do Rio de Janeiro. O isolamento e distância da Aldeia Imbuhy dificultariam o trajeto diário entre casa e trabalho, logo a bandeira não teria sido bordada na comunidade, como chegaram a afirmar os moradores, o que não diminui a importância dessa mulher como símbolo local.

Duas foram as bandeiras republicanas bordadas por Dona Yayá: a primeira foi confeccionada em algodão para o próprio dia da Proclamação da República, 15/11/1889 e só pode ter sido uma versão da bandeira provisória da República; a segunda, descrita como mais trabalhosa, foi feita em seda, tratava-se de uma versão da atual bandeira Nacional, oficializada quatro dias depois, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro. Ambas possuíam 21 estrelas

A distância era tamanha entre o centro da cidade do Rio de Janeiro e a Aldeia Imbuhy que o retorno muitas vezes não compensava, tanto é que a neta, a Sra. Lucy, afirmou em entrevista que quando a família se mudou para a Aldeia o Bisavô Simas sumia para o Rio e Dona Yayá ficava lá sozinha com os irmãos.

Com relação às disputas que se processavam na Aldeia Imbuhy, elas iam do material ao simbólico. Embora o Museu e casa Benjamin Constant afirme que a primeira Bandeira Republicana do Brasil teria sido bordada pela esposa e filhas de Benjamin Constant, uma investigação mais profunda comprovou que foi Dona Yayá quem a abordou em 1889. Entretanto o quadro A Pátria (1919), de Pedro Bruno, diferente do que dizem os moradores e parentes da Dona Yayá, parece sim representar a esposa e filhas de Benjamin Constant bordando uma das bandeiras que doaram para a Escola Superior de Guerra e Escola Militar da Praia Vermelha em 1890 e não a Dona Yayá e irmãos. Mas não se trata da primeira bandeira.

No Projeto de Resolução n.º 81/2015 consta que, conforme informações cedidas pela a Sra. Lucy, a família teria se estabelecido na área quando Dona Yayá tinha entre 18 e 19 anos, o que coincidiria com o ano de 1891, mesmo período em que a obra do Forte Imbuhy, iniciada em 1863, mas interrompida por falta de recursos, foi inaugurada.

Mas muito antes, em 1863 já constavam registros no Almanake Laemmert da

figura do inspetor de quarteirão, que respondia por no mínimo uma comunidade com pelo menos 25 casas. Além disso, conseguimos demonstrar o prestígio da família do marido dela, os Carvalho, na região, pois aparece como proprietária de terras, de pescaria e no exercício de funções administrativas, tais como as de Juíz de Paz e Subdelegado.

Começam a fazer sentido os relatos dos moradores, que seus antepassados já habitavam o local desde muito e que as autoridades a eles teriam pedido permissão para sua construção, ocupando a ponta do Imbuhy.

Do lado da instituição há relatos também de que aos trabalhadores da construção do Forte teria sido permitido habitar o local temporariamente, acompanhados de suas famílias, durante o período de execução da obra, que ficou muito tempo parada. Em frente ao mar, os moradores foram arrumando outras formas de sobreviver, originando aí a tradição pesqueira. Nascia a vila de pescadores.

Mas como explicar o fato de já existirem moradores ligados à atividade mesmo antes do início da construção do Forte, conforme comprova o registro das férias do Visconde de Taunay de 1852, em Jurujuba?

A presente tese, que se conclui nessas linhas finais, buscou a reflexão sobre as memórias e as narrativas como formas de representação para o fortalecimento da luta social. Os moradores que residiam naquela comunidade optaram estrategicamente pela construção de uma identidade espacial ancorada na figura da Dona Yayá para enfrentar a batalha judicial.

Eles elegeram a Dona Yayá por sua vinculação à tradição pesqueira e aos símbolos nacionais¹⁰⁵ – mais especificamente à bandeira do Brasil, buscando a empatia dos militares para com a comunidade, já que estes a consideram o mais alto símbolo representativo de uma nação. Tratava-se tanto de uma reivindicação de visibilidade associada ao modo de vida tradicional decorrente da pesca artesanal, que já foi a principal atividade exercida pelos moradores quanto de uma associação entre a imagem da Dona Yayá e história “oficial”, o que conferiria de certa forma, importância à comunidade.

Essa estratégia colocou em evidência a moradora que foi contemporânea

¹⁰⁵ A bandeira, o brasão, o selo e o hino constituem os símbolos nacionais brasileiros, implementados pela Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.

de muitos, reavivando as memórias de uma população sensibilizada pelas ameaças vividas a partir da década de 1990, quando foi estruturada a Associação de Moradores da Aldeia Imbuhy (AsMAI) e iniciada a batalha jurídica, mas não foi capaz de diluir completamente as divergências internas em torno da permanência na área. Isso fica claro ao constatar que das 32 famílias, apenas 19 participaram da ação coletiva que iniciou pedindo o direito de acesso à comunidade, seguiu como interdito proibitório e acabou se convertendo em reintegração de posse a favor da União.

Por outro lado, a estratégia escolhida acabou por produzir um certo apagamento de outras versões de ocupação que poderiam apresentar informações tão ricas quanto a versão selecionada, mas, em algum momento foi preciso optar! E optou-se pela versão mais acabada, aquela que possuía maior quantidade de transmissores, de onde vinha sua popularidade.

Diante dos argumentos do opositor sobre a antiguidade da ocupação, a figura da Dona Yayá sozinha acabou não dando conta. Acrescentaram-se novas referências, entre elas a família Viçoso, documentada no Almanake Laemmert (1863) quase três décadas antes da chegada da família da Dona Yayá à comunidade.

A partir daí o objetivo dos moradores passou a ser comprovar que a antiguidade da ocupação era ainda anterior ao estabelecimento de Dona Yayá na área,

Mesmo assim a bordadeira seguiu como referência ao longo de todo esse tempo de disputa judicial, visto que foi feito todo um esforço para não abandoná-la.

Nesse sentido, a tese buscou minimamente recuperar algumas personalidades que fizeram história no Imbuhy, aquelas que foram repetidas vezes lembradas pelos seus descendentes e líderes comunitários durante as entrevistas ou coleta de dados: o comerciante Sr. Candora; o primeiro Comandante do Forte, Bonifácio Gomes da Costa e o sobrinho da Dona Yayá, o militar Otto Gutierrez de Simas.

Essas referências contribuíam para ressaltar a antiguidade da comunidade na área. Trata-se de personalidades que não podem ser esquecidas porque não é possível contar a história de uma comunidade que existiu territorialmente e que seus sujeitos reconheciam como pesqueira sem considerar sua sociabilidade, o que não diminui em nada a importância da Dona Yayá como figura central do fortalecimento da identidade

local, inclusive essas personalidades foram contemporâneas dela.

Desse modo, priorizamos a análise dos processos sociais de disputa à luz da História social do território, uma referencia que tem como centro o diálogo da História com a Geografia, sem perder de vista principalmente a Antropologia, mas também a Sociologia e a Filosofia. Abordamos um fenômeno social, histórico, antropológico e territorial de uma comunidade que se desfalece frente ao poder do Estado no controle territorial.

O estudo foi produzido levando em consideração a relação entre os conceitos e a metodologia baseada na pluralidade de fontes documentais, jornalísticas e orais. Pensar numa estrutura que contribuisse na construção dialógica entre indivíduos e coletivo, favoreceu a compreensão da corporeidade ao longo dos anos, décadas e séculos de reafirmação com a produção da territorialidade da comunidade. Essa construção dialógica buscou apresentar a Dona Yayá sem deixar de chamar a atenção para as contradições encontradas, seja nos relatos orais ou nas publicações impressas, tais como livros e notícias de jornais.

Desta forma pretendeu-se indiretamente demonstrar que, há instrumentos para tornar esse tipo de fonte confiável, contra toda a crítica existente ao documento produzido a partir da fonte oral, e ao mesmo tempo, construir uma versão do tempo presente, considerando personagens vivos que poderão ter o contato com mais uma versão produzida para a sua trajetória coletiva, como comunidade, a partir da seleção de acontecimentos considerados relevantes em suas narrativas, alimentando a própria identidade.

Finalizamos a tese acreditando na sua contribuição para o campo científico, no sentido de acrescentar de forma estruturada um acervo de informações e de análise que não permita que a comunidade da Aldeia Imbuhy caia no esquecimento, mas que ao mesmo tempo contribua para a fortalecer a luta de outras comunidades pesqueiras expropriadas, uma realidade cada vez mais comum, na qual o litoral ganha outro sentido que estrapola o da sobrevivência e as antigas comunidades passam a ser vistas como intrusas no espaço que habitaram desde tempos imemoriais.

Apesar de ter conseguido ser reconhecida como Comunidade Tradicional pelo Município de Niterói, isso não impediu que os moradores perdessem a ação na justiça em segunda instância e as casas fossem derrubadas.

Ao expulsar os moradores desconsiderou-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecida pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007). Eles alegam que sustentavam sua origem na pesca artesanal e resistiram, enquanto puderam num território disputado por múltiplos agentes.

Que a luta desses moradores expropriados seja exemplo para tantas comunidades pesqueiras em risco.

Nunca é demais lembrar que as lutas são contruídas por memórias, narrativas, imagens que edificam a própria história das disputas do poder.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. *Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso*. In: *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Departamento de Promoção. 1991.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2005.

_____. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

ALMANAKE LAEMMERT. *Sra. administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora Laemmert, 1867.

AMADOR, Elmo da Silva. *Baía da Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Rio de Janeiro. Edição do autor, 1997.

ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, Dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro. Impressão Regia, 1820.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund. Et. at. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da moeda, 1985.

_____. *Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BARAHONA, Henrique. *De Areia e de Pedra: As Duas Construções do Forte Imbuí*. Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018.

_____. *O direito de aldeia: Reflexões sobre o caso da Aldeia Imbuhy*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro. Vol. 11, no 1, janeiro-abril, 2019, p. 64-78. Disponível em: <<http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/248>>. Acesso em 16 nov.2019.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida & BUENO, Antonio Henrique da Cunha. (2000). *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Ed. Ibero América Comunicações e Cultura S.C.Ltda. São Paulo. Vol. II. 2534. (p. 1574).

BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1959.

BARROSO, José Maria Tibúrcio. *O Bairro de Itacoatiara*. *Revista geo-paisagem* (on line). Ano 2, nº 4, 2003. Julho/Dezembro de 2003. ISSN Nº 1677-650 X

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vechi*/ Zygmunt Bauman;

tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

_____. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes. 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BRITO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*. Rio de Janeiro. Eduff. 1999.

BURKE, Peter. “História como memória social”. In: *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CAMARGO, Aspásia. *História Oral e Política*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro. Diadorim/FINEP, 1994.

CARPENTIER, Alejo. *Los Pasos Perdidos*. Buenos Aires. Sapphire Editor, 1975.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Volume I-Rio de Janeiro. Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

_____. *O Espírito Militar: Um Antropólogo na Caserna*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, Fernando José de Portugal e [atribuído a]. Fragmentos de uma memória sobre as sesmarias da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo III, nº 12. Rio de Janeiro. Typographia de D. L. dos Santos, 1841.

CASTRO, Juliana Maria Cerutti de e PASTORE, Rodrigo Reis. *Terrenos de Marinha: Abordagem Catarinense de um Problema Nacional*. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19224192251PB.Htm>>. Acessado em 03 out. 2015.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

CHARTIER, Roger. A história Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos*

Históricos. Vol. 07, n. 13. Rio de Janeiro, 1994.

_____. A história cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1).

CHAUVEAU, Agnès (org.); TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru-SP. EDUSC, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª edição. Florence Universitária. Rio de Janeiro, 2007.

COIMBRA, Raimundo Olavo. *A Bandeira do Brasil*. IBGE. 1972.

CORRÊA, Paulo Celso Liberato (org.). *República em documentos: "Pátria"*. Série Documentos Museológicos nº 3. Rio de Janeiro: Museu da República. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In Santos. M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA. M. L. (Orgs). *Território, Globalização e fragmentação*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ Anpur. 1996.

DIJKINK, Gertjan. Ratzel's "Politische Geographie" and Nineteenth-century German discourse. In: Antonsich, M.; kolossov, V. e Pagnini, M. (eds.). *On the Centenary of Ratzel's "Politische Geographie" : Europe between Political Geography and Geopolitics*. Roma: Società Geografica Italiana (Memorie della Società Geografica Italiana, vol. LXIII. 2001.

DOSSE, François. Pour Ricoeur et Michel de Certeau: l'histoire entre le dire et le faire. Paris: l'Herne, 2006.

DUARTE, Luiz Fernando Dias As redes do suor- a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Rio de Janeiro. Eduff. 1999.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. In: *Année sociologique*, 1903.

FÉLIX, Loiva Otero; Elmir, CLÁUDIO P. (Orgs.). *Mitos e Heróis: Construção de Imaginários*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

FERRARINI, Sebastião. *Armas, Brasões e Símbolos Nacionais*. Curitiba, Paraná, Ed. Instituto de Ensino Camões, 1979.

FERREIRA, Janylle de Almeida. *Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ*. Rio de Janeiro/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ- FFP)/ Programa de Pós- Graduação em História Social, 2013.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. Anais do Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, UNESP Bauru e SESV, 21 a 26 de agosto de 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro. Diadorim/FINEP, 1994a.

_____. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 1994b.

_____. & AMADO, Janaina. *Usos & abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2006.

_____. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 16ª Ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973.

GANDON, Tania Almeida. O índio e o negro, uma relação legendária. *Revista Afro-Ásia*. Nº 19-20, 1997. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20951/13554>>.

GARRIDO, Carlos Miguez. *Fortificações do Brasil*. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro. Imprensa Naval, 1940.

GENOVEZ, Felipe. Inspetores de quarteirão no Brasil e em Santa Catarina. *Revista On Line Administração da Justiça*. 2014. Disponível em <<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=333>>. Acesso em 01 mai. 2018.

GROSSI, Yonne e FERREIRA, Amauri. *Razão narrativa: significado e memória*. História Oral. São Paulo: ABHO, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. 3 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro. Eduerj, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1925.

_____. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

_____. Nações e Nacionalismos desde 1780. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

_____. e RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

JODELET, Denise et coll. *Les Representations sociales*. Paris: PUF, 1993.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas/São Paulo: UNICAMP, 1994.

_____. *L'Imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard. Bibliothèque des Histoires, 1985.

LIMA, Roberto Kant de. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Eduff. 1997.

LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e história cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LACOMBE, Américo J. & CALMON, Pedro. *Cem anos da República- Centenário da Bandeira, 1889-1989: Presidentes da República, símbolos, hinos e canções*. 1. ed. Cedil/Alhambra/MEC/FAE, 1988.

MARENGA, Renata Costa; SILVA, Luiz Felipe Coutinho Ferreira da. A Influência das Fortificações Militares na Expansão Urbana da Cidade do Rio de Janeiro Sob a Ótica da Cartografia Histórica. *Revista Brasileira de Cartografia* (2015), Edição de Cartografia Histórica: 851-866 Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, forças armadas e política*. Rio de Janeiro. FGV, 2010.

MATTOS, Flávia Ferreira de. *Inovação Institucional e Patrimônio Cultural de Origem Militar no Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), 2018.

MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação- Contribuições para o estudo das representações coletivas. In: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1990 [1903].

_____. Oeuvres 2. Paris, 1969. MD35-G-01, *Glossário das Forças Armadas*, 4ª Edição. 2007.

MEDEIROS, Sérgio Luiz Rodrigues. Visconde de Taunay: Memórias (1843-1899). Editora Iluminuras Ltda, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola,

1998.

MELLO, Marco Antonio da Silva e VOGEL, Arno. *Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro - Maricá, RJ - 1975 a 1995*. Rio de Janeiro. Eduff. 2017.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse, son image, son public*, University Press of France, 1961/1976.

MOTTA, Márcia. 2017. Antiguidade é posto: a Aldeia de Imbuí, conflitos e memórias (séculos XIX e XXI). *Revista Unisinus*. Vol. 2, nº1, p.1-12- janeiro/abril de 2017.

____ (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2001.

NORA, Pierre. *Mémoire collective*. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (Dir.). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.

____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

____. *Les lieux de mémoire*. La République. Paris. Gallimard, 1984.

NUNES, Marcelo da Silva. *Movimentos Sociais e Conflitos Urbanos pela Posse da Terra na Aldeia Imbuhy*. Universidade Salgado de Oliveira/ Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Natalia Vial de. *O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945)*. Rio de Janeiro/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Curso de Pós-Graduação em História, 2014.

ORTIZ, Renato. *Trajeto e Memórias*. São Paulo. Editora Brasiliense – 1ª edição – 2010.

PERROT, Michelle. *Os excluídos: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

PIAZZA, Walter F. O Primeiro Cirurgião de Santa Catarina. *Revista das Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 68-76, jan./dez. 1982.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf.>. Acesso em 21/04/2019.

- _____. Memória e identidade social. *Revista Estudos históricos*, Rio de Janeiro, APDOC, v.5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro. Graal, 2000.
- QUEIROZ, Eneida; CARRILHO, Elaine de Souza; LOPES, Marcos F. de Brum. *Museu Casa de Benjamin Constant*. 1. ed. Brasília. IBRAM, 2015.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Ática, 1993.
- _____. *Repères pour une théorie de la territorialité humaine*. Cahier/ Groupe Réseaux, 1987.
- RATZEL, F. Geografia do homem. In: MORAES, A.C.R.(Org.). *Ratzel*. São Paulo-SP. Ed. Ática, 1990.
- RESENDE, Alberto Toledo. *O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República*. Rio de Janeiro/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP)/ Programa de Pós- Graduação em História Social, 2011.
- RODRIGUES, Antoane, DOMINGUES, Jean Pierre Guerra (Org.). *Escrituras de Terras em Registros Paroquiais de Niterói: Inventário Documental dos Livros das Freguesias de São Lourenço e São Sebastião de Itaipu*. Niterói: Nitpress, 2008.
- RODRIGUES, Fernando Silva. História do Ensino Militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro (1889-1944). *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro. V.12, nº 24, p.86-98. 2016.
- ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina 1948 – 1962*. Londrina. UEL.1999.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, Memória, História, Nação: Propondo Questões. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, out-dez.1986.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2ª Edição. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. Record, 2000.
- _____. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo. Hucitec, 1994.
- _____. “O retorno do Território”. In. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec-ANPUR, 1994.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo. Annablume, 2003.

_____. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, São Paulo, out. 1998.

SOUZA, Amanda Alves de ; VASCONCELLOS, Igor Peçanha Frota;
MIRANDA, Manuela Hollós de. *A Atuação do Tacap no Caso da Aldeia Imbuhy: Uma Análise da Categoria "Pobreza" nas Práticas de Assessoria Popular*, 2015. Disponível em <www.tacap.uff.br/artigos/>. Acessado em 01 fev. 2017.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. *Revista IHGB*. Rio de Janeiro. Tomo XLVIII, Parte II, 1885.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1998.

TRESPACH, Rodrigo. Histórias não (ou mal) contadas - Revoltas, golpes e revoluções no Brasil. Editora HarperCollins. 2017

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*, 1930.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República/* Universidade Federal Fluminense (UFF)/ Programa de Pós- Graduação em História, 2011.

VILANOVA, Mercedes. *Pensar a subjetividade: Estatísticas e Fontes Orais*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro. Diadorim/FINEP, 1994.

VILLAR, Frederico. *A Missão do Cruzador "José Bonifácio": Os Pescadores na Defesa Nacional. A Nacionalização da Pesca e Organização de seus serviços (1919-1923). Subsídios para a História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert Limitada, 1945.

ZANON, S. F. Ainda os terrenos de marinha.... *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2725, 17 dez. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18066>>. Acesso em: 4 ago. 2020>. Acesso em 02 mar. 2017.

Fontes

Periódicos:

ALMEIDA, Gustavo. O exército contra o cidadão: militares cerceiam direitos básicos de moradores de aldeia em Niterói. *Revista Istoé*, São Paulo, n. 2030, 01 out. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2030/imprime103864.htm>>. Acesso em 16 out. 2017.

BEZERRA, Alcides. Um apelo aos genealogistas brasileiros: os descendentes de Pero Gago da Camara. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 9, 25 fev. 1933.

BOUÇAS, Milena. Projeto de lei pode salvar Aldeia Imbuhy. *O Fluminense*. Cidades 21/05/2015. Disponível em <<http://www.ofluminense.com.br/en/content/projeto-de-lei- pode-salvar-aldeia-imbuhy>>. Acesso em 17 set. 2015.

BLOG RENATÃO DO QUILOMBO. *SOS comunidade tradicional da aldeia Imbuhy*. 04 jun. 2015. Disponível em: <<http://renataodoquilombo.blogspot.com.br/2015/06/sos- comunidade-tradicional-da-aldeia.html>>. Acesso em 24 jun. 2015.

DEODORO DEU 8\$000 PELA BANDEIRA DA LIBERTAÇÃO. *Jornal Diário da Noite*, de 20 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_03&Pesq=%22flora%20simas%22&pagfis=73156>. Acesso em 18 out. 2014.

FONSECA, Felipe Barbosa da Fonseca. Anuncio. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, p. 3, 02 dez.1849.

FLORA SIMAS DE CARVALHO. *Jornal A Cruz*. 25 mar. 1956. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829706&pesq=%22flora%20simas%22&pagfis=10371>>. Acesso em 18 out. 2014.

FRANCO, Wanildo José Nobre. Ações possessórias e os interditos possessórios. *Revista Boletim Jurídico*. Edição 161. Jan. 2006. Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/m/texto.asp?id=1025>>. Acesso em 20 set. 2015.

GASPAR, Carolina Barreto da Silva. Aldeia Imbuhy: clima de tensão com o Exército há mais de uma década. Classe: *Revista de Política e Cultura da ADUFF*, Niterói, ano I-nº Out, nov e dez. 2008. Disponível em <www.aduf.org.br/publicacoes/200812_classe_2.pdf>. Acesso em 20 ago. 2015.

JBONLINE. *TRF suspende despejo de 32 famílias de pescadores da Aldeia do Imbuhy*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/trf-suspende-despejo-de-32-familias-em-niteroi,f8a868f40d94b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em 16 out. 2009.

JORNAL O GLOBO. *Bordou os Dois Primeiros Pavilhões da República*, de 17 abr. 1958.

JUSTIÇA FEDERAL - Seção Judiciária do Rio de Janeiro. *Resultado da Consulta de Processos: 95.0050453-7*. Disponível em: <<http://goo.gl/z7ztcu>>. Acesso em 16 out. 2009.

MARTINS, Frederico. Famílias são retiradas da Aldeia Imbuhy. *O Fluminense*, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/fam%C3%ADlias-s%C3%A3o-retiradas-da-aldeia-imbuhy>>. Acesso em 24 jun. 2015.

MORRE A 1ª BORDADEIRA DA BANDEIRA DO BRASIL. *Jornal Diário Carioca*. 27 nov. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pesq=%22flora%20simas%20de%20carvalho%22&pasta=ano%20196&pagfis=14946>. Acesso em 18 out. 2014.

MOURÃO, Giovanni. Justiça determina despejo de famílias da Aldeia Imbuhy. *Jornal O Globo*. 06 abr. 2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/justica-determina-despejo-de-familias-da-aldeia-imbuhy-23577000>>. Acesso em 02 mai. 2019.

MULHER QUE BORDOU A PRIMEIRA BANDEIRA REPUBLICANA MORRE COM 92 ANOS NO E. DO RIO. *Jornal do Brasil*. 27 nov. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22flora%20simas%20de%20carvalho%22&pasta=ano%20196&pagfis=46894>. Acesso em 18 out. 2014.

NITERÓI EM FOCO. *Moradores são retirados da Aldeia Imbuhy em Niterói*. 23 de jun. 2015. Disponível em <<http://www.niteroiemfoco.com.br/aldeia-imbuhy-moradores-foram-retirados/>>. Acesso em 24 jun. 2015.

RODRIGUES, Fania. Aldeia Imbuhy resiste à tentativa de remoção em Niterói. *Brasil de Fato*, 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/32241>>. Acesso em 24 jun. 2015.

S.O.S IMBUHY. Disponível em: <<http://defesadaaldeiaimbuhy.blogspot.com.br/>>. Acesso em 03 set. 2015.

SOU MAIS NITERÓI. *Moradores da Aldeia Imbuhy protestam contra ordem de despejo*. 07 jun. 2015. Disponível em: <<http://soumaisniteroi.com.br/moradores-da-aldeia-imbuhy-protestam-contras-ordem-de-despejo/>>. Acesso em 24 jun. 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Moradores da aldeia do Imbuí, em Niterói/RJ, terão de desocupar a área*. 05 mai. 2015. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/noticias/185434657/moradores-da-aldeia-do-imbui-em-niteroi-rj-terao-de-desocupar-a-area>>. Acesso em 24 jun. 2015.

VIEIRA, Isabel. Exército cumpre reintegração de posse contra comunidade tradicional de Niterói. Agência Brasil republicado em *Combate Racismo Ambiental*. 24 jun. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/FHX2vX>>. Acesso em 24 jun.2015.

WERNECK, Felipe. Exército inicia remoção de aldeia centenária em Niterói com demolições. *Estadão Rio*. 23 jun.2015. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/exercito-inicia-remocao-de-aldeia-centenaria-em-niteroi-com-demolicao/>> Acesso em 03 set. 2015.

Documentos:

ALMANAKE LAEMMERT. 1863 - 1885. *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Laemmert. Disponível em: <<https://archive.org/details/almanakadminist01>>. Acesso em 10 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ALDEIA IMBUHY. *Um breve histórico sobre a Aldeia de Pescadores do Imbuhy*. Sem data (por volta de 2015).

BRASIL, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. TESTAMENTO de Úrsula da Silveira. Livro de Óbitos da Freguesia do Sacramento/ Bispado do Rio de Janeiro. (Mar 1701 - Mar 1710) images *FamilySearch* 10-13/161, 10 jul. 1701. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-4S76-B?i=9&wc=M6ZT6NG%3A131775101%2C139024701%2C142154501&cc=1719212>>. Acesso em 01 de dez de 2019.

____. Arquidiocese de Niterói- RJ. CERTIDÃO DE CASAMENTO de Fortunato Ribeiro de Guimarães e Theresa Antonia das Chagas. Livro de Registro de Casamento nº 1, fl. 85 da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, 30 abr. 1865.

____. Arquidiocese de Niterói- RJ. CERTIDÃO DE BATISMO de Alvaro. Livro de Registro de Batismo nº 7, fl. 106 da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, 24 abr. 1881.

____. Arquidiocese de Niterói- RJ. CERTIDÃO DE BATISMO de Francisco. Livro de Registro de Batismo nº 7, fl. 135 da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, 8 abr. 1883.

____. Arquidiocese de Niterói- RJ. CERTIDÃO DE BATISMO de Delphina. Livro de Registro de Batismo nº 2, fl. 15 da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, 7 jun. 1885.

____. Arquidiocese de Niterói- RJ. CERTIDÃO DE BATISMO de Arminda. Livro de Registro de Batismo nº 7, fl. 129 da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, 19 dez. 1882.

____. Arquidiocese de Niterói- RJ. CERTIDÃO DE CASAMENTO de Hugo Simas Carvalho e Martinha Rosa. Livro de Registro de Casamento nº 3, fl. 93 da Paróquia de São Sebastião de Itaipu – Capela Nossa Senhora da Penha de Barra de Piratininga, 28

set. 1940.

_____. Arquivo Público. CERTIDÃO da Escritura de Venda do Escravo Pescador Silvino. Livro de Registro de Terras da Freguezia de Jurujuba. fl. 11, 21 fev. 1874.

_____. Arquivo Público. *Certidão da Escritura de Venda de Casa*. Livro de Registro de Terras da Freguezia de Jurujuba. fl. 6, 21 fev. 1870.

CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO. *Registro da embarcação de Francisco Bessa de Carvalho*, 1918.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Solicitação para passar cabo telegráfico por dentro do terreno de morador*. 1915

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Solicitação de transferência da Escola que funcionava na Aldeia Imbuhy*. Ofício 463. 1986.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso especial nº 1.165.680-RJ (2009/0214772- 9).

_____. Processo nº 95.00504537. Documento: 46084445. Relatório, Ementa e Voto. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=46084445&num_registro=200902147729&data=20150420&tipo=91&formato=PDF>. Acessado em 20 set. 2015.

RECIBO A MÃO DE COMPRA DE CASA PELO SR. CANDORA, 1940. Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

Sítios Digitais:

MUSEU CASA BENJAMIN CONSTANT. *A família de Benjamin Constant*. Disponível em <<https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/familia/>>. Acesso em 20 ago. 2019.

IPHAN. *Arquipélago de Fernando de Noronha - Pernambuco (PE)*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1662/>. Acesso em 07.01.2020.

COMANDO MILITAR DO LESTE. *Forte Imbuhy*. Disponível em <<http://www.cml.eb.mil.br/index.php/fortes-e-fortalezas/niteroi-rj>>. Acesso em 10 mai 2017.

CORPO PRINCIPAL DA CONSTRUÇÃO DO RECOLHIMENTO DE SANTA THEREZA. *A Preservação do Patrimônio Cultural em Niterói: Recolhimento de Santa Thereza*. Disponível

em: <<http://www.culturaniteroi.com.br/blog/?id=520&equ=depac>>. Acesso em 21 out. 2019.

FORTALEZA DE SÃO JOÃO, NO RIO DE JANEIRO, RJ. Disponível em: <<http://www.riodejaneiroaqui.com>>. Acesso em 211 fev. 2020

FORTE IMBUHY. Disponível em <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/?page=imbuhy>>. Acesso em 01 set 2015.

IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DE ITAIPÚ. *Histórias e Monumentos*, 2014. Disponível em: <<http://historiasemonumentos.blogspot.com/2014/03/igreja-de-sao-sebastiao-deitaipu-church.html>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

IGREJA SÃO SEBASTIÃO DE ITAIPÚ. *A Preservação do Patrimônio Cultural em Niterói*: Igreja de São Sebastião de Itaipu. Disponível em: <<http://www.culturaniteroi.com.br/blog/?id=515&equ=depac>>. Acesso em 21 de out. De 2019.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL (PPGHS). *Linhas de Pesquisa do PPGHS*. Disponível em <<http://ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=linhas>>. Acesso em 01 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Marinha do Brasil*. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/index.php/forcas-armadas/marinha-do-brasil>>. Acesso em 10 mai 2017.

_____. *Exército Brasileiro*. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/index.php/forcas-armadas/exercito-brasileiro>>. Acesso em 10 mai 2017.

_____. *Força Aérea Brasileira*. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/index.php/forcas-armadas/forca-aerea-brasileira>>. Acesso em 10 mai 2017.

Forte Imbuhy. Disponível em <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/?page=imbuhy>>. Acessado em 01 set. 2015.

A Pátria- Tela de Pedro Bruno. Disponível em <www.patriamineira.com.br>. Acesso em 23/01/2018.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. *Aldeia de Imbuí não consegue cassar sentença que garante reintegração de posse da área em favor do Exército*. Disponível em: <<http://www.iob.com.br/noticiadb.asp?area=juridicas¬icia=67892>>. Acesso em: 16 de set. 2015.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1891*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Decreto n.º 5.484, de 30 de junho de 2005. *Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em 13 jun. 2011.

_____. Decreto n.º 6.703, de 18 de dezembro de 2008. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em 25 out. 2010.

_____. Decreto legislativo n.º 373, de 26 de setembro de 2013. *Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2013.

_____. Decreto n.º 16.183, de 25 de outubro de 1923. *Aprova e manda executar o regulamento da Directoria da Pesca e Saneamento do Littoral, anexada e subordinada á Inspectoria de Portos e Costas*. Diário Oficial da União-Seção1-01/11/1923, p. 28510 (Republicação). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16183-25-outubro-1923-504249-norma-pe.html>> Acesso em 10 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 16.184, de 25 de Outubro de 1923. *Aprova e manda executar o Regulamento da Pesca*. Diário Oficial da União-Seção1-28/10/1923. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16184-25-outubro-1923-502739-norma-pe.html>>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o §1º do art.183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006. Altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nos 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15

de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Mpv/292.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Medida Provisória n.º 335, de 23 de dezembro de 2006. *Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.876, de 15 de julho de 1981, prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, e dá outras providências.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Mpv/335.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Lei 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto 1.318, de 30/01/1854. *Dispõe sobre as terras devolutas do Império.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20terras%20devolutas,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais>. Acesso em: 01 set. 2020.

_____. Lei Complementar n.º 83, de 12 de setembro de 1995. *Altera dispositivo da Lei Complementar n.º 69, de 23 de julho de 1991, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.* Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1995/leicomplementar-83-12-setembro-1995-363629-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Lei Complementar Federal n.º 69, de 23 de junho de 1991. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp69.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 221, de 28 de Fevereiro De 1967. *Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Decreto 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Lei Nº11.481, de 31 de Maio de 2007. *Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15*

de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111481.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981. *Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1876.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. *Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). ALERJ. Projeto de resolução n.º 81/2015, de 10 de junho de 2015 *Concede o título de Benemerita do Estado do Rio de Janeiro “Post Mortem” à bordadeira da Primeira Bandeira da República, Sra. Flora Simas de Carvalho, Dona Yayá*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/4f18b324d2a9d8b283257e60005f9ade?OpenDocument>>. Acesso em 10 mai. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Lei Municipal n.º 3.140, de 20 de maio de 2015. *Dispõe sobre o Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico, histórico e etnográfico da Aldeia Imbuhy, localizada na faixa litorânea denominada Praia do Imbuhy e seu entorno, e dá outras providências*. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2015/314/3140/lei-ordinaria-n-3140-2015-dispoe-sobre-o-tombamento-do-conjunto-arquitetonico-paisagistico-historico-e-etnografico-da-aldeia-imbuhy-localizada-na-faixa-litoranea-denominada-praia-do-imbuhy-e-seu-entorno-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 10 mai. 2017.

APÊNDICE I: Termos de consentimento para gravação das entrevistas



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Formação de Professores

Termo de Cessão de Direitos Sobre Depoimento Oral

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL – UERJ/FFP

1-Pelo presente documento, Alton Nunes Navega (nome),
Brasileira (nacionalidade), Separado (estado civil),
Apresentado (profissão), carteira de identidade nº 80915031-6
emitida por 1ª DP, CPF nº 305.653.757/68,
residente e domiciliado em Rua Germano Taber, 373 - Itaipu,
cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo ao DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL a totalidade de seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia 30/11/17, na cidade Niterói, perante o (s) pesquisador (s) Janylle de A. Ferreira

2- Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá indefinidamente, o direito ao exercício pleno de seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3- Fica pois o DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL plenamente autorizado a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ ou no exterior.

Sendo esta forma legítima e eficaz que representa legalmente nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Niterói - RJ 30/11/17
Local Data

[Assinatura]
DEPOENTE

Janylle de A. Ferreira
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

TESTEMUNHAS:

.....
NOME LEGÍVEL- CPF

.....
NOME LEGÍVEL- CPF



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Formação de Professores

Termo de Cessão de Direitos Sobre Depoimento Oral

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL – UERJ /FFP

1-Pelo presente documento, Luiza Helena B. Nogueira de Gama (nome),
brasileira (nacionalidade), divorciada (estado civil),
Funionária Pública (profissão), carteira de identidade nº 300882
emitida por Maringá do Brasil, CPF nº 638884327-15,
residente e domiciliado em Est. Francisco de Sá, nº 6661, casa 22
cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo ao **DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL** a totalidade de seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia 27/02/2018 na cidade Niterói, perante o (s) pesquisador (s) Jamille de A. Ferreira

2- Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá indefinidamente, o direito ao exercício pleno de seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3- Fica pois o **DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL** plenamente autorizado a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ ou no exterior.

Sendo esta forma legítima e eficaz que representa legalmente nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Niterói - RJ, 27/02/2018
Local Data

Luiz Felmahn Gama
DEPOENTE

Jamille de Almeida Ferreira
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

TESTEMUNHAS:

.....
NOME LEGÍVEL- CPF

.....
NOME LEGÍVEL- CPF

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Formação de Professores
Programa de Pós-Graduação em História Social

Termo de Cessão de Direitos Sobre Depoimento Oral

**CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA O DEPARTAMENTO DE
PGEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL – UERJ /FFP**

1-Pelo presente documento, Iza de Almeida Rowlands.....(nome),
Brasileira..... (nacionalidade), solteira..... (estado civil),
Polícia Pública (profissão), carteira de identidade nº 42208.....
emitida por Ministério da Aeronáutica, CPF nº 02517043787.....,
residente e domiciliado em Rua Cel. Moura Cesar 126 - 1004 Jacaratiuba - Niterói
cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo ao **DEPARTAMENTO
DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL** a totalidade
de seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia
17/05/18..... na cidade Niterói....., perante o (s) pesquisador
(s) Jamylle de A. Ferreira.....

2- Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de
que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que
trata este termo, terá indefinidamente, o direito ao exercício pleno de seus direitos
morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por
ocasião de qualquer utilização.

3- Fica pois o **DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA SOCIAL** plenamente autorizado a utilizar o referido depoimento, no todo
ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/
ou no exterior.

Sendo esta forma legítima e eficaz que representa legalmente nossos interesses, assinam
o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Niterói - RJ....., 17 de Maio de 2018
Local Data

Iza de Almeida Rowlands
DEPOENTE

Jamylle de A. Ferreira
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

TESTEMUNHAS:

Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos
NOME LEGÍVEL- CPF
317031007/00

JAMYLE DE A. FERREIRA
NOME LEGÍVEL- CPF 102568547-42

ANEXO 1: Certidão de Casamento 1865

Fortunato
Ribeiro de
Guimarães
e Theresa
Antonia
das Chagas



Reverendo o Livro de registro de Casamento, N° 1, às folhas 85, da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ, extraí o seguinte teor abaixo:

"Aos trinta dias do mez de Abril de mil oitocentos e sessenta e cinco, digo, de sessenta e seis, no oratório privado do [ilegível] Manoel Ferreira Monteiro, sito no lugar do Imbuhy desta Freguezia de S. Sebastião de Itaipu, attenta a previa licença, depois de proclamadas, confessadas e preenchidas as demais formalidades prescriptas pelo Conc. de Trent. Const. do Bisp. Rit. Rom. e Lei civil a respeito, pelas cinco horas da tarde, receberam-se em Matrimonio em minha presença, e das testemunhas Manoel Ferreira Monteiro e João José Viçoso, abaixo assignadas, Fortunato Ribeiro de Guimarães, filho legitimo de Manoel Ribeiro e Joaquina de Oliveira, natural e baptizada na Freguezia de Santa Maria, Bispado de Guimarães do Reino de Portugal, e Theresa Antonia das Chagas, filha legitima de Antonio Francisco das Chagas, já falecido, e de Margarida Antonia das Chagas, natural e baptizada nesta Freguezia de São Sebastião de Itaipu, onde ambos são moradores, e lhes dei as bênçãos nupciais, do que para constar lavrei este termo que assigno.

O Vigário José Antonio Teix. Pamerim."

CERTIDÃO EMITIDA PARA FINS DE PESQUISA GENEALÓGICA.

E eu, Pe. Adriano Rodrigues Maciel, Belmonte o transcrevi e, em duas vias de igual teor, emiti.

Ita se fide.

Niterói, 25 de agosto de 2013.



Adriano Rodrigues Maciel
Pe. Adriano Rodrigues Maciel
Chanceler do Arcebispado

ANEXO 2: Certidão de Batismo 1881

Alvaro
Filho
legítimo de
Mancel José
da Silva
Ramos e
Adelaide
Antônia
Viçosa
Ramos



Revendo o Livro de registro de Batismo, N° 7, às folhas 106v, da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ, extraí o seguinte teor abaixo:

"Aos vinte quatro dias do mez de Abril de mil oitocentos e oitenta e um, na Matriz de Itaipu, baptisei solemnemente ao innocente Alvaro, nascido a vinte de Dezembro de mil oitocentos e oitenta, filho legítimo de Mancel José da Silva Ramos e sua mulher Adelaide Antonia Viçosa Ramos, sendo protetora Nossa Senhora e padrinho João José Viçoso, o que para constar lavrei este termo que assigno.

O Vigário José de Castro e Silva."

CERTIDÃO EMITIDA PARA FINS DE PESQUISA **GENEALÓGICA**

E eu, Pe. Adriano Rodrigues Maciel, fielmente o transcrevi e, em duas vias de igual teor, emiti.

Ita in fide.

Niterói, 25 de agosto de 2015.



Adriano Rodrigues Maciel
Pe. Adriano Rodrigues Maciel
Chanceler do Arcebispado

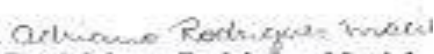
Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

ANEXO 3: Certidão de Batismo 1883

Francisco Filho legítimo de Manoel José da Silva Ramos e Adelaide Viçoso Ramos	 ARQUIDIOCESE DE NITERÓI Revendo o Livro de registro de Batismo, N° 7, às folhas 135, da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ, extraí o seguinte teor abaixo: "Aos oito dias do mez de Abril de mil oitocentos e oitenta e tres, na Igreja Matriz de São Sebastião de Itaipú, baptizei solemnemente e euz os Santos Oleos ao innocente Francisco, nascido a quatro de Junho do anno preterito, filho legítimo de Manoel José da Silva Ramos e Adelaide Viçoso Ramos, avós paternos Antonio José da Silva e Maria Francisca dos Santos e maternos, Sotero José Viçoso e Delphina Maria dos Santos, sendo seus padrinhos Saturnino José Viçoso e Januarina Maria da Conceição, o que tudo para constar lavrei este termo que assigno. O Vigário José de Castro e Silva.* <u>CERTIDÃO EMITIDA PARA FINS DE PESQUISA</u> <u>GENEALÓGICA</u> E eu, Pe. Adriano Rodrigues Maciel, fielmente o transcrevi e, em duas vias de igual teor, emiti. <i>Ita in fide.</i>  Niterói, 25 de agosto de 2015. <i>Pe. Adriano Rodrigues Maciel</i> Pe. Adriano Rodrigues Maciel Chanceler do Arcebispado
---	---

Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

ANEXO 4: Certidão de Batismo 1885

Delphina Filha legítima de Manoel José da Silva Ramos	 ARQUIDIOCESE DE NITERÓI
	Revendo o Livro de registro de Batismo, Nº 2, às folhas 15, da Paróquia de São Sebastião de Itaipú, Niterói-RJ, extraí o seguinte teor abaixo:
	"Aos sete dias do mez de Junho de mil oitocentos e oitenta e cinco nesta Matriz de Itaipú, baptisei solemnemente e puz os Santos Oleos a innocente Delphina, nascida a onse de Setembro de mil oitocentos e oitenta e tres, filha legítima de Manuel José da Silva Ramos e Adelaide Antonio Viçoso Ramos, avós paternos Antonio José da Silva e Maria Francisca dos Santos Silva e maternos Sotero José Viçoso e Delphina do Espirito Santo, sendo padrinhos Francisco Ferreira de Almeida e Januaria Maria da Conceição, o que para constar lavrei este termo que assigno.
	O Vigário José de Castro e Silva."
	<u>CERTIDÃO EMITIDA PARA FINS DE PESQUISA</u> <u>GENEALÓGICA</u> E eu, Pe. Adriano Rodrigues Maciel, fielmente o transcrevi e, em duas vias de igual teor, emiti: <i>Ita in fide.</i> Niterói, 25 de agosto de 2015.  Pe. Adriano Rodrigues Maciel Chanceler do Arcebispado 

Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

ANEXO 5: Certidão de Batismo 1882



Revendo o Livro de registro de Batismo, Nº 7, às folhas 129, da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ, extrai o seguinte teor abaixo:

Arminda
Filha de
João Pereira
Ramos e
Delfina
Menezes
Ramos

"Aos desenove dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e oitenta e dous, o Reverendissimo Vigário da da freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Jurujuba, Padre Venancio Luis Telles Barreto, baptizou em sua Freguezia, solemnemente e pos os Santos Oleos à innocente Arminda, nascida a trinta de Julho do corrente anno, filha legitima de João Pereira Ramos e Delfina Menezes Ramos, forão padrinhos João Francisco da Cruz e Leopoldina Froes da Cruz, o que tudo para constar lavrei este termo que assigno.

O Vigário José de Castro e Silva."

CERTIDÃO EMITIDA PARA FINS DE PESQUISA **GENEALÓGICA**

E eu, Pe. Adriano Rodrigues Maciel, fielmente o transcrevi e, em duas vias de igual teor, emiti.

Ita in fide.

Niterói, 25 de agosto de 2015.



Adriano Rodrigues Maciel
Pe. Adriano Rodrigues Maciel
Chanceler do Arcebispado

Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

ANEXO 6: Certidão de Casamento 1940

Hugo
Cimas de
Carvalho e
Martinha
Rosa



Revendo o Livro de registro de Casamento, N° 3, às folhas 93v, da Paróquia São Sebastião de Itaipu, Niterói-RJ, extrai o seguinte teor abaixo:

*Aos vinte e oito do mez de Setembro de mil novecentos e quarenta, na Capela N. Sra. da Penha, de Barra de Piratininga, filial a esta Matriz de S. Sebastião de Itaipu pelas oito horas da manhã, perante o Revendo Padre Pedro Martinotti, e das testemunhas Honorio da Costa Oliveira e Albertina de Oliveira, depois das habilitações canonicas, e não havendo impedimento algum, receberam-se em Matrimonio perante a Igreja, o Sr Hugo Cimas Carvalho e Martinha Rosa; elle com quarenta e dois annos de idade, solteiro, natural de Niteroi, filho de legitimo de Francisco Lessa de Carvalho e Flora Cimas Carvalho, freguez desta paróquia, residente no forte do Imbuhy, batizado na Igreja da Immn. Conceição da Varzea de Jurujuba; ella, com trinta e cinco annos de idade, solteira, filha de Luiz Rosa, e Izidora Souza, natural desta cidade de Niteroi, e residente nesta freguezia, batizada na Igreja Matriz do Saco de S. Francisco. Unidos pelo civil em vinte e três de Agosto de mil novecentos e vinte. Elles tem nove filhos - Silvio - Nestor - Nelson - José Ary - Jorge - Luiz - Mauro - Uvacyr - Francisco. - E para constar lavrei e assinei o presente termo.

O Vigario pe. Francisco Arloth."

CERTIDÃO EMITIDA PARA FINS DE PESQUISA GENEALÓGICA.

E eu, Pe. Adriano Rodrigues Maciel, fielmente o transcrevi e, em duas vias de igual teor, emiti.

Ita in fide.



Niterói, 25 de agosto de 2015.

Adriano Rodrigues Maciel
Pe. Adriano Rodrigues Maciel
Chanceler do Arcebispado

Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

ANEXO 7: Escritura de Venda de Escravo 1874

ARQUIVO PÚBLICO
CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimen-
to de SYLVIO BRAGA E COSTA, protocolado neste Arquivo Público no
dia vinte e dois (22) de setembro de mil novecentos e sessenta e
um (1961), sob o número de ordem hum mil quinhentos e setenta e
um (1571), CERTIFICO que, revendo o livro de registro -
de terras da Freguezia de Jurujuba, à fôlha onze (11), aqui exis-
tente, verifiquei constar o seguinte registro que passo a trans-
crever em seu inteiro teor: - " Rescriptura de venda de escravo -
que faz Manoel Ferreira Monteiro à Jose Marianno da Silva paga e
quitação na forma abaixo. Saibão quantos esta wirem que no anno
do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e
setenta e quatro aos vinte e um dias do mez de Fevereiro n'esta
Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Jurujuba em meu Carto-
rio compareceo justos e contratados como outorgante vendedor Ma-
noel Ferreira Monteiro morador no lugar denominado Imbuin Fregue-
zia de Itaipú, e como outorgado comprador José Marianno da Silva
morador na Jurujuba freguezia do mesmo nome, pessoas reconheci-
das de mim Escrivão e das duas testemunhas abaixo assignadas, do
que dou fe, perante as quaes pelo outorgante foi dito que era le-
gitimo Senhor e possuidor do escravo de nome Silvino pardo de
trinta e oito annos de idade solteiro Pescador o qual faz parte
dos bens por este outorgante hypothecados ao Coronel Francisco An-
tonio de Almeida cuja venda faz com o consentimento do referido
credor hypothecario, por essa forma livre e desembaraçado de
qualquer encargo judicial, com todos os schagues novos e velhos
disse tinha justo vendel-o como de facto vendido tem de hoje pa-
ra sempre do outorgado comprador pela quantia de um conto e nove
centos mil reis, que n'este recebo do outorgado em moeda corren-
te, contou e achou certa do que dou fe, por isso lhe dava plena
e geral quitação d'esta quantia para mais não lhe ser pedida por

Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525



Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

**ANEXO 9: Solicitação do Exército para passar Cabo Telegráfico pelo
Terreno de Morador 1915**

 COMANDO DA REGIÃO MILITAR	
N.	<i>48473</i>
Objecto	<i>Carta em 2 folhas 30 74</i> (Anexo 9)
	<i>Outubro de 1915.</i>
Faz uma solicitação.	O Major Leopoldo Portas do Amaral Chefe do Serviço de Engenharia e Comunicação, ao Sr. Fernando Macho de Simas. Senhor.
Tendo esta Região iniciado os trabalhos da linha de alta tensão para a Fortaleza de Imbuhy e havendo conveniência no traçado, passando por terrenos de <u>vossa propriedade</u>, peço-vos a necessária permissão para o as- sentamento de tres pontes no referido terreno. Saúde e fraternidade. <i>Leopoldo Portas do Amaral</i> <i>Maj. Chefe do serviço de engenharia e</i> <i>comunicação.</i> <i>Choo. 7</i>	

Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

ANEXO 10: Anúncio feito pelo TENENTE CORONEL Francisco Antonio Tourinho no Jornal do Commercio de 12/12/1849.

O TENENTE CORONEL Francisco Antonio Tourinho viu e admirou o annuncio do illm. Sr. tenente Felippe Barbosa da Fonseca, inserto no *Jornal do Commercio* de 2 do corrente, dirigido aos arrendatarios da fazenda da barra de Piratininga e Imbuhy: elles sabem de quem recebêrão os arrendamentos e o seu dever. Oh! os direitos do Sr. Felippe são excellentes!!! Entretanto vá pagando as custas das suas causas perdidas.... E por agora unicamente se lhe responde com a publicação do seguinte

DOCUMENTO.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1843 annos, aos 31 dias do mez de outubro do dito anno, nesta imperial cidade de Niteroehy, em o lugar denominado — Fazenda da Barra de Piratininga —, freguezia de S. Sebastião de Itaipú, termo desta mesma cidade, onde eu escrivão ao diante nomeado fui vindo com o official de justiça servindo de porteiro dos auditorios, no impedimento do respectivo, Leopoldino Antonio de Oliveira, para o fim de ser dada a posse da mesma fazenda a Sotero Cayo Monteiro, seus irmãos e cunhado; e sendo ahi por José Joaquim Cayo Monteiro, me foi apresentado o mandado retro escripto por mim escrivão, e assignado pelo juiz municipal o Dr. Luiz Francisco da Camara Leal, e logo pelo dito porteiro interino foi dada a posse civil, real, natural e corporal da mesma fazenda e seus rendimentos ao dito José Joaquim Cayo Monteiro, por si e como procurador de seus irmãos e cunhado, da mencionada Fazenda da Barra de Piratininga, todos os seus fructos e rendimentos em cumprimento do mandado retro, cuja posse civil, real, natural e corporal tomou o mesmo José Joaquim Cayo Monteiro por si e como procurador de seus ditos irmãos e cunhado, mansa e pacificamente atirando terra ao ar, e praticando todos os actos possessorios da lei e estylo, e essa posse a dei tanto quanto posso e me é permitido por direito e decretos judiciais a respeito. Forão testemunhas presentes a este acto Antonio José de Abreu Silva e Adeodato Pereira de Marins, moradores do mesmo lugar, e reconhecidos de mim escrivão, do que dou fé, e para constar lavro este auto, em que assignou o empesado por si e como procurador de seus irmãos e cunhado com o porteiro e testemunhas E eu Thomaz Antonio Alves de Mattos, escrivão, o escrevi e assigno.— José Joaquim Cayo Monteiro.— Antonio José de Abreu e Silva.— Adeodato Pereira de Marins.— Leopoldino Antonio de Oliveira.— Thomaz Antonio Alves de Mattos.

Jornal do Commercio, 12/12/1849, p. 3.

ANEXO 11: Anúncio feito pelo TENENTE Felipe Barbosa da Fonseca no Jornal do Commercio de 02/12/1849.

O TENENTE Felipe Barbosa da Fonseca, por cabeça de sua mulher D. Delphina Rosa da Silveira, unica herdeira dos encapellados por D. Ursula da Silveira, deparando com um annuncio do tenente-coronel Francisco Antonio Tourinho, impresso no *Jornal do Commercio* de 15 do corrente, em que elle na qualidade de herdeiro do major Sotero Cato Monteiro convida aos arrendatarios das fazendas da barra de Pertinanga e Imboy a irem lhe pagar os arrendamentos vencidos, e tratar com elle o que lhes convier, declara aos mesmos que este convite é capcioso, e contra elle protesta, porque, comquanto se mandasse conservar os herdeiros daquelle Sotero na mera detenção em que estava seu pai, todavia não dá direito este acto a seus herdeiros de receberem arrendamentos e di-pôrem de cousa alguma, porque todos esses bens *estão litigiosos* por bem de uma acção de libello civil de habilitação e petição de herança e reivindicação, e que está pendente no juizo municipal de Nitherohy; e que por isso aquelles que lhes fizerem quaesquer pagamentos e ajustes ficão na responsabilidade de os fazerem de novo ao annunciante, que protesta contra taes actos, e assim os previne para não praticarem actos nullos, e por ventura criminosos; e para que ninguem se chame á ignorancia, faz o presente annuncio. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1849.

Jornal do Commercio, 02/12/1849, p. 3

ANEXO 12: Alcides Bezerra pede informações aos genealogistas brasileiros sobre os descendentes dos "Gagos da Camara".

UM APPELLO AOS GENEALOGISTAS BRASILEIROS

Os descendentes de Pero Gago — — da Camara — —

O Gabinete Portuguez de Leitura, benemerita associação desta cidade, para attender a um pedido vindo do Portugal, está empenhado em apurar o que consta nos archivos brasileiros a respeito de Pero Vaz da Camara, para aqui vindo em cerca de 1600, bem como o que houver tocante aos seus descendentes. O Archivo Nacional, em virtude de solicitação do Gabinete, vai estudar o assumpto. Mas, a natureza deste não dispensa a collaboração dos genealogistas brasileiros, que bem podem prestar um serviço aos seus collegas transatlânticos, dando quaesquer informes sobre os membros brasileiros da familia Gago da Camara.

Ignoramos o fim para que fazem em Portugal, esses estudos; todavia não é difficil conjecturar, estando em jogo o appellido Gago. Não quererão os Gago da Camara ser parentes de Gago Coutinho? Haverá, por ventura, entre os ascendentes deste glorioso Almirante algum brasileiro? Também não pertencerá a essa familia o nosso grande naturalista Arruda Camara?

Os dados que o Gabinete offereceu ao Archivo Nacional são os seguintes que, a seu pedido, divulgamos, com a seguinte carta do Dr. Alcides Bezerra:

"Sr. Redactor — Meus cumprimentos — Pego-lhe o especial obsequio de mandar, pelo "Jornal do Brasil", divulgar a inclusa noticia sobre os documentos de Pero Gago da Camara.

E' um appello aos genealogistas brasileiros, feito para servir a confrades portuguezes, empenhados em deslinhar a arvore dessa familia, que também deita galhos pelo Brasil.

Aqui, no Archivo, já encontramos varias referencias a essa gente Gago da Camara, que, no começo do seculo XVIII, occupava elevados postos militares na colonia.

Appellos semelhantes, um dos quaes feito ha bem pouco pelo seu brilhante jornal, tem dado optimos resultados.

A's vezes um collaborador desconhecido dá uma boa pista para se esclarecer um assumpto dessa natureza.

Desde já se confessa grato o confrade, amo. e ocredo. — Alcides Bezerra".

Christo, Livro 263, fol. 450 v. e 460, e Livro 267, fol. 249 v.).

3 — Pero Gago da Camara, casou com Ignez de Andrade Setco Mayor (ver habli de Carlos Manuel Gago da Camara e mais documentos citados no numero 2) sua prima em 4º grão, por serem ambos bisnetos de Diogo Pontes Maciel, paes de Maria Cardoso e de Isabel Sotto Mayor, avós de Pero Gago e de Ignez de Andrade.

Teve de sua mulher os seguintes filhos:

a) Francisco Gago da Camara, moço fidalgo da Casa Real.
b) Ignacio Gago da Camara, idem.

c) Sebastião Gago da Camara, Pae de Carlos Manuel Gago da Camara, que segue.

d) Lopo Gago da Camara.

4 — Sebastião Gago da Camara. Ver o capitulo no paragrapho referente a Pero Gago da Camara, filho de Ruy Gago da Camara, os documentos que se encontram no Archivo da Marinha e do Ultramar, referentes a este Sebastião Gago da Camara e a seu filho Carlos Manuel.

Foi morador no Rio de Janeiro, onde casou e enviuvou, indo depois para a Bahia, onde teve de D. Eugenia Telles da Silva ou de Menezes, (fidalgua filha do Capitão Manuel da Fonseca Saralva Doria e de D. Clara Coutinho de Lacerda, sua mulher e neta de Manuel Teles Barbuda) um filho chamado Carlos Manuel Gago da Camara, que foi legitimado por carta régia.

5 — Carlos Manuel Gago da Camara, Coronel. Tinha 36 annos em 1773, natural da freguezia de S. Gonçalo Nossa Senhora de S. Francisco Reconçavo da Bahia.

Familiar do Santo Officio (maço 5, DIL 61). Consta dos documentos que citamos. Em 1774 estava em Lisboa, onde casou com D. Juliana Josepha Tomasini, natural da cidade de Jiorna, ducado de Toscana. Sua mãe casou-se com Francisco Barreto de Vasconcellos.

1 — Pero Gago da Camara, natural da Ilha de S. Miguel (Açores).

Moço fidalgo da Casa Real; foi para o Rio de Janeiro com sua família cerca de 1600. Foi durante trinta annos, Capitão de Infantaria da Capitania do Rio de Janeiro e do Forte de Santa Cruz. (Livro 1 das Portarias do Reino, fols. 103 v. e 104). Em 1639 foi nomeado Capitão de Infantaria da Companhia do presidio do Rio de Janeiro, por morte de João do Porto (Chanc. D. Philippe III, Livro 28, fols. 256). Morreu na Armada do Marquez de Montalvão.

Filhos: a) — Ignacio Gago da Camara; serviu durante dez annos, na Capitania do Rio de Janeiro. Cavalleiro de Christo (1643), (maço 87 N. 95). Encontrava-se em Lisboa em 1643, vindo para as fronteiras do Alemtejo, onde assentou praça de soldado e Capitão, prestando muitos serviços nas fronteiras, contra os hespanhoes. Em 1647 embarcou para o Brasil, commandando uma Companhia que trouxera do Alemtejo, na Armada do Conde de Villa-Pouca, para ir defender o Rio de Janeiro contra os holandezes. Em 1648 voltou ao Reino, mas parando na Ilha Terceira, foi, pelo Capitão-mór das naus da India, Dom Diogo de Almeida, nomeado capitão da guarnição da mesma ilha. Em 1649 voltou ao Reino, assentando praça de soldado em 16 de Junho numa das Companhias do terço do Mestre de Campo, Gonçalo Vaz Coutinho, indo combater para o Alemtejo, onde se distinguiu em Atalaya, a meia legua de Badajoz (Livro 8 das Portarias do Reino, fols. 8 v.).

Em 1650 embarcou para o Brasil, como Capitão de Mar e Guerra, commandando o Galeão Concelção (Chanc. D. João IV — Livro 15 fols. 286).

Em 1656 já havia morrido, segundo uma carta passada a sua viuva, D. Sebastiana de Oliveira (Livro 3 Portarias do Reino, fols. 294 v. e 295). Foi moço Fidalgo da Casa Real e da Casa de Angeja. (Ver ainda portarias do Reino, Livro II fols. 299 e Livro III, 8v. e 9).

b) — Lopo Gago da Camara, que consta de alguns documentos referentes a seus descendentes.

2 — Lopo Gago da Camara, casou com D. Ursula da Silveira (ver habilitação a familiar do Santo Officio, maço 5, Deligencia 61 de seu bisneto Carlos Manuel Gago da Camara, a habilitação do mesmo, da Ordem de Christo, maço 8, N.º 1 e as mercês de D. Pedro II, Livro 13 fols. 123 e 123 v.).

Foi proprietario da Fabrica ou Engenho de Assucar de Pertiminga, que herdaram e exploraram seus filhos.

Filhos: a) Pero Gago da Camara. Nasceu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e foi baptizado na Capella de Nossa Senhora do Bom-successo de Itaque. Moço Fidalgo da Casa Real.

b) Luis Gago da Camara. Explorou com seu irmão a fabrica de assucar que pertencia a seu pai, no Rio de Janeiro. Nasceu na freguezia de S. Gonçalo, tendo servido na Camara da mesma cidade. Foi avô de Luis Gago da Camara da Silveira Viegas, segundo se vê da habilitação á ordem de Christo desta. (Maço 1 n.º 11, anno de 1754).

Luis Gago da Camara Viegas era natural do Rio de Janeiro, filho do alferes José Viegas Lisboa, natural de Portugal, e de D. Maria da Silveira e Camara; neto paterno de Domingos Viegas, natural de Santo Antonio do Tojal, e de Brigida das Neves, natural de Cascaes; neto materno de Luis Gago da Camara, natural do Rio de Janeiro, fidalgo, e de D. Luisa de Marinho, também natural do Rio de Janeiro, freguezia de S. Gonçalo.

Como era nobre só pela mãe e porque seu avô paterno, Domingos Viegas, exercera em Portugal o officio de tanceiro, Luis Gago da Camara Viegas teve de ter uma dispensa Real para entrar na Ordem de Christo. (Ver mais Chanc. antiga de

ANEXO 13: Família Carvalho no Almanak Laemmert - Séc. XIX

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).	
Vigario.	Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.
Padre Celestino Otero, Vargem.	Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.
Subdelegado.	Pedro José Leite, S. Francisco.
Antonio José de Carvalho, Vargem.	Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6. Arêa-Grossa.
Suplentes.	Negociantes de seccos e molhados.
1.º João José da Costa Velho, Icarahy.	Antonio Luiz Travassos, Vargem.
2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º Vagos.	Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.
Escrivão.	José Luiz Travassos, Vargem.
Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.	Leopoldino Rodrigues de Moraes, Jurujuba.
Juizes de Paz.	Luiz Francisco, Jurujuba.
João Jorge Vidal, na Charita (Sacco de S. Francisco).	Manoel Chaves, Vargem.
Antonio José de Carvalho, Vargem.	Pescaria em grande escala.
Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Arêa-Grossa.	Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.
José Felipe Nery, Jurujuba.	José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.
Escrivão.	José Felipe Nery, Jurujuba.
José Joaquim Alves, Vargem.	Lucidio Eusebio de Souza, Jurujuba.
Fiscal.	Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
Manoel José Dutra, Itaipú.	Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.
Proprietarios.	Medicos.
Antonio José de Carvalho, Vargem.	Dr. José Teixeira de Souza, 3, 6, Hospital Maritimo.
Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.	Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Maritimo.
José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.	Professores Publicos de primeiras letras
João Francisco da Cruz, Cachoeira.	Justino José de Oliveira Junior, Charita.
João Nepomuceno de Souza, Charita.	Manoel Maria de Brito Villar, 3, 6, Parada.
Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.	
José Duarte Galvão Junior, 5, Pendotiba.	

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1863, p.76.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

Vigario.

Padre Celestino Otero, Vargem.

Subdelegado.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Suplentes.

1.º João José da Costa Velho, Saco de S. Francisco.

2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º Vagos.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

João Jorge Vidal, na Charita (Sacco de S. Francisco).

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Arêa-Grossa.

José Felipe Nery, Jurujuba.

Escrivão.

José Joaquim Alves, Vargem.

Fiscal.

Manoel José Dutra, Itaipú.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachocira.

João Nepomuceno de Souza, Charita.

Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.

José Duarte Galvão Junior, 5, Pendotiba.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.

Pedro José Leite, S. Francisco.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Arêa-Grossa.

Monoel José da Silva Castro e Abreu, Praia da Horta.

Negociantes de seccos e molhados.

Antonio Luiz Travassos, Vargem.

Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.

José Luiz Travassos, Vargem.

Luiz Francisco, Jurujuba.

Manoel Chaves, Vargem.

José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco.

Pescaria em grande escala.

Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.

José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.

José Felipe Nery, Jurujuba.

Licídio Eusebio de Souza, Jurujuba.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.

Medicos.

Dr. José Teixeira de Souza, 3, 6, Hospital Maritimo.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Maritimo.

Professores Publicos de primeiras letras

Manoel Maria de Brito Villar, 3, 6, Parada.

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1864, p.77

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

Vigario. Padre Celestino Otero, Vargem.	Negociantes de seccos e molhados. Antonto José Nogueira, Charita.
Subdelegado. Antonio José de Carvalho, Vargem.	Antonio Luiz Travassos, Vargem.
Suplentes. 1.º João José da Costa Velho. 2.º Raymundo José de Menezes Fróes. 3.º a 6.º Vagos.	Antonio Nunes de Souza, Jurujuba. José Luiz Travassos, Vargem. José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco. Luiz de Fontes Soares, Vargem. Luiz Francisco, Jurujuba. Manoel Chaves & C., Vargem. Thomaz Luiz Travasso Junior.
Escrivão. Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.	Pescaria em grande escala. Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba. José Rodrigues de Moraes, Jurujuba. José Felipe Nery, Jurujuba. Lucidio Eusebio de Souza, Jurujuba. Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo. Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.
Juizes de Paz. Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba. Luiz José de Men ^{ca} Fróes, Sacco de S. Fran ^{co} . José Felipe Nery, Jurujuba. Padre Celestino Otero, Vargem. Escrivão. José Joaquim Alves, Vargem.	Medico. Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Marítimo.
Fiscal. João José Vidal.	Professores Publicos de primeiras letras Manoel Maria de Brito Villar, 3, 6, Parada. Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba. D. Maria Carolina Alves, Parada.
Inspectores de Quarteirão. Jorge José de Carvalho. Luiz José de Carvalho. João José da Costa Rabello. Manoel José da Silva Castro Abreu. Luiz Diogo da Rocha. João José Damaceno.	Lavradores. Antonio Francisco Matheus, Pendotiba. Caetano Luiz Machado, Cachoeira. Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba. João José da Costa Velho, S. Francisco. Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba. João Antonio Henriques, S. Francisco. José Telles de Faria, Cachoeira. Luiz Antonio da Costa, Pendotiba. Manoel José da Silva Castro e Abreu, Praia da Horta. Salvador Corrêa.
Proprietarios. Antonio José de Carvalho, Vargem. Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6. Arêa-Grossa. Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo. Hippolyto Leite Pereira, Vargem. João Francisco da Cruz, Cachoeira. José Antonio de Andrade Bastos, Vargem. José Duarte Galvão Junior, 5, Pendotiba. Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco. Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem. Monoel José da Silva Castro e Abreu, Praia da Horta. Mariano José de Almeida, Sanbangoyá. Pedro José Leite, S. Francisco.	

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

Vigário.

Padre Celestino Otero, Vargem.

Subdelegado.~~Antonio José de Carvalho, Vargem.~~**Supplentes.**

1.º João José da Costa Velho.

2.º Raymundo José de Menezes Fróes.

3.º a 6.º Vagos.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Fran^{co}.

José Felipe Nery, Jurujuba.

Padre Celestino Otero, Vargem.

Escrivão. José Joaquim Alves, Vargem.**Fiscal.**

João José Vidal.

Inspectores de Quarteirão.~~Jorge José de Carvalho.~~~~Luiz José de Carvalho.~~

João José da Costa Rabello.

Manoel José da Silva Castro Abreu.

Luiz Diogo da Rocha.

João José Damaceno.

Proprietários.~~Antonio José de Carvalho, Vargem.~~~~Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6. Arêa-~~
~~Grossa.~~~~Francisco Jorge de Carvalho, Peixe Gallo.~~

Hippolyto Leite Pereira, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachoeira.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.

Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem

Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.

Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de seccos e molhados.

Antonto José Nogueira, Charita.

Antonio Luiz Travassos, Vargem.

Antonio Machado de Medeiros, Pendotiba.

Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.

Camillo da Silva Borges, Charita.

Duarte & Alves Pereira, Pendotiba.

João Pereira Soares, Maceió.

José Luiz Travassos, Varzêa.

José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco.

Luiz de Fontes Soares, Varzêa.

Luiz Francisco, Jurujuba.

Thomaz Luiz Travasso Junior.

Vidal & Irmãos, Charita.

Padarias.

Custodio José Barboza.

Joaquim José da Silva Moreira, Pendotiba.

Pescaria em grande escala.

Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.

José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.

José Felipe Nery, Jurujuba.

~~Lucidio Eusebio de Souza, Jurujuba.~~~~Francisco Jorge de Carvalho, Peixe Gallo.~~

Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.

Médico.Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital
Marítimo.**Professores Publicos de prim^{as} letras.**

Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba.

D^a Maria Carolina Alves, Parada.**Lavradores.**

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.

Caetano Luiz Machado, Cachoeira.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.

João Antonio Henriques, S. Francisco.

José Telles de Faria, Cachoeira.

Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.

Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Salvador Corrêa.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA)

Vigario.

Padre Celestino Otero, Vargem.

Subdelegado.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Supplentes.

- 1.º João José da Costa Velho.
- 2.º Raymundo José de Menezes Fróes.
- 3.º a 6.º Vagos.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
 Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Fran^{co}.
 José Felipe Nery, Jurujuba.
 Padre Celestino Otero, Vargem.
 Escrivão. José Joaquim Alves, Vargem.

Fiscal.

João José Vidal.

Inspectores de Quarteirão.

Jorge José de Carvalho.
 Luiz José de Carvalho.
 João José da Costa Rabello.
 Manoel José da Silva Castro Abreu.
 Luiz Diogo da Rocha.
 João José Damaceno.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.
 Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6. Arêa-Grossa.
 Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
 Hippolyto Leite Pereira, Vargem.
 João Francisco da Cruz, Cachoeira.
 José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.
 Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.
 Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.
 Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.
 Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
 Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.
 Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de seccos e melhados.

Antonto José Nogueira, Charita.
 Antonio Luiz Travassos, Vargem.
 Antonio Machado de Medeiros, Pendotiba.
 Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.
 Camillo da Silva Borges, Charita.
 Duarte & Alves Pereira, Pendotiba.
 João Pereira Soares, Maceió.
 José Luiz Travassos, Varzêa.
 José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco.
 Luiz de Fontes Soares, Varzêa.
 Luiz Francisco, Jurujuba.
 Thomaz Luiz Travasso Junior.
 Vidal & Irmãos, Charita.

Padarias.

Custodio José Barboza.
 Joaquim José da Silva Moreira, Pendotiba.

Pescaria em grande escala

Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.
 José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.
 José Felipe Nery, Jurujuba.
 Lucidio Ensebio de Souza, Jurujuba.
 Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
 Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.

Medicos.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Maritimo.

Dr. José Teixeira de Souza, 3, 6.

Professores Publicos de prim^{as} letras.

Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba.
 D. Maria Carolina Alves, Parada.

Lavradores.

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.
 Gaetano Luiz Machado, Cachoeira.
 Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
 Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.
 João Antonio Henriques, S. Francisco.
 José Telles de Faria, Cachoeira.
 Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.
 Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
 Salvador Corrêa.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA) (*).

Vigario.

Padre Celestino Otero, Vargem.

Subdelegado.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Supplentes.

1.º João José da Costa Velho.

2.º Raymundo José de Menezes Fróes.

3.º a 6.º Vagos.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Fran^{co}.

José Felipe Nery, Jurujuba.

Padre Celestino Otero, Vargem.

Escrivão. José Joaquim Alves, Vargem.

Fiscal.

João José Vidal.

Inspectores de Quarteirão.

Jorge José de Carvalho.

Luiz José de Carvalho.

João José da Costa Rabello.

Manoel José da Silva Castro Abreu.

Luiz Diogo da Rocha.

João José Damaceno.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Dr. Bento Maria da Costa, nº 3, nº 6. Area-Grossa.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Hippolyto Leite Pereira, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachoeira.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.

Herdeiros de Jº Duarte Galvão J^{re}, Pend.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem

Man^{el} Jº da Sª Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.

Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de secco e molhados.

Antonto José Nogueira, Charita.

Antonio Luiz Travassos, Vargem.

Antonio Machado de Medeiros, Pendotiba.

Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.

Camillo da Silva Borges, Charita.

Duarte & Alves Pereira, Pendotiba.

João Pereira Soares, Maceió.

José Luiz Travassos, Varzêa.

José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco.

Luiz de Fontes Soares, Varzêa.

Luiz Francisco, Jurujuba.

Thomaz Luiz Travasso Junior.

Vidal & Irmãos, Charita.

Padarias.

Custodio José Barboza.

Joaquim José da Silva Moreira, Pendo iba.

Pescaria em grande escalat

Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.

José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.

José Felipe Nery, Jurujuba.

Lucidio Eusebio de Souza, Jurujuba.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Salvador Correa, Area-Grossa.

Medicos.

Dr. Bento Maria da Costa, nº 3, nº 6, Hospital Maritimo.

Dr. José Teixeira de Souza, nº 3, nº 6.

Professores Publicos de prim^{as} letras.

Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba.

D. Maria Carolina Alves, Parada.

Lavradores.

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.

Caetano Luiz Machado, Cachoeira.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.

João Antonio Henriques, S. Francisco.

José Telles de Faria, Cachoeira.

Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.

Man^{el} Jº da Sª Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Salvador Corrêa.

(*) Não podemos obter informações mais exactas desta Freguezia.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

Vigario Collado.

Padre Venancio Luiz Telles Barreto.

Subdelegado.

Augusto José de Carvalho, Vargem.

Supplentes.

- 1.º Caetano Luiz Machado, Pendotiba.
- 2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.
- 3.º Thomaz Luiz Travassos, Vargem.
- 4.º a 6.º Vagos.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Fran^{co}.
Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
José Felipe Nery, Jurujuba.
João Jorge Vidal, Charita.
Escrivão. Francisco Jorge Vidal, Charita.

Fiscal.

João Jorge Vidal, Charita.

Inspectores de Quarteirão.

Jorge José de Carvalho.
Luiz José de Carvalho.
João José da Costa Rabello.
Manoel José da Silva Castro Abreu.
Luiz Diogo da Rocha.
João José Damaceno.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.
Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6. Arêa-Grossa.
Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
Hippolito Leite Pereira, Vargem.
João Francisco da Cruz, Cachoeira.
José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.
Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.
Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.
Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.
Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.
Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de seccos e molhados.

Antonto José Nogueira, Charita.
Antonio Luiz Travassos, Vargem.
Antonio Machado de Medeiros, Pendotiba.
Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.
Camillo da Silva Borges, Charita.
Duarte & Alves Pereira, Pendotiba.
João Pereira Soares, Maceió.
José Luiz Travassos, Varzêa.
José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco.
Luiz de Fontes Soares, Varzêa.
Luiz Francisco, Jurujuba.
Thomaz Luiz Travasso Junior.
Vidal & Irmãos, Charita.

Padarias.

Custodio José Barboza.
Joaquim José da Silva Moreira, Pendotiba.

Pescaria em grande escala.

Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.
José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.
José Felipe Nery, Jurujuba.
Lucidio Euzebio de Souza, Jurujuba.
Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
Salvador Correa, Arêa-Grossa.

Medicos.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Maritimo.
Dr. José Teixeira de Souza, 3, 6.

Professores Publicos de prim^{as} letras.

Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba.
D. Maria Carolina Alves, Parada.

Lavradores.

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.
Caetano Luiz Machado, Cachoeira.
Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.
João Antonio Henriques, S. Francisco.
José Telles de Faria, Cachoeira.
Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.
Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
Salvador Corrêa.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).	
Vigario Collado.	Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
Padre Venancio Luiz Telles Barreto.	José Felipe Nery, Jurujuba.
Subdelegado.	João Jorge Vidal, Charita.
Antonio José de Carvalho, Vargem.	<i>Escrivão.</i> Francisco Jorge Vidal, Charita.
<i>Supplentes.</i>	Fiscal.
1.º Caetano Luiz Machado, Pendotiba.	João Jorge Vidal, Charita.
2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.	Inspectores de Quarteirão.
3.º Thomaz Luiz Travassos, Vargem.	Jorge José de Carvalho.
4.º a 6.º Vagos.	Luiz José de Carvalho.
<i>Escrivão.</i>	Daniel José Baptista.
Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.	Manoel José da Silva Castro Abreu.
Juizes de Paz.	Luiz Diogo da Rocha.
Luiz José de Men ^{es} Fróes, Sacco de S. Fran ^{co} .	João José Damasceno.
	E*

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1870, p.67.

68 PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.	
Proprietarios.	Padarias.
Antonio José de Carvalho, Vargem.	Custodio José Barboza.
Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6. Área-Grossa.	Joaquim José da Silva Moreira, Pendotiba.
Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.	Pescaria em grande escala.
Hyppolito Leite Pereira, Vargem.	Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.
João Francisco da Cruz, Cachoeira.	José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.
José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.	José Felipe Nery, Jurujuba.
Herdeiros de J ^o Duarte Galvão J ^o , Pend.	Lucidio Enzebio de Souza, Jurujuba.
Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.	Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.	Salvador Corrêa, Área-Grossa.
Man ^{el} J ^o da S ^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.	Medicos.
Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.	Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Marítimo.
Pedro José Leite, S. Francisco.	Dr. José Teixeira de Souza, 3, 6.
Negociantes de seccoos e molhados.	Professores Publicos de prim^{as} letras.
Antonto José Nogueira, Charita.	Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba.
Antonio Luiz Travassos, Vargem.	D. Maria Carolina Alves, Parada.
Antonio Machado de Medeiros, Pendotiba.	Lavradores.
Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.	Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.
Camillo da Silva Borges, Charita.	Caetano Luiz Machado, Cachoeira.
Duarte & Alves Pereira, Pendotiba.	Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
João Pereira Soares, Maceió.	Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.
José Luiz Travassos, Varzêa.	João Antonio Henriques, S. Francisco.
José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco.	José Telles de Faria, Cachoeira.
Luiz de Fontes Soares, Varzêa.	Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.
Luiz Francisco, Jurujuba.	Man ^{el} J ^o da S ^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
Thomaz Luiz Travasso Junior.	Salvador Corrêa.
Vidal & Irmãos, Charita.	

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1870, p.68.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

Vigário Collado.

Padre Venancio Luiz Telles Barreto.

Subdelegado.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Supplentes.

1.º Caetano Luiz Machado, Pendotiba.

2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.

3.º Thomaz Luiz Travassos, Vargem.

4.º a 6.º Vagos.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Fran^{co}.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

José Felipe Nery, Jurujuba.

João Jorge Vidal, Charita.

Escrivão.

Francisco Jorge Vidal, Charita.

Fiscal.

João Jorge Vidal, Charita.

Inspectores de Quarteirão.

Jorge José de Carvalho.

Luiz José de Carvalho.

Daniel José Baptista.

Manoel José da Silva Castro Abreu.

Luiz Diogo da Rocha.

João José Damaceno.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 5. Área-Grossa.

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1871, p.67.

68

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Hyppolito Leite Pereira, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachoeira.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.

Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem

Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.

Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de secco e molhados.

Antonio José Nogueira, Charita.

Antonio Luiz Travassos, Vargem.

Antonio Machado de Medeiros, Pendotiba.

Antonio Nunes de Souza, Jurujuba.

Camillo da Silva Borges, Charita.

Domingos Ferreira Pinto, Varzêa.

Duarte & Alves Pereira, Pendotiba.

Fortunato Ribeiro Guimarães, Charita.

João Pereira Soares, Maceió.

José Antonio Baptista, Jurujuba.

José Luiz Travassos, Varzêa.

José Narciso Leite, Sacco de S. Francisco.

Luiz de Fontes Soares, Varzêa.

Luiz Francisco, Jurujuba.

M^{el} Caetano de Almeida Principe, Pendotiba.

Manoel Tavares Moita, Jurujuba.

Thomaz Luiz Travasso Junior.

Padarias.

Frederico Lucidio de Souza.

Pescaria em grande escala.

Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.

José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.

José Felipe Nery, Jurujuba.

Lucidio Enzebio de Souza, Jurujuba.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.

Medicos.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Maritimo.

Dr. José Teixeira de Souza, 3, 6.

Professores Publicos de prim^{as} letras.

Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba.

D. Maria Carolina Alves, Parada.

Lavradores.

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.

Caetano Luiz Machado, Cachoeira.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.

João Antonio Henriques, S. Francisco.

José Telles de Faria, Cachoeira.

Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.

Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Salvador Corrêa.

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1871, p.68.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

(Não recebemos a rectificação.)

Vigário Collado.

Padre Venancio Luiz Telles Barreto.

Subdelegado.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Supplentes.

- 1.º Caetano Luiz Machado, Pendotiba.
- 2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.
- 3.º Thomaz Luiz Travassos, Vargem.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Luiz José de Men^{or} Fróes, Sacco de S. Fran.^{co}
Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
José Felipe Nery, Jurujuba.
João Jorge Vidal, Charita.

Escrivão.

Francisco Jorge Vidal, Charita.

Fiscal.

João Jorge Vidal, Charita.

Inspectores de Quarteirão.

Jorge José de Carvalho.
Luiz José de Carvalho.
Daniel José Baptista.
Manoel José da Silva Castro Abreu.
Luiz Diogo da Rocha.
João José Damaceno.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.
Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Arêa-Grossa.
Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
Hippolyto Leite Pereira, Vargem.
João Francisco da Cruz, Cachoeira.
José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.
Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.
Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.
Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem

Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.
Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de secos e molhados.

Fortunato Ribeiro Guimarães, Jurujuba,
Varzea, Charita, e S. Francisco.
José Antonio Baptista, Varzea.
José Luiz Travassos, Varzea.
Luiz de Fontes Soares, Varzea.
Luiz Francisco, Jurujuba.
Manoel Caetano de Almeida Principe, S.
Francisco. Charita, e Pendotiba.
Manoel Tavares Moita, Pendotiba.
Manoel Joaquim Lopes Maia, Cavallão.
Thomaz Luiz Travassos, Jurujuba.

Padaria.

Frederico Lucidio de Souza, Jurujuba.

Pescaria em grande escala.

Alferes Ignacio Botelho, Jurujuba.
José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.
José Felipe Nery, Jurujuba.
Lucidio Euzebio de Souza, Jurujuba.
Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.

Medico.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Maritimo.

Professores Publicos de prim^{as} letras.

Diogo Luiz da Rocha, Pendotiba.
D. Maria Carolina Alves, Parada.

Lavradores.

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.
Caetano Luiz Machado, Cachoeira.
Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.
João Antonio Henriques, S. Francisco.
José Telles de Faria, Cachoeira.
Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.
Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
Salvador Corrêa.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

Vigário Collado.

Padre Venancio Luiz Telles Barreto.

Subdelegado.

Tenente Caetano Luiz Machado, Pendotiba.

Supplentes.

- 1.º José Diogo Fróes da Cruz.
- 2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.
- 3.º Felix Francisco Jordão de Vargas.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Francisco.

Antonio José de Carvalho, Jurujuba.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

João José da Costa, Pendotiba.

Escrivão.

Julio José de Menezes Fróes.

Fiscal.

João Jorge Vidal, Charitas.

Inspectores de Quarteirão.

- 1.º Estanislão Velloso da Costa.
- 2.º José Gomes do Carvalho.
- 3.º Camillo José Guimarães.
- 4.º Carlos Estevão Corrêa.
- 5.º Francisco Joaquim de Moura Brito.
- 6.º Clementino Luiz do Nascimento.
- 7.º O mesmo, interino.
- 8.º João Francisco Matheus.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Arêa-Grossa.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.

Hippolyto Leite Pereira, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachoeira.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.

Man^{el} J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.

Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de seccos e molhados.

Antonio Luiz Travassos, Varzea.

Fortunato Ribeiro Guimarães, Jurujuba,

Varzea, Charitas, e S. Francisco.

João Domingues Ribeiro, Cavallão.

José Antonio Baptista, Varzea.

José Luiz Travassos, Varzea.

Luiz de Fontes Soares, Varzea.

Luiz Francisco da Silva, Jurujuba.

Manoel Caetano de Almeida Principe, S.

Francisco, Charitas, e Pendotiba.

Manoel Tavares Moita, Pendotiba.

Manoel Joaquim Lopes Maia, Cavallão.

Thomaz Luiz Travassos, Jurujuba.

Padaria.

José Gomes Miranda, Jurujuba.

Pescaria em grande escala.

Felix Ignacio Botelho, Jurujuba.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Hippolyto Rodrigues de Carvalho, Jurujuba.

FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

Vigario Collado.

Padre Venancio Luiz Telles Barreto.

Subdelegado.

Tenente Caetano Luiz Machado, Pendotiba.

Suplentes.

- 1.º José Diogo Fróes da Cruz.
- 2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.
- 3.º Felix Francisco Jordão de Vargas.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Luiz José de Men.^{es} Fróes, Sacco de S. Fran.^{co}

Antonio José de Carvalho, Jurujuba.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

João José da Costa, Pendotiba.

Escrivão.

Julio José de Menezes Fróes.

Fiscal.

João Jorge Vidal, Charitas.

Inspectores de Quarteirão.

- 1.º Estanislão Velloso da Costa.
- 2.º José Gomes do Carvalha.
- 3.º Camillo José Guimarães.
- 4.º Carlos Estevão Corrêa.
- 5.º Francisco Joaquim de Moura Brito.
- 6.º Clementino Luiz do Nascimento.
- 7.º O mesmo, interino.
- 8.º João Francisco Matheus.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Arêa-Grossa.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Herdeiros de J.^o Duarte Galvão J.^o, Pend.

Hippolyto Leite Pereira, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachoeira.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.

Man.^{ei} J.^o da S.^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.

Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de seccos e molhados.

Antonio Luiz Travassos, Varzea.

Fortunato Ribeiro Guimarães, Jurujuba,

Varzea, Charitas, e S. Francisco.

José Antonio Baptista, Varzea.

José Luiz Travassos, Varzea.

Luiz Francisco da Silva, Jurujuba.

Manoel Caetano de Almeida, S. Francisco,

Charitas, e Pendotiba.

Manoel Tavares Moita, Pendotiba.

Thomaz Luiz Travassos, Jurujuba.

Padaria.

José Gomes Miranda, Jurujuba.

Antonio José da Rosa, Pendotiba.

Pescaria em grande escala.

Felix Ignacio Botelho, Jurujuba.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Hippolyto Rodrigues de Carvalho, Jurujuba.

José Felipe Nery, Jurujuba.

José Mariano da Silva, Jurujuba.

Lucidio Euzebio de Souza, Jurujuba.

Salvador Corrêa, Arêa-Grossa.

Medico.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Hospital Maritimo.

Professores Publicos de prim.^{as} letras.

Lucio José da Silva, Sacco de S. Francisco.

Paulina Aspazia Rodr.^{es} de Moura, S. Franc.^{co}

Pedro Jorge de Lemos Vidal, Varzea.

Lavradores.

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.

Caetano Luiz Machado, Cachoeira.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.

João Antonio Henriques, S. Francisco.

José Telles de Faria, Cachoeira.

Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.

Marçal Alves Pereira, Pendotiba.

Man.^{ei} J.^o da S.^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Salvador Corrêa.

5) FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA)

(Creada por Lei provincial n. 208 de 23 de Maio de 1840.)

Vigario Collado.

Padre Venancio Luiz Telles Barreto.

Subdelegado.

Tenente Caetano Luiz Machado, Pendotiba.

Supplentes.

- 1.º José Diogo Fróes da Cruz.
- 2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.
- 3.º Felix Francisco Jordão de Vargas.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Fran.^{co}
Antonio José de Carvalho, Jurujuba.

75

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

João José da Costa, Pendotiba.

Escrivão.

Julio José de Menezes Fróes.

Fiscal.

João Jorge Vidal, Charitas.

Inspectores de Quarteirão.

- 1.º Estanislão Velloso da Costa.
- 2.º José Gomes do Carvalha.
- 3.º Camillo José Guimarães.
- 4.º Carlos Estevão Corrêa.
- 5.º Francisco Joaquim de Moura Brito.
- 6.º Clementino Luiz do Nascimento.
- 7.º O mesmo, interino.
- 8.º João Francisco Matheus.

E

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1875, p.65

66

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Areia-Grossa.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.

Hippolyto Leite Pereira, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachoeira.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.

Man^o J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Mariano José de Almeida, Sanbangoyá.

Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de seccos e molhados.

Antonio Luiz Travassos, Varzea.

Fortunato Rib^o Guimarães, Varzea, Charitas.

Fortunato Ribeiro Guimarães & Galvão, S. Francisco.

Fortunato Ribeiro Guimarães & Rangel, Jurujuba.

José Antonio Baptista, Varzea.

José Luiz Travassos, Varzea.

Luiz Francisco da Silva, Jurujuba.

Manoel Caetano de Almeida Principe, S. Francisco, Charitas, e Pendotiba.

Manoel Tavares Moita, Pendotiba.

Thomaz Luiz Travassos, Jurujuba.

Padarias.

João Ferreira Domingues, Pendotiba.

José Gomes Miranda, Jurujuba.

Antonio José da Rosa, Pendotiba.

Luiz Francisco da Silva, Jurujuba.

Pescaria em grande escala.

Felix Ignacio Botelho, Jurujuba.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Hippolyto Rodrigues de Carvalho, Jurujuba.

José Felipe Nery, Jurujuba.

José Mariano da Silva, Jurujuba.

Lucidio Euzebio de Souza, Jurujuba.

Salvador Corrêa, Areia-Grossa.

Medico.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Areia-Grossa.

Professores Publicos de prim^{as} letras.

Lucio José da Silva, Sacco de S. Francisco.

Paulina Aspazia Rodr.^{es} de Moura, S. Franc.

Pedro Jorge de Lemos Vidal, Varzea.

Lavradores.

Antonio Francisco Matheus, Pendotiba.

Caetano Luiz Machado, Cachoeira.

Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.

Felix Francisco Jordão de Vargas, Pendotiba.

João Antonio Henriques, S. Francisco.

José Telles de Faria, Cachoeira.

Luiz Antonio da Costa, Pendotiba.

Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.

Marçal Alves Pereira, Pendotiba.

Man^o J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.

Salvador Corrêa.

Influência da Família Carvalho em Jurujuba. Almanake Laemmert, 1875, p.66

5) FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DA VARGEM (JURUJUBA).

(Creada por Lei Provincial n. 208 de 23 de Maio de 1849.)

Vigario Collado.

Padre Venancio Luiz Telles Barreto.

Subdelegado.

Tenente Caetano Luiz Machado, Pendotiba.

Suplentes.

- 1.º José Diogo Fróes da Cruz.
- 2.º Francisco Domingues Vieira, Boa-Vista.
- 3.º Felix Francisco Jordão de Vargas.

Escrivão.

Luiz Pereira de Campos Braga, Vargem.

Juizes de Paz.

Luiz José de Men^{es} Fróes, Sacco de S. Fran.^{co}
Antonio José de Carvalho, Jurujuba.
Daniel Gonçalves Coelho, Pendotiba.
João José da Costa, Pendotiba.

Escrivão.

Julio José de Menezes Fróes.

Fiscal.

João Jorge Vidal, Charitas.

Inspectores de Quarteirão.

- 1.º Estanislão Velloso da Costa.
- 2.º José Gomes do Carvalhal.
- 3.º Camillo José Guimarães.
- 4.º Carlos Estevão Corrêa.
- 5.º Francisco Joaquim de Moura Brito.
- 6.º Clementino Luiz do Nascimento.
- 7.º O mesmo, interino.
- 8.º João Francisco Matheus.

Proprietarios.

Antonio José de Carvalho, Vargem.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Areia-Grossa.

Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.

Herdeiros de J^o Duarte Galvão J^o, Pend.

Hippolyto Leite Pereira, Vargem.

João Francisco da Cruz, Cachoeira.

José Antonio de Andrade Bastos, Vargem.
Luiz José de Menezes Fróes, S. Francisco.
Manoel Gomes Monteiro Porto, Vargem.
Man^o J^o da S^a Castro e Abreu, Pr. da Horta.
Mariano José de Almeida, Sambangoyá.
Pedro José Leite, S. Francisco.

Negociantes de seccoos e molhados.

Amador Ferreira da Costa, Charitas.
Antonio Luiz Travassos, Varzea.
Fortunato Rib^o Guimarães, Varzea, Charitas.
Ribeiro Guimarães & Galvão, S. Francisco.
Ribeiro Guimarães & Rangel, Jurujuba.
João José da Costa, Pendotiba.
José Antonio Baptista, Varzea.
José Luiz Travassos, Varzea.
Luiz Francisco da Silva, Jurujuba.
Manoel Caetano de Almeida Principe,
S. Francisco e Pendotiba.
Thomaz Luiz Travassos, Jurujuba.

Padarias.

Antonio José da Rosa, Pendotiba.
João José da Costa, Pendotiba.
José Antonio de Oliveira, Jurujuba.
Luiz Francisco da Silva, Jurujuba.

Pescaria em grande escala.

Felix Ignacio Botelho, Jurujuba.
Francisco Jorge de Carvalho, Peixe-Gallo.
Hippolyto Rodrigues de Carvalho, Jurujuba.
José Felipe Nery, Jurujuba.
José Mariano da Silva, Jurujuba.
Lucidio Euzebio de Souza, Jurujuba.
Salvador Corrêa, Areia-Grossa.

Medico.

Dr. Bento Maria da Costa, 3, 6, Areia-Grossa.

Professores Publicos de Prim^{as} Letras.

Lucio José da Silva, Sacco de S. Francisco.
Paulina Aspazia Rodr.^{es} de Moura, S. Franc.
Pedro Jorge de Lemos Vidal, Varzea.

ANEXO 14: Francisco Jorge de Carvalho Bessa

992 RIO DE JANEIRO, Provincia do	
Aves, Negts. de Antonio J. do Espirito Santo, r. da Gloria, 18. Bernardino Soares, largo de S. Domingos, 15. José Barbosa Botelho & C., r. do Visconde do Rio-Branco, 183; socios: Bento Barbosa Botelho. Silverio Joaquim Moniz. Antonio José de Almeida. José Pereira de Andrade, r. do Visc. de Itaborahy, 71 A. Narciso Dias Lopes, r. do Visconde do Uruguay, 172. Barbeiros e Cabelleireiros Albino Teixeira da Silva, r.do Visconde do Uruguay, 133. Antonio da Rocha Mello, r. do Visconde do Rio-Branco, 89 A. Antonio Simão Mendes, r. do M. de Caxias, 2. Francisco José Maria Trindade, r. da Constituição, 12. Francisco Luiz Pinheiro, r. do Visconde do Rio Branco, 179 A. Guilherme José Teixeira, r. do Visconde do Uruguay, 178. Jayme Homem de Mello, r. de S. João, 60. José Maria Rego, r. do Visconde do Rio Branco, 209. José Monteiro de Azeredo, largo de S. Domingos, 2. José dos Santos Guimarães, r. de S. João, 21. José dos Santos Silva, r. da Conceição, 38. M. Elias & Teixeira, r. da Conceição, 46. Manoel José da Luz, r. Barão do Amazonas, 9. Manoel Pinto de Carvalho, r. do Barão do Amazonas, 48. Simão Antonio de Oliveira, r. do Visc. do Viuva Pereira, Visconde do Uruguay, 124. Bilhares Alexandre Lavignasse, r. do Visconde do Uruguay, 167. José dos Santos Guimarães, r. de S. João 21. José Marques Nogueira, largo de S. Domingos, 3. Botequins Antonio da Silva Pilar, subida da Atalaia. Antonio Gomes de Faria, r. Conceição, 119. Antonio Francisco da Costa, r. da Conceição, 11. Antonio Gonçalves Sampaio, r. de S. João, chalet.	João da Silva Dias, praça do Mercado, kiosque. Joaquim Ignacio de Lima, r. da Conceição, 36. Costa & Almeida, r. de S. Pedro, 12. Egydio Francisco Lino da Costa, r. do Imperador, 66. Francisco Jorge de Carvalho, r. do Visc. do Rio Branco, 211. Francisco Cardoso, r. da Conceição, 33 A. Francisco José Antunes, esq. da Armação. Jacinto José Ventura Junior, r. do Imperador, chalet. José Ferreira dos Santos, Buffet Ferry. José Barbosa de Barros Moreira, praça do Barão de Mauá. José Gonçalves Vianna, r. do Visconde do Rio Branco, 205. José Rodrigues Teixeira da Silva, largo de S. Domingos, kiosque. José Thomaz de Abrantes, r. do Visc. do Rio Branco, kiosque. Oliveira & C., r. da Constituição, 25. Pinto & Rodrigues, r. do Visconde do Rio Branco, kiosque. Umbelino Manoel Pacheco, praça do Mercado, 7 e 8. Café Torrado, Fabricas de Antonio José de Moraes, r. de S. Leopoldo, 37. Francisco Tavares Junqueira, r. do Visc. de Itaborahy, 39. João Gomes Corrêa da Cruz, r. da Conceição, 83. José Esteves & C., r. de Mem de Sá, 8. José J. F. Guimarães, r. do Visconde do Uruguay, 125. Lacerda & C., r. do V. do Uruguay, 186. Manoel Lopes Braga, r. da Conceição, 18. Calçados, Lojas de Antonio Francisco Moreira, r. de S. João, 41. Antonio Gomes de Faria, r. do Visconde do Uruguay, 169. Antonio José de Faria Guimarães, r. do Visconde do Uruguay, 212. Antonio José Ferreira Vianna, r. do Visconde Uruguay, 160. Antonio Nesi, r. do Visconde do Uruguay, 152 A. Braz Curral, r. da Conceição, 24. Costa & Moura, r. do Imperador, 35, D. Francisco Libonat, praça do Mercado 81 e 82. Henrique Pereira Regal, r. de S. João, 91 A.

ANEXO 15: Registro da embarcação de Francisco Bessa de Carvalho – 1918.

1918

Capitania do Porto do Estado d *do Rio de Janeiro*

O Capitão do Porto do Estado d *do Rio de Janeiro*
faz saber aos que o presente Arrolamento virem: que *Francisco Bessa de Carvalho* domiciliado em *Paraty*
declarou perante a Capitania do Porto o seguinte:

1.º Nome da embarcação *Tangubary* Armação *canoa*
2.º Comprimento *6m 1/2* Boca *2m 1/2* Pontal *0m 1/2*
Tonelagem: Bruta *520K?* numero de passageiros *11*
Tipo da machina *---* força em cavallos nominaes *---*
e regimen *---* systema do propulsor *canoeiro*
do construtor *---*
construção *---* data da construção *---*
e Classe *---*
me do proprietario *Francisco Bessa de Carvalho*
Estação *---*

Secretaria da Capitania do Porto d *do Rio de Janeiro*
em *14 de Setembro* de 1918.

Pro  *Pro*
CAPITÃO DO PORTO

Imp. Naval

Comunicação para a alfândega
31-8-1924. *gorgulenta e...*
Amefic...

Passagem

CAPTANIA dos PORTOS
D. F. N.
MAB 20 1937
do DISTRITO FEDERAL
E do RIO de JANEIRO

em embarcação na Lemos E,
capitanea dos Lemos de Rio de
em 19 de...
1937

Amey...

CLASSIFICADO na CLASSE
DIVISÃO *F*, SUB-DIVISÃO *F*
C. F. do D. F. e Estado do Rio de Janeiro
de 19 de...

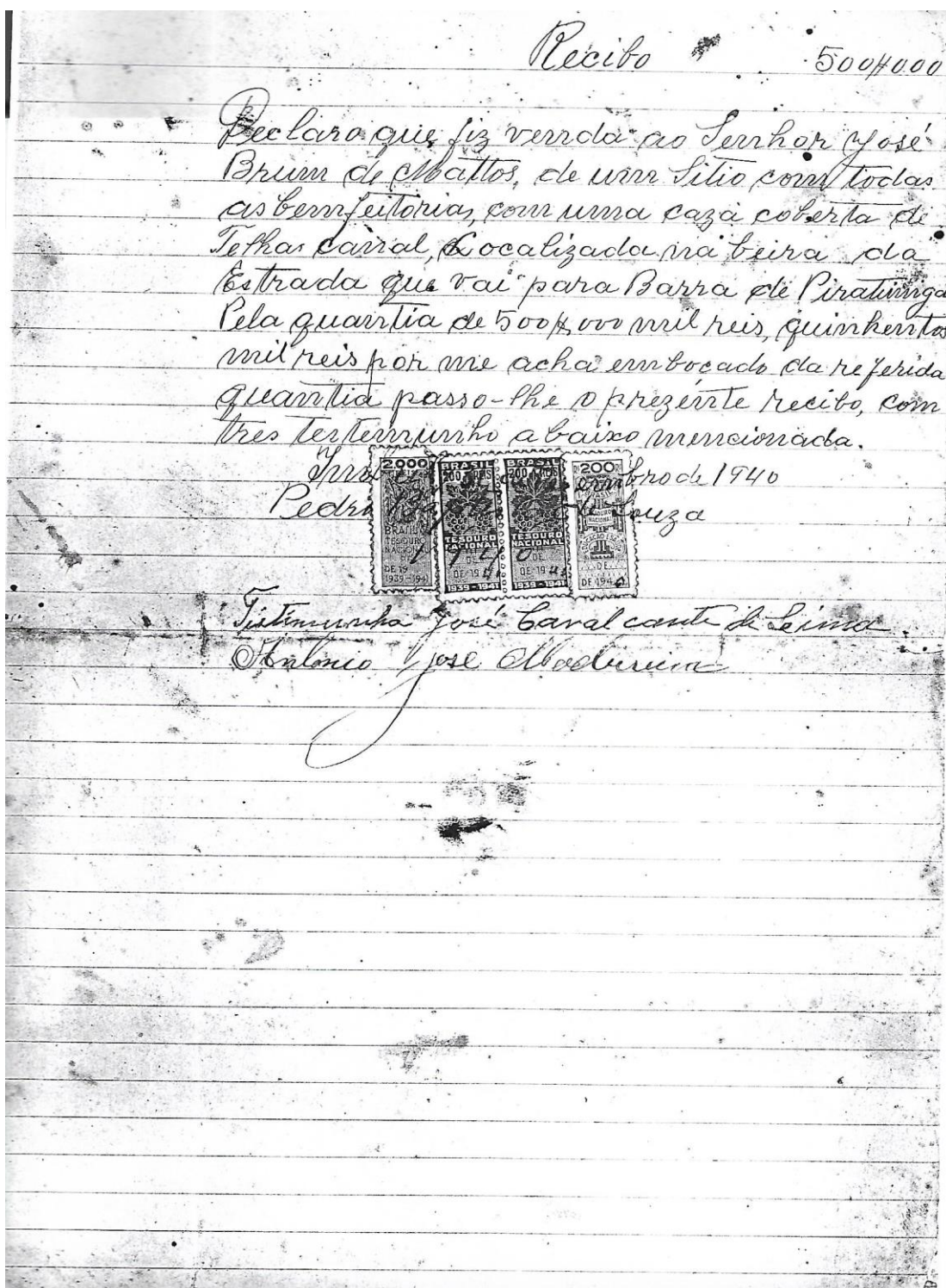
Passagem esta embarcação a ter o...
D. F. do D. F. e do Rio de Janeiro,
em 19 de *1937* de 194...

Amey...

Cap. dos Portos
18 de 1937
e 2. de 1937

Amey...

ANEXO 16: Recibo de compra de casa pelo Sr. Candora - 1940.



Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy

ANEXO 17: Registro de casamento dos pais da Dona Yayá - 1833.

Aos quatro dias do mez de Fevereiro do anno de
 mil e oitocentos e noventa e tres, nesta Paroquia
 de Itaipu, no Cartorio do Juiz, do Povo de Casamen-
 to da mesma Paroquia, no lugar denominado Pa-
 ra de Piratininga, presente o mesmo Juiz, com
 nigo official do Registro, digo official offete
 do das testemunhas por Persona de Casado
 Arthur de Pontes e Lima, receberam-se em
 matrimonio, Francisco Jorge de Cas-
 ado, filho legitimo de Francisco Jorge
 de Casado e de Theresia Antônia da
 Christina de Casado, de trinta annos
 de idade, natural e residente na pe-
 quiza da Juazeira, e Dona Flora
 Francisca de Lima, filha legitima de
 Manoel Antonio de Lima e de Francis-
 ca Pompeia de Lima, esta solteira,
 com doze annos e tantos mezes de ida-

ANEXO 18: Registro Civil de Casamento Sylvio Braga e Costa e Edina Medina
Jansen Tavares

de idade, natural da Junqueira e residu-
te em Itaipu, testemunha do que Eu
Keremungilda Henrique Coutinho,
carrei este auto que é de por todo os
signados.

Domodino Ant. P. P. P.
Francisco Jorge J. Barbalho
Mora Francisca de Lima
Jorge Pereira de Carvalho
Antônio de Fontes Loures
Rigida Rosa do Guagasta
Cuidado
Residência guagasta 95 Sardo
Sardento

ANEXO 19: Ofício 463 - Solicitação de transferência da Escola que funcionava na Aldeia Imbuhy 1986

da 1ª RM. 51111-01
mae de Coxias 25/4:
55

Do Sr. Ministro - Gg.
ral do EDE.

Em 26/8/86

Elmano

Elaine O. da Caranilha, Sando
Assessora da Secretária de
Estado da Educação



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

CML

1ª RM

Of nº 463-S Patr/1-SSI

1010 . 88/86

Rio de Janeiro, RJ, 08 Ago 86

Do Comandante da 1ª Região Militar

Sr Secretário de Estado de Educação,
Ao do Estado do Rio de Janeiro

Assunto: Solicita transferência de Escola

1. Versa o presente sobre a Escola MYRIAM DE ANDRADE MELLO, de ensino do 1º grau, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro e que funciona na área interior do aquartelamento da 1ª/1ª G A Cos M - Forte Imbuí.

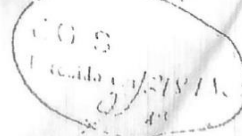
2. A referida Escola possui 50(cinquenta) alunos sendo que apenas 28% residentes na "Aldeia do Imbuí", porcentagem pequena e sem haver dependentes de militar da 1ª/1ª G A Cos M, o que não atende aos interesses da Subunidade em questão.

3. Outrossim, o funcionamento da Escola é irregular, contraria as Instruções Gerais para a utilização do Patrimônio Imobiliário jurisdicional do ao Ministério do Exército(IG-10-03) e poderá criar novos problemas de reivindicações, além dos existentes, com os posseiros atuais da "Aldeia do Imbuí", propriedade da União Federal, o que já vem causando sérios transtornos para o Exército.

4. Em face do exposto acima, venho solicitar a V Exa providenciar a transferência dos alunos para outros estabelecimentos de ensino, e cancelar o funcionamento da referida Escola, se possível ainda ao final do presente ano letivo.

Cordialmente

Gen *Antônio*
Gen D.V. ANTONIO JOAQUIM SOARES MOREIRA
Comandante da 1ª Região Militar



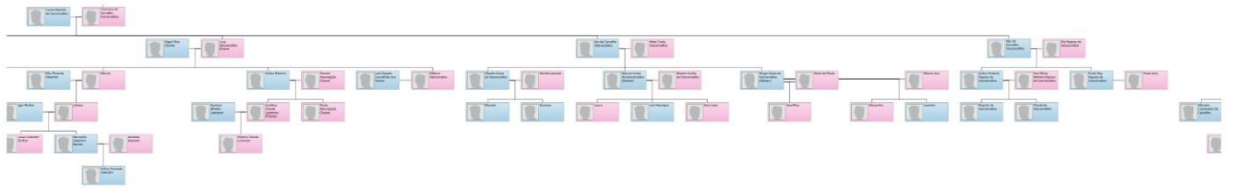
Cedido pela Associação de Moradores do Imbuhy.

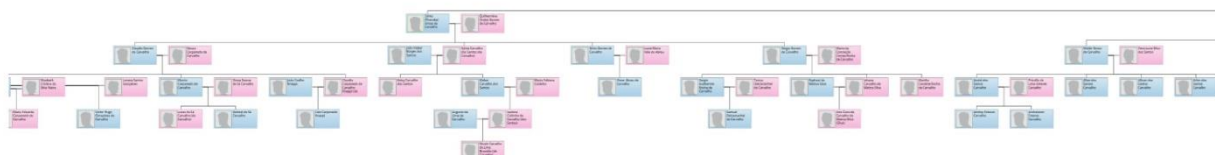
ANEXO 20: Árvore Genealógica completa

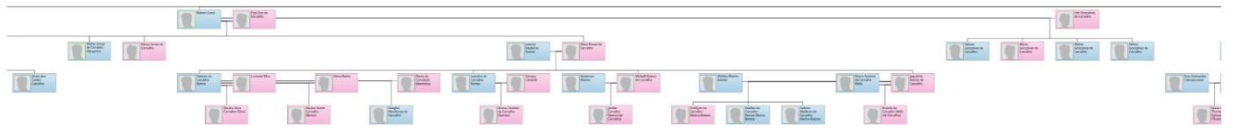


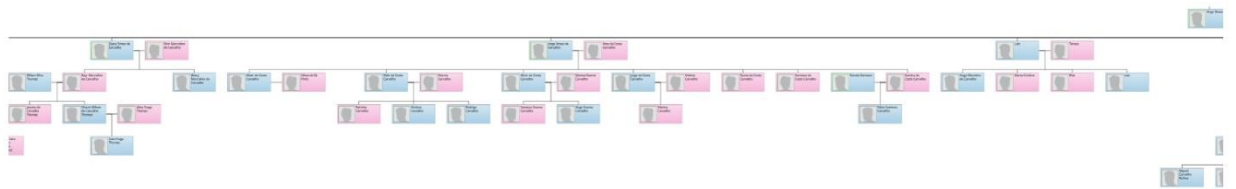


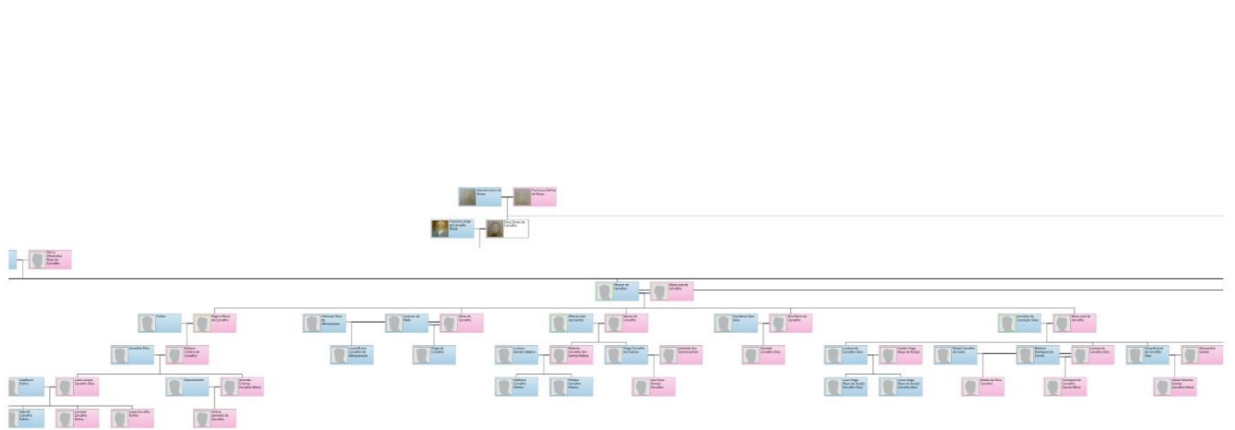
Flora Simas de Carvalho's
Tree
Showing 422 people.
Printed on 01/18/2021.

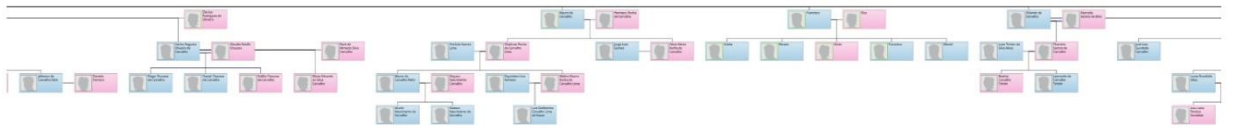


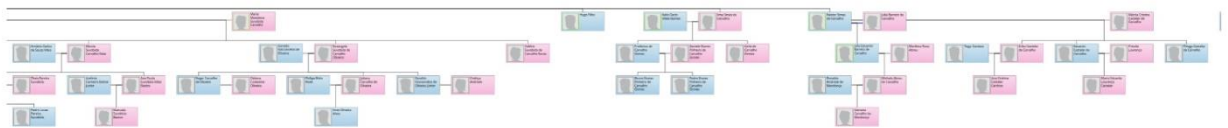


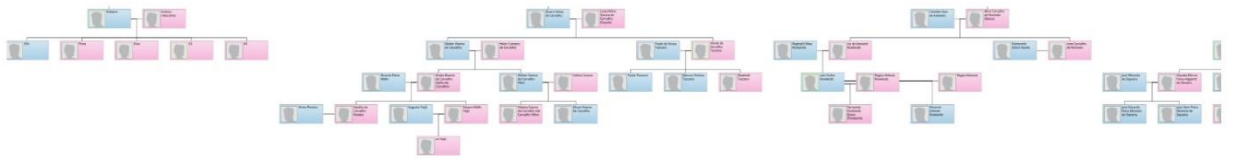


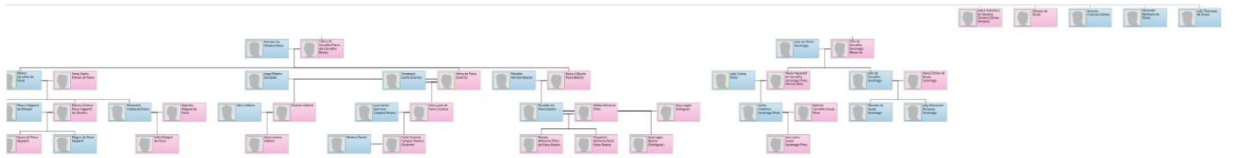












Legend

 Tree focus	 Direct relation
 Female	 Ex-spouse
 Male	 Other marriages
 Unknown	